Lacan XXI

REVISTA FAPOL ONLINE

Alejandra Koreck. "Sem título". EOL- AMP

Volume nº5 - Maio/2018

FAPOL
FEDERAÇÃO AMERICANA
DE PSICANÁLISE DA
ORIENTAÇÃO LACANIANA

LacanXXI
REVISTA FAPOL ONLINE

Revista eletrônica da FAPOL
Federação Americana de Psicanálise
da Orientacão Lacaniana
VOL 5 – Maio de 2015

Diretor responsável:
Rômulo Ferreira da Silva

Assessora:
Angelina Harari - Presidente da AMP

Staff:
Graciela Allende
Silvina Rojas
Adolfo Ruiz
Cleide Pereira Monteiro
Jussara Jovita Souza da Rosa

Equipe de tradução:
Espanhol-Português: Oscar Reymundo, Paola Salinas, Maria Cristina Vignoli, Jussara Jovita Souza da Rosa, Pablo Sauce, Flávia Cêra, Gustavo Ramos, Diego Cervelin e Lenita Bentes

Web designer:
Bruno Senna

Bureau da FAPOL:
Flory Kruger (Presidente)
Rômulo Ferreira da Silva (Secretário)
Cristina González de Garroni (Secretária)

Ilustração:
Seleção de Adolfo Ruiz, Graciela Allende, e Silvina Rojas

Capa:
CAPA. Alejandra Koreck. “Sem título”. EOL- AMP

FAPOL
FEDERAÇÃO AMERICANA DE PSICANÁLISE DE ORIENTAÇÃO LACANIANA

Lacan XXI
REVISTA FAPOL ONLINE

EDITORIAL 5
RÔMULO SILVA

A ÉTICA DA PSICANÁLISE - RETOMANDO O SEMINÁRIO, LIVRO 7, DE JACQUES LACAN 9

A PSICANÁLISE E A POLÍTICA: ÉTICAS DIVERGENTES 10
OSCAR ZACK

UM MERCADO DA VERDADE? 16
MARCELA ALMANZA

UM APROFUNDAMENTO NA NOÇÃO DO REAL. SOBRE O SEMINÁRIO A ÉTICA DA PSICANÁLISE. 19
BERNARDINO HORNE

MAIS SOBRE A ÉTICA DA PSICANÁLISE 24

A ÉTICA DO SINGULAR 25
GERARDO ARENAS

ÉTICAS NO SÉCULO XXI 30
CRISTINA MARTÍNEZ DE BOCCA

MORAL OU ÉTICA? 32
MARIA BERNADETTE PITTERI

A ÉTICA NA CASA DO INIMIGO 35
VERONICA CARBONE

A ÉTICA NO SÉCULO XXI E A GÊNESE DO SUJEITO NEOLIBERAL 38
CLAUDIA HENSCHEL

BRASIL 40 GRAUS. NOTAS SOBRE OS EFEITOS DAS MUTAÇÕES DOS LAÇOS SOCIAIS. DEGRADAÇÕES. 45
MARCELA ANTELO

HISTÓRICO DA COMISSÃO DA GARANTIA AMP 48

HISTÓRICO DA COMISSÃO DA GARANTIA AMP-AMÉRICA 49
ELISA ALVARENGA

AS RESSONÂNCIAS DOS DISPOSITIVOS DA FAPOL 52

A ESPECIFICIDADE DO AUTISMO 53
ELISA ALVARENGA

O IMPÉRIO DO UM: DIÁLOGO COM EDUCADORES A PROPÓSITO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA 60
LIZBETH AHUMADA YANET

AUTISMO INFANTIL: ALTERAÇÕES NA FUNÇÃO DE CORPORIZAÇÃO E EFEITOS TERAPÊUTICOS 64
MARITA MANZOTTI

OBSERVATÓRIO: VAMOS PARA UMA CULTURA TOXICÔMANA? 69
ELVIRA DIANO

RUMO A UMA CULTURA TOXICÔMANA? 74
GLÓRIA MARON Y LILANY PACHECO

TRANSEXUALISMO E TRAVESTISMO A PARTIR DA PERSPECTIVA DA PSICANÁLISE OBSERVATÓRIO FAPOL 1: A VIOLÊNCIA E AS MULHERES NA AMÉRICA LATINA 86
VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA PESQUISA PSICANALÍTICA
PATRICIO ÁLVAREZ

A VIOLÊNCIA E AS AS MULHERES NA AMÉRICA LATINA 100
JORGE CHAMORRO

CONDENSADO DOS PONTOS PRINCIPAIS APRESENTADOS PELOS OBSERVATÓRIOS DA EBP, NEL E EOL 102
ONDINA MACHADO

INFÂNCIAS: PARA ONDE O OBSERVATÓRIO SE DIRIGE 104
TÂNIA ABREU

A PSICANÁLISE NA UNIVERSIDADE: PARA ALÉM DA CARNIÇA. 107
CLAÚDIA HENSCHEL

UMA INTERPRETAÇÃO EM FORMA DE SONATA 111
SUSANA STROZZI

O ENSINO DA PSICANÁLISE NA UNIVERSIDADE 115
NIEVES SORIA

UM NOVO VETOR PARA A FORMAÇÃO DO ANALISTA 119
GERARDO ARENAS

COMENTÁRIO DOS ESCRITOS E OUTROS ESCRITOS DE LACAN 121

PARA UMA ÉTICA. OBSERVAÇÃO SOBRE O INFORME DE DANIEL LAGACHE 122
MARCELO MAROTTA

COMENTÁRIO SOBRE UMA CITAÇÃO DA PROPOSIÇÃO DE 9 DE OUTUBRO/67 125
GLÓRIA GONZALES

DESEJO E SATISFAÇÃO 127
MARIA DO ROSÁRIO DO RÊGO BARROS

Lacan XXI
REVISTA FAPOL ONLINE

EDITORIAL

EDITORIAL

Rômulo Ferreira da Silva
EBP-AMP

Caros leitores

Marcelo Veras. "Sem título". Fotografia. EBP-AMP

Chegamos ao quinto número da Revista LACAN XXI.

Nossos últimos encontros foram pautados pela queda da primazia do simbólico, pelo avanço do imaginário e pela abordagem propriamente psicanalítica do real.

Escrevo esse Editorial no momento que estamos nos preparando para o Congresso da AMP, em Barcelona. Nele, as novas articulações dos três registros estarão em pauta no que diz respeito à prática lacaniana das psicoses, ordinárias ou não. Certamente, o que lá será tratado nos levará às consequências importantes sobre a clínica em geral.

Esse foi um ano repleto de acontecimentos políticos que mobilizaram a psicanálise da Orientação Lacaniana.

Desde a conferência de Jacques-Alain Miller, em Madrid, temos nos envolvido nas discussões sobre os rumos que o mundo toma no sentido de ameaçar o estado de direito, colocando em risco a própria psicanálise.

Dessa forma, a LACAN XXI avaliou que, ao retomarmos os primeiros Seminários de Lacan a partir de seu último ensino, que uma sequência lógica poderia ser retornar ao Seminário, Livro 7, A ética da Psicanálise.

A pronta resposta dos colegas a essa convocatória nos indica que esse foi um bom caminho.

Bernardino Horne, Marcela Almanza e Oscar Zack, enviaram os textos que abrem a revista.

Bernardino aborda esse Seminário à luz do último ensino de Lacan e as valiosas contribuições de Miller, concluindo que "*O século XXI reserva grandes desafios éticos na medida em que os avanços genéticos, a manipulação do DNA, a procriação artificial, o melhoramento dos dados genéticos, a substituição de órgãos, a capacidade de produzir alimentos para grandes populações... O mal-estar que a civilização produz não será menor nem a felicidade maior apesar de tanta evolução*".

Marcela, a partir do "Teste do Polígrafo" questiona o lugar do "avaliador" e do "avaliado", convocando para "*Um esforço ético no qual estamos comprometidos constantemente, como analistas-analisantes, para assegurar a existência da psicanálise neste século para além das coordenadas da época numa aposta pela causa*".

Oscar evoca o Seminário 7, no qual, "se *capta o inseparável da ética com ideologia, e como concerne aos analistas, o sentido político da mesma*". Aponta para a posição do analista lacaniano que evita se sugestionar pelos cantos das sereias, variações do discurso do mestre, buscando "*uma prática subversiva, mas não revolucionária*" contra as identificações e "*ilusões de homogeneizar os seres falantes*". Encerra seu texto com uma frase de Fernando Pessoa: "*Não há normas. Todos os homens são exceções a uma regra que não existe*".

Em seguida, vocês poderão apreciar seis textos que nos chegaram a partir do convite feito aos membros das três Escolas da FAPOL.

Gerardo Arenas parte da abordagem da ética na experiência analítica mesma, retomando e reinterpretando Freud e Lacan. Termina por evocar o "nosso real" como o que possibilita o laço com outros discursos, pois a função da ética é proporcionar o laço.

Gerardo Arenas aborda a ética na experiência analítica em si mesma retomando e reinterpretando Freud e Lacan. Conclui distinguindo o "nosso real" como o que não se compartilha com as outras disciplinas, pois "*se a*

ética se refere ao laço, e toda singularidade é laço, uma ética do singular não o somente é desejável e possível, mas também muito viável".

Cristina Martínez de Bocca recupera o termo pudor no texto de Lacan para abordar a ética de forma atual.

Maria Bernadette Pitteri fala dos mitos do "brasileiro bonzinho", lembrando os índios e negros escravizados, dizimados e segregados que continuam sofrendo preconceitos. Recorre à filosofia para desenvolver a ideia que "*Só o sujeito responsável é livre e, portanto, ético*".

O texto de Verónica Carbone aparece em estreita consonância com o texto de Bernadette. Ela propõe que a posição do analista não é heroica. É uma decisão que não pretende uma neutralidade científica. Conclui dizendo que "*Nossa Escola Una é uma Escola Sujeito*" composta por subjetividades que não compartilham uma ética universal.

Abordando a gênese do sujeito neoliberal à luz da ética no século XXI, Claudia Henschel de Lima**,** se vale dos discursos propostos por Jacques Lacan. Conclui que "*... ao localizar a pluralização do S1, correlata a ascensão do objeto a ao zênite da civilização, Lacan pôde junto com Guattari (1985) antecipar que, em se tratando de neoliberalismo e sujeito neoliberal, já não há ideia alguma, não há absolutamente nada...*"

Marcela Antelo nos diz em seu texto que o "*mal-estar de estar na cultura persevera através das mutações que afetam os laços sociais*". Enfatiza o papel da Escola ao lembrar que os três últimos encontros da EBP "*dão a régua e o compasso*" para que acompanhemos "*as mutações dos gostos, as sacudidas da cultura, as metamorfoses ambulantes, como modo de fazer existir o desejo do analista*" e que, frente aos horizontes urbano, erótico e religioso que se apresentam, "*há somente alguns analistas*".

A proposta de abordar a ética da psicanálise no século XXI não vai sem a articulação da Escola de Lacan com o social que a cerca. Desde o Ato de Fundação essa é a preocupação de Lacan. Ela se estabelece mais formalmente quando ele propõe em 1967 os *gradus*. O AE voltado para a intimidade da Escola, e o AME para sua relação com o externo, respondendo às regras do mercado, para o qual, a psicanálise viria a ser requisitada a prestar contas ao "serviço de proteção ao consumidor".

A Comissão da Garantia surge como o dispositivo que responde às exigências através de seus AMEs.

Elisa Alvarenga, ex-presidente da FAPOL, nos apresenta um breve histórico dessa importante experiência do lado americano da AMP: "*A Comissão da Garantia AMP-América segue concernida pela formação no interior da Escola, que indica aqueles que serão nomeados AME, mas considera a garantia que o AME deve representar na cidade, ao mesmo tempo submetendo-se e subvertendo o discurso do mestre. É a Escola, como propôs Miller, em seu ser ambíguo, com asas analíticas e patas sociais*".

A FAPOL avança. Os trabalhos, desde os Observatórios e Redes, tomam proporções que garantem uma verdadeira articulação entre as três Escolas da América.

A LACAN XXI recolheu as produções advindas dos vários dispositivos existentes nessa Federação, desde o último ENAPOL, ocorrido em Buenos Aires em 2017.

Não há pretensão de uniformização do funcionamento desses dispositivos. Cada um, a seu tempo e possibilidade de articulação, estabelece seu ritmo de trabalho e de produção. Optamos por publicar nesse número, os textos que transmitem a psicanálise da Orientação Lacaniana que enfatizam a lógica de estarmos propondo um trabalho que inclui EBP, EOL e NEL.

São quinze textos! Vale a pena conferir!!!!

Por último, mantemos a rubrica "Comentários dos Escritos e Outros escritos de Jacques Lacan". Essa rubrica, que não coloca regra sobre qual tema seguir, tem gerado observações de vários colegas no sentido de se surpreenderem com detalhes apontados nos textos de Lacan, novas interpretações e reflexões, que contribuem para uma retomada dos textos já lidos e trabalhados anos atrás.

Nessa edição temos Marcelo Marotta que comenta um parágrafo do texto *Observações sobre o informe de Daniel Lagache,* que aborda o tema da ética. Trata-se de um comentário que nos convida a retomar os textos apresentados nesse número desde uma perspectiva instigante: "*Recordemos também que Lacan começa a discutir seu Seminário 'Mais ainda' fazendo uma referência à "Ética da psicanálise", de maneira tal que, quem sabe agora, possamos nos dedicar a este tema desde as distintas derivações que podem surgir ao considerarmos o gozo feminino*".

Gloria María González comenta uma citação da Proposição de 9 de outubro de 1967, que também contribui para a proposta temática desse número da LACAN XXI, ao pontuar que esse texto nos coloca "*na via de pensar*

(os) momentos cruciais da análise e com isso nos convida a estarmos atentos à nossa formação e a participarmos ativamente em prol da existência da Escola..."

Maria do Rosário Collier do Rêgo Barros, em seu texto *Desejo e satisfação*, comenta uma passagem do escrito de Lacan *A Significação do Falo*. Ela diz que o objeto é revelado, "*não como aquele que o desejo busca, mas como aquele que aponta para uma satisfação de uma falta que não pode ser saturada*". Assim ficamos advertidos sobre os imperativos de gozo de nossa época "*que tentam fazer um curto circuito na dimensão do desejo*".

A FAPOL avança, e com ela avança também nossa LACAN XXI. Agradeço ao *Staf* da revista que muito trabalhou para que tenhamos uma "*revista para ser lida*"!

Pretendemos que ela forneça um panorama de nossa comunidade analítica americana e que transmita a força da psicanálise nesse continente!

Até a próxima!

Lacan XXI
REVISTA FAPOL ONLINE

A ÉTICA DA PSICANÁLISE

Retomando O Seminário, Livro 7, de Jacques Lacan

A Psicanálise e a política: Éticas divergentes

Oscar Zack
EOL- AMP

"Acredito que nos dias de hoje, o rastro, a cicatriz da evaporação do pai, é algo que poderíamos colocar sob a rubrica e o titulo geral da segregação" (1)

"Quando o fanatismo tem deixado o cérebro gangrenoso a enfermidade é quase incurável" Voltaire 1694-1778

Alejandro Bilbao. "A queda". Acrílico sobre tela. 70x50cm. UBA

Nossa época, caracterizada pela queda do Nome-do-Pai, pela queda dos ideais do passado, faz com que a sociedade e os sujeitos que a habitam transitem por um revoltoso processo de modificações a respeito dos laços sociais tradicionais gerando novas formas de gozar e desencadeando novas manifestações segregativas e raciais.

Uma comunidade política é um grupo social que reúne indivíduos ligados pela divisão do trabalho e pelas diferentes funções que assumem, a saber: a distinção entre governantes e governados (2) .

Este laço gera frequentemente sentimentos de pertença e fidelidade, sustentadas por relações pessoais que se estabelecem entre os componentes da mesma sem que para isso seja necessária a mediação do poder político. A língua e os costumes compartilhados costumam ser uma suficiente força de coesão .

Uma comunidade política costuma ser uma comunidade de destino na medida em que expressa um processo histórico e produtivo.

A modernidade tem entronizado o discurso capitalista que, como observou Lacan, carece do reverso e produz um fenômeno que se caracteriza pela tentativa de deflacionar os outros discursos.

$$\frac{\$}{S1} \times \frac{S2}{a}$$

$$\frac{\text{consumidor}}{\text{mercado global}} \times \frac{\text{tecnologias}}{\text{mercancia}}$$

No discurso capitalista o agente ($), o consumidor, exige do mercado global (S1) que coloque a trabalho a técnica e a ciência (S2) para produzir mercadorias que satisfaçam o consumidor. É um discurso sem barreira ao gozo, que ignora a castração, que ignora o *NÃO*.

O discurso capitalista, vai construindo um laço diferente entre os sujeitos, e uma legalização do consumo que empurra para novas formas de gozo, assim como também vai instituindo um laço lábil, um compromisso frágil entre o sujeito e sua palavra.

Se a ética, em nossa perspectiva é devedora de um discurso, com a entronização do discurso capitalista uma ética light se impõe no século XXI.

Desse modo vai se produzindo uma nova espécie de sujeitos consumidores: são os sujeitos do discurso capitalista, são os concernidos por um estilo de vida que rejeita, de alguma maneira, o Outro.

No ano de 1967 Jacques Lacan advertiu, de maneira quase oracular, sobre o futuro sombrio que se manifestaria no mundo ocidental onde o porvir esperançoso prometido pelos mercados comuns encontraria seu reverso a partir da manifestação mais extrema dos processos de exclusão social gerando um incremento da desigualdade, dos fenômenos segregativos e do racismo.

> "Trata-se do advento, correlativo à universalização do sujeito procedente da ciência, do fenômeno fundamental cuja erupção foi posta em evidência pelo campo de concentração. Quem não vê que o nazismo somente teve aqui o valor de um reativo precursor." (3)

Desta maneira Lacan fornece uma orientação aos analistas sobre as coordenadas que se impõem nos debates políticos sociais, que se distanciam da prática analítica, mas não do discurso analítico. A intervenção deve tentar incidir na realidade política prescindindo de uma subordinação a modelos afins à Igreja ou ao Exército. Trata-se de um estilo de fazer convergir da boa maneira uma articulação possível entre a psicanálise e a política, permitindo estabelecer os dois campos (também poderia dizer os dois discursos), o da política, que perante a emergência do real, tenta de forma permanente ir à procura do sentido e o da psicanálise que é chamado para suportar o sem-sentido.

DOIS DISCURSOS, DOIS REAIS

No Seminário XVII, "O avesso da Psicanálise", Lacan formaliza os Q*uatro Discursos* e se encarrega de desenvolver uma teoria do poder, uma teoria do laço social e a perspectiva ética articulada a cada discurso.

Os discursos são uma teoria do poder, pensado a partir da perspectiva psicanalítica que permite captar a potência que possuem as palavras com seu efeito sugestivo e como instrumento de dominação neste mundo *contemporâneo*, na *modernidade*.

A modernidade? Em que consiste?

Trata-se de uma mudança de discurso, de uma substituição: a do discurso do amo antigo - hoje em extinção - pelo chamado discurso científico. Na modernidade, no contemporâneo, a ciência, a técnica e a burocracia ocupam um lugar de dominância nos discursos. Dominância que promove uma despolitização dos sujeitos ou, na sua falta, uma promoção da política orientada sob a bússola da psicologia das massas.

Contudo, é necessário sublinhar que em dadas ocasiões a política em sua acepção mais clássica costuma não ter muito boa reputação para a psicanálise lacaniana. Basta evocar que:

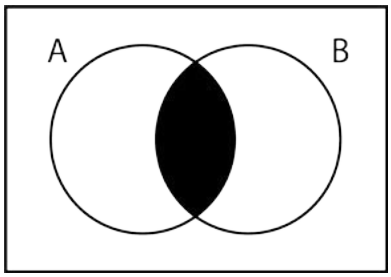
> "Sem dúvida, ser objeto de negociação não é, para um sujeito humano, uma situação rara, contrariamente à falação que diz respeito à dignidade humana, e aos Direitos do Homem. Qualquer um, a todo instante e em todos os níveis, é negociável, pois o que nos dá qualquer apreensão um pouco séria da estrutura social é a troca. A troca de que se trata é a troca de indivíduos, isto é, de suportes sociais que são, além disso, o que chamamos sujeitos, e no que lhe implica de direitos sagrados, e a autonomia como se diz. Todos sabem que a política consiste em negociar, e, desta vez, por atacado, com pacotes, os mesmos sujeitos,

ditos cidadãos, por centenas de milhares.” (4)

Este pronunciamento, que localiza questões estruturais, circunscreve o destino do sujeito-mercadoria a partir da finalidade da política, e permite, enquanto a psicanálise e a política têm um real diferente dar consistência à colocação freudiana a respeito das três profissões impossíveis: *governar, educar e psicanalisar*.

São impossíveis na medida em que o real, real sem lei que concerne a cada uma destas práticas resiste em subsumir e/ou dialetizar, em sua totalidade pelo simbólico, razão pela qual seus efeitos se apresentam divorciados do esperado.

Dois conjuntos sem elementos comuns:



A: Psicanálise←--- IMPOSSÍVEL ----→B: Política
←-----REAL SEM LEI----→

A interseção vazia nomeia um impossível, nome do real sem lei, perante o qual cada prática responderá conforme a sua especificidade.

O sintagma “o real sem lei” fratura o vínculo com uma ordem que se desprende de um real natural e exclui o saber que se aninharia no real da ciência. O real sem lei é o real da contingência, do acaso que resiste a qualquer ordenamento simbólico.

Com a formalização dos Discursos se esclarece a lógica que regula e na qual se inscreve todo laço social permitindo captar a articulação entre o individual e o coletivo sob uma nova forma de escrever a articulação entre o sujeito e o Outro.

A partir dos discursos pode-se deduzir a maneira como os sujeitos se posicionam na estrutura discursiva, seu enodamento em um laço social e a que ética se articulam. O ato de falar permite localizar a enunciação de um sujeito, a quem e de que modo se dirige, e revela um discurso que não é o dele senão aquele pelo qual este se constitui.

Um sujeito não é o amo de seu discurso.

A política promove, tal como assinalado por Freud, fenômenos identificatórios a partir do uso específico que se faz das palavras e das imagens. Contudo “a política é o lugar de uma fratura da verdade” lembra J. -A. Miller (6), a partir disso afirma que a política é definida em termos de um campo estruturado como S(A/), no qual o sujeito faz com dor a experiência de que a verdade não é Uma ou que *A* verdade está dividida.

Um dos grandes aportes da psicanálise é a de que não há Outro do Outro. Perante esta dor quase-existencial surgiu, entre outras causas, o totalitarismo que se constituiu na esperança de reabsorver a divisão da verdade, de instaurar o reino do Um no terreno da política, de acordo com o modelo da Psicologia das Massas. Esta perspectiva teve e tem em seu horizonte o anelo de construir uma sociedade disciplinada.

Uma sociedade disciplinada habitada por sujeitos disciplinados costumam compartilhar identificação mediante, o culto à personalidade e um amor inquestionável para com seu líder.

No seminário 24 (7) Lacan sustenta que a identificação é o que se cristaliza em uma identidade, e evoca seu Seminário sobre a identificação para lembrar que em Freud há pelo menos três modos de identificação, uma para a qual ele reserva a qualificação de amor (é a identificação ao pai), outra feita de participação, a identificação histérica, que depois será a que se articula a um traço, o traço *unário*. Isto nos interessa porque,

“não tem necessariamente relação com uma pessoa amada. Uma pessoa pode ser in-

> diferente, e, no entanto, um de seus traços será escolhido como constituindo a base de uma identificação. É desse modo como Freud acredita que pode se dar conta da identificação com o bigodinho do Führer, o qual como todos sabem jogou um grande papel" (8).

Nas antípodas está o discurso analítico, que promove um caminho inverso na medida em que o sujeito que consente com a análise vai experimentar um processo de desidentificação dos significantes amos (S1) aos quais se encontrava alienado. O que a operação analítica produz, conforme o discurso que a determina, é a queda dos S1 que governam o sujeito desde onde é governado.

O discurso analítico garante que cada um será alojado independentemente de sua escolha de gozo e é por esta razão que promove um laço antisegregativo, antidiscriminatório, podendo constituir-se em um antídoto contra a tentação de se inscrever em um coletivo que assume um mesmo objeto como Ideal do eu.

LACAN E O POLÍTICO

Em um breve texto intitulado *Enguia,* J-A. Miller enuncia as razões pelas quais Lacan desconfiava dos ideais, dos sistemas e das utopias, que semeiam o campo político.

> "Não tinha nostalgia, nem tampouco esperança, senão uma grande sobriedade a respeito da política, acompanhada de numerosos comentários que iam da ironia ao cinismo, marcados por sarcasmos e zombarias, que sublinham que a política é ao mesmo tempo cômica e assassina". "Neste sentido, a psicanálise é exatamente o avesso da política" (9)

Neste ponto é possível evocar o Seminário 7 (10) no qual se capta o inseparável da ética com a ideologia e como concerne aos analistas o sentido político da mesma.

Neste seminário Lacan faz comparecer e coloca em tensão o intelectual de esquerda (*fool*) com o intelectual de direita (*knave*). O *fool* é definido como um inocente, um retardado, porém de sua boca saem verdades que não somente são toleradas senão que funcionam devido ao fato de que as vezes está revestido com as insignias do bufão. "O valor do intelectual de esquerda consiste nessa sombra feliz,nessa foolery fundamental".

Em contrapartida, o o*knave*, que em ocasiões se traduz por *valet,* porém é algo que vai mais longe, costuma ser um vilão consumado que não retrocede perante as consequências do que se chama o realismo, quer dizer, quando necessário confessa ser um canalha.

> "Afinal, um canalha bem vale um tolo, pelo menos para a *diversão*, se o resultado da constituição de uma tropa de canalhas não culminasse na tolice coletiva". "Mas, observemos o que não se ve suficientemente por um curioso efeito de quiasma, a foolery, que dá seu estilo individual ao intelectual de esquerda , culmina muito bem em uma knavery de grupo, em uma canalhada coletiva."

COMO SAIR DESTA CILADA?

A princípio não esquecendo que o analista faz um uso da palavra e da linguagem que não está ao alcance de todos. Razão pela qual é de se esperar que sua participação nos debates e/ou na ação política, será a partir de sustentar um dizer e um fazer menos tolo, um dizer e um fazer diferente que tenda a fazer surgir os fios invisíveis com os quais se tenta hipnotizar o sujeito e assim tocar as certezas que costumam se desprender de certo discurso massificante.

Como sustenta Eric Laurent, os analistas,

> "[...] têm que passar de seu lugar de especialista da des-identificação para o do analista cidadão […] Os analistas deverão entender que há uma comunidade de interesses entre o discurso analítico e a democracia, mas entende-lo de verdade!"(11)

O psicanalista participando dos debates políticos deve ser não somente um aguerrido defensor dos direitos humanos, mas também deverá opor-se a qualquer discurso ou ação segregativa ou discriminatória. O analista deve intervir "com seu dizer silencioso que não deve ser confundido com o silêncio" (12)

O QUE É O DIZER SILENCIOSO?

> "É tomar partido de maneira ativa, colocando-se como intérprete da dinâmica de grupo que rodeia qualquer organização social."(13)

É de esperar que com nosso dizer possamos incidir no campo político para que se respeite radicalmente a articulação entre normas e particularidades individuais.

Não há, para nós, nenhuma causa que justifique, ainda que em nome dos maiores ideais, que sejamos operantes em projetos que empurram para a autoritária concepção do todos iguais.

Ser defensores da discussão democrática implica prescindir da dinâmica de grupo, implica defender o respeito pela singularidade, implica sustentar a discussão que faça oposição às tentativas, ainda que em nome das melhores intenções, de nos agruparmos em um coletivo universalizante.

A psicanálise deve contribuir no campo da cultura para a construção de um espaço simbólico em que se manifestem os intercâmbios discursivos para a produção de uma nova significação, que permita instalar na sociedade novas categorias conceituais para a compreensão e promoção de alternativas que superem os impasses que encontra o fato social. Esta perspectiva é oposta a qualquer concepção fundada em um liberalismo político que quer fazer-nos crer que o social, o comunitário, é a conjunção de decisões individuais que deve prescindir do comum.

O conjunto, sempre incompleto, de realizações individuais não alcança a realização do comum.

Aceito este viés é possível admitir que a posição que um analista lacaniano deverá ter no campo político é aquela que implica evitar sugestionar-se pelo canto da sereia que se desprende das diferentes variantes do discurso do amo, implica em oferecer uma orientação que se constitua em uma opção materialista para constituir-se em porta-voz de uma alternativa possível perante o alienante do discurso capitalista que promove a entronização da pulsão em detrimento do desejo.

Convém não esquecer que um sujeito permeável ao empuxo desenfreado da pulsão abdica da moral e da ética. Os fundamentalismos ideológicos promovem essa direção.

O ensino de Lacan em conjunção com uma perspectiva política democrática, que saiba diferenciar o governo do estado, que respeite a liberdade de expressão e o pluralismo, fornece ferramentas necessárias para pensar o fato social. Ferramentas que, sustentadas na ética analítica, possibilitarão a produção de ações para tentar transformar, o transformável, do real.

Seria uma tentativa de superação para a construção de um espaço que lhe faça frente aos falsos semblantes que portam alguns ilusórios humanismos e duvidosos progressismos que presumem nos fazer crer que dão resposta aos problemas que sequer se animam a expor seriamente**.**

A psicanálise lacaniana aspira ser uma prática subversiva, mas não revolucionária na medida em que vai contra as identificações, os falsos ideais, as crenças adaptativas e as propostas ilusórias de homogeneizar aos seres falantes.

Há de se esperar que com sua palavra contribua para um debate que promova a comunidade de interesses entre a democracia e os valores republicanos, como modo de organização da comunidade política e o discurso analítico, que promova a utopía de uma comunidade antisegregativa, de uma comunidade que suporte as exceções.

Do discurso analítico ao discurso político medeia a distância entre a ética do bem dizer à etica que aspira dizer onde está o bem.

Nossa divisa não deve esquecer que: "Não há normas.Todos os homens são exceções a uma regra que não existe" (14) (Fernando Pessoa).

Tradução: Pablo Sauce

Bibliografia:

(1)LACAN, J. Revista lacaniana de Psicoanálisis. Publicação da Escuela de la Orientación Lacaniana. Argentina, 2016. Notas sobre El Padre. pág.

(2)BOBBIO, N. y otros. Diccionario de Política. Siglo XXI. España. 1998

(3) LACAN, J., Proposição do 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. *Outros escritos*. RJ. Jorge Zahar Ed, 2003.

(4) LACAN, J. Seminário XI. Os quatros conceitos fundamentais da psicanálise. J. Zahar Ed. RJ. . 1988. Pág. 12 e 13.

(5) FREUD, S. Análise terminável e interminável. Imago. Volume XXIII.

(6)MILLER, J.A. Curso año 2001/2. El desencanto del psicoanálisis. XVII sesión del 15-5-2002. Inédito.

(7)LACAN, J. Seminario XXIV. L´Insu…Clase del 16-11-76. Las identificaciones. Inédito

(8)ZACK, O. Los decires del amor. Grama Ediciones. Argentina. 2012. Pág. 96

(9) Disponível em: www.pagina 12.com.ar/diario/psicología.26-4-2012

(10)LACAN, J. Seminario 7. A Ética da Psicanálise. J. Zahar Ed. 1988. Capitulo XIV, O Amor ao Próximo.

(11) LAURENT, Eric. O analista cidadão. In: Revista Curinga nº 13, Psicanálise e Saúde Mental. EBP/MG. Pág.07-13. Set. 1999.

(12)Ibid.

(13)Ibid.

(14) PESSOA, F. Aforismos e afins. Ed. Assírio e Alvim. Lisboa. 2003.

UM MERCADO DA VERDADE?

Marcela Almanza
NEL-AMP

Parto de uma citação do *Seminário VII de Lacan, "A ética da psicanálise",* para abordar algumas questões que atravessam nossa prática analítica hoje, não somente naquilo que concerne à época que nos cabe viver, mas também o que constitui o contexto mais imediato onde são geradas.

Se sempre voltamos a Freud é porque ele partiu de uma intuição inicial, central, que é de ordem ética. Acredito ser essencial valorizá-la para compreender nossa experiência, para animá-la, para não nos extraviarmos, para não a deixarmos degradar. É por isso que, este ano, ataquei este assunto (1).

Marcelo Veras. "Sem título". Fotografia. EBP- AMP

Sabemos que a lógica do mercado que permeia nossas sociedades atuais traz consigo um ideal de produtividade e de eficiência, que para muitos sujeitos torna-se uma exigência tortuosa e difícil de cumprir por não saber como responder de maneira adequada a tais demandas.

É aí, quando o avanço incessante da ciência e da técnica, da ideologia da avaliação e daquilo que J. -A. Miller chama "a força do imperativo da transparência onde tudo é calibrado em função de sua razão de ser", de sua "utilidade direta" (2) que aparece *algo opaco ao sentido,* que coloca o sujeito em aperto e faz parte, não poucas vezes, das coordenadas sob as quais recebemos certas demandas de análise.

Tomarei pontualmente o exemplo da prova do polígrafo, chamado também de "detector de mentiras" ou "máquina da verdade", cuja invenção e uso embora date de várias décadas, desperta na época atual múltiplas controvérsias, já que seu pedido tem aumentado e sua aplicação muitas vezes não parece regulada nem encontra limites precisos ao visar extrair o máximo de informação e o maior benefício possível para a tomada de decisões na hora de contratar pessoal, geralmente em instâncias do governo, empresas e outros âmbitos onde se requer avaliar a credibilidade do sujeito e os possíveis fatores de risco para o cargo.

Basicamente, a prova poligráfica registra as mudanças psicofisiológicas que ocorrem quando alguém mente durante uma entrevista onde se avalia a honestidade e a confiabilidade das pessoas, e, onde são tratados temas tais como antecedentes acadêmicos e laborais, consumo de substâncias ilícitas, antecedentes judicias, comissão e participação em delitos, roubos e condutas irregulares em empregos prévios.

Uma das polêmicas que o uso do polígrafo desperta, frente à ausência de regulação do uso da prova, é que esta pode constituir-se na violação das liberdades individuais, da segurança jurídica, e dos direitos humanos.

Sob estas coordenadas, compartilho brevemente duas situaçõesque, no contexto do dispositivo analítico e frente ao fato de passar pela "prova", dão conta de um *plus* que se desprende da *monotonia da técnica* e compromete àquele que fala em outra dimensão dos seus ditos:

Do lado do "avaliador": trata-se de alguém que chega à sessão angustiado por algo que o divide e *que não pode nomear*... ponto de angústia que aparece pela primeira vez em sua vida por um lado, perante ao relato de um dos seus entrevistados frente ao qual fica pasmo… E, por outro lado, frente à insistência do seu chefe em conseguir ainda melhores respostas do avaliado, em obter maior eficácia e resultados de acordo com às expectativas do seu posto. Aquilo que lhe é imposto sem sentido, decantado pela análise e articulado à trama da sua fantasia, advém em um significante que marcou sua vida e que agora o interpela: "ausente".

Do lado do "avaliado": um homem chega à sessão logo após fracassar frente ao desejo de passar na prova do

polígrafo para ingressar em uma instituição localizada no lugar de ideal para ele. Havia investigado bastante no Google sobre o que fazer para passar na prova. Além disso, lhe recomendaram que tomasse um comprimido para a ansiedade, para controlar suas respostas, mas "esqueceu" de tomá-lo... Reprovou, e agora se recrimina por isso. Diz: "Será que há algo em mim que está mal? Quero tentar novamente, mas não estou tão seguro… antes preciso elevar minha autoestima para não falhar."

Se em uma análise experimentamos desde seu início que as palavras não são só palavras, que o sujeito tem sempre sua parte naquilo que diz, que a linguagem serve ao ser falante para algo mais do que a comunicação e que a mentira ou a verdade não são entidades quantificáveis capazes de ser capturadas por meio de aparelhos, provas, protocolos, estatísticas e demais elementos de medição, ali onde se pretende que o cérebro seja mestre e senhor de nossas condutas, uma análise sempre revelará que em relação ao

[...] real, a verdade sempre se pluraliza, demostra ser múltipla como a mentira… a verdade que na análise buscamos, a verdade que falamos, a verdade que falo, a verdade na medida em que a digo, é idêntica à mentira quando colocamos que ela cobre o real, de modo que não é mais do que um efeito do significante, um efeito variável de significante. (3).

Nessa via, com Lacan, nos perguntamos como introduzir a dimensão ética em nossa experiência frente à demanda de suturar àquilo que falha, aquilo que não anda que requer uma solução imediata, (uma demanda cada vez mais urgente na época atual), para pôr a máquina em movimento outra vez, e assim resolver os conflitos a tempo e de forma a não questionar-se demasiadamente? Como dar lugar ao inconsciente para fundar, a cada vez, a possibilidade de uma clínica sob transferência, uma clínica da pergunta, uma clínica ética que comprometa o ser falante com aquilo que diz e faz, em um registro que o leve mais além das evidências da identificação, das respostas ilusórias e das boas intenções?

Se a lógica do mercado, de mãos dadas com a ciência e à técnica, provê incessantemente soluções *ad-hoc* que redundariam em uma redução de gastos e economia de tempo, oferecendo-se como serviços ideais para conhecer o comportamento e enfrentar as problemáticas potenciais que o "fator humano" sempre introduz em certos contextos, "a psicanálise, na medida em que é representada por um analista, é responsável pela presença do inconsciente e de inscrevê-lo dentro do campo da ciência. Em outras palavras, deve tirar partido de circunscrever a causa da identificação" (4).

O analista é convocado então a fundar com sua escuta, em cada sessão analítica, um tempo e um espaço muito especial que se abstrai de toda avaliação de utilidade direta e que, portanto, longe dos ideais da psicologia e de um ponto de vista mecanicista, determinista, é capaz de acolher aquilo que não entra na norma, aquilo que para outros discursos não serve para nada, mas que para esse *parlêtre* constitui o mais singular da sua existência.

A fórmula freudiana *Wo Es war, sol Ich werden*, "onde o Isso era, o eu deve advir", é retomada por Lacan neste Seminário. Ali diz "Sua raiz nos é dada numa experiência que merece o nome de experiência moral, e situa-se no próprio princípio da entrada do paciente em análise. Esse *(eu), com efeito*, que deve advir lá onde isso estava e que a análise nos ensina a avaliar, não é outra coisa senão aquilo cuja raiz já temos nesse *(eu)* que se interroga sobre o que quer. Ele não é apenas interrogado, mas, quando progride em sua experiência, coloca para si mesmo essa questão, e a coloca para si precisamente no lugar dos imperativos frequentemente estranhos, paradoxais, cruéis, que lhe são propostos por sua experiência mórbida" (5).

Em sua conferencia "Patologia da ética", J. -A. Miller nos recorda que "*soll*, o dever, define o esforço do sujeito como um esforço ético, como uma injunção ética e como uma exigência de subjetivação. O "*Es",* o *"isso"*, é algo impessoal. E nesse lugar de impessoalidade, o sujeito tem o dever de vir. Pode-se, imediatamente, traduzir esse lugar de impessoalidade, o isso freudiano, em curto-circuito, como o lugar do gozo pulsional. Lá, onde isso goza, o eu (*je*) que fala deve advir. O dever define o esforço do sujeito como um dever dizer, que faz entender em que sentido Lacan disse que a finalidade da experiência analítica é um bem dizer" (6).

Para finalizar, poderia se dizer que, entre o produto que "a máquina da verdade" produz um dado objetivo sem maiores pretensões que uma avaliação "sob medida", e o testemunho de um sujeito em análise, cujas palavras cobram vida e produzem ressonâncias para além do sentido, se inscrevem o consentimento e a responsabilidade.

Um esforço ético no qual estamos comprometidos constantemente, como analistas-analisantes, para assegurar a existência da psicanálise neste século para além das coordenadas da época e em uma aposta pela causa.

Tradução: Paola Salinas

Bibliografia:
(1) Lacan, J., O seminário, Livro 7, *A ética da psicanálise*, Jorge Zahar Editores, Rio de Janeiro, 2008, p.51.
(2) Miller, J. -A., *Un esfuerzo de poesía*, Paidós, Bs. As., 2016, p.36. Tradução Livre
(3) Ibidem, p. 217. Tradução Livre.
(4) Ibidem, p. 216.
(5) Lacan, J., op. cit., p. 18.
(6) Miller, J.-A., "*Patologia da ética*", Lacan elucidado. Palestras no Brasil, Jorge Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1997, p. 345.

Um aprofundamento na noção do real. Sobre o seminário A ética da psicanálise.

Bernardino Horne
EBP-AMP

Introdução

O título deste texto repete as palavras de Lacan (1), à Ética da Psicanálise. Explicitamente, abre um projeto novo, no qual não aspira – como é comum às Éticas – refletir sobre o ideal, o bem e as formas para alcançá-los. Decide tomar o caminho contrário, ir ao inverso, no sentido "de um aprofundamento na noção de real" (2). Este projeto se estenderá até o Seminário 23 quando estabelece o Sinthoma como a via clínica privilegiada e afirma: "O real é sem lei" (3). A direção da cura não mais se orienta no sentido, mas no sem sentido.

Miller dedica vários Cursos a este tema, desde "*Piezas sueltas*", de 2004 até seu Curso de 2011, "O ser e o Um", ainda inédito. Neles, se dedica a desvendar o fato e as consequências teóricas e clínicas que implica esse giro de 180 graus, que vai do Outro ao Um. Com efeito, se consideramos o Outro como ponto de início, cabe uma ética do amor ao próximo, mas, se tomarmos este início no Um, chegaremos a uma ética que considera o gozo Um.

Alejandra koreck. "O que estamos fazendo II". EOL- AMP

O lugar e o valor do Seminário 7 no Ensino de Lacan.

A Ética da Psicanálise é o tema do sétimo Seminário de Lacan. Antes dele, Lacan constrói a estrutura do Campo do (A) Outro e define o Inconsciente estruturado como uma linguagem. Entre os Seminários 1 e 7 transcorre o tempo do Simbólico e o Imaginário.

O empenho de Lacan nesse momento é o de poder significantizar o gozo montado sobre o Imaginário e o Narcisismo. Um dos pilares desta tarefa culmina quando outorga ao Falo o estatuto de simbólico. Critica duramente a degradação na teoria e na clínica, dos conceitos freudianos e, na conferência de Junho de 1953(4), anuncia sua ruptura com essa perspectiva para voltar a uma leitura de Freud desde os três registros, que são os fundamentais da experiência humana: o Simbólico, o Imaginário e o Real. A rigor, trabalhará fundamentalmente o Simbólico e o Imaginário. No Seminário 7, a orientação girará em direção ao real.Na primeira época, o real aparece por meio da associação que se estabelece entre o real, o impossível e a morte.

No comentário sobre o esquecimento por Freud do nome de Signorelli, Lacan diz que, no momento no qual o discurso se aproxima do saber verdadeiro, se fragmenta em restos, pedaços soltos de real (5). O real que desvia o discurso no sentido do esquecimento será sua relação com a morte, pelo caminho associativo de Signorelli, Sig-

nor, Herr. A morte como o Senhor. Também no Seminário 2, no sonho da injeção de Irma, Lacan relaciona esse objeto de horror na garganta de Irma com a morte, a que chama de "o Real último" (6).

O ensino é uma reflexão permanente em Lacan. Nele também aponta ao real da pulsão. Nos Escritos "A psicanálise e seu ensino" de 1957, pergunta aos psicanalistas e a si próprio, sobre o real da formação analítica: como se faz presente o real na experiência singular de cada um? (7) Nesse momento, no início de seu ensino, Lacan procura se aproximar do real pela via do mais verdadeiramente próprio de cada um, o que implica uma ética da autenticidade. Diz que Freud interrogava o sustento dessa verdade com a concepção da pulsão de morte. Isso é o real da psicanálise. A Verdade era então a morte. Por perder este rigor psicanalítico e recusar a interrogação de Freud sobre o real da pulsão de morte, os psicanalistas de hoje, diz Lacan, tem caído num "ambientalismo declarado".

Miller localiza o Seminário 7 na obra de Lacan (8). Observa que nele abre-se a questão do real. Dedica seu empenho a desvendar as relações do real, o simbólico e o imaginário na perspectiva do gozo. Diz, então, que nos primeiros seminários, a tentativa de Lacan é a de imaginarizar o gozo e depois passá-lo ao campo significante. O Falo é um significante. Se até então Lacan atribuiu o gozo ao Imaginário e ao Simbólico, no Seminário 7 introduz o gozo impossível atribuído ao real.

Ao pensar sobre o real, dele nos afastamos porque ele é irrepresentável, disperso, impossível, imóvel: não se diz, não se escreve, não se imagina. O real há. Não conhece o sujeito ou o ser; apenas existe. Nele não se tem como armar diferenças ou fazer conjuntos. Se entrevê como pedaços ou peças avulsas, não tem nome, não informa. Não há saber no real, existe como exterior ao saber. É o negativo do verdadeiro, não faz laço, é fugaz. É separado de todo e até de todo o todo. Não obedece nenhum sistema, nem tem ordem. O real é sem lei (9). Não há relação sexual; é o modo no qual Lacan diz desta separação radical do real com o Simbólico e o Imaginário.

O Sinthoma tem a função de pivô na clínica na medida em que contém um "Kern" de real, ilegível, de gozo opaco que condensa o fato puro do *Troumatisme*. Escreve-se como gozo, na escritura borromeana que se faz no real. O gozo então é o real da experiência e o modo em que se faz presente na clínica. "O gozo verdadeiro, a satisfação pulsional, a *Befriedigung* não se encontra nem no Imaginário nem no Simbólico, ela é da ordem do Real" (10).

O capítulo 1 da "Ética" é dedicado ao programa do ano. Lacan é muito claro. Coloca o real no horizonte e determina o projeto de aprofundar-se nos seus mistérios.

É uma evidência desta orientação o fato de começar o Seminário 7 com a pergunta sobre *Das Ding*. Uma consequência é a mudança na qual a defesa toma o lugar do recalque. A defesa é a mentira estrutural, originária, o Próton Pseudos. O recalque, assim como o retorno do recalcado na forma de Sintoma, deixa seu lugar ao Sinthoma que tem uma poderosa raiz na substância gozosa. A fenda entre Significante e Gozo gera a "desarmonia fundamental do gozo com o Sujeito". O Gozo está do lado da Coisa e fica impossível o casamento entre o Gozo e o (A) Outro.

Na psicanálise, "estamos mergulhados nos problemas morais propriamente ditos" (11). Lidamos com a falta; com a falta pelo assassinato do pai e com a pulsão de morte, da qual o humano está prisioneiro irremediavelmente. A morte do pai traz o sentimento de culpa que é uma experiência moral. Entretanto, continua a dizer Lacan (12), que a psicanálise é uma experiência que destaca a função fecunda do desejo e é no desejo que se enraíza a gênese da dimensão moral. Depois de proferir, no Seminário 19 que "Há Um" (13), o desejo será uma mutação do gozo pela incidência do amor. Não se trata do amor à humanidade ou de um amor sem desejo sexual como oferece a Encíclica "Sobre o amor Cristão" (14), mas de um desejo humano que procura a satisfação. A releitura do "*Entwurf*" é a primeira etapa do programa de Lacan, que escolhe este texto por ser o primeiro no qual Freud tenta colocar em claro sua intuição de origem, seu instante de ver e percorre o texto procurando momentos de encruzilhada na elaboração freudiana como ser quando diz que o *Entwurf* revela certo embasamento inaugural da reflexão freudiana(15), ou que Freud teve ideia "da dimensão em que acontecem as ações do homem situando o conflito que se expressa na vida do ser humano, na dimensão moral."

Para Freud, diz Lacan (16), o fundamento moral, a lei fundamental, primordial "onde começa a cultura à medida que se opõe à natureza" é a lei da interdição do incesto. Pensa Lacan que o incesto verdadeiro é o do filho com a mãe. Destaca a antinomia entre prazer e dever moral. O prazer aparece como oposto ao esforço moral. Entende que a experiência de satisfação do sujeito é "inteiramente suspensa ao outro" (17). Até o Seminário 19 continuará a perspectiva onde o Outro é o ponto de partida do mental. Um passo na direção de seu último ensino é

o Outro barrado que aparece no Grafo do Seminário 5. Aproxima-se do Um, pelo singular que implica *Das Ding*, seu lugar e sua função. Lacan diferencia claramente o que será posteriormente a separação entre Real de Simbólico e Imaginário. Para isso, separa a Coisa nas duas versões que nos dá Freud no seu texto sobre o Inconsciente (1915), para separar o real do simbólico, ou seja, a Coisa bruta, *Das Ding* de Sache que é a Coisa também, mas é uma Coisa passada pelo Simbólico, pertence à ordem jurídica.

"Sache e Wort formam um par. *Das Ding* situa-se em outro lugar" (18). Está aqui o germe da separação radical entre real com simbólico e imaginário.

Lacan conclui esta leitura afirmando "que o Bem Supremo, que é *Das Ding*, que é a mãe, o objeto do incesto, é um bem proibido e não há outro bem. Tal é o fundamento, invertido, derrubado em Freud, da lei moral". A mãe, baseamento do gozo como *Das Ding* fica por fora excluída do sistema (19).

Minha tese continua em Lacan "é de que a lei moral se articula na visada do real como tal"(20). Por isso, nos convida ao interesse pelo acme da crise da ética vinculada ao momento da Crítica da Razão Prática de Kant. Kant define a ação moral como: "Faz de tal modo que a máxima de tua ação possa ser tomada como uma máxima universal" (21).

O nível Simbólico Universal da máxima Kantiana esconde o objeto e a satisfação pulsional. É uma tentativa de fundar um sistema de moral pura sem referência à experiência. Uma regra de ação moral fundada sobre a relação do sujeito com os objetos do mundo não tem universalidade, na medida em que, na experiência, as coisas mudam. A razão pura de Kant é por si prática e dá ao homem uma lei universal que denominamos lei moral (22). Isso impõe ao humano um esforço de renúncia pulsional e ao desejo, que aumenta o Mal-estar na Civilização segundo a tese de Freud (23). A proposta ética de Sade se sustenta em todo o contrário, a máxima universal de nossa ação dirá, é o direito de gozar do corpo de outrem, quem quer que seja como instrumento de nosso prazer. Lacan, no seu escrito Kant com Sade de 1963 se aprofunda nesta questão.

Sade apresenta o gozo como o gozo do Um, que existe sem freio e sem sentimentos; os mais sagrados como são o amor e respeito pela mãe, irmão, propriedade, a vida, a honra e demais valores classicamente considerados como baluartes morais. Isso não é apenas enunciado no seu livro "A Filosofia na Alcova" que relata também a experiência do realizado em vivo pela jovem iniciada nos meandros da ética de Sade. Miller, no seu comentário de Kant com Sade escreve K/S para mostrar que Sade, desvenda a verdade do gozo oculto na máxima kantiana. É importante saber que podemos confundir e chamar desejo a um elemento fixo, que na verdade expressa uma vontade de gozo pulsional mais do que um desejo. No gozo, o amor fica excluído. Assim como o desejo é uma mutação de gozo pela incidência do amor, pode voltar a ser gozo como vontade de gozo. Lacan mostra em Kant com Sade a distorção do desejo na perversão (24). O dever de "não renunciar a teu desejo" é de grandes implicâncias éticas.

Desde o início de seu programa, Lacan interessa-se pelas pulsões parciais em tanto perverso polimorfas como também interessa-se no texto "O Problema Econômico do Masoquismo". Nele, Freud destaca como o Supereu, que é a pura pulsão de morte e se satisfaz no imperativo categórico: Goza! No campo de Eros, encontra o prazer no laço que faz a libido quando fixa pulsão de morte no corpo. Trata-se de uma experiência de corpo; é uma perspectiva que aproxima o masoquismo erógeno moral freudiana do Sinthoma do Seminário 23. Na fantasia perversa o desejo devém vontade de gozo.

Marco Focchi, no seu excelente texto "Uma Ética no Humanística" (25), comenta que Sade a partir do sistema do papa Braschi justifica a Vontade de destruição, considerando que forma par com a reprodução. A pulsão de morte implica a vontade de destruição moral, afetiva, mas que sempre termina no sofrimento e na morte do vivo.

O Nirvana leva à quietude e tende a manter a tensão no nível zero, no entanto, a pulsão de morte se sustenta na tensão. No capítulo O objeto e a Coisa (26), Lacan retoma a reflexão sobre *Das Ding* que qualifica de problema, mas assume a responsabilidade de pensar que ela é "necessária a nosso progresso" (27).

Das Ding como estranha, Unheimlich, "Fremde", que pode ser hostil e tem a ver com esse interior excluído ou excluído no interior, que Lacan chamará *Extimité*. Comenta que os afetos não devem ser confundidos com o real. São muito importantes, mas se bem não são significantes; são redutíveis ao simbólico na medida em que podem ter caráter de signos. Antecipa também a ideia de ser a angustia o afeto por excelência. "Com esse campo que chamo Campo *Das Ding* somos projetados para algo que está muito além do âmbito da afetividade". Esta frase ressona com a do Seminário 19 na qual funda o campo Uniano. Também dirá a formula brilhante sobre a sublimação: o objeto é elevado à "dignidade da Coisa" (28).

O empenho de Lacan é de descascar os restos de Imaginário e de Simbólico grudados na "a Coisa" para desvelar o Real. *Das Ding* condensa em um mesmo ponto, no mesmo instante, a vida e a morte. Lacan discorre por momentos de forma magnífica, de muita riqueza e firme no rumo empreendido. Exemplo, quando faz referência à dimensão trágica da experiência analítica, sua leitura de Antígona, a função de véu que tem o Bem e o Belo que ocultam e denunciam a urgência da satisfação da pulsão e o horror ao real.

No percurso que nasce no Seminário 7 até o Seminário 19, passa por assuntos fundamentais que são passos na construção de seu projeto.

O Seminário 19. Há Um: o Campo Uniano.

No Seminário 20 Lacan diz: "O real [...] é o mistério do corpo falante, é o mistério do inconsciente" (29). Lacan responde antecipadamente a este mistério, ao dizer no Seminário 19: "O que só existe ao não ser: é disso que se trata, e foi o que eu quis inaugurar hoje no capítulo geral do Uniano" (30).

Entendo que ele fala da forma do Significante incorporar-se, mutar em gozo, deixar de ser para existir e depois voltar a ser o que era: Significante. Acontece uma incorporação do significante e depois uma significantização.

O significante Uniano atua em dois tempos: Um de pura existência, é um momento de substância gozosa, do gozo Um. Acontece no real sem Significante. Em outro momento, dá-se o tempo do significante; do significante Um sozinho. Acontece quando o significante faz furo na substância gozante e o simbólico retoma seu poder. É o momento de alíngua. Sua primeira função é a de separar o gozo um em gozos. Miller escreve: J# J=S, que posso ler como: substância gozosa # gozo da Alíngua (31). Sobre esta base de gozos e ressonâncias se constrói a linguagem.

Do Seminário 19 ao 23, se dedica às consequências da afirmação há Um; então, se aprofunda na escritura borromeana, além da questão da leitura no lugar da interpretação, elabora as fórmulas da sexuação e, no Seminário 23, alcança o cume de seu programa ao afirmar "O real é sem lei". No mesmo momento instala uma clínica do Sinthoma, que, como sabemos, tem uma raiz na própria substancia gozante. O Outro não existe, o que leva o analista a pensar desde uma ética do Um.

Está ainda em debate o alcance clínico desta diferente perspectiva onde a iteração, as ressonâncias e a repetição governam o falasser. Para aceitar a passagem de um sistema conceitual a outro existem sempre dificuldades e obstáculos (32). Por exemplo, para passar do sistema copernicano ao sistema einsteiniano, a comunidade científica precisa de um tempo para elaborar o novo sistema, mas no campo científico este tempo é breve e pouco depois é parte do saber da comunidade. Na psicanálise, há que considerar um obstáculo próprio, diz Lacan: "Na medida em que estamos implicados, os obstáculos dependem da elaboração do que constitui os limites da experiência analítica, a saber, a angústia de castração".

Miller se pronuncia em diversos momentos de sua elaboração. Em "O Ser e o Um", diz que na análise, depois de terminar com o Outro e ter a solução do seu desejo, persiste o Há o Um (33). O que Freud chamava de restos sintomáticos. Com o primado do Um, o gozo vem em primeiro plano. Trata-se de um gozo primário. Apenas secundariamente ele é objeto de uma interdição.

O Século XXI. A Pulsão Escópica, a Aceleração Temporal e o Poder da Imagem.

O poder da pulsão escópica divide as responsabilidades das marcas que se perfilam predominantes no Século XXI. Sua qualidade sutil e etérea impõe um ritmo na aceleração temporal de nossos dias e dá poder a Imagem. Impera em todos os campos da atividade. Seu poder permitiu ao ser humano elevar-se ao estado bípede e abandonar o olfato como orientador. Na Idade Média, quando na metade da vida, por causa do declínio da visão, o homem perdia a qualidade de suas habilidades, inventou os óculos. Hoje esquadrinhamos os secretos do universo com o *Hubble* e ouvimos nas ressonâncias do *Big Bang* na origem de nosso planeta. A pulsão escópica toma predomínio como forma de gozo. Traz consigo um gozo próprio que invade o corpo e procura outras satisfações. O falasser constrói o mundo virtual como forma de satisfação da pulsão escópica que se intrica com o gozo sexual.

Como o relâmpago e o trovão, há uma relação estreita entre a imagem e as ressonâncias. Estas têm uma forte capacidade de reconectar-se aos afetos assim como reproduzir e mutá-los.

O século XXI reserva grandes desafios éticos na medida em que os avanços genéticos, a manipulação do DNA, a procriação artificial, o melhoramento dos dados genéticos, a substituição de órgãos, a capacidade de produzir alimentos para grandes populações e muitas outras, terão um desenvolvimento difícil de imaginar. O mal-estar que a civilização produz não será menor, nem a felicidade maior, apesar de tanta evolução.

Possivelmente as considerações éticas sejam o único limite ao poder dos humanos. Recentemente, o historiador Harari (34) nos lembra que o gênero Homo deu lugar a várias espécies. Cinco delas conviveram junto com a espécie Sapiens que as eliminou, não pela força, mas pelas novas habilidades, especialmente as linguísticas no campo da comunicação que facilita constituir grandes grupos. Prediz nos próximos 1000 anos a aparição de uma nova espécie. Se assim for, se chamará Virtualis a nova espécie de Homo que superará o Sapiens?

Bibliografia:

(1) Lacan, J., O Seminário, Livro 7, A ética da psicanálise. Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro, 1988.
(2) Idem, p.21
(3) Lacan, J., O Seminário, Livro 23, O Sinthoma. Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro, 2007.
(4) Lacan, J., *Le symbolique, l´imaginaire e le réel. Em Des Noms-du-Père.* Éditions *du Seuil* Paris 2005.
(5) Lacan, J., O Seminário, Livro 1, capítulo IV, Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro, 1986.
(6) Lacan, J., O Seminário, Livro 2, O Eu na Teoria de Freud e na Técnica da Psicanálise, Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro, 1985.
(7) Lacan, J., Escritos, Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro, 1998.
(8) Miller, J-A., Os seis paradigmas do gozo: Curso a OLCF – aulas de março e abril de 1999. Revista Opção lacaniana 26/27. Abril 2000, pp. 87-106.
(9) Lacan, J., O seminário, Livro 23, O Sinthoma, Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro, 2007, p.133.
(10) Lacan, J., O seminario, Livro 7, A ética da psicanálise, Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro, 1987.
(11) Idem, p.10
(12) Idem, p. 12
(13) Lacan, J., O Seminário, Livro 19, ... ou pior, Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro, 2012.
(14) Bento XVI. Encíclica 189 *Deus Caritas Est*, Sobre o amor cristão, 2006.
(15) Lacan, J., O Seminário, Livro 7, A ética da psicanálise, Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro, 1987, p.49.
(16) Idem. p. 86
(17) Idem. p. 53
(18) Idem. p. 61
(19) Idem. p.90
(20) Lacan, J., O Seminário, Livro 7, A ética da psicanálise, Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro, 1987, p.97
(21) Kant, E., *Crítica de la razón práctica. España: Espasa* – Calpe,1984. p.50.
(22) Idem, p.52
(23) Freud, S., "O Mal estar na Civilização", Obras Completas, Vol XX, Imago Editora, Rio de Janeiro, 1974.
(24)Lacan, J., Escritos, Jorge Zahar editora, Rio de Janeiro, 1998.
(25) Chorne, M., y Dessal, G., (editores). Jacques Lacan. *El psicoanalisis y su aporte a la cultura contemporánea/ ed. y glosario* de Mirian Chorne, Gustavo Dessal y Constanza V. Meyer; trad. De Carmen Cuñat, Juan Pablo Diaz Chorne, Conztanza V. Meyer, Jessica Ruiz DeCamp, Maria Spektor, FCE, Madrid, 2017.
(26) Lacan, J., O Seminário, Livro 7, A ética da psicanálise, Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro, 1987, capítulo VIII, p.127.
(27) Idem p.127.
(28) Idem p.140.
(29) Lacan, J., O Seminário, Livro 20, Mais, Ainda, Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro, 2008, p. 140.
(30) Lacan, J., O Seminário, Livro 19, ... ou pior, Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro, 2012, p. 131.
(31) Miller, J-A., "Peças avulsas". Em: Opção Lacaniana, Eólia, São Paulo, nº. 44, pp. 9-27, novembro de 2005.
(32) Lacan, J., O Seminário, Livro 10, A angústia. Trad.: Vera Ribeiro, Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro, 2005 pp. 280-281.
(33) Miller, J-A., Curso: A Orientação Lacaniana do Campo freudiano, aula 13, inédito.
(34) Harari,Y.N., Uma breve história da humanidade. Editora L&PM, 2014

Lacan XXI
REVISTA FAPOL ONLINE

MAIS SOBRE A ÉTICA DA PSICANÁLISE

A ÉTICA DO SINGULAR

Gerardo Arenas
EOL-AMP

Parafraseando Lacan, digamos que ainda está para ser formulada uma ética que, baseada no respeito pelo modo singular de gozar, centrada na responsabilidade absoluta do sujeito, e delimitada pela dignidade, integre as conquistas lacanianas sobre o *sinthome*: para pôr em seu topo a renovada questão do desejo do analista. (1)

Prematura sem ser precipitada, a frase dessa epígrafe – que em 2010 concluía nossa proposta de redefinir a orientação de Lacan – merece ao menos que comecemos a elucidar suas cláusulas e justificar sua necessidade.

Luis Darío Salamone. "Sem título". Fotografia. EOL-AMP

Na experiência analítica, o respeito não opera do mesmo modo que fora dela. Sem dúvida, analisante e analista costumam tratar-se com deferência e cortesia, mas isso admite muitas exceções, não implica reciprocidade e pode, inclusive, ser inadequado. Antes de mais nada, a regra fundamental não só propõe que se alguma vez a frase "Meu analista tem cara de imbecil" surgir em um analisante, este não duvide em enunciá-la, senão que, além disso, o incite a não substituir a palavra "imbecil" por um sinônimo mais suave, como "tonto", já que a análise opera com e sobre o significante, e neste nível a ausência de metalinguagem invalida o conselho *Suaviter in modo, fortiter in re* (ou sua versão popular "A cortesia não compromete a valentia"), pois ainda que "imbecil" e "tonto" tenham o mesmo significado, enquanto significantes não admitem os mesmos cortes nem possuem os mesmos equívocos e, então, não ressoarão do mesmo modo na interpretação. O analista, por isso, não tomará essa frase como uma falta de respeito para com sua pessoa. A formalidade não deve prevalecer frente à regra fundamental e à interpretação. Para que a uma analisante que se queixa de viver incansavelmente apressada, e que, além disso, está atada a um amor único e difícil, se interprete "Você é uma mulher ligeira" (2), (3), o analista deve abandonar todo o olhar relativo ao que concerne a expressão eleita, a fim de poder empregar a única arma que possui: o equívoco (4). Por isso Freud costuma comparar o analista com o cirurgião (5), que "deixa de lado inclusive a sua compaixão humana [para] realizar uma operação conforme as regras da arte" (6). Ao fim e ao cabo, a cortesia é a língua das cortes, feita para dirigir-se ao mestre, e o analista só pode usá-la com ironia, como o cirurgião do conto (7), que não o autoriza a devir um novo senhor, porque, ao menos na experiência analítica, quem realiza o diagnóstico, define o campo cirúrgico e autoriza a intervenção é, sem exceções, o analisante mesmo (8). Por outro lado, embora o campo de gozo esteja longe de ser homogêneo (9), é notável a uniformidade com que o gozo estranho, seja qual for, suscita em nós uma intolerância que no âmbito individual vai do horror ao ódio, e no social promove o racismo e a segregação (10). Tanto é assim que, no mandamento cristão *Amarás a teu próximo como a ti mesmo* – muito comentado por Freud (11) –, caberia, com justiça, dar a esse enigmático "como a" o sentido condicional do latim *quoad* (similar ao de "sempre e quando"), já que o radicalmente estranho, diferente, outro, é objeto da maior repulsa. A supervisão costuma revelar os obstáculos que isso impõe ao desejo do analista. Mas isto não significa que um analista deva respeitar qualquer modo de gozar. De fato, em geral, ele procura escavar dois deles que podem ser compartilhados por estarem ligados ao simbólico: o gozo do sentido e o gozo fálico presentes no sintoma e no fantasma. O paradoxal é que, como uma economia rege a distribuição dos gozos, reduzir esses dois modos implica incrementar o terceiro, que é precisamente o gozo privativo do analisante: o gozo do Outro, que Lacan denomina "gozo da vida", que é estritamente singular (12). Esse parágrafo vale

como glosa da cláusula relativa ao modo singular de gozar. O que dizer agora acerca da responsabilidade absoluta do sujeito? À primeira vista, o mais chocante nesta expressão é o caráter incondicional da responsabilização que a experiência analítica põe em prática, distanciada de sua mera equivalência como castigo (13). De que responsabilidade falamos? Enquanto acreditarmos que a análise é um laço entre duas pessoas, nunca entenderemos todas as responsabilidades que estão em jogo, que são muitas e estão bem diferenciadas. Toda análise envolve quatro termos: o analista, o analisante, o par analisante-analista e o discurso analítico. (Que este último inclua um amplo conjunto de pessoas, longe de repartir as responsabilidades, as multiplica.) E o analista é "responsável por um discurso que cria uma solda entre o analisante [e] o par analisante-analista" (14). Para que esta parceria se constitua, deve se produzir – como em toda parceria – um encontro, e desse encontro – como o de qualquer amor – ambos parceiros são responsáveis: o analisante pela transferência de libido que a possibilita e o analista por prestar-se a ser objeto dessa transferência. É o que Freud realça em seus escritos técnicos. Como o analista consegue fazer-se objeto da transferência? Não é por seus belos olhos, mas sim mediante uma interpretação que roce o que no sujeito é o mais íntimo e, ao mesmo tempo, o mais estranho (15). Até aqui, a responsabilidade do analista na direção do tratamento é tripla: ele deve calcular suas palavras para que estas tenham efeito de interpretação, manejar com sua pessoa para emprestá-la ao jogo da transferência e comprometer nisso sua singularidade (esse núcleo de seu ser que sua própria análise permitiu separar) submetendo-a à de seu analisante (16). Nesse nível, portanto, espera-se do analista o mesmo que de seu analisante ao final da análise: que consiga ajustá-la dignamente com sua singularidade. Tal é a justificativa última da análise do analista. E também a da supervisão, que não faz mais que prolongá-la. Contudo, para que isso tenha lugar, o analista deve começar por fazer o sujeito responsável pela sua posição em relação ao significante. É a base de tudo! Na experiência analítica "por nossa posição de sujeitos, sempre somos responsáveis", diz Lacan (17), e isto não cai do céu. A "letra miúda" da regra fundamental reza: *Tudo o que você disser será cobrado em sua conta*. E como se cobra? A posição inicial do sujeito em relação ao significante varia dentro de um amplo leque que vai desde a posição que tem no *lapsus linguae* (em que responsabilizá-lo é muito fácil) até a que resulta da alucinação verbal (quando responsabilizá-lo é quase impossível) (18). A fórmula "um significante representa um sujeito para outro significante" (19) não descreve, pois, uma estrutura dada ou natural, mas o produto de um forçamento. Uma vez alcançado esse primeiro passo, uma vez que o sujeito aceita fazer-se súdito dos significantes que profere, o seguinte passo consiste em fechar o círculo do discurso do mestre (ou seja, o do inconsciente) para constituí-lo como tal, e isso implica responsabilizar o sujeito pelo modo de gozar (fantasmático) que essa articulação significante-sujeito produz. Isto costuma ser ainda mais árduo que alcançar a representação do sujeito pelo significante mestre, e o caso extremo dessa dificuldade também se situa nas psicoses, em que o delírio frequentemente ocupa o lugar estrutural que na neurose cabe ao fantasma. Como se vê, não tornamos o analisante responsável por tudo que acontece na experiência analítica, mas apenas de sua posição de sujeito como efeito do significante e esta responsabilização, que não é criada por decreto, resulta de uma operação interpretativa feita ao começar a experiência (é a condição *sine qua non* para que ela tenha lugar).

Chegamos assim ao ponto mais difícil de elucidar em nossa proposta de uma ética coerente com a orientação de Lacan. Uma ética delimitada pela dignidade? O que significa isso? Um de nossos maiores obstáculos é que a dignidade ainda não ascendeu ao patamar de noção chave na elaboração teórica. Mas notemos que não é raro que a posição do sujeito em seus laços amorosos se caracterize, no começo da experiência, pela indignidade (que às vezes motiva a análise) (20) nem é pouco habitual que certas intervenções reestabeleçam o perdido sentimento de dignidade (21). Talvez a melhor prova de que esta se enlaça intimamente com a meta da análise, cujo fio condutor é a singularidade (22), seja o fato de que, quando nossa singularidade é questionada, desconhecida, rechaçada ou arrasada, a indignação nos embarga (23). Neste aspecto, a dificuldade com que nos encontramos para definir a dignidade é esclarecedora em si, porque se entronca com a peculiar relação que a singularidade mantém com o simbólico (na medida em que este registro é, por definição, universal). Sabemos que *digno* significa *merecedor*, e não necessariamente de um bem (algo pode ser digno de elogio ou de reprovação), mas não nos interessa aqui a dignidade humana, enlaçada com os merecimentos que pertencer à espécie *homem* implica, mas o que cada um merece no trato – sobretudo, amoroso – por ser único (24). Pois bem, dado que o analisante chega à consulta com a dignidade comprometida, vilipendiada ou destroçada, e na experiência analítica busca recuperá-la – se alguma vez a teve – ou conquistá-la, o caráter digno ou indigno de sua posição nas relações libidinais se converte em uma sorte de barômetro do progresso de sua análise, um indicador ético-clínico do ponto em que alcançou nesta. Mais ainda, se ele suporta sua singularidade com dignidade e já não necessita sacrificá-la no altar de seus laços

amorosos, se pode amar dignamente, sua análise valeu a pena (25). Por isso, as terapias que servem ao discurso do mestre estão em disputa (tácita ou explícita) com a psicanálise, já que há em jogo duas éticas inconciliáveis: a que procura submeter a "peculiaridade" do paciente à norma geral que este deveria acatar para adaptar-se aos cânones sociais, e a que faz valer a singularidade do analisante e tenta desembaraçar o caminho para que este consiga dar lugar a ela sem comprometer sua dignidade nas relações que mantém (26).

Anteriormente, havíamos adiantado a formulação de uma ética que integre as conquistas lacanianas sobre o *sinthome*. Assim, parafraseávamos a promessa lacaniana de "uma ética que integre as conquistas freudianas sobre o desejo" (27) cumprida nos dois últimos seminários que antecederam a virada dos anos sessenta (28) e indicávamos que, para o último Lacan, o *sinthome* ocupa um lugar homólogo ao que o desejo teve para o primeiro Freud: o lugar do singular (29). Por que sustentamos – sem tocar nem uma vírgula neste caso – que, no ápice da ética por vir, se colocará "a renovada questão do desejo do analista?"(30) Porque esta questão será renovada indefectivelmente devido ao viés em que propomos abordar a ética e porque a outra questão – a do *sinthome* do analista – recém começa a ser esboçada (31).

Concluímos a tarefa de elucidar as cláusulas da ética cuja formulação antecipávamos, e acreditamos ter justificado suficientemente a necessidade em que cada uma delas se apoia. Mas não poremos um ponto final nestas linhas sem antes comentar o aparente oximoro de seu título e a falsa proeza de ter sustentado esse discurso sem levar em conta o registro do real.

Na verdade, não existe tal proeza porque esta já foi realizada há uma década quando Miller conseguiu definir a orientação de Lacan em termos do singular e sem a necessidade de fazer referência ao real (32). Tê-lo notado de imediato (33) deu lugar a uma elaboração coletiva, sustentada por anos, na Escola de Orientação Lacaniana (34). É certo que tomar o singular como bússola e a dignidade como barômetro não reserva muito lugar ao real na futura construção de uma ética que integre as conquistas lacanianas sobre o *sinthome*–acaso não lhe deixe outro lugar que o da rosa dos ventos (35), ou o de uma petrificação no discurso de Lacan. O certo é que já não cabe tomar esse registro como o modo chave de orientar-se na experiência analítica (36). E, por mais que definir uma ética com independência do real pareça desprender o cheiro de enxofre da heresia, é evidente que com isso se ganha. O próprio Lacan notou, ao final do seu ensino, o caráter pulverulento do seu registro estrela (37) e isso, além de impugnar a utilidade deste como guia, multiplica o número de reais no discurso analítico. O problema é que, quando começamos a falar de coisas como "o real da ciência", "o real da natureza", "o real das matemáticas", "o real da inexistência", "o real da religião", não fazemos mais que reviver a pretendida extraterritorialidade da psicanálise (38) sob a forma de "um real" que seria seu e nada mais que seu. Isto, por sua vez, fecha o discurso analítico sobre si mesmo, pois a fórmula *Eles com seu real e nós com o nosso* tem a estupidez e a potência necessárias e suficientes para abortar qualquer diálogo com outros discursos. Fundar assim uma ética da psicanálise que, inversamente da que Lacan esboçou em seu sétimo seminário (39), só interesse aos analistas, seria sem sentido, já que toda ética tem vocação de um laço com o outro e isto cortaria essa possibilidade pela raiz.

Mas por acaso não se corre o mesmo risco ao propor uma ética do singular? Para mostrar que não, deveremos primeiro captar porque a expressão "ética do singular" não constitui um verdadeiro oximoro. É muito simples. Em *Da interpretação*, Aristóteles definiu o singular (*kath'hékaston*) como aquilo que é próprio de um só; para o caso do homem, Schopenhauer o denominou "núcleo de nosso ser" e o entendeu como uma vontade inconsciente ("*unseres Willens, welcher der Kern unseres Wesens ist*"); (40) Freud, que o tomou daí, substituiu a ambígua *vontade* pelo mais preciso *desejo*, dotou o inconsciente de leis próprias que já não permitiam identificá-lo com a mera falta de consciência, identificou esse núcleo do ser com as "moções de desejos inconscientes que exercem uma força compulsiva"(41) e assim lhe deu o sentido clínico de um coercitivo traço de estilo que rege as relações eróticas do sujeito, um traço cujo paradigma mostrou no caso do Homem dos Lobos:

> O mais singular fenômeno de sua vida amorosa, após a maturidade, eram acessos de paixão sensual compulsiva, que surgiam e novamente desapareciam em misteriosa sequência, desencadeavam nele uma enorme energia, mesmo em épocas de inibição, e se subtraíam totalmente ao seu controle (42).

Por último, Lacan resgatou de Freud essa interpretação da singularidade como o peculiar estilo dos laços eróticos e assim a conservou de ponta a ponta na sua obra, por mais que tenha dado à singularidade formu-

lações diversas, tais como a da "personalidade" em sua tese psiquiátrica, a do "objeto *a*" nos anos sessenta, e a do "*sinthome*" em seu seminário sobre Joyce (43). Se a ética versa sobre o laço, e toda singularidade é laço, uma ética do singular não só é desejável e possível, como também muito viável. Ademais, ao fundar essa ética no singular, contornamos o perigo de baseá-la em um real que a psicanálise supostamente não compartilha com outras disciplinas. As três extensões (universal, singular, vazio) e as quatro modalidades (possível, impossível, contingente, necessário) formam, ao contrário, uma trama comum a todos os discursos (44) e isso abre as portas ao diálogo. Da mesma forma, possibilita uma confrontação efetiva. Os debates sobre a avaliação da prática, sobre a regulamentação da saúde mental e sobre o tratamento do autismo, para citar apenas os exemplos recentes, têm consequências políticas, econômicas e sociais que excedem em muito a intimidade da experiência analítica, mas seriam insustentáveis ou desertos se nos limitássemos a evocar "nosso real" em vez de contrapor às aspirações da ciência e do mercado, a ética do singular que a psicanálise defende.

Tradução: Flávia Cêra

Bibliografia:

(1) Arenas, G. *En busca de lo singular*, Grama, Buenos Aires, 2010, p. 286.

(2) Lysy, A. "Faut y aller!". *La Cause freudienne*, 75 (julio de 2010), pp. 64-72.

(3) Traduzir *coureuse* como "mulher ligeira" respeita o equívoco entre "corredora" e "mulher inconstante no amor" que a interpretação explora.

(4) Lacan, J. *O Seminário, livro 23, O sinthoma*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007, p. 18.

(5) Freud, S. "A psicoterapia da histeria" (1895).*Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. v. II. Rio de Janeiro: Imago, 1987; "Cinco lições de psicanálise" (1909). *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Vol. XI. Rio de Janeiro: Imago, 1996; "As perspectivas futuras da terapia psicanalítica" (1910).*Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*, Vol. XI. Rio de Janeiro: Imago, 1970; "Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise" (1912). *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 2006; "Sobre o início do tratamento" (1913). *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 2006; "28ª conferência. Terapia Analítica" (1918). *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. vol. XVI. Rio de Janeiro: Imago, 1969; "Novos caminhos da terapia psicanalítica" (1918).*Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. vol. XVI. Rio de Janeiro: Imago, 1969; Deve a psicanálise ser ensinada na universidade? (1918). *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. vol. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1969; "A questão da análise leiga" (1926). *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. vol. XX. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

(6) "Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise" (1912). *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

(7) Freud, S. "Os chistes e sua relação com o inconsciente". *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. v. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

(8) Lacan, J.*O seminário livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Tradução: M.D. Magno. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. Arenas, G., "¿Cómo veterinarios o como analistas?", AA.VV., *La locura de cada uno*, Grama, Buenos Aires (em vias de publicação).

(9) Freud, S. "Fragmentos de la correspondencia con Fliess" (1892-1899), *Obras completas*, Vol. I, Amorrortu, Buenos Aires, 1991, pp. 223, 307. Lacan, J.*O seminário livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992, p. 86; Lacan, J. "A terceira". *Opção Lacaniana*. Revista Brasileira Internacional de Psicanálise. N. 62. São Paulo: Eólia, 2011. Arenas, G. *Pasos hacia una economía de los goces*, Grama, Buenos Aires, 2017, pp. 25, 57, 61-63.

(10) Miller, J.-A. *Extimidad*, Paidós, Buenos Aires, 2010, pp. 53-55, 221-222.

(11) Freud, S. "O mal-estar na civilização" (1929). *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*, Vol. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1996; "Por que a guerra?" (1932) *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*, Vol. 23. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

(12) Lacan, J. "A terceira". *Opção Lacaniana*. Revista Brasileira Internacional de Psicanálise. N. 62. São Paulo: Eólia, 2011.

(13) Lacan, J. "Premissas a todo o desenvolvimento da Criminologia". *Outros escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003; "Psicoanálisis y criminología", *Intervenciones y textos*, Manantial, Buenos Aires, 1985, t. 1, pp. 26-31. Arenas, G. *En busca de lo singular*, Grama, Buenos Aires, 2010, p. 154.

(14) Lacan, J. "A terceira". *Opção Lacaniana*. Revista Brasileira Internacional de Psicanálise. N. 62. São Paulo: Eólia, 2011.

(15) Lacan, J. "Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola". *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

(16) Lacan, J. "A direção do tratamento e os princípios do seu poder". *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

(17) Lacan, J. "A ciência e a verdade. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 873.

(18) Arenas, G., *La flecha de Eros*, Grama, Buenos Aires, 2012, pp. 28-29.

(19) Lacan, J. "Posição do inconsciente".*Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 854.

(20) Arenas, G. *En busca de lo singular*, Grama, Buenos Aires, 2010, pp. 140, 285-286; *La flecha de Eros*, Grama, Buenos Aires, 2012, pp. 150, 334-335.

(21) Lacan, J. "A psiquiatria inglesa e a guerra" .*Outros escritos*.Rio de Janeiro:Jorge Zahar, 2003.

(22) Lacan, J.*O seminário, livro 8: a transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

(23) Arenas, G. *En busca de lo singular*, Grama, Buenos Aires, 2010, pp. 140, 273.

(24) Arenas, G. *La flecha de Eros*, Grama, Buenos Aires, 2012, p. 149.

(25) Ibid., p. 150.

(26) Ibid., p. 335.

(27) Lacan, J. "A direção do tratamento e os princípios do seu poder". *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

(28) Lacan, J.*O seminário livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008; *O seminário livro 8: a transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

(29) Arenas, G. *En busca de lo singular*, Grama, Buenos Aires, 2010, pp. 28, 31, 39, 100, 187, 196, 234-235, 240-244, 247, 250, 254, 269-273, 282-286; *La flecha de Eros*, Grama, Buenos Aires, 2012, pp. 15-33, 93, 118, 121, 175, 237, 258, 277-278, 282, 299, 324. Arenas, G. (comp.).*Deseo y* sinthome*, Consecuencias de la última enseñanza de Lacan*, Grama, Buenos Aires, 2016.

(30) Lacan, J. "A direção do tratamento e os princípios do seu poder". *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

(31) Erneta, L. "Discusión", en Arenas, G. (comp.), *Piezas útiles, Consecuencias de la última enseñanza de Lacan*, Grama, Buenos Aires, 2014, p. 30. Arenas, G., "La dimensión inter", *Virtualia*, 29 (noviembre de 2014).

(32) Miller, J.-A. *Sutilezas analíticas*, Paidós, Buenos Aires, 2011.

(33) Arenas, G. *En busca de lo singular*, Grama, Buenos Aires, 2010, pp. 276-277, 283.

(34) Arenas, G. (comp.), *Sutilezas. Consecuencias de la última enseñanza de Lacan*, Grama, Buenos Aires, 2013; *Piezas útiles, Consecuencias de la última enseñanza de Lacan*, Grama, Buenos Aires, 2014; *Deseo y* sinthome*, Consecuencias de la última enseñanza de Lacan*, Grama, Buenos Aires, 2016.

(35) Arenas, G. *En busca de lo singular*, Grama, Buenos Aires, 2010, pp. 27-29.

(36) Arenas, G. "Una brújula defectuosa", en AA.VV. *Lo real puesto al día, en el siglo XXI*, Grama, Buenos Aires, 2014, pp. 33-37.

(37) Lacan, J."*Nomina non sunt consequentia rerum*", *Ornicar?*, 16 (1978), p. 9.

(38) Lacan, J."Variantes do tratamento-padrão".*Escritos*.Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998; "Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956". *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. Miller, J.-A, *Un esfuerzo de poesía*, Paidós, Buenos Aires, 2016, pp. 180-181.

(39) Lacan, J.*O seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008; *O seminário, livro 8: a transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

(40) Schopenhauer, A. *Die Welt als Wille und Vorstellung*, 3ª ed., Brockhaus, Leipzig, 1859, pp. 148-149.

(41) Freud, S."Interpretação dos sonhos" (1899). *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Vol. IV. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

(42) Freud, S. "História de uma neurose infantil" (1914).*Obras completas, v. 14*, São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 39.

(43) Lacan, J. *Da psicose paranoica e suas relações com a personalidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987; *O seminário livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005; *O seminário, livro 23: o sinthoma.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

(44) Arenas, G."Lógica", en AAVV, *Scilicet. Un real para el siglo XXI*, Grama, Buenos Aires, 2014, pp. 216-218.

ÉTICAS NO SÉCULO XXI

Cristina Martínez de Bocca
EOL-AMP

ERRÂNCIAS

Marita Manzotti. "Substância 6". Fotografia. EOL. AMP.

Quais são as consequências que os seres falantes enfrentam com a maneira que o mundo vive hoje a ausência de relação sexual? Há uma ética no século XXI porque cada época suportou de maneira particular o furo produzido pela língua. Há um "não há", mas também um "há" e este é o que muda em cada época e incide nos arranjos e desarranjos dos sujeitos em relação ao gozo sintomático. O que Lacan faz quando formula, em 1970, que o objeto *a* ascendeu ao zênite social (1)? Interpreta. Interpreta a mudança que se produziu na civilização, a ética da civilização no século que logo viria e nos orienta no que hoje é uma questão que tentamos responder: como o mundo contemporâneo suporta o furo, a ausência de significante d'A mulher? Hoje também a língua produz trauma (*trou*, furo) e se inventam "truques" diferentes às respostas sintomáticas que se ordenavam pelo Nome-do-Pai. Lacan produziu um giro impactante nas "Conferências norte-americanas" ao definir o sintoma como o que permite viver, o sintoma ao qual o sujeito se agarra e não só uma disfunção a consertar. É um giro que faz Lacan em seu ensino: o pai é um modo particular de sintoma, um instrumento do qual o sujeito pode se servir ou não.

CRENÇA DELIRANTE NO MAIS-DE-GOZAR (2)

Essa interpretação de Lacan – a ascensão ao zênite social do objeto *a* e seus sucedâneos, como os objetos tecnológicos – não só deixou os sujeitos à mercê da voz e do olhar, mas também produziu um eclipse em sua função de causa do desejo. Atualmente, as compulsões a cada vez mais, o pragmatismo cínico, esmagam o desejo, que é uma questão de horizonte e não de satisfação imperiosa e acelerada. Distingamos, então, os dois estatutos do objeto *a* – como causa de desejo e como mais-de-gozar. O primeiro fica elidido pela função tampão do objeto *a*. Diferentemente de sua função causa de desejo, na qual se trata "deste olhar" e não outro, o objeto tampão não busca essa delicadeza, esse detalhe, "isso" diferente. Pode-se gozar de qualquer objeto, separado do corpo ou não, porque o que importa é obter a consistência de um gozo sem borda, expulsando o "pouquinho de ar" (3) que a causa de desejo introduz. O exemplo que Lacan toma é Dante quando cruza com Beatriz, os dois com nove anos, "três batimentos de pálpebra, o objeto *a* requintado do olhar se desprende e ele está fixado a ela para o resto de sua vida" (4). O predomínio do mais-de-gozar, ao contrário, implica a indiferenciação do objeto, objetos múltiplos e quantificáveis, o que estrutura uma maneira de gozar de estilo aditivo com a correlativa errância subjetiva. É crucial que o objeto *a* perca o valor perverso do mais-de-gozar e faça inconsistente a crença delirante nele como modo de fazer existir *A* mulher.

A ÉTICA ANALÍTICA: NÃO EM DEMASIA, MAS SIM O SUFICIENTE

Em uma época em que a Ciência introduziu um ideal de transparência, um empuxo a ver tudo, a mostrar tudo, a dizer tudo, o rechaço à palavra e à linguagem no mesmo movimento de anulação do *dizer* singular, é difícil conseguir o "efeito de vergonha por não morrer de vergonha". É o que Lacan dizia nos anos setenta, pôr

um pouco de vergonha no tempero do primum vivere, já que pôr em primeiro lugar a adaptação ao contexto é acompanhado de um "ceder no desejo e no gozo". Ao "primeiro sobreviver", lhe contrapunha uma demanda, a única que proveem de um analista: "analisem-se um pouco". "Ter vergonha de não morrer disso talvez desse um outro tom, o de que o real esteja concernido" (5). Por que dar a este afeto essa dimensão? Não é porque tem a ver com "o buraco de onde brota o significante-mestre"? Esse S1 ao qual é preciso nos confrontarmos e aproximar o gozo que extraímos dele. Para que o analisante o solte pela sua boca, é preciso primeiro que leve sua marca. Um detalhe na palavra de Lacan: não envergonhar demais, para não produzir a vergonha de viver que resulta no ódio de si. Mas sim envergonhar o suficiente para que o analisante encontre "outro estilo de significante-mestre" (6) que oriente sua vida.

Os não pudicos erram

Quatro anos depois, no Seminário *Os Nomes do Pai* que equivoca homofonicamente em francês com *Os não tolos erram*, encontramos de novo uma interpretação que Lacan faz da época. Ele põe em série o verdadeiro, o belo e o bem (valores referidos à época do pai) para passá-los pela prova do nó borromeano. "É possível que nesta história do nó borromeano possa situar-se o bem em alguma parte? Digo-lhes de imediato, há poucas possibilidades: se o verdadeiro e o belo não aguentaram, não vejo porque o bem o faria melhor. A única virtude, se não há relação sexual como eu enuncio, é o pudor" (7). Se o bem, o verdadeiro e o belo são valores da época do reino do pai e o ideal de transparência é da Ciência: que função cumpre o pudor, então, numa época em que a civilização não tem mais bússola que o sem limite do gozo? Lacan inventa um neologismo: inverte o *dupe* do tolo e põe *pude*, de pudor, resultando: os não pudicos erram. Encontro aqui uma função nova para o pudor na época da compulsão a ver tudo, a exibir tudo, a dizer tudo. Já não é o pudor que detém o neurótico – via seu fantasma – no caminho ao real, dando lugar a sintomas, à vergonha, ao nojo, diante do olhar do Outro. É o pudor em uma função inédita correlativa ao buraco, à introdução do vazio na economia de gozo. Tal como esse vazio que se produz entre a língua e o vivente pela extração do objeto *a*. Vazio, signo de que o analisante – por fazer-se tolo do Discurso analítico – percorreu o real surgindo para ele uma responsabilidade nova em relação ao gozo que resta.

Tradução: Flávia Cêra

Bibliografia:
(1) Miller J.A. Diversificación del Uno. En: *Todo el mundo es loco*. Buenos Aires: Paidós, 2015, p. 313.
(2)Lacan, J. Radiofonia. Em: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 411.
(3)Lacan, J. A impotência da verdade. Em: *O Seminário, livro 17, O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, p. 170.
(4)Miller J.A. Los tiempos que corren. Em: *Todo el mundo es loco*. Buenos Aires: Paidós, 2015, p. 22.
(5)Lacan, J. O poder dos impossíveis. Em: *O Seminário, livro 17, O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, p. 175.
(6)Lacan, J. A impotência da verdade. Em: *O Seminário, livro 17, O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, p. 168.
(7)Lacan, J. Aula de 12 de março de 1974.*Les non-dupes errent* (1973-1974). Inédito.

MORAL OU ÉTICA?

Maria Bernadette Soares de Sant´Ana Pitteri
EBP - AMP

Adolfo Ruiz Londoño. Fotografia. NEL-AMP

Diante da tautologia do terceiro excluído impõe-se um questionamento mais apurado. Correm mitos entre e sobre os brasileiros, povo "bonzinho", sempre dá um "jeitinho" em tudo – dito assim mesmo, no diminutivo. Tais mitos são confirmados em nosso cotidiano? Bonzinhos? Que o digam índios escravizados e dizimados, negros escravizados e segregados no período de formação de nosso povo, que sofrem diuturnos preconceitos, muitas vezes velados, mas sempre danosos. Deixemos de lado as "bondades" (haveria muitas mais), pois quando se trata de burlar a lei ou as normas em quaisquer instâncias, o "jeitinho" aparece e é o que aqui nos interessa. Esse "jeitinho" empresta aos brasileiros uma aparência de seres simpáticos e ... pouco confiáveis, o que começa a incomodar. A pouca confiabilidade com a qual nos encaramos e somos encarados mostra um aspecto irresponsável, o lado irresponsável de um povo.

Essa máscara de irresponsabilidade coloca o povo brasileiro numa situação de falta de liberdade, pois o que torna livre o ser humano é a responsabilidade diante das escolhas (tema repisado pelo existencialismo sartreano), estas intrinsecamente ligadas à ética. Só o sujeito responsável é livre e, portanto, ético.

Aristóteles afirma que não se pode qualificar de ético a um escravo, dado não haver liberdade de escolha na escravidão. Onde esta não existe, não existe ética, sempre ligada à ação: somos o que fazemos de nós, pelo que escolhemos e pelo que nos responsabilizamos.

No *Seminário da* Ética (1), que se encontra na continuidade do seminário do desejo (2), Lacan, ao dialogar com Aristóteles, propõe a distinção entre ética e moral, afirmando que na psicanálise é de ética, e não de moral que se trata. No entanto, é preciso reconhecer que estamos mergulhados em problemas morais e que, na linguagem comum, ética e moral se apresentam como sinônimas.

A "Ética a Nicômaco" (3) de Aristóteles, "ética do caráter, dos hábitos (...) do adestramento, da educação" (Lacan, Seminário 7, p. 20), ainda hoje está presente no imaginário do ser humano ocidental. Corroborando tal assertiva, o americano Daniel Goleman publicou "Inteligência Emocional" (4), livro interessante e até instigante (talvez um pouco superficial), enfocando a ética aristotélica, especialmente dirigida à administração e aos negócios.

Para Miller, o *Seminário da* Ética é uma releitura feita por Lacan do "Mal-Estar na Civilização" (5) de Freud, texto que teoriza a natureza da cultura/civilização a partir dos destinos e vicissitudes das pulsões humanas. Ao contrapor o que chamou de "ética do caráter e dos hábitos" à ética do desejo, Lacan expõe um abismo entre ética e moral.

A moral é simbólica, normas e leis (escritas ou não) inscrevem-se no simbólico e são vigentes para todos os humanos; a moral é da ordem do universal. A ética, ao contrário, aloja-se no vazio das palavras, na distância entre dois significantes, instante de surgimento do sujeito barrado e consequente queda do objeto *a*, buraco aonde também se aloja o desejo. A psicanálise se interessa pela ética por esta se desprender da lei enquanto escrita, que nem poderá vir a sê-lo, por estar na ordem do mais singular.

Sérgio Buarque de Holanda, em "O Homem Cordial" (6), parece buscar uma identidade para o brasileiro (partindo do pressuposto de que esta não existe) ao propor o desenvolvimento de um projeto ético baseado nas

características desse povo, levando em conta a "cordialidade" e toda a simpatia que ela carrega.

Ao contrário do que defende Rousseau em "O Contrato Social" (7), de Holanda afirma que um estado bem formado não pode ser a ampliação do círculo familiar: não há entre família e estado uma simples graduação, simples diferença de grau, mas, ao contrário, um corte, uma descontinuidade, uma oposição. Trata-se de diferença essencial face à teoria de Rousseau, pois o estado visado por de Holanda só nasce com o rompimento da ordem doméstica e familiar, arrancando o indivíduo da família e transformando-o em cidadão, responsável pelo cumprimento das leis e normas sociais, além de também responsável pelo bom andamento da *res publica*. Esta abordagem privilegia o interesse universal que prevalece sobre o particular (o singular é simplesmente ignorado), num pensamento lógico de filiação aristotélica. Trata-se de uma proposta para um estado laico, racional, no qual o imperativo kantiano reina e governa. Governa?

Sociedades "avançadas" parecem caminhar na direção de uma separação radical entre indivíduo e vida familiar, o que parece representar condição obrigatória de adaptação à vida social, mas observa-se que a conduta comum do brasileiro denuncia apego sensível aos valores de personalidade configurados no seio familiar (8). Lacan mostra que, ao imperativo kantiano responde a face sadeana, e um estado baseado nessa proposta talvez seja exatamente a civilização da qual Freud diz ignorar soberanamente os desejos do sujeito.

Ao propor uma ética para brasileiros, de Holanda afirma sermos um modelo de estado que deve sua formação à transposição da ordem familiar e, ao que parece, diante desta análise, estamos na esteira de Rousseau que vai afirmar ainda, que o estado quanto mais evoluído, mais tende à decadência.

No estado brasileiro, no entanto, é impossível não observar o predomínio de vontades particulares que encontram ambiente propício em círculos fechados e pouco acessíveis a uma organização impessoal e objetiva, o que se escancara nos escândalos que pipocam nos noticiários. De Holanda aponta outro lado dessa permissividade, dessa ignorância e desprezo pelo rigor moral: a criatividade, que não pode prosperar mantendo-se submissa à uma lei excessivamente rigorosa, daí sua proposta de incluir a cordialidade num projeto ético para brasileiros. Na realidade, trata-se de um projeto moral; atende ao universal e não ao sujeito. Haveria uma ética, ou melhor, uma moral possível, homogênea, para todo um povo? Ou trata-se de maior aprofundamento do mal-estar?

Estamos numa encruzilhada, diante de uma esfinge devoradora: a ordem familiar nos leva à decadência, a moral baseada no imperativo kantiano às explosões sadeanas.

Eric Laurent termina um belo texto dizendo que a verdade libidinal enunciada pela psicanálise é que o impasse sexual vai continuar a gerar fantasmas e a harmonia jamais irá se produzir, "as justaposições dos modos de gozo não se reduzirão ao um" (9). Sófocles, em Antígona (10), expressa de modo trágico a incompatibilidade fundamental entre estado e sujeito singular (11), que até nossos dias leva multidões ao teatro a cada nova encenação.

"Quem não é capaz de evocar *Antígona* em todo conflito que nos dilacera em nossa relação com uma lei que se apresenta em nome da comunidade como uma lei justa?" (Idem, Ibidem, p. 295), pergunta-se Lacan. A lista dos questionadores é longa e ilustre: Hegel, Goethe, de Holanda, o ser humano comum ...

Sófocles encena o contraste entre Antígona e Creonte, que se coloca ao lado das leis da polis, lugar onde a ordem simbólica impera. Antígona sustenta seu bem em leis não escritas, para além do simbólico, para além da linguagem, buraco vazio entre os significantes. Se por um lado temos Creonte que propugna o bem do povo calcado numa lei que levaria ao bem de todos, temos de outro lado Antígona, jovem, bela e frágil, opondo seu próprio bem, seu ato vinculado à sua ética, a seu desejo. E "... se é preciso fazer as coisas pelo bem, na prática deve-se deveras sempre se perguntar pelo bem de quem" (Idem, Ibidem, p. 383).

Lacan, em relação à Antígona de Sófocles avança em relação à análise feita por Hegel (12), pois para este, numa exposição de sua dialética, o que está em jogo é o conflito entre a lei do indivíduo e a lei da sociedade, que deve necessariamente, com o crescimento do Espírito, chegar a uma conciliação. Lacan vai colocar que a questão é a do desejo, sempre problemático em sua relação com a cultura/civilização, sendo que a verdadeira tragédia se apresenta quando são confrontados civilização e desejo do sujeito.

Opondo-se às leis da polis, Antígona sepulta seu irmão condenado como traidor da pátria (por um edito de Creonte), a deixar de receber as honras fúnebres. Ela o faz sabendo que será condenada à morte, pois "não se pode acabar com seus restos (do irmão) esquecendo que o registro do ser daquele que pode ser situado por um nome, deve ser preservado pelos atos dos funerais" (Idem, Ibidem, p. 338). O irmão morto, ao não receber as honras funéreas, morreria novamente e, para além das ações e da vida de Polinices, Antígona mantém o valor de seu ser.

Creonte, o tio, encarnando as leis da polis de modo impessoal, pugna contra as crenças e os laços familiares

e,

> "impelido por seu desejo, manifestamente sai do seu caminho e procura romper a barreira, visando seu inimigo Polinices, para além dos limites em que é permitido atingi-lo – ele quer precisamente golpeá-lo com essa segunda morte que ele não tem direito algum de inflingir-lhe". (Idem, Ibidem, p. 308)

Lacan cita Goethe que afirma não se tratar de um direito em oposição a outro direito, mas de uma iniquidade que se opõe ao que Antígona representa.

O argumento de Antígona é que o irmão é o que é (como o Deus de Moisés na sarça ardente profere "Eu sou aquilo que Eu é", citado por Lacan no Seminário 16(13), ou seja, ele é insubstituível, único. Recusando a substituição, a metáfora, recusa-se a fazê-lo entrar na cadeia significante, sendo o irmão um S1, lugar de exceção. O desejo do qual ela se faz suporte mostra que o desejo não pode tomar uma feição universal, mas diz respeito ao mais radical singular. Antígona, com seu desejo de morte aponta o lugar, no nível da ética, onde se encontram Bem e Mal, Vida e Morte, e enquanto heroína é um ser desumano, algo de não civilizado, fora dos limites, assim como o desejo.

"Proponho que a única coisa da qual se possa ser culpado, pelo menos na perspectiva analítica, é de ter cedido de seu desejo" (Idem, Ibidem, p. 382). A experiência de uma análise leva ao limite aonde a problemática do desejo se coloca e a ética da psicanálise está, portanto, no campo do não escrito, campo onde se exerce a ação do analista, fundamento da reflexão ética. Se a

> "ética consiste essencialmente (...) num juízo sobre nossa ação, exceto que ela só tem importância na medida em que a ação nela implicada comporta também, ou é reportada comportar, um juízo, mesmo que implícito". (Idem, Ibidem, p. 373)

Quer dizer, uma análise, ao contrário de uma especulação a serviço dos bens, implica na dimensão da experiência trágica da vida, onde as ações nos dirigem em relação aos nossos valores, nos orientam em relação a estes. Portanto, se há uma ética da psicanálise é porque a análise fornece algo que se coloca como medida da ação do analista, e a relação da ação com o desejo.

A dimensão trágica se exerce no sentido de um triunfo da morte, triunfo do ser-para-a-morte, mas as ações também se inscrevem na dimensão cômica: a experiência humana é tragicômica: cabe ao analista reconhecer a natureza do desejo que está no âmago dessa experiência tornando possível um juízo ético representado pela questão que, como disse Lacan, tem valor de Juízo Final: "Agiste conforme o desejo que te habita? (.376)

Bibliografia:

(1) Lacan, J., *O Seminário, Livro 7*, *A Ética da Psicanálise*, Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1981.
(2) Lacan, J., *O Seminário, Livro 6, O Desejo e sua Interpretação*, Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 2016.
(3) Aristóteles, Ética a Nicômaco, Nova Cultural (os Pensadores), São Paulo, 1987.
(4) Goleman, D., *Inteligência Emocional*, Editora Objetiva, São Paulo, 1995.
(5) Freud, S., "O Mal Estar na Civilização" (1930), *Obras completas*, Vol. XVIII, Cia das Letras, São Paulo, 2010.
(6) Buarque de Holanda, S., "O Homem Cordial" in: *Raízes do Brasil*, Companhia das Letras, São Paulo, 1995.
(7) Rousseau, J-J., *O Contrato Social*, Abril Cultural, São Paulo, Brasil, 1974.
(8) "Aos amigos tudo, aos inimigos nem a lei", afirmava um antigo político paulistano.
(9) (Laurent, E., "*Le dialogue Lacan-Kojéve sur la bureaucratie et l´Empire*", *Ornicar? Digital,* in wapol.org.)
(10) Sófocles, "Antígona" in: *A Trilogia Tebana*, Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro,1997.
(11) Expressão artística *avant la lettre* da análise freudiana feita no "Mal Estar da Civilização".
(12) Hegel, G.W.F., Fenomenologia do Espírito - Capítulo VI, Ed. Vozes, Petrópolis, Brasil, 1993.
(13) Lacan, J., *O Seminário, Livro 16, De um Outro ao outro*, Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 2000

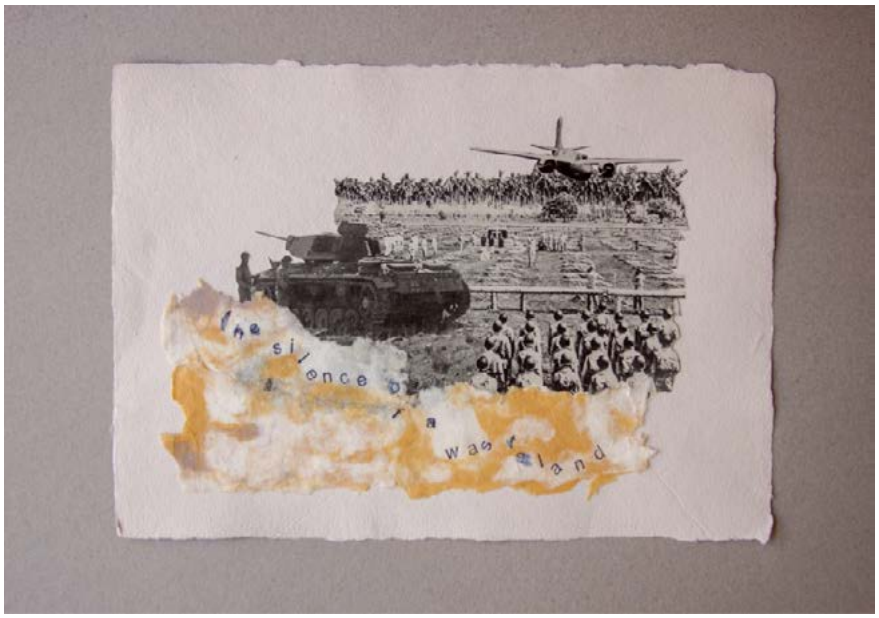
A ÉTICA NA CASA DO INIMIGO

Verónica Carbone
EOL-AMP

A ética da psicanálise tem uma característica que é ao mesmo tempo um enigma: guarda a sua sobrevivência ou a justifica, quando o avanço fenomenal da tecnologia tira o pensamento do sujeito pensante.

Quando nós psicanalistas falamos de ética, necessitamos esclarecer imediatamente: "da psicanálise".

Para explicá-la Lacan viu-se na necessidade de navegar remando e caminhando – como Ulisses e Édipo –, sobre e com a Antígona de Sófocles (sem esquecer Eurípides e a mágica máquina divina que restituía o equilíbrio, sem que a tragédia perdesse sua verossimilhança).



Alejandra Koreck. "Sem título". Colagem feita à mão. Papel. EOL- AMP

A estrutura se fará notar por meio de signos se dirigindo ali com um saber (suposto) de sua decifração.

Na verdade, Lacan jogava com um mito como se do real se tratasse. O relato dos fatos de um viver, que adquirem um valor "ficto". São uma reconstrução posterior aplicada ao exame do passado, que adquire uma autoridade para todos.

De alguma maneira, por exemplo, poderíamos dizer com Borges que O Quixote volta a se escrever cada vez que é lido da boa maneira. Essa é a esperança que sustenta a prática analítica, ainda que se saiba que a cura é um final que advêm por acréscimo.

A posição do analista não possui nenhuma atitude heroica. É uma decisão, e se pratica. Não pretende uma neutralidade científica. A fronteira de separação entre a psicanálise e a ciência é o que a prática analítica tem de arte.

A questão ética teve sua complexidade por sua íntima relação e sutil diferença com a moral. A moral se estabelece nas leis que regem o chamado contrato social. Enquanto a ética é o compromisso do sujeito com seu desejo indo mais além do bem/mal, ainda que não se encontre desprendida dos valores morais.

Na psicanálise, se falamos de ética não podemos deixar de nos dirigir à leitura que Lacan faz de Antígona em seu seminário de 1959/60.

Antígona, tragédia de Sófocles, cuja validade em nossa época tentaremos assinalar, é precedida por Édipo Rei e Édipo em Colona. Escrito muito antes do ano 406 a.C., quebra a trágica tradição de Ésquilo, levando a pompa à ação. Do seu enorme trabalho, apenas sete obras foram conservadas, entre elas esta que desperta nosso interesse: Antígona.

Muitos críticos destacaram o modo visual na direção dos acontecimentos das paixões, sem excluir a fatalidade que impõe Sófocles, assim como o lugar do herói e a função do Coro tão bem transmitida por Lacan.

A fatalidade nos gregos se encontra enlaçada ao destino, ao que não pode ser de outra maneira, a vontade dos "deuses" se cumpre inexoravelmente, pondo em movimento um mecanismo que segue ainda vigente ao longo dos séculos.

Escritura interpretada em uma época histórica sombria. Ameaças de guerra, escândalos, corrupção, malversações, catástrofes, impiedade, querelas familiares, refugiados, peste, devastavam uma democracia decadente.

Antígona resgata algo desse tempo e do amor fraterno. Ela é vítima do dever de dar sepultura ao cadáver de seu irmão, condenada por quem exercia um poder, insensato: Creonte. Continuando as mortes do filho e esposa

do tirano.

Ao longo de seu ensino Lacan nos lança para uma busca de referências. Não precisou demonstrar seu acervo cultural, pois o saber que ele quis transmitir é de outra ordem, não é de uma acumulação.

As referências implicam acessar o fio do pensamento do que está se desenvolvendo. É a relação com "uma coisa", onde a palavra prepara a sua armadilha. Para dizer do inominável, o real, o sem palavras, mas não podemos deixar de usá-las.

A citação é uma nota de lei, autoridade, doutrina ou outro texto qualquer que se alega para prova do que se diz ou se refere. Remete textualmente a um autor ou obra. A referência alude ao objeto que denota o enunciado. As referências permitem aceder à enunciação latente do enunciado.

Lacan não toma esta obra, Antígona, em qualquer momento, senão no *O Seminário livro* 7, "A ética da Psicanálise", na seção *A essência da tragédia.*

Porque recorrer a esta obra escrita a mais de 2.500 anos? Acaso a ética é a mesma? Ou em todo caso, o que a modifica neste Século XXI que avança velozmente, constatando a mudança do mundo e suas condições. O Século XXI nos encontra sendo uma sociedade da avaliação. O paradoxal é que não sabemos muito bem quais são os parâmetros que se utilizam para avaliar, ainda mais dentro de nosso campo.

Wittgenstein dizia "não inquirir pela significação; inquirir pelo uso". A pergunta pelo uso nos leva a ter que dar conta da lógica interna de nossa práxis.

A ética, como tantos outros significantes, foi esvaziada, e o seu conteúdo banalizado. Era pensada intimamente ligada à política, ainda que como dissemos, a ética é subjetiva, não é moral. E J-A. M em "Não há clínica sem ética" afirma que em se tratando da ética da psicanálise, esta deve ser entendida a partir do que chamamos desejo do analista, ou seja, uma ética especial.

Na atualidade, surge mais como uma força reguladora apoiando-se na ciência e seus comitês, do que em relação a um desejo, o qual se tenta anular. Podemos pensar que é por este uso que se torna anacrônica?

Lacan resgata o *éthos* para a psicanálise e ali também assinala o incômodo do sujeito por encontrar enodado, ética, política e desejo. Ainda que seu dito "não desista do seu desejo" nunca foi uma lei para ele, não deixa de enodá-los com a política.

É a ética, no nosso caso a analítica, o que facilitaria a autoridade?

Nesta compulsão à desautorização, na queda de uma autoridade no saber, que atravessa nossa contemporaneidade, podemos nos perguntar qual é a ética válida? A de um sujeito ou do outro?

Nada nos garante um resultado. Com questões que furam a possibilidade de um saber fechado, colocarei uma direção em Lacan para tomar como referência a ética. Sem partidarismo, porém com uma posição política a respeito de nossa prática.

Anos atrás, em um Encontro do Campo Freudiano nos reunimos sob a convocatória: "O poder da palavra". Palavra que sem mais, por estrutura, falta e nos lançamos a querer reencontrar sentido com ela, porém a experiência do real à qual nos conduz a psicanálise demonstra a pertinência da tentativa de dizer algo da ética.

Em seu seminário, Lacan diz que a posição ética trata de não renunciar ao desejo. Rapidamente isto pode se converter em um sintagma. Diz ali: "Antígona nos faz, com efeito, ver o ponto de vista que define o desejo" (1).

Desejo, gozo, vida, morte, destino, eleição, o belo, o bem, decisão, são alguns termos que ele levanta como precisões a serem alcançadas, permanecendo abertos, mas guiados por conceitos psicanalíticos.

Escolhe uma personagem feminina, que assinala bem, é chamada por Sófocles, *é Paiz*, "a *garota*" (2), ressonâncias a serem localizadas junto ao Rey Lear. Desdobrando-se a relação entre o poder, o feminino, e a traição. Relação que nos permite a tragédia de Sófocles inclusive no século XXI.

O quê empurra Antígona para a ação? Na atualidade podemos nos interrogar se ainda se coloca em jogo essa posição a respeito do poder político. Se falo de poder político porque a psicanálise se imiscuiria em outro registro que não é a política da psicanálise? Se a psicanálise o fizesse não estaria despertando a *Átê,* deusa da desgraça e da calamidade? Palavra que Lacan menciona como insubstituível, diz: "…Mais além dessa *Ätê* não se pode passar mais do que um tempo muito curto e ali é onde quer ir Antígona. Não se trata de uma expedição enternecedora. Vocês têm o testemunho pela própria boca de Antígona sobre o ponto ao qual chegou: literalmente não pode mais. Sua vida não vale a pena ser vivida. Vive na memória do drama intolerável daquele de quem surgiu essa cepa que acaba ser aniquilada sob a figura de seus dois irmãos. Vive na casa de Creonte, submetida a sua lei, isto é o que ela não pode suportar" (3).

O título se vê arrastado pela força narrativa que lhe dá Lacan, ao justificar a impossibilidade de Antígona de fazer outra coisa, pois estava morando na casa de Creonte, " o inimigo". Que expunha o cadáver de seu irmão e a obrigava a submeter-se a sua lei: a qual excluía o morto das honras fúnebres deixando o corpo a mercê dos cachorros selvagens. Rejeição que também compartilhava o povo por ver-se exposto assim às epidemias. Isso era humilhante e intolerável para ela. O ato de Antígona, então, se eleva à dignidade que se estende a seu discurso diante do poder. Ai a ética se enoda com a política por força das coisas.

Então: "Que Antígona sai, assim, dos limites humanos? O que quer dizer para nós? - senão, que seu desejo aponta muito precisamente para o seguinte- ao mais além da *Átê*" (4). É possível que Lacan assinale que não ceder seu desejo, ao *éthos*, albergue a desgraça? Ressoa ali o dito em 1973:

> O estatuto do saber implica, como tal, que já há saber, e no Outro,e que deve se prender. Por isso está feito de aprender.
>
> O sujeito resulta de que este saber deve ser aprendido, e ainda ter um preço, quer dizer, seu custo é o que se avalia, não como troca, senão como uso. O saber vale exatamente o que custa, é custoso (*beau-coût*) porque alguém tem que arriscar a pele, porque resulta difícil, o quê?- "menos adquiri-lo do que gozá-lo". (5)

Um analista tem, um dever ético, uma função e um desejo singular e se oferece como instrumento para quem queira se a aventurar. Buraco, gozo, já não perdido senão plus que converterá em vida, desejo. Lacan diz "calar o amor" em nossa prática. Um analista cominado a tomar a palavra. Que sucede com esse que é um Sq? Significante qualquer, esse nome que faz de suporte à função. Ali onde ao privado do analista se lhe soma o público de um sujeito que des-identificado, des-idealizado, de sua *fixão*, porém não por isso sem uma posição, precisamente ética.

Claro que acordamos com J-A Miller quando diz que se trata de um discurso desmassificante. Que esse sujeito que pratica a psicanálise, se separe dos significantes que o coletivizam sem por isso perder sua palavra, como sujeito advertido, agora, porém não por isso menos comprometido. É o que lhe permitiria não calçar o vestido trágico de Antígona, porém menos o de Judas Iscariotes, nem o de Antenor, cuja conduta moderada, e o seu silêncio fizeram lhe passar por traidor.

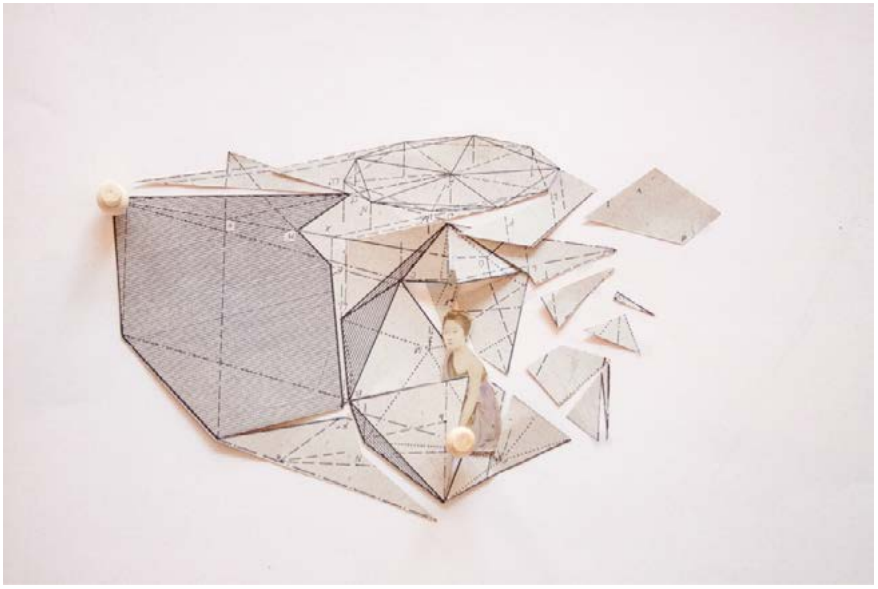
Nossa Escola Una de psicanálise é uma Escola Sujeito, conformada por subjetividades que têm uma particularidade: compartilham os princípios de uma causa em comum, porém como falasseres (*parlêtres)* não compartilham uma ética universal.

Tradução: Pablo Sauce

Bibliografia:
(1) Lacan, J. O Seminário, Livro 7.A ética da psicanálise, J. Zahar Ed. RJ. 1988, pág. 294.
(2)Ibid., pág. 297
(3)Ibid., pág. 311
(4)Ibid., pág.312
(5) Lacan, J.O Seminário, Livro 20, Mais, ainda, J. Zahar Ed. RJ. 1985, pág. 130.

A ÉTICA NO SÉCULO XXI E A GÊNESE DO SUJEITO NEOLIBERAL

Claudia Henschel de Lima
EBP- AMP



Alejandra Koreck. "Work in progress". Colagem feita à mão. EOL- AMP

"Assim, o espírito que se forma amadurece lenta e silenciosamente até sua nova configuração, desintegra fragmento por fragmento o edifício do mundo precedente; o desmantelamento desse mundo é apenas indicado por sintomas esporádicos; a frivolidade e o tédio que invadem o que ainda subsiste, o vago pressentimento de algo desconhecido são sinais de alguma coisa diferente que está em marcha. Esse esmigalhamento contínuo que não alterava a fisionomia do todo é bruscamente interrompido pelo nascer do sol, que num clarão, desenha de uma vez a forma do novo mundo". (Hegel, G.W.F. Fenomenologia do Espírito, p. 12).

Um dos traços mais marcantes do pensamento que se abre, a partir do século XIX, com a formulação de Hegel (1807/2011) a respeito do sujeito e da história, foi a elaboração de uma concepção crítica a respeito da contemporaneidade e do sentido de um novo horizonte porvir. Sua atualidade reside, especialmente, em interrogar sobre o impacto do contemporâneo de uma época no modo de experienciar do sujeito reiterando, assim, o compromisso da filosofia com a reflexão ética. Essa valorização da temática da subjetividade de época, introduz um elemento novo:

1. Uma posição nitidamente crítica em relação a metafísica, expressa pelo testemunho dos sentimentos de frivolidade e tédio que irrompem sobre o que ainda resta de uma época orientada por temas como Deus, a natureza.
2. O que se apresenta no horizonte por meio da metáfora do nascer do sol, que não garante, necessariamente, que o que está por vir – uma nova forma do mundo – seja superior ao antigo.

Michel Foucault (1984/2000) localizará nessa posição da filosofia, a partir do marco de uma concepção antimetafísica sobre a relação entre o sujeito e a história, a exigência de se deixar orientar pela *ontologia do presente*, ou seja, de se deixar afetar pelo problema colocado pela **época** para, a partir daí, elaborar uma resposta. O que, também, sugere para o autor a afinidade da filosofia com a constituição de um *ethos,* de um posicionamento **ético** interrogativo e crítico que o pensador pode assumir frente aos acontecimentos de seu tempo. Então, aplicada para refletir sobre nossos dias, sobre os acontecimentos que atravessam e marcam nosso tempo, a passagem da "Fenomenologia do Espírito" (1807/2011) ainda preserva sua relevância na história do pensamento: ela acentua o *ethos* da atividade de pensar, ao mesmo tempo em que resguarda o limite do pensamento em relação ao que está por vir.

Esse *ethos* é também reconhecido por Freud (1932/1976) ao localizar a importância decisiva do pensamento de Karl Marx, que pensa como o avanço do capitalismo era inseparável da ocorrência de transformações no plano das atitudes éticas, intelectuais e artísticas de uma época. Relendo a relevância que Freud localiza em Marx, à luz da ontologia do presente, poderíamos localizar a trajetória intelectual de Marx como um compromisso ético que

se exige do filósofo diante do testemunho da expansão do capitalismo e do fim da ideia metafísica de natureza dotada de consistência ontológica e capaz de orientar a ação humana com sentido e valor. Cabe, então, ao filósofo, localizar o impacto do contemporâneo de uma época sobre o modo de experienciar do sujeito, e interrogar pelo posicionamento ético possível diante de uma contemporaneidade que, conforme já afirmara Hegel (1807/2011), não avança necessariamente para uma forma superior à antiga.

Essa ontologia do presente, tão atuante em Marx e reconhecida por Freud (1932/1976), será encarnada pela poesia de Charles Baudelaire. Tal como "O Capital" (Marx, 1867/1988), a poesia lírica de Baudelaire formalizara a ascensão da mercadoria ao zênite do capitalismo e seu impacto no laço social: a irrupção de uma fissura entre os miseráveis que se multiplicam e uma classe minoritária da burguesia que se ordena em torno da propriedade dos meios de produção.

Não importa o partido a que se pertença

> (...) é impossível não ficar emocionado com o espetáculo dessa multidão doentia, que traga a poeira das fábricas, inspira partículas de algodão, que se deixa penetrar pelo alvaiade, pelo mercúrio e todos os venenos usados na fabricação de obras-primas... Essa multidão se consome pelas maravilhas, as quais não obstante, a Terra lhe deve. Sente borbulhar em suas veias um sangue púrpura e lança um olhar demorado e carregado de tristeza à luz do Sol e às sombras dos grandes parques. (Baudelaire apud Benjamin, 2000, p.11).

Dessa forma, a ontologia do presente que inaugura o século XIX diagnostica, nessa fissura, o sintoma do capitalismo e a parcela de gozo que lhe é imanente: a mais-valia (Lacan, 1968-1969/2008, 1969-1970/1992).

O potencial crítico e emancipatório dessa possibilidade de se interrogar a época demarca o capitalismo não apenas como sistema econômico, mas como ruptura histórica. Neste sentido, Lacan (1968-1969/2008, 1969-1970/1992) soube apreendê-la por meio da teoria dos discursos em um radical trabalho teórico de homologia com a tese de Marx. E, mais precisamente, ao definir o capitalismo como discurso capitalista e localizar essa ruptura histórica na inversão da fração esquerda da fórmula do discurso do mestre. Assim sendo, o presente artigo parte de um recorte específico do recurso à Marx, operado por Lacan entre o final dos anos de 1960 e o início da década de 1970 (Lacan,1968-1969/2008, 1969-1970/1992, 1970/2003, 1972/1978) para demonstrar, por meio da fórmula do discurso capitalista, a atualidade do diagnóstico de Marx sobre o capitalismo e o *ethos* que lhe é imanente.

Fetichismo da mercadoria

> "(…) e o coração do homem é algo surpreendente quando ele o tem no bolso."
> (Marx, M. O Capital, p. 175)

O potencial crítico e emancipatório de se interrogar a época e de localizar, nela, a ascensão de uma elite detentora dos meios de produção e a parcela de mais-valia, que lhe é imanente, pode ser testemunhado ao longo das páginas de "O Capital" (1867/1988). Tomando como referência os capítulos "A Taxa de mais valia" e "A Jornada de trabalho", encontramos uma série de casos onde Marx define o processo de fetichização da mercadoria e a cisão, que lhe é correlata no plano das relações sociais: entre uma classe minoritária da burguesia que se ordena em torno da propriedade dos meios de produção e a multiplicação de miseráveis. Da amplitude, profundidade e riqueza desses estudos, reproduzirei apenas um deles.

Nas últimas semanas de junho de 1863, os jornais londrinos dedicaram um parágrafo à morte de uma modista. Esse parágrafo trazia como título: *Sensational: Death from simple Overwork* (morte por simples excesso de trabalho). Trata-se da morte de Mary Anne Walkley, de 20 anos, que trabalhava em uma manufatura de modas, que fornecia vestidos de luxo para a Corte do País de Gales. No ponto alto da temporada, as moças trabalhavam 30 horas sem interrupção, sendo reanimadas pela oferta oportuna de vinho do Porto ou café. Marx (1867/1988) assim relata o caso:

> "Mary Anne tinha trabalhado 26 ½ horas ininterruptas, juntamente com 60 outras moças, cada 30 num quarto cuja capacidade cúbica mal chegava para conter 1/3 do ar necessário, enquanto à noite partilhavam duas a duas, uma cama num dos buracos sufocantes em que se subdivide um quarto de dormir, por meio de paredes de tábuas. E essa era uma das melhores casas de moda de Londres. Mary Anne Walkley adoeceu na sexta-feira e morreu no domingo sem haver, para a surpresa de Dona Elise, terminado antes a última peça. O médico, Sr. Keys, chamado muito tarde ao leito de morte, testemunhou perante o *Coroner's Jury* [júri que averigua a causa da morte] em secas palavras: *Mary Anne Walkley morreu por excesso de horas de trabalho numa oficina superlotada e por dormir num cubículo superestreito e mal ventilado*. Para dar ao médico uma lição de boas maneiras, declarou o *Coroner's Jury*: *a vítima morrera de apoplexia, havendo porém razão para temer que sua morte tenha sido apressada por sobretrabalho numa oficina superlotada (...)*".(Marx, 1867/1988, p. 195-196).

O relato dá consistência ao que se denomina como a estrutura do discurso capitalista, na conjunção Marx com Lacan, e condensa os efeitos mais tóxicos da universalização e da autonomização da circulação de valores no capitalismo – o que Marx (1867/1988) denominara como fetichismo da mercadoria. No entendimento do que vem a ser o fetichismo da mercadoria, verifica-se o declínio do saber sobre as condições sociais de produção da mercadoria e a ascensão da relação entre coisas, do intercâmbio de mercadorias. Uma mercadoria X, por exemplo, só expressa seu valor em referência a uma mercadoria Y. E o consumo da mercadoria não pertence ao sujeito que a aliena, mas ao consumidor que a adquire. Obtém-se, então, a estrutura da forma-valor generalizada, onde as condições sociais do trabalho desaparecem em nome do sistema universal de produção e circulação de formas-valor suprassensíveis. E isso, inclui o próprio trabalho. É por isso que, na lógica fetichista, a condição material em que Mary Anne produzira os vestidos de luxo da alta temporada inglesa, e que a levara à morte, subitamente, desaparece e em seu lugar emerge a forma-valor suprassensível.

Essa teoria sobre o fetichismo da mercadoria exige um funcionamento específico do sujeito: ideologicamente livre sem, no entanto, fugir à sua condição de alienação. O primeiro sentido da alienação reside na divisão de trabalho. O sujeito é ideologicamente livre na medida em que não reporta a interrogação sobre quem ele é à uma essência, mas à fixação em uma especialidade do trabalho, que o aliena - não em relação a essência, mas em relação às condições sociais mais amplas da produção da mercadoria - e o submete à extração de mais-valia. O segundo sentido da alienação reside na liberdade em relação aos meios de produção. O sujeito é ideologicamente livre por não deter os meios de produção:

> "Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro precisa encontrar, portanto, o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre no duplo sentido de que ele dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de que ele, por outro lado, não tem outras mercadorias para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho". (Marx, 1867/1988, p. 136)

Como não depreender, na emergência dessa ideologia, a hipocrisia do capitalista, orientado pela expansão da mais-valia sobre as condições sociais do trabalho que suprime a luta de classes?

> " (…) abstraindo limites extremamente elásticos, da natureza do próprio intercâmbio de mercadorias não resulta nenhum limite à jornada de trabalho, portanto nenhuma limitação ao mais-trabalho. O capitalista afirma seu direito como comprador, quando procura prolongar o mais possível a jornada de trabalho e transformar onde for possível uma jornada de trabalho em duas. Por outro lado, a natureza específica da mercadoria vendida implica um limite de seu consumo pelo comprador, e o trabalhador afirma seu direito como vendedor, quando quer limitar a jornada de trabalho a determinada grandeza normal. Ocorre aqui, portanto, uma antinomia, direito contra direito, ambos apoiados na lei do intercâmbio de

> mercadorias. Entre direitos iguais decide a força. E assim a regulamentação da jornada de trabalho apresenta-se na história da produção capitalista como uma luta ao redor dos limites da jornada de trabalho – uma luta entre o capitalista coletivo, isto é, a classe dos capitalistas, e o trabalhador coletivo, ou a classe trabalhadora". (Marx, 1867/1988, p. 181)

O fetichismo da mercadoria e a exigência da ideologia do sujeito livre, formulada por Marx, como traços diferenciais do capitalismo são, precisamente, formalizadas por Lacan (1968-1969/2008, 1969-1970/1992, 1970/2003, 1972/1978) entre o final da década de 1960 o início dos anos de 1970. Sua homologia com o pensamento de Marx na elaboração da fórmula do discurso capitalista, reside no fato de, tal como Marx, considerar o capitalismo à luz da ruptura histórica. Ruptura que será escrita por meio da inversão da fração esquerda da fórmula do discurso do mestre. E, consequentemente, por meio do estatuto assumido pelo sujeito e pelo funcionamento do significante nessa inversão.

Discurso do Pai

$$\uparrow \frac{S1}{\$} \rightarrow \frac{S2}{a}$$

Discurso Capitalista

$$\downarrow \frac{\$}{S1} \swarrow\!\!\searrow \frac{S2}{a} \downarrow$$

A fórmula do discurso do mestre posiciona o significante mestre (S1) como o significante central da identificação que fixa o sujeito, conforme se depreende da fração esquerda da fórmula:

$$\uparrow \frac{S1}{\$} \rightarrow S2$$

No discurso do mestre, o S1 é, então, simultaneamente, o que ordena o tesouro dos significantes (S2) e o que possibilita ao sujeito se posicionar em relação a S2 (Miller, 2004). Avançando na direção da escrita da fórmula do discurso capitalista, Lacan (1969-1970/1992, 1972/1978) o define como resultante de uma mutação capital na fração esquerda do discurso do mestre, uma inversão nos termos dessa fração deslocando o sujeito para o lugar do significante central da identificação e uma resultante pluralização do significante:

$$\frac{\$}{S1}$$

Essa inversão define o sentido da ruptura histórica do capitalismo e demonstra o estatuto do sujeito no discurso capitalista: é o sujeito livre da determinação de uma identificação central. E indica, também, uma modificação no funcionamento do significante S1, que sofre o efeito de pluralização, assumindo o valor de enxame.

Guardando as devidas distinções entre Lacan e Felix Guattari, por meio da análise do milagre econômico da Alemanha e do Japão, após a II Guerra, Guattari (1985) oferece um exemplo brilhante desta pluralização, ao considerar que:

> No tempo do leninismo, era preciso derrubar o governo, os sindicatos eram economicistas, traidores; o poder tinha que ir para os sovietes – em suma, havia uma ideia, havia algo. Mas, agora, realmente, não há ideia alguma. Não há absolutamente nada. Há a ideia de macroeconomia, de certo número de fatores: desemprego, mercado, dinheiro (…)" (Guattari, 1985, p.65).

Essa pluralização ganha clareza, quando analisamos a fração direita do discurso capitalista e localizamos

a seta de determinação do sujeito pelo mais-gozar em sobreprosição à relação entre S1 e S2 ou o que Lacan (1970/2003) definirá como a ascensão do objeto a ao zênite da civilização:

$$a \rightarrow \$.$$

Dessa forma, comparando a posição do significante e do sujeito no discurso do mestre e no discurso capitalista, temos:

Discurso do Mestre	Discurso Capitalista
O significante é o que representa um sujeito para outro significante: $\frac{\$}{S1}$ a Unicidade do significante-mestre.	O mais-gozar assume o lugar de determinante do sujeito: $\frac{\$}{S1} \rightarrow \frac{S2}{a}$ O significante assume o valor de enxame.

Há, ainda, um terceiro sentido da alienação e que se esclarece, em nossos dias, pela recolocação da pergunta sobre o modo como o capitalismo engendra seu *ethos*. Uma indicação possível aparece em um trecho da videocoluna de Pepe Mujica (2017) para o Canal *Deustch Welle*, em que questiona como a lógica de mercado aprofunda a fissura na direção da miséria:

> "(...) acredita-se com honestidade, embora as ferramentas que utiliza não sejam honestas, (...) que o grande capital trabalha e acumula com plena liberdade e no longo prazo produz benefícios, porque investe com uma taxa de lucro favorável, e com isso resolve os problemas do trabalho e *tudo vai melhorar com coca-cola.*" (Mujica, 2017, Canal Deustch Welle)

A reflexão de Pepe Mujica (2017) critica diretamente o estado do capitalismo contemporâneo, ancorado na desmaterialização monetária, na flexibilidade financeira e no redimensionamento da esfera pública (1). Foucault (1978-1979/2008) denominara de neoliberalismo, o modelo de funcionamento do capitalismo contemporâneo. E seu *ethos* é o sujeito neoliberal.

A GÊNESE DO SUJEITO NEOLIBERAL: "A ECONOMIA É O MÉTODO. O OBJETIVO É MUDAR A ALMA"

A frase que compõe o título desta seção data de 1988 e foi proferida por Margareth Thatcher. Ela exprime o reposicionamento político que teve lugar no mundo a partir da década de 1980, com o alinhamento da cena política para o pensamento de direita e a ascensão do neoliberalismo como modelo de funcionamento do capitalismo (Cardim de Carvalho, 2006). De fato, a conjuntura política da época contava com a presença de Margareth Thatcher como primeira-ministra do Reino Unido e Ronald Reagan como Presidente dos Estados Unidos, que convertera o princípio do *trickle-down* em espinha dorsal de seu governo.

O conceito de *trickle-down* foi, primeiramente, cunhado pelo humorista americano Will Rogers que, durante a Grande Depressão, afirmara que o dinheiro teria sido totalmente apropriado pelo topo com a esperança de que iria gotejar para os necessitados. Convertido em princípio de governamentalidade na época Reagan, o *trickle-down* evidencia, no marco da década de 1980, a magia do neoliberalismo, que se consolidará como modelo do capitalismo contemporâneo. A magia consiste em haver a lógica de mercado com a impressão de não haver

Estado. Essa magia é denunciada pela crítica de Pepe Mujica (2017) ao capitalismo: o grande capital trabalha e acumula com plena liberdade e no longo prazo produz benefícios. Antes dele, Karl Polanyi (1957/ 2009) capturara com precisão esse ponto:

> "O caminho para o livre mercado foi aberto mantido aberto por meio de um enorme acréscimo de um intervencionismo contínuo, centralmente organizado e controlado (…). Os administradores permaneceram constantemente vigilantes para garantir o livre funcionamento do sistema. Assim, mesmo aqueles que desejavam mais ardentemente liberar o Estado de todas as obrigações desnecessárias e cuja filosofia demandava a restrição das atividades do Estado, não poderia senão fortalecer o Estado com novos poderes, órgãos e instrumentos exigidos para o estabelecimento do *laissez faire*". (Polanyi, apud Mirowsky e Plehwe, 2009, p. 441)

Essa magia também se imiscui no funcionamento do *ethos* neoliberal. Assim, no *ethos* neoliberal, o sujeito também é livre para comprar, vender, ter propriedade; é livre para se expressar como bem entender e se associar à causa que quiser. No entanto, tal como Marx (1867/1988) já definira, a liberdade padece do fato de ser, ela mesma, mercadoria submetida ao processo de fetichização. E, nessa condição, ela obedece aos princípios da produção:

> "A nova arte de governo aparece como gestão de liberdade, não no sentido do imperativo: 'sê livre', com a contradição imediata que este imperativo possa conter. A fórmula do liberalismo não é 'sê livre'.
>
> O liberalismo formula o seguinte: eu vou produzir o que tu precisas para ser livre (…). Assim, se este liberalismo não é tanto o imperativo da liberdade, mas antes a gestão e organização das condições sob as quais cada um pode ser livre, é claro que o que está no centro desta prática liberal é uma relação e uma problemática móvel sempre diferente entre a produção da liberdade e a produção na qual a produção de liberdade ameaça limitar e destruir. Liberalismo (…) implica no seu âmago uma relação produtiva/ destrutiva com a liberdade. (…) Liberalismo tem de produzir liberdade, mas este mesmo ato obriga ao estabelecimento de limitações, controles, formas de coerção e obrigações apoiadas em ameaças." (Foucault 1978-1979/2008, p. 63-64).

Retomando a magia do neoliberalismo que se imiscui no funcionamento do *ethos* neoliberal e o faz ser livre à condição de obedecer aos princípios de produção, e posicionando na fórmula do discurso capitalista temos, mais uma vez, sua determinação esclarecida pela ascensão do objeto a e pela pluralização do S1:

$$\downarrow \frac{\$}{S1} \times \frac{S2}{a} \downarrow$$

A ruptura histórica do capitalismo, localizada por Lacan (1972/1978) na fração esquerda da fórmula do discurso capitalista, permite uma chave interpretativa para o estatuto do sujeito neoliberal na magia do neoliberalismo: determinado, em sua liberdade, pelos princípios de gestão e organização das condições sob as quais cada um pode ser livre. Tais condições não estão no individualismo ou o ideal burguês. Mas sim, no empreendedorismo, no cálculo do rendimento e na medida da competência pelo rendimento – típicos da lógica de projeção do método econômico ao funcionamento subjetivo e ao laço social – que suprime a luta de classes e, em seu lugar, glorifica a competência e o mérito.

Por isso, Margareth Thatcher pôde afirmar que, em se tratando de modificar a alma, a economia é o método. E por isso, também, ao localizar a pluralização do S1, correlata a ascensão do objeto a ao zênite da civilização, Lacan pôde junto com Guattari (1985) antecipar que, em se tratando de neoliberalismo e sujeito neoliberal, já não há ideia alguma, não há absolutamente nada. Há a ideia de mercado, dinheiro.

Nota:

(1) Trata-se aqui de uma referência direta ao debate contemporâneo, mundial, sobre a independência do Banco Central, em que se defende o divórcio entre economia e política na base da idéia de que o Banco Central de um país não deve ser influenciado pelo debate político. A proposta de

reforma da previdência, defendida por alguns países da América Latina, como Brasil e Argentina, segue o mesmo padrão ao defender que o sistema de previdência deve obedecer à critérios financeiros e, portanto, deve estar fora do debate político. Sobre o avanço do neoliberalismo na esfera pública, cabe a referência de Varoufakis, Y. O Minotauro Global. A Verdadeira Origem da Crise Financeira e o Futuro da Economia Global. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

Bibliografia:

Benjamin, W., A modernidade e os modernos, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 2000.

Cardim de Carvalho, F., *"Keynes and the Reform of the Capitalist Social Order"*. *Journal of Post Keynesian Economics*, 31(2), 2006, pp.191-212.

Dardot, P. e Laval, C., A Nova Razão do Mundo. Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal, Boitempo, São Paulo, 2016.

Foucault, M., *Birth of Biopolitics: Lectures at the College de France* (1978-1979). New York: Palgrave Macmillan, 2008.

Foucault, M., "O que são as luzes?" (1984), Ditos e escritos II. Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento, Forense Universitária, Rio de Janeiro, 2000, pp. 335-351.

Freud, S., "A Questão de uma Weltanschauung" (1932), **Edição Standard Brasileira das** Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol XXII, Imago, Rio de Janeiro, 1976.

Guattari, F, Iury, J e Tosquelles, F., *Pratiques de L'Institutionnel et Politique, Vigneux: Éditions Matrice*, 1985.

Hegel, G.W.F. Fenomenologia do Espírito (1807), Editora Universitária São Francisco, Bragança Paulista, 2011.

Lacan, J., O seminário, Livro 16: De um Outro ao outro (1968-1969), Jorge Zahar, Rio de Janeiro: 2008.

Lacan, J., O seminário, Livro 17: O Avesso da Psicanálise (1969-1970), Jorge Zahar, Rio de Janeiro,1992.

Lacan, J., "Radiofonia" (1970), Outros Escritos, Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2003, pp. 400-447.

Lacan, J., *"Du discours psychanalytique" (1972), Lacan in Itália, La Salamandra*, Milão, 1978, pp. 32-55.

Marx, K., O Capital (1867), Nova Cultural, São Paulo, 1988.

Miller, J.A., "*El Psicoanálisis y la sociedad", Mediodicho.* Revista de Psicoanálisis. 27(8), 2004, pp.9-23.

Mirowsky, P. e Plehwe, D., *The Road from Mont Pelerin. The Making of the Neoliberal Thought Collective*, London: Harvard Univesity Press, 2009.

Mujica, J., Consciência Sul: O mundo por José Mujica, Pronunciamento de 12 de Janeiro de 2017, Canal Deustch Welle. Disponível em: http://www.dw.com/pt-br/consci%C3%AAncia-sul-o-mundo-por-jos%C3%A9-mujica/av-36982073

Varoufakis, Y., O Minotauro Global. A Verdadeira Origem da Crise Financeira e o Futuro da Economia Global, São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

Brasil 40 graus. Notas sobre os efeitos das mutações dos laços sociais. Degradações.

Marcela Antelo
EBP- AMP

O mal-estar de estar na cultura persevera através das mutações que afetam os laços sociais. O próprio das mutações é seu caráter irreversível. A industrialização, as guerras, os genocídios, os crimes ambientais, os êxodos, as *débâcles* financeiras, a tecnologização crescente do corpo e seu *habitat*, a preponderância do discurso da ciência, a biotecnologia em expansão, a sociedade de consumo, a corrupção das hierarquias governamentais, a violência nas cidades, o narcotráfico, os indignados, as praças ocupadas, a segregação crescente e a solidão irremediável montam um cenário do mundo *paratodos*.

Imagem obtida no Instagram da autora

O sujeito tornou-se parceiro sintomático do discurso da ciência. A satisfação oferecida pelos mercados da tecnociência se replica, assim como a falta de gozo se multiplica, como diz Miller: "levando-a a uma intensidade jamais vista, pondo em movimento as sociedades detidas, sem história, frias, e conduzindo à ebulição as sociedades cálidas" (1).

Deveríamos incluir sociedades quentes com breves historias pós-coloniais? O Brasil é habitado por uma sociedade cálida que está em ebulição. O agente das mutações nos modos de vida e de gozo é a pulsão de morte, aparelhada, que, como Miller lê no artigo citado, é retomada por Lacan de "O *mal-estar na cultura", de Freud,* na sua *Ética da psicanálise. Como consequência, nossa política é a do sintoma que cada um inventa para fazer objeção ao paratodos da degradação.*

Não é tarefa simples dizer sobre o Brasil e menos sobre o que chamamos de América Latina. Acaso uma mesma pele cultural envolve os habitantes ao sul do equador? O lugar onde não existe pecado? Embaixadores do esculacho? A América Latina é uma bolha dentro da ficção global de nossos dias? Como traçar o mapa de uma América Latina que fala línguas diversas e dialetos múltiplos? E ainda, como bem dizer o que muda em nós, para nós. Há um nós ilusório na degradação?

O poeta e crítico Silviano Santiago, que sempre andava por trás das malhas das letras, disse em 1971 que a América Latina era um entre-lugar (2) (*a space in-between*). Entre Deus e o Diabo. A vanguarda neo-realista já comprovou que o povo não se apresenta nem se representa como Uno (Hollywood), nem como massa (Cinema soviético). Melhor falar de dispersão, fragmentação, entre-lugar.

Marcus André Vieira procurava nomear as propriedades brasileiras na hora da fundação da EBP e ensaiava encontrar uma pista na última parte do volume contemporâneo à fundação, *A imagem rainha*, onde se articulava precisamente a imagem com o mal-estar na cultura. Quinze anos depois, partindo do universal, do *paratodos* da saúde, não sem a loucura de cada um, encontra que "existem campos da cultura compatíveis com o que chamamos 'sujeito', algo que não compõe com o todo e se mantém, por definição, impreciso, um furo" (3).

Os três últimos encontros nacionais dão a régua e o compasso de como a EBP acompanha as mutações dos

gostos, as sacudidas da cultura, as metamorfoses ambulantes, como modo de fazer existir o desejo do analista. Nascida Uma e múltipla ao mesmo tempo, a EBP não se reconhece numa única voz. Por outro lado, "Há Um no múltiplo a condição de não buscá-lo a qualquer preço" (4).

Numerosas vozes afinaram ao redor dos temas "Mulheres de hoje: figuras do feminino no discurso analítico", "Trauma nos corpos, violências nas cidades", "Adolescência, idade do desejo". Nesse último encontro, para extrair um exemplo, aprendemos que se o tema acendeu uma chama foi porque:

> Quando falamos da adolescência, estamos tratando dos nossos próprios embaraços com a época atual e nada melhor do que fazer dos impasses e saídas dos adolescentes pontos de insabido a partir dos quais possamos aprender. Aprender com as indagações deles, que nos surpreendem, nós, atrapalhados com tantas mutações produzidas pelos efeitos do discurso da ciência, para as quais a experiência não nos serve.(5)

Atrapalhados e em ebulição

Quando festejávamos a ascensão do $ ao lugar de agente do discurso, equivocávamo-nos, disse Miller. O início do século XXI assiste a um 'retorno sensacional do discurso do amo/mestre' (6), que volta qual zumbi. O Outro que não existia para sempre nunca mais, volta e predica.

Por um lado, retorno do amo sim, mas por outro, há lugares nessa terra em transe onde o amo nunca afundou, talvez de tão seca que o sol a torne. O Outro no sul do Equador é "extremamente rígido e ao mesmo tempo não existe" (7).

Acrescentemos também que quando falamos de cultura, como ensinaram Raymond Queneau e o cineasta baiano Edgard Navarro, devemos focar com esmero na primeira sílaba da palavra. Procurando o que não compõe com o todo, medimos a nossa temperatura em alguns dos horizontes que se apresentam.

O horizonte urbano: o empuxo higienista e sanitarista faz a festa nas nossas cidades. O culto à *performance* corporal, ao consumo de anabolizantes, à proliferação de *personal trainers*, às intervenções no corpo em busca da foraclusão da velhice, povoam nossas ruas de academias e farmácias. Carros blindados, vidros escuros, cidade-motor onde quem anda a pé não é cidadão. *Ninguém* é cidadão, canta Caetano Veloso. As cifras gritam: Morte!

O horizonte político: Uma artista brasileira que fez da interpretação ato poético disse décadas atrás: "Somos governados por gorilas, que me desculpem os gorilas verdadeiros". Elis Regina não vomitou com o país a recente noite de desmascaramento da infâmia da classe política que ocupa a Câmara de Deputados e que envergonhou o país. Não que ignorássemos a fatura dos que ocupam as cadeiras, mas até essa noite estavam protegidos pelo manto da burocracia de um saber/poder coletivo, sem Um. A voz de cada um caiu do Outro e os arrastou, um por um, interminavelmente entrada a madrugada, e não foram só os pés que se revelaram de barro. Os 'memes' foram as figurações irônicas que se espalharam de pessoa a pessoa, com sua potência viral, interpretando o acontecimento. O pai do nome 'meme' foi Richard Dawkins no seu livro *O gen egoísta*, de 1976. Replicam-se em contato com humanos e encarnam uma das formas mais lúcidas de resistência ao disparate. Precisam do consentimento do um para funcionar.

O horizonte erótico: O Outro não está olhando porque não existe. O Outro olha e estupra. Mais uma vez as cifras gritam: Morte! A imagem do corpo próprio reina no Brasil: se em 1995 reinava, hoje ela governa. A função dos dispositivos digitais de encontros é altamente sofisticada num dos países mais blogueiros do mundo, onde tudo se dá a ver. Candidatos nus, armados, bombados, nas vitrines. Contratos de *swingers* à luz do sol. Promoção de relações abertas, não sem cada um conhecer as senhas dos dispositivos do outro. Deterioração do próprio dispositivo casal, culto à multiplicidade de experiências sexuais e a promoção do Um Narciso. O prognóstico de Romildo do Rêgo Barros sobre a busca do Um em unidades cada vez mais pequenas (8) encontrou nesse fim de ano um testemunho midiático eloquente. O *hit* desse último Natal, reportado pelo jornal televisivo de rede nacional, foi o presente dado a si mesmo, verdadeira apoteose da loucura do eu. Cada um seu próprio Papai Noel, que, por outro lado, se revela um *stripper*.

O horizonte religioso: o triunfo da religião que é *paratodos* assume forma viral no Brasil: *Dieu Born again* (Jam dixit). Religiões *mainstream* e das outras entranhadas na estrutura íntima da pirâmide do poder se oferecem como alternativa higiênica, transparente, purificadora. Elas permeiam os cotidianos e se enroscam nas elites políticas marcadas pelo excesso. A sequela das devastações sobre os corpos e as ideias ocupará nossas agendas pelas próximas décadas.

Não há pai para contar que a coisa arde. Há somente alguns analistas.

Nota:

O presente texto responde à convocatória aos então presidentes das escolas sobre a pergunta: "As mutações do vínculo social. Como percebe sua Escola os efeitos das mutações – marcadas com frequ**ência por uma degradação do vínculo social** - que se produzem no mundo?" a ser recolhidas no documento de trabalho do Conselho da AMP 2017.

Bibliografia:

(1) Miller, J.-A., *El futuro del Mycoplasma Laboratorium*. Comunicación en las XXXVI, Jornadas de la ECF, el 7 de Octubre de 2007. Disponível em: <http://ampblog2006.blogspot.com.br/2007/10/miller-xxxvi-jornadas-de-la-ecf.html>.

(2) Santiago, S. *Uma literatura nos trópicos*, Rocco, Rio de Janeiro, 2000.

(3) Vieira, M. A., "Não sem". In: Glaze, A.; Otoni, F.; Delecave, M.E.,(Orgs.), *A saúde para todos não sem a loucura de cada um*, Wok, Rio de Janeiro, 2011.p. 33.

(4) Vieira, M. A.,"Images d'École". *L'Âne*, Le magazin freudien, n. 61, juillet 1995, p. 5.

(5) Lutterbach Holck, A. L., *Abertura das Jornadas da Seção São Paulo*, agosto de 2016. Disponível em: http://www.encontrobrasileiro2016.org/analucialutterbach .

(6) Miller, J.-A. *Un esfuerzo de poesía*, Paidós, Buenos Aires, 2016, p.204.

(7) Vieira, M. A., "Não sem", p. 33.

(8) Do Rêgo Barros, R., "**As seitas e o nome-do-pai",** *Opção lacaniana on-line***, n**úmero III, **Disponível em: http://www.opcaolacaniana.com.br/antigos/n3/artigos2.htm**

Histórico da comissão da garantia AMP

LacanXXI
REVISTA FAPOL ONLINE

Histórico da comissão da garantia AMP-América

Elisa Alvarenga
EBP- AMP

Desde o Ato de Fundação de sua Escola, em 1964, Lacan estava concernido pela garantia do trabalho realizado na Escola. "Desde o início e na totalidade dos casos, uma supervisão qualificada será assegurada ao praticante em formação em nossa Escola" (1). Ela garantirá as supervisões que convierem a cada um, "já que não é de fora que se pode esperar uma exigência de controle que estaria na ordem do dia em todos os outros lugares" (2).

Amanda Dupont. "Deixe-o ser". Acrílico. 100 x100 cm.

Na Proposição de 9 de outubro de 1967, "o AME ou analista membro da Escola é constituído pelo fato de a Escola o reconhecer como psicanalista que comprovou sua capacidade: é isso que constitui a garantia proveniente da Escola" (3). Mas, onde encontrar o AME? Como nos diz Graciela Brodsky, Lacan não nos dá muitas pistas para isso. Em 1975, lhe perguntaram quais seriam os critérios para nomear um AME, ao que Lacan respondeu: "É o que se chama o bom senso, ou seja, a coisa mais difundida do mundo: neste se pode ter confiança. Nada mais. Não há absolutamente nenhum outro critério" (4).

No seu discurso à Assembleia Geral da AMP, quando foi eleita Delegada Geral em 2002, Graciela Brodsky nos apresenta o impasse da Garantia que começou a perfilar-se na AMP: Jacques-Alain Miller havia apontado a inflação do título de AME e a dificuldade de implantar uma Comissão da Garantia, antecipando a incompatibilidade entre a comunidade de trabalho que exige a Garantia e a dispersão territorial de algumas de nossas Escolas. Em janeiro de 2000, Miller havia fundado a Escola Una, mas havia assinalado algumas dificuldades: o borramento da diferença entre membros e não membros, a perda de limites entre psicoterapia e psicanálise, o mutualismo. O Comitê de Ação da Escola Una havia elaborado dois documentos: um sobre a Supervisão e outro sobre a Garantia. Na época, apenas duas Escolas existentes possuíam sua Comissão da Garantia: A ECF e a EOL. Mas não faziam nomeações nem um ensino.

Era preciso inovar a Garantia, e o Delegado Geral, considerando o desejo de estreitar laços entre as Escolas vizinhas, propôs que se criassem, junto com a divisão da AMP em Escola Europeia de Psicanálise e AMP-América, uma Comissão da Garantia na Europa e outra na América. Estas propostas foram aprovadas estatutariamente, ainda em 2002, pelos Conselhos e Assembleias das Escolas. Assim, a primeira Comissão da Garantia AMP América passou a nomear alguns membros das Escolas da América como AME. Ela foi constituída por Graciela Brodsky e teve a participação de Bernardino Horne pela EBP.

Desde a Declaração da Escola Una em 2000, Miller menciona os AME, "praticantes que deram provas de formação suficiente e cuja nomeação deverá, em breve, encontrar um procedimento melhor definido" (5). A regionalização da Comissão da Garantia AMP-América, embora considere o fator local inerente à nomeação do AME, pode ao mesmo tempo introduzir a boa "deslocalização", que neutralize os efeitos de "mutualismo" grupal (6).

O período de 2006 a 2010, correspondente à gestão de Eric Laurent como Delegado Geral da AMP, teve um

especial cuidado com as admissões, que também dizem respeito à garantia que oferece a Escola a seus membros. Foi também durante sua gestão que a Comissão da Garantia AMP-América reuniu-se, em maio de 2008, fazendo várias nomeações de AME na EOL, na EBP e na NEL. Esta Comissão entrou em função a partir do Congresso de Roma em 2006, deveria permutar em 2011 e teve como membros: Frida Nemirovsky (mais-um), Leonardo Gorostiza (Presidente AMP-América), Ricardo Nepomiachi (EOL), Romildo do Rêgo Barros (EBP) e Gerardo Réquiz (NEL) (7).

Leonardo Gorostiza, ao assumir a Presidência da AMP em abril de 2010, propôs a criação do Secretariado da Garantia no interior do Conselho da AMP, nomeando para essa função Philippe La Sagna. Existiam então quatro Comissões da Garantia na AMP: as da ECF e da EOL, e as duas da AMP: o Secretariado Europeu da Garantia (SEG) e a Comissão da Garantia AMP-América. Na EBP havia AME desde 1998, sendo a primeira lista estabelecida pelo Delegado Geral da AMP.

Em junho de 2011, houve reunião da Comissão AMP-América durante o ENAPOL V, no Rio de Janeiro, com a participação de Elisa Alvarenga, então Presidente da AMP-América, e novas nomeações de AME. Em 2012, ano da criação da FAPOL (Federação Americana de Psicanálise da Orientação Lacaniana) houve a permutação na Comissão, que passou a ser constituída por: Leonardo Gorostiza, Elisa Alvarenga, Daniel Millas, Juan Fernando Pérez, Jésus Santiago e Mauricio Tarrab. Para além das nomeações de AME, as Comissões AMP-América e Europa discutiram o alcance e valor do título de AME em nossa época, marcada pela violência dos ataques à Psicanálise. Já se colocava a questão da ação lacaniana e do papel dos AME para representarem as Escolas da AMP em um mundo onde uma grande quantidade de informações, não hierarquizadas, se multiplicavam nas listas eletrônicas. Algumas forças-tarefa tinham então lugar na AMP, como por exemplo a libertação de Rafah Nashed, na Síria.

Mas a função dos AME era interrogada sobretudo dentro das Escolas, na formação dos jovens analistas, como também na nomeação de passadores para o dispositivo do passe. Enfatizava-se, ainda, a pertinência de continuar impulsionando um ensino por parte das Comissões e dos AME nas Escolas.

Em 2013, Philippe La Sagna transmitiu ao Conselho da AMP os resultados de duas perguntas dirigidas aos integrantes das Comissões AMP-América e Secretariado Europeu da Garantia: sobre o ponto de vista de cada um sobre a prática da supervisão nas Escolas, considerada uma perspectiva central a se levar em conta, tanto para a entrada como membro quanto para a nomeação de AME, e sobre as relações da Psicanálise com o Estado, nas diversas Escolas. O título de AME tinha então um valor interno nas Escolas, mais que um sentido importante no exterior da Escola, na cidade. Constata-se que o lugar da Psicanálise nas Universidades está cada vez mais fragilizado e que a crise que atravessam as instituições de saúde mental nos orienta em direção à necessidade de criar instituições novas, orientadas pela psicanálise.

O ano de 2013 é marcado por uma preocupação com a Garantia e a nomeação de AME, definido por Jacques-Alain Miller como "um título que é dado nas Escolas por uma Comissão responsável, não às pessoas que demandam. Essa Comissão estima, em um dado momento, que há pessoas cuja prática é regular, conforme a orientação lacaniana, e que essas pessoas deram provas, testemunhos, de que o fazem bem" (8). A supervisão e a garantia estão na ordem do dia na Europa e na América. A supervisão só vale se visar, para além das relações do psicanalista com seus pacientes, suas relações com a psicanálise. Segundo Philippe La Sagna, na única vez que uma lista de AME foi publicada na ex-EFP, em 1977, ela foi acompanhada de um texto preciso sobre a questão do AME. Para garantir "a competência mas também a regularidade da prática", deve-se demandar "o acordo do analista do sujeito", o testemunho dos supervisores (ao menos dois) e a "qualidade psicanalítica do trabalho do qual o sujeito deu provas em uma atividade de grupo ou em um escrito" (9).

Em novembro de 2013, por ocasião do VI ENAPOL, em Buenos Aires, a Comissão da Garantia AMP-América reuniu-se novamente, com a presença de Miquel Bassols, então vice-Presidente da AMP, e fez novas nomeações nas três Escolas da América. Leonardo Gorostiza, após reunião com o Conselho da EBP, considerou a criação de uma Comissão da Garantia da EBP, argumentada por Rômulo Ferreira da Silva em seu texto "A questão da supervisão toca a garantia", incluído no Dossier "A arte da supervisão", organizado pelo Conselho da FAPOL sob a presidência de Elisa Alvarenga. A Comissão da Garantia da EBP foi criada na Assembleia da EBP de março de 2014.

As nomeações de AME são uma prerrogativa da Comissão da Garantia AMP-América, embora as Comissões da EOL e da EBP indiquem membros de sua Escola para serem nomeados. Um AME é nomeado quando ele já funciona, de fato, como tal. Miquel Bassols explicita que não se é nomeado AME sob demanda, sendo a nomeação mais da ordem de uma anunciação, por surpresa. O título de AME não é uma recompensa de uma carreira, mas o reconhecimento de uma transmissão em curso do desejo do psicanalista. Um papel essencial da garantia é

fazer valer o sujeito Escola contra o grupo. Daí a importância dos testemunhos daqueles que podem recolher, em sua Escola, informações sobre a prática clínica e transmissão da psicanálise pelo colega indicado para esta nomeação. Na NEL, como não há Comissão da Garantia, conta-se com o parecer do membro da NEL que participa na Comissão, além das informações que se têm sobre os indicados.

Em abril de 2014 houve novas permutações nas Comissões, e a Comissão AMP-América passou a ser composta por: Miquel Bassols, Silvia Baudini, Juan Fernando Pérez, Ana Lúcia Lutterbach Holck, Rômulo Ferreira da Silva e Mauricio Tarrab. Trata-se de uma Comissão constituída pelo Presidente da FAPOL, os Diretores de EOL e da EBP, um membro da NEL e um membro da EBP, com a participação do Presidente da AMP. Tal Comissão se reuniu durante o ENAPOL de 2015, em São Paulo, para escutar as propostas das três Escolas e decidir sobre o reconhecimento de novos AME.

Em 2016, Silvia Baudini passa a fazer parte do Conselho da AMP e é nomeada para a função de Secretária da Garantia AMP-América, uma vez desdobrado o Secretariado da Garantia da AMP, enquanto Christiane Alberti assume a Secretaria AMP Europa.

Em janeiro de 2017, o Conselho da AMP elabora um Regulamento interno da Comissão da Garantia da prática da AMP-América, no qual figuram os membros da Comissão: Miquel Bassols, Silvia Baudini, Juan Fernando Pérez, Ana Lúcia Lutterbach Holck, Nora Gonçalves e Silvia Salman. As duas últimas substituíram Rômulo Ferreira da Silva e Mauricio Tarrab, que saíram da Comissão para integrar os cartéis do Passe da EBP e da EOL, respectivamente. Os membros da Comissão já não obedecem à função que ocupam na Escola, mas estão na Comissão a título pessoal. Essa mudança favorece o trabalho de uma Comissão que tem a função central de garantir uma formação suficiente no tempo e lugar, tal como propõe Jacques-Alain Miller em suas Proposições sobre a Garantia, apresentadas na Jornada "*Question d'*École" de 21 de janeiro de 2017, sobre "A psicanálise na cidade". A atual Comissão reuniu-se durante o último ENAPOL, em setembro de 2017, em Buenos Aires, com a presença de Angelina Harari, vice-Presidente da AMP, como êxtimo.

O Secretário da Garantia América do Conselho da AMP tem como função reunir a Comissão e convocar os responsáveis das Comissões das Escolas da América para transmitir suas propostas de reconhecimento de AME. Ele deve também informar os Presidentes das Escolas e da FAPOL sobre as decisões tomadas na Comissão (10).

Se a Comissão da Garantia privilegiava a preocupação com a formação dos analistas, sua prática e sua ética, cuidando especialmente de promover o desejo de supervisão, Miller explicita um giro em direção à cidade, ao afirmar que: "é apropriado tratar as relações entre discurso da análise e discurso do mestre sob a égide da Garantia". Nesta mesma intervenção, Miller afirma que o título de AME é o meio pelo qual nosso grupo analítico se faz representar no discurso do mestre. Como esse último varia no lugar e no tempo, justifica-se a divisão da secretaria da Garantia da AMP, entre a Europa e a América. Trata-se, portanto, de saber, como propõe Silvia Baudini, quem é o mestre em cada momento e lugar (11). É uma questão que deve sempre ser atualizada, em razão das evoluções da sociedade e das pressões exercidas sobre a prática da psicanálise pelos polos tecnocráticos e ideológicos dos governos contemporâneos.

A Comissão da Garantia AMP-América segue concernida pela formação no interior da Escola, que indica aqueles que serão nomeados AME, mas considera a garantia que o AME deve representar na cidade, ao mesmo tempo submetendo-se e subvertendo o discurso do mestre. É a Escola, como propôs Miller, em seu ser ambíguo, com asas analíticas e patas sociais (12).

Bibliografia:

(1) Lacan, J., "Ato de fundação", in *Outros Escritos,*, Zahar, Rio de Janeiro, p. 236.

(2) Ibidem, p. 246.

(3) Lacan, J., "Proposição de 9 de outubro de 1967", in *Outros Escritos,* op. cit., p. 249.

(4) Lacan, J., *Lettres de l'EFP,* abril 1976, citado por Brodsky, G.,"*Donde encontrar al AME? La commission de la garantía*", in http://www.wapol.org/es/las_escuelas/TemplateArticulo.asp?intTipoPagina=4&intEdicion=4&intIdiomaPublicacion=1&intArticulo=180&intIdiomaArticulo=1&intPublicacion=10, acesso em 07.01.2018.

(5) Cf. Miller, J.-A., "Declaração da Escola Una", 24.01.2000, "Anexo aos Estatutos da AMP", in Anuário da EBP de 2004, p. 111.

(6) Cf. Gorostiza, L., *Discurso do Presidente entrante a la Asamblea General de la AMP*, Paris, 30.04.2010.

(7) Cf. La Sagna, P., *Note sur le travail sur la question de la garantie pour le Conseil de l'AMP* (2010-2011).

(8) La Sagna, P., *Rapport du Sécretariat de la Garantie AMP 2013 pour le Conseil de janvier* 2014.

(9) Ibidem.

(10) Cf. Baudini, S., Informe sobre *la Comisión de la Garantía* AMP América, janeiro de 2018.

(11) Baudini, S., *Secrétariat de la Garantie AMP pour l'Amérique*, Intervenção na Assembléia da AMP no dia 28.01.2017.

(12) Cf. Miller, J.-A., "*Question d'École: Propos sur la Garantie du* 21.01.2017", in *Hebdo Blog de l'École de la Cause freudienne n. 94,* 29 janvier 2017.

Lacan XXI
REVISTA FAPOL ONLINE

AS RESSONÂNCIAS DOS DISPOSITIVOS DA FAPOL

A ESPECIFICIDADE DO AUTISMO

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS DO AUTISMO DA EBP/FAPOL(1)

Elisa Alvarenga
EBP - AMP

TEORIA DA CLÍNICA

O Observatório de Políticas do Autismo da Escola Brasileira de Psicanálise (EBP) / Federação Americana de Psicanálise da Orientação Lacaniana (FAPOL) elabora este texto como teoria da clínica a partir do caso de um jovem autista de 20 anos, apresentado ao Observatório por Anamaria Vasconcelos. Ele demonstra como a psicanálise de orientação lacaniana recebe e trata uma criança autista, fazendo surgir seus interesses específicos a partir de uma oferta da analista que diz não à imersão no gozo estagnado. Marcos chega aos 3 anos e meio, com seu grande saco de brinquedos, do qual ele não podia se separar. Inicialmente foi preciso uma intervenção no Outro, orientando a mãe para que ele pudesse se alimentar, para além dos líquidos e da mamadeira. Um desejo não anônimo pôde assim surgir do lado da mãe, de tal maneira que Marcos pôde abrir mão do grande objeto que parecia fazer função para ele de borda para proteger seu corpo. Era como se ele fosse um objeto do seu saco de brinquedos, que carregava para todo lado.

M.C.F. Desenho. “CORES”.

Inicialmente havia a retenção dos objetos olhar e voz: ele não olhava para a analista e falava uma linguagem incompreensível, ou apenas compreensível pela mãe. Jean-Claude Maleval fala da entrada na linguagem, no autismo, pela via do signo, que esclarece em sua Conferência de 12 de agosto de 2017 em Bogotá. Ele propõe a tese de que o autista entraria na linguagem pela via do signo e não pelo significante incorporado.

Freud chama de signos os primeiros traços de percepção dos objetos, antes que eles se associem no inconsciente por simultaneidade ou por relações causais. No autismo, diferentemente da psicose, esses signos não parecem constituir um Outro incorporado pelo sujeito, por isso dizemos que no autismo, inicialmente, não há Outro, como tampouco há corpo.

No *Seminário 9* (2), Lacan diz que o que há de real na origem é o signo e que o significante já seria o apagamento da Coisa. Por isso, Jean-Claude Maleval sustenta as sérias dificuldades do autista com relação à alienação significante. O sujeito autista, agarrado ao signo sem a interpretação que viria do Outro, teria sua orientação para o real. Isso permite entender o funcionamento de alguns autistas que pensam através de imagens, com um recurso precaríssimo ao registro simbólico. Isto se apresenta na forma como estabelecem sua relação com as imagens e coisas, sem substituição metafórica e sem enlaçamento com o sentido. A recusa da linguagem para a comunicação pelo viés da fala e, por outro lado, a vontade de poderem ser entendidos em seu modo de funcionamento faz com que alguns autistas de alto rendimento, em nome dos demais autistas, escrevam suas autobiografias, referências fundamentais para prosseguirmos com nossas investigações (3).

O primeiro passo do tratamento de Marcos é encontrar para ele um lugar no desejo do Outro, para que ele possa se separar desse grande saco que fazia para ele função de borda corporal. Marcos demonstra então um interesse por formas, cores e contos, livros e filmes. Seu caso é diferente daquele de Owen Suskind, filho do jornalista norte-americano Ron Suskind, que deu origem ao método de tratamento e ao Colóquio realizado em Rennes, publicado no livro, *Affinity Therapy* (4). No caso de Owen, retratado no livro e no filme recentemente publicados em português *Vida animada,* os pais escutaram seu filho que, obcecado pelos filmes da Disney, tinha um interesse particular por uma cena do filme "A pequena sereia", na qual a feiticeira diz a Ariel, a sereia, que só quer a sua voz. É assim que o menino rebobinava a cena inúmeras vezes e repetia "*sussuvuz*", "*juicervoice*", que finalmente foi escutado pelos pais como "*just your voice*" (5). O pai de Owen, e o resto da família em seguida, passaram a conversar com ele com as vozes e a pantomima dos personagens dos filmes da Disney, de tal forma que ele, que não falava havia anos, começou a falar. Inicialmente, a fala pronta dos personagens dos filmes. Aos poucos, ele passou a se relacionar com outras crianças e mais tarde encontrou uma namorada. Hoje ele tem um clube Disney onde assiste, com vários adolescentes autistas ou deficientes, os filmes da Disney, e convida atores que fazem as vozes dos personagens para virem se apresentar. Esses jovens, antes isolados em seu mutismo, hoje se divertem e conversam a partir dos filmes. Não se trata propriamente de um tratamento analítico, mas de transformar uma afinidade em solução sintomática que faça laço.

No caso de Marcos é um pouco diferente, porque seu interesse específico surgiu sob transferência. A partir do seu interesse por formas, cores e contos, Anamaria introduz na sessão o computador. Eric Laurent diz que é importante deixar o autista ter acesso ao computador, já que ele não dispõe do aparato do espelho para fazer-se um corpo. A tela dos aparelhos e os instrumentos da tecnologia moderna oferecem a possibilidade de separar o registro da letra daquele do significante. Alguns autistas se interessam pelos *youtubers* e locutores numa tentativa de fazer uso da voz e há também aqueles que podem falar desde que usem marionetes para representá-los. São artifícios para separar ou extrair a voz do corpo (6). Pela grande dificuldade de enunciação, de apropriar-se da palavra e modular sua voz, o autista pode repetir frases feitas ou escrever. Assim podemos entender o que diz Anamaria sobre Marcos: ele fala como um estrangeiro, e quando não consegue se expressar por meio de palavras, ele desenha para se fazer compreender.

Vemos, então, o procedimento inventado por ele a partir das ofertas da analista: ele faz formas geométricas no computador, que ela preenche com cores, depois enche a tela de cor e desenha contornos pretos. O aparecer e desaparecer das formas vai constituindo um esboço de *fort-da,* até esvaziar-se de libido. Ela retira então o computador e aparece a geleca, com a qual ele cobre objetos e realiza o gruda e desgruda, um novo par de significantes. Quando a geleca, suja, é colocada no lixo, ele se angustia, e ela hesita em fazer valer esse corte. Mas ele mesmo dá um passo adiante, fazendo da pia do banheiro o novo instrumento de realização do encher e esvaziar. A analista o acompanha atentamente por meses nesse movimento, até que nota um esvaziamento, libidinal, desse *neo fort-da* (7). Ela introduz então a tinta, colorindo a água e permitindo a ele transformar uma cor em outra e descobrir novas cores, mostrá-las e nomeá-las. O olhar do Outro e sua aprovação já são importantes para ele.

Um novo corte se faz necessário, com a redução da água e a introdução do pincel no papel. Ela desenha para ele, que começa então a fazer seus próprios desenhos, com personagens e releituras dos filmes que assistia. Ele retoma, em casa, o computador extraído das sessões. Encher e esvaziar, colorir e nomear deu ao desenho um novo estatuto para Marcos, criando bordas e portanto lhe dando um corpo. A constituição de um furo a partir dessa construção simbólica mínima, com a criação das imagens, é atestada quando ele demanda ao pai levar seu *tablet* à escola, e mostrar seus desenhos aos colegas. Onde faltava o circuito pulsional, constrói-se um novo circuito, que inclui o Outro materno, o Outro da transferência e depois o Outro social, inicialmente na escola e depois ampliado com o lançamento de um livro, autógrafos e entrevista. Assim podemos entender porque Marcos abre mão de suas sessões com a analista: ele construiu uma borda com o Outro social, um espaço para trocas e contatos que, pelo deslocamento metonímico, vai se ampliando. Com a possibilidade de voltar a recorrer à analista, se preciso for.

Anamaria mostra alguns conceitos difíceis de apreender, como a forclusão do furo, proposta por Eric Laurent (8), a partir de Miller. Trata-se da imersão dos autistas no real, seu doloroso acesso a uma dimensão em que nada falta. Se não há furo, nada pode ser extraído. É o que provoca nos autistas incríveis crises de angústia, quando estão diante de uma porta, ou quando, no banheiro, não conseguem se separar de suas fezes. A automutilação pode surgir aí como forma de criar um furo e extrair um gozo que invade seu corpo de maneira insuportável.

Maleval diz que a borda capta o gozo e o dirige ao objeto, limitando o gozo, mas é necessário esvaziar a borda, o que permitiria reduzi-la ao interesse específico (9). Em um caso bem-sucedido como o de Temple Grandin, vemos que, além do interesse específico, que a leva a criar a máquina do abraço, Temple tem uma abertura ao furo que constituem para ela as portas: inicialmente fonte de grande angústia, elas se tornam para ela abertura, possibilidade. Marcos também se angustia quando há cortes e ele tem que lidar com a falta do objeto que cobria tudo, a geleca. Mas a presença da analista permite que ele aceite o encontro com um novo objeto que vai se deslocando e transformando até a demanda de mostrar seu trabalho aos colegas.

Autismo e psicose ordinária

No livro *A Psicose Ordinária*, o autismo ocupa uma pequena parte no relatório sobre "ligamentos, desligamentos, religamentos". Não há uma verdadeira separação entre o autismo e a psicose, sendo o autismo considerado uma "escolha da psicose em seu polo extremo, o autismo" (10). No entanto, já se postula "uma falta radical de qualquer processo primário de simbolização. É a falha de *Bejahung* primordial que poderia corresponder ao desencadeamento" (11).

Isso já nos permite fazer uma primeira diferenciação entre o tratamento do autismo e o da psicose, a partir do caso apresentado por Anamaria. No autismo, trata-se de construir uma borda a partir de um furo, introduzindo metonimicamente outros objetos, interesses específicos. Trata-se portanto de "elevar um interesse específico à categoria de sinthoma" (12).

Se até alguns anos atrás não distinguíamos o autismo da psicose esquizofrênica, isso se deve a que o próprio conceito de autismo, inventado por Eugen Bleuler, em 1911, fazia parte dos sintomas primários da esquizofrenia descritos pelo psiquiatra suíço que, juntamente com Karl Jung, se dedicava ao tratamento desses pacientes no início do século XX. Bleuler, cuja rica correspondência com Freud foi recentemente publicada em português, renomeou a "demência precoce" descrita por Kraepelin de esquizofrenia, e descreveu o autismo como um afastamento da realidade que, juntamente com o afrouxamento das associações e a ambivalência, constituiriam os 3 A de Bleuler. Este tentou aproximar o funcionamento autista do funcionamento do inconsciente, amputando-o, no entanto, do eros contido no conceito freudiano de autoerotismo, tão útil na abordagem da esquizofrenia.

Nosso intuito é então, a partir dessa referência histórica e da evolução, considerável, porque tem passado, no último século, o conceito de autismo, estabelecer sua especificidade, ou seja, sua diferença em relação à psicose, e ainda, em relação à debilidade mental, com a qual o autismo é muitas vezes confundido.

Nos anos 80 o autismo é incluído, no DSM-III, nos Transtornos Globais do Desenvolvimento e no DSM-III-R, nos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento. A medicalização é promovida, juntamente com os tratamentos cognitivo-comportamentais. Os métodos ABA *(Applied Behavior analysis)*, criado por Lovaas, e o método TEACCH *(Treatment and Education of Autistic and related Communication Handicaped Children)* foram e são largamente utilizados, mas são métodos de treinamento que produzem adaptações artificiais e pouco eficazes do ponto de vista da autonomia (13).

As experiências de inclusão dos autistas em escolas, muitas vezes baseadas no método TEACCH, frequentemente se deparam com o despreparo dos profissionais ali operantes, que se obstinam em privilegiar o desenvolvimento cognitivo por meio de atividades previamente estabelecidas, e a eliminação de condutas consideradas inadequadas, desconhecendo as particularidades e passos possíveis para cada criança (14). O encontro com mediadores sensíveis e não intrusivos pode propiciar a função do duplo (15) e ajudar uma criança autista a dar passos importantes.

O conceito de espectro autista nasce nos anos 70, sustentado por estudos genéticos. A passagem de uma concepção do autismo como retraimento social e afetivo a um transtorno do desenvolvimento com déficits cognitivos, devidos as diversas formas de disfuncionamento cerebral, contribui a uma extensão cada vez maior da clínica do autismo, assim como à sua confusão com a deficiência mental. Finalmente, no DSM-V, temos o Transtorno do Espectro Autista (TEA), com sua gradação: leve, moderado e grave.

No entanto, a publicação dos testemunhos dos autistas, tais como Temple Grandin, Donna Williams e Daniel Tammet, logo mostra que, no autismo, não se trata de um déficit, e tampouco de uma psicose esquizofrênica. Vejamos como a psicanálise lacaniana nos permite entender isso.

A ORIENTAÇÃO LACANIANA

Nos anos 50, Rosine Lefort, analisante de Lacan, recebe uma criança autista de 30 meses, cujo tratamento é relatado no livro *O Nascimento do Outro* (16), publicado junto com Robert Lefort. Desde essa época os Lefort descrevem o autismo como dominado por uma relação destrutiva ao Outro, um Outro real, sem furo, sem objeto separável, ao qual a relação transferencial parecia impossível (17). Uma primeira distinção é feita em relação à psicose: ela ataca Rosine com bofetadas, visando a divisão do Outro, e não sua completude, como na psicose. No autismo não haveria S_1, nem objeto *a*. Não haveria balbucio, nem gozo do balbucio. Sem alienação significante nem objeto pulsional separável, a questão do duplo parece fundamental na estrutura autística, sustentada pelos Lefort em 1996 no texto "O autismo, especificidade (18). Além disso, eles consideram que há graus no autismo, levantando essa hipótese diagnóstica em relação a várias personalidades célebres, em seu livro *A distinção do autismo* (19), recém publicado em português.

Apoiando-se nos Lefort, mas também sobre testemunhos de autistas de alto nível, Maleval propõe uma outra abordagem psicanalítica da estrutura do autismo, próxima da clínica espectral, publicando em 1998 "Do autismo de Kanner à síndrome de Asperger". Ele tenta apreender a especificidade do autismo a partir de duas características maiores: por um lado, um transtorno da enunciação, dependente de uma carência da identificação primordial, por outro, uma defesa específica, que se apoia sobre um objeto fora do corpo, própria para constituir a matriz de um Outro de signos.

Maleval (20) considera que a transferência pode se estabelecer a longo termo sem tornar-se destrutiva, tomando como exemplos Dick, de Melanie Klein, Dibs, uma criança autista tratada por Virginia Axline (21) e Donna Williams (22), que relata sua análise freudiana com uma psiquiatra. Ele considera também que a evolução do autismo se faz essencialmente em direção ao próprio autismo, dentro de um espectro bastante amplo, onde o essencial permanece invariável. Um mesmo funcionamento subjetivo pode se manifestar como grande variedade de quadros clínicos. Na infância predominam os problemas de aprendizagem e de comportamento, na adolescência as dificuldades relativas ao trabalho e aos relacionamentos e na idade adulta, os conflitos sociais e conjugais.

O interessante na psicanálise é que o saber vai se construindo a partir da experiência. No que concerne ao autismo, podemos acompanhar, ao longo dos anos, como os psicanalistas lacanianos vão separando o autismo da psicose esquizofrênica precoce. Éric Laurent propõe diferenciar o autismo como um retorno do gozo sobre uma borda do corpo, uma neoborda, que se apoia sobre o encapsulamento autista, diferente do gozo que retorna no corpo fragmentado na esquizofrenia, ou no Outro do delírio na paranoia (23).

Silvia Tendlarz (24) mostra que, embora não haja uma teorização sistemática do autismo em Lacan, seu ensino nos permite deduzir uma teoria. Assim, nos anos 50, no *Seminário 1*, Lacan indica que, no autismo, não há chamado ao Outro, comentando os casos tratados por Melanie Klein e Rosine Lefort, que se aproximam do autismo: Dick e o pequeno Roberto, que faz um contraponto ao caso de Marie-Françoise, também tratada por Rosine Lefort (25).

Nos anos 60, frente ao binômio alienação e separação do *Seminário 11*, Jacques-Alain Miller propõe que o autista escolhe o ser vazio do sujeito.

$$\varnothing \qquad S_1 \qquad S_2$$

ser do sujeito sem sentido sentido

"Lacan utiliza este esquema da união para tentar compreender que toda instauração do sujeito no sentido, mediante o significante, se paga com uma parte de repressão. Caem no recalque o sujeito, que passa a ser sujeito do inconsciente, e S_1, que se converte em um significante recalcado". ... Na eleição forçada, "se elegem o sentido (produzido por S_2), perdem o resto, quer dizer, a parte do sem sentido, a parte S_1 do conjunto $[S_1,S_2]$, e o sujeito do inconsciente, $\varnothing$, lhes escapam. Se quiserem ao contrário eleger S_1, o sem sentido, a petrificação, não lhes restaria nada mais que esse vazio do sujeito, $\varnothing$, porque perderiam o segundo conjunto $[S_1,S_2]$. Podemos imaginar que certos sujeitos façam essa eleição. Por exemplo, podemos tentar representar o sujeito autista a partir de uma eleição que finalmente não deixa ao sujeito nada mais que seu próprio vazio entre as mãos" (26).

De fato, no *Seminário 11* Lacan retoma a constituição do sujeito através das operações de alienação e separação. No autismo, a escolha do vazio do sujeito implica um não consentimento à alienação. A alienação própria

ao autismo consiste na não articulação entre S_1 e S_2. Trata-se de um modo de funcionamento da holófrase diferente da psicose. No autismo, a inscrição fica detida, congelada, o sujeito se petrifica em relação ao S_1. Maleval descreve o rechaço do S_1 dizendo que o S_1 se inscreve, separado do S_2, e logo é rechaçado. O autista fica então petrificado nesse zero inicial, nesse vazio, não entra na série dos significados do Outro. Esse rechaço se verifica no mutismo, na perseveração, na repetição de rituais, na ecolalia, etc. Como se não houvesse marca do dito ou realizado. Por um lado escolhe o vazio, colocando-se como sujeito não dividido, por outro rechaça o enlaçamento entre S_1 e S_2. Fica do lado do sem sentido e rechaça a cadeia significante que constitui o Outro. Esse transtorno simbólico gera uma enunciação morta, defasada, frouxa, ou técnica. Se no autismo há um rechaço à alienação, temos o que Éric Laurent chama de foraclusão do furo (27), em oposição à foraclusão do Nome-do-Pai e da significação fálica, na psicose, relacionadas à não operação da separação.

Forclusão do furo	Forclusão do Nome-do-Pai
Alienação	Separação
S_1	S_2
$ <	> a

Há confusão frequente entre autismo, psicose e debilidade mental, porém para Lacan são diferentes. Ele mostra isso no *Seminário 11* (28): na debilidade mental o sujeito se identifica absolutamente ao discurso do Outro: o não consentimento à separação se localiza pela identificação imaginária ao discurso materno. A criança se faz objeto imaginário do desejo da mãe. Na psicose, em vez de identificar-se ao discurso do Outro, o sujeito descrê totalmente dele, é o que Freud chama de *Unglauben.* O Outro não funciona como ponto de basta, a verdade está do lado do sujeito, constituindo sua certeza.

Finalmente, nos anos 70, Lacan introduz seu desenvolvimento relativo ao "Um". No autismo põe-se em funcionamento a iteração do Um do gozo, assinalado por Miller em seu Curso "O ser e o Um", em 2011. É também nos anos 70 que Lacan surpreende ao dizer que os autistas são verbosos e que há certamente algo a lhes dizer (29).

Se no autista não há chamado ao Outro, esse Outro não se constitui como instância simbólica incorporada pelo sujeito. Se o significante é o que representa o sujeito para outro significante, não há tampouco significante, mas apenas signos. Não há, portanto, constituição do Outro e do sujeito, nem passagem da linguagem à fala, nem enodamento do simbólico ao imaginário, constituindo o corpo. A linguagem desafetada ao corpo pode aparecer então como robotizada, como um gravador ou como um autômato, ou um papagaio. Não carrega o elemento que a vivifica e humaniza. Não adianta muito ensinar o sujeito a falar se ele não consegue conectar-se libidinalmente ao Outro. Na psicanálise é fundamental a relação ao Outro, o nascimento do Outro, e consequentemente, do sujeito. Senão, não há tampouco objeto e funcionamento pulsional. Se o Outro não existe, o semelhante está também desumanizado e a linguagem não se enlaça ao imaginário do corpo. Mas, como diz Lacan, não se pode introduzir o Outro de qualquer maneira, mas criar as condições para que haja um chamado ao Outro.

O autista se protege da presença angustiante da voz tornando-se verboso ou mudo. Protege-se do gozo vocal através da falta de enunciação, de sua fixidez e do esforço para manter uma ordem estática. Ele se defende através de um duplo, de um Outro de signos, que memoriza, e do uso de objetos. Vemos no caso trazido por Anamaria como esse uso do grande objeto foi aos poucos se tornando desnecessário com a introdução e invenção de outros objetos, dando lugar a uma relação, ainda que limitada, ao Outro.

As alucinações da psicose correspondem às alucinações verbais, nas quais o que é elidido no simbólico aparece no real. No momento em que a cadeia significante se rompe, a mensagem é interrompida e aparece a injúria alucinatória através da qual o sujeito psicótico procura localizar-se. No autismo o que está em primeiro plano é a iteração do S_1 separado radicalmente do resto da cadeia significante: $S_1, S_1, S_1, ...$ Se há alucinação no autismo, ela diz respeito à não separação do ruído da lalíngua. É o que vemos no filme *Vida animada* com Owen Suskind: quando ele para de falar, fica imerso no ruído de lalíngua, sem distinguir os significantes e sem conseguir dizer nada. A ausência de um espaço métrico inscrito simbolicamente produz a presença de um ruído insuportável porque impossível de significar (30). É a partir dos filmes da Disney e de sua eleição por determinados trechos e falas escolhidos, que ele reedita ao infinito – que dizem respeito, por exemplo, à recusa de crescer, no filme de Peter

Pan, ou à feiticeira que quer a voz da pequena sereia – que ele começa a falar, inicialmente as frases aprendidas de cor.

No autismo há, portanto, um S_1 sem S_2, que funciona como iteração da letra sem corpo e sem laço com o Outro (31). Trata-se do gozo de lalíngua privada, sem significação, enquanto na psicose, no lugar da significação fálica, há a significação pessoal. Assim, "todo mundo delira, menos os autistas". O acontecimento de corpo do autismo é o Um que se repete, de maneira estereotipada. Se na psicose há um corpo, um imaginário e a possibilidade da construção de um delírio, no autismo não há corpo porque tampouco há imaginário, há um S_1 sozinho, sem corpo e sem delírio. Toda frase emitida pelo sujeito autista em situação de tensão é experimentada como um pedaço de si mesmo e, portanto, como automutilação. Sua estratégia consiste em armar um encapsulamento, uma borda que funcione como corpo, para defender-se da ameaça que encarna o Outro. É o que propicia inicialmente o grande saco de Marcos.

O tratamento se orienta então pelo deslocamento dessa neoborda e pela criação de ilhas de competência, indicadas pelo próprio sujeito. Para Éric Laurent (32), entrar em relação com o sujeito autista, confrontar-se com esse real, de uma perspectiva psicanalítica, implica a invenção sob medida: ela deve incluir o que permanece no limite de sua relação com o Outro: seus objetos autistas e seus duplos, que funcionam como bordas. Não se trata de um duplo virtual, especular, tal como no estádio do espelho, mas de um duplo real: o duplo funciona como uma borda do corpo do sujeito autista, que não tem corpo. A função desse duplo seria portanto a de fazer suplência a essa ausência de borda. "A inexistência da borda do furo é apenas o redobramento da inexistência do próprio corpo, pois um corpo só existe se um objeto pode separar-se dele – o que supõe a sustentação do olhar do Outro que outorga um corpo e lhe dá uma consistência" (33).

Para a psicanálise, mais do que incluir o autista no Outro, trata-se de incluir o Outro nas iniciativas do autista, construindo circuitos que façam função de bordas e possam ser ampliados. O que se verifica é que a ampliação desses deslocamentos, segundo uma lógica metonímica da iteração significante, é acompanhada de uma redução do gozo que afeta o corpo com consequente apaziguamento do sofrimento autista.

Uma das condições fundamentais da construção dos circuitos autistas é o acolhimento do objeto de interesse do autista. Esse objeto, que implica o encontro traumático do autista com a língua do Outro, baliza minimamente o seu circuito. Circuito esse que não se define, portanto, a partir de uma aprendizagem, mas a partir da escolha ou, melhor ainda, da paixão de cada autista e que pode lhe dar acesso ao campo social. A repercussão obtida recentemente na Europa e nos Estados Unidos pelo método terapêutico denominado *"affinity therapy"*, particularmente, a partir do documentário *"Vida animada",* confirma essa hipótese.

Mas, a despeito da importante discussão crítica introduzida por esse método quanto às TCCs, vale ressaltar que se basear nas afinidades do sujeito autista esteve no centro do trabalho psicanalítico com as crianças autistas. É o que chamamos de "invenções subjetivas", que vão desde o apoio tomado sobre um objeto ou sobre uma nominação singular às construções mais elaboradas como as de Owen Suskind testemunhadas por seu pai. Conforme afirma Stevens (34), para o discurso psicanalítico, acolher o autista com seus objetos ou afinidades implica uma ética mais do que um método. O que está em jogo para a psicanálise é uma política do acolhimento das invenções sintomáticas do sujeito autista. Podemos reler textos de Alexandre Stevens, datados dos anos noventa, nos quais ele apresentava fragmentos clínicos que demonstravam os efeitos da inclusão do Outro nas iniciativas do autista sob transferência (35).

Através da apresentação de casos clínicos, buscamos verificar a maneira que os autistas encontram para tratar o impacto do significante sobre o corpo, que recursos cada autista inventa para tratar esses efeitos e como o psicanalista pode intervir na instituição de maneira que possa ser criado, para cada sujeito, um circuito próprio que sirva de apoio para sua construção. Através de uma equipe multidisciplinar, é possível encontrar parcerias entre profissionais, pais e a instituição para acolher esses sujeitos (36).

O desafio, então, consiste em inventar um procedimento singular, adaptado a cada caso, seja na prática institucional, seja na prática privada, de tal maneira que a presença do outro seja suportável, possa outorgar-lhe um corpo e produzir circuitos que possibilitem a separação da excitação que toma seu corpo, assim como o surgimento da voz e, eventualmente, de uma enunciação própria.

Notas e Bibliografia:

(1) Participantes: Heloisa Prado Telles, Paula Pimenta, Ana Martha Maia, Tania Abreu, Anamaria Vasconcelos, Paula Borsoi, Maria do Rosário do Rêgo Barros, Cristina Drummond, Cristina Vidigal, Suzana Faleiro Barroso, Bartyra Ribeiro de Castro, Gleuza Salomon, Rachel Amin, Maria Rachel Botrel, Cristina Maia, Jeannine Narciso, Maria de Fátima Peret, Lúcia Mello, Valéria Ferranti, Elisa Alvarenga (coordenadora).

(2) Lacan, J., *O Seminário, livro 9: A identificação,* (1961-62).

(3) Castro, B. R. e Amin, R., Projeto PIPA (e Rabiola).

(4) Perrin, M., *Affinity therapy – Nouvelles recherches sur l'autisme,* Rennes, PUR, 2015.

(5) Mello, L., Comentário do filme *Vida animada* na PUC-Minas em 04.09.2017.

(6) Cf. o comentário de Cristina Drummond ao caso apresentado por Maria Rachel Botrel "Sou um locutor: ensaio de interlocução", no livro *O que é o autismo, hoje?* EBP, 2018.

(7) Cf. Tendlarz, S. *Clínica del autismo y de la psicosis en la infancia.* Buenos Aires, Colección Diva, 2016, p. 131.

(8) Laurent, É., *A batalha do autismo*. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2014, p. 80.

(9) "Três elementos frequentemente intrincados são constitutivos da borda: o objeto autístico, o duplo e o interesse específico", como propõe Jean-Claude Maleval em sua Conferência "Da estrutura autística", em Bogotá, em 12.08.2017.

(10) Cf. "Ligamentos, desligamentos, religamentos", in Miller, J.-A. *A psicose ordinária,* Editora Scriptum, Belo Horizonte, 2012, p. 45.

(11) Ibidem, p. 43.

(12) Expressão utilizada por Marie-Hélène Brousse e comunicada pessoalmente por Ligia Gorini.

(13) Maleval, J.-C., *Escuchen a los autistas!* Grama, Buenos Aires, 2012, p. 33, e Sacks, O., "Um antropólogo em Marte, in *Um antropólogo em Marte,* Schwarcz, São Paulo, 2015, pp. 246-295.

(14) Cf. a esse respeito o testemunho de Emily Jardim, participante do ACPOL (Ateliê de Clínica Psicanalítica da Orientação Lacaniana), conduzido por Gleuza Salomon em Curitiba.

(15) Sobre a função do duplo, ver "O furo sem borda e a presença do duplo", in Laurent, É., *A batalha do autismo,* op. cit. pp. 98-101 e "O duplo e a enunciação artificial", in Maleval, J.-C., *O autista e sua voz,* Blucher, São Paulo, 2017, pp. 127-149.

(16) Lefort, R. e R., *Nascimento do Outro*, Fator, Salvador, 1984.

(17) Maleval, J.-C., *L'autiste et sa voix,* Seuil, Paris, 2009, p. 65.

(18) Lefort, R. e R., "O autismo, especificidade", in *O sintoma charlatão*, Zahar, Rio de Janeiro, 1998, p. 224.

(19) Lefort, R. et R. *A distinção do autism,* Tradução de Ana Lydia Santiago e Cristina Vidigal, Relicário, Belo Horizonte, 2017.

(20) Maleval, J.-C., *L'autiste et sa voix.* Op. cit., pp. 70-71.

(21) Axline, V., *Dibs: em busca de si mesmo,* Agir, Rio de Janeiro, 1973.

(22) Williams, D., *Meu mundo misterioso,* Thesaurus, Brasilia, 2012.

(23) Laurent, É., *A batalha do autismo.* Op.cit., p. 79.

(24) Tendlarz, S. *Qué es el autismo?* Colección Diva, Buenos Aires, 2013, p. 20.

(25) Lacan, J., *Os escritos técnicos de Freud,* capítulo VIII, Zahar, Rio de Janeiro, 1983, pp. 83-86.

(26) Miller, J.-A., *Donc* (1993-94), Paidós, Buenos Aires, 2011, p. 345.

(27) Laurent, É. *A batalha do autismo.* Op. cit., p. 80.

(28) Lacan, J., *Os quarto conceitos fundamentais da psicanálise,* Zahar, Rio de Janeiro, 1985, p. 224.

(29) Lacan, J., Conferência em Genebra sobre o sintoma, in *Opção Lacaniana 23,* Eolia, São Paulo, 1998, p. 12.

(30) Mello, L., Comentário do filme *Vida animada* na PUC-Minas em 04.09.2017.

(31) Ver a esse respeito Maia, A. M. "As crianças do Um sozinho – a loucura na infância", in *Latusa 22,* EBP-RJ, Rio de Janeiro, 2017, p. 111, que cita também Solano-Suárez, E., "Los niños del uno solo", *El Analiticón n. 3,* Barcelona, 1987, p. 46.

(32) Laurent, É., *A batalha do autismo.* Op. cit., pp. 78, 98 e 129.

(33) Ibidem, pp. 99-100.

(34) Stevens, A., "Affinités entre jouissance et invention symptomatique", in *Affinity therapy,* Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2015, pp. 303-306.

(35) Barroso, S. F., A inclusão do Outro nas iniciativas do autista.

(36) Borsoi, P. e Barros, M. R. C. R. Encontro com a clínica do autismo.

O IMPÉRIO DO UM: DIÁLOGO COM EDUCADORES A PROPÓSITO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. (1)

Lizbeth Ahumada Yanet
NEL-AMP

A.D. “Sem titulo”. Fotografia.

O Um, enquanto cifra, está imerso na história do pensamento. Significa o traço da série, da enumeração, a contabilidade dos elementos que compõem o mundo; incluso, evidentemente, o ser humano. Salto Fundamental no desenvolvimento das ideias e das ciências. A filosofia tem-se consagrado ao seu entendimento há já vários milênios, em inúmeros esforços por encontrar nesse traço unitário o germe da vida em si mesma, o elemento básico da existência, do Ser. Evoco, aqui, o Parmênides de Platão. Do mesmo jeito, toda a política da igualdade imperante desde os tempos clássicos se apoia nesta inspiração: tratar a todos como Um, ou, ao menos, invocar Uma legislação para muitos. Assim, dizer todo e Um (com maiúscula) em um sentido, é a mesma coisa. Em cada época tem tomado diversas formas, mas finalmente, tudo se veste de Um. E não é preciso forçar esta ideia ao colocar que, finalmente, qualquer ato de segregação tem por trás o rosto daquilo que não pode cobrir-se sob o manto da Unidade. Há uma aspiração, sem maiores rodeios, uma tendência “natural’, um eterno retorno da tentação de anular o diferente. Um é a tentação que se inscreve em diversos cenários que constituem a base de princípios práticos e de doutrina. Não precisamos ir muito longe para nos darmos conta de que o Um se configura em um verdadeiro *ethos* com relação ao laço social. Um fechado, auto erótico e anacrônico. Se a este Um aderimos a ideia do Ser encontramos, neste plus, o maior obstáculo na abertura ao Outro da diferença radical. Os fenômenos gregários apontam a significar esta ideia de Ser Um com os outros.

A psicanálise se interessou por esta questão a partir da colocação freudiana da ilusão de Unidade fundamento da matriz constitutiva do eu, isto é, o eu como formação ideal e psíquica não é outra coisa senão que o Um realizado, é a instância que se funda sobre a ideia de fechamento, de autenticidade, de unicidade, de propriedade. Isto foi chamado por Freud, apelando ao mito grego, à estrutura narcísica do eu. É a partir desta noção que teremos que dizer que esta inclinação está na base da relação, do laço com os outros. O conceito de massa, por exemplo, é uma aplicação contundente deste pensamento, ao tratá-la, com fins determinados, com um único e mesmo indivíduo. Neste ponto basta recordar o estudo de Ortega e Gasset acerca da rebelião das massas. Freud, do seu lado, falo de *Psicologia das massas e análise do eu* para enfatizar, justamente, essa continuidade na ideia de um Um que concerne ao eu e ao Todo. É necessário assinalar que com o psicanalista Jacques Lacan a pergunta que

dá cabimento a esta constatação da presença incessante da aspiração à Unidade é: de que Um se trata? Trata-se de uma pergunta que deve ser expropriada da prática analítica para poder pensá-la com relação às ações que dão lugar a um campo de reflexão da prática em virtude da relação ao outro.

Assim, qualquer tentativa de pensar acerca do que não fica integrado no circuito fechado do Um como Ser ou, aquilo que comove a ilusão dessa "corporeidade", necessariamente contraria a base, ou melhor, subverte uma forma de pensamento e de imagem cujo peso não nos pertence, é uma marca indelével de "origem". Os paradigmas científicos devem, certamente, arremeter contra isto e pôr em crise este tipo de pensamento. Isto é a única coisa que tem permitido o avanço das ciências. Esta aspiração tirânica e exigente: fazer do outro Um, é o que nos obriga a pensar no que se funda toda palavra de ordem sobre a igualdade, sem deixar de reconhecer nisso a própria origem do Direito, e a pertinência da pergunta no âmbito preciso da educação em virtude do interesse pela aplicação de programas que concebam uma verdadeira inclusão neste campo. Falemos, então, do âmbito prático da pedagogia, da educação concebida como formal, da institucionalização do sublime exercício de acompanhar o outro no deciframento do mundo, se me permitem a expressão.

A INCLUSÃO NAS FRONTEIRAS DO SEM SENTIDO

A ideia de lugar, de *situs*, se instala de modo muito acomodado quando pensamos em uma educação inclusiva, mas: A qual continente se consagra a inclusão? A tal jarra, corresponde qual conteúdo? Neste sentido, a imagem que se impõe como inclinação, como automatismo, é a do espaço fechado, com fronteiras definidas; é a plenitude espacial e também temporal concebível como um todo. A imagem do círculo será a que Gaston Bachelard classificará como um dos maiores obstáculos epistemológicos no conhecimento científico e, devemos dizer que este é correlativo com a ideia do Um como Ser.

Fica claro que o ideal da educação não se despoja desta investidura ao pensar na tensa relação do Um e do Todo, da Exceção e da regra. E a ideia de misturar, agrupar ou "contaminar" os membros de ou de outro conjunto sustenta a ideia de polos opostos, que conduz a introduzir uma lógica de "frente e verso". É suficiente apalpar as experiências habituais dos educadores neste sentido. Se a inclusão é pensada nestes termos servirá de oficiante na inércia da aproximação da diferença ao Um do mesmo e do Todo, e isto, perpetua o obstáculo imaginário ao qual o ser humano é exigido em nome de uma ilusória harmonia.

Neste ponto é importante nos determos para pensar que o que estabelece um desafio é a atenção que merece o hetero em questão e o que disso dá lugar para pensar uma inclusão. Não pode se eludir o paradoxo: só é possível incluir a diferença com a condição de mantê-la enquanto tal. Este paradoxo o encontramos como o momento notável relativo à consideração do traço que está em jogo na hora de falarmos da diferença. Qual o valor que pode adquirir a diferença, de modo que não se enrede nas bordas de uma aspiração imaginária e automática do Um?

Talvez o valor da diferença como oportunidade seja o que podemos considerar. Oportunidade na medida em que é o único momento, às vezes fugaz numa vida, para ver emergir com força os recursos dos quais dispõe um sujeito quando aloja a diferença na sua dimensão irredutível ao Um e faz dela uma causa nova. Procurar o sentido para entender por que a diferença existe não faz mais do que anulá-la ou, ao menos, tenta fazê-lo. Seja como for, esse não é o encargo da pedagogia. Interessar-se pelos modos de se fazer na diferença é ao que pode ser cominada. O sentido opaca a possibilidade de entender o sentimento de se estar na frente ou ao lado, muito perto, do verdadeiramente hetero que há no outro.

Falamos de uma oportunidade que devem numa prática operativa, que incide na realidade do ato pedagógico. Uma experiência raciocinada, possível de ser transmitida o essencial. Ser "amigo da diferença" é o que permite que novas experiências vitais possam abrir-se a um mundo já conhecido, mas novo por conhecer. A diferença pode ser vivida, mas não temos que lhe exigir que ela dê a suas razões, uma vez que se entra nesse terreno se abre a porta à Verdade, com maiúscula, e este é o prefácio de qualquer guerra, seja esta a guerra quotidiana pelo único motivo de experimentar um lugar. E, de fato, se não há a oportunidade de conviver, de aprender do lado da diferença, jamais será possível fazer disso um estilo de vida tolerante e isso se converterá, tão somente, numa legislação vã, em retórica gasta, cerceada pelo mesmo de uma verdade. Como exemplo disto, assistimos atualmente à proliferação de sintomas que encarnam esta dimensão do repúdio à diferença em suas formas mais violentas.

Diversas disciplinas têm pensado seriamente sobre o mal-estar contemporâneo nas instituições educativas. Importantes contribuições ao debate que vão da prevalência ao estudo dos efeitos na educação do "ocaso da

autoridade no ocidente", até a incidência nela do desenvolvimento irrefreável da ciência e da tecnologia. Este mal-estar, difundido em excesso, se encarna hoje nos sintomas que emergem no interior mesmo da instituição, outrora concebida para conter e retificar ou, ao menos, para refugiar-se do mal-estar da civilização que acontecia fora das suas paredes.

Encontramos atropelamentos escandalosos à diferença dentre os jovens de hoje e isto tem se tornado um fenômeno alarmante (isto é novo, a situação tornada fenômeno). A diferença próxima é o inimigo, a tolerância de sua existência a palavra de ordem. Isto não nos parece muito longe do que constatamos a respeito do deserto de diferença que pode habitar no mundo da experiência educativa para alguém, experiência não contrariada em nenhum momento. Tem faltado a oportunidade para apalpar a verdadeira diferença, para existir com ela. E podemos dizer que a ideia de que as razões de um passado determinam um futuro, como um contínuo, ideia tão difundida pela psicologia, é, na verdade, uma conjectura própria do senso comum. Porque isso é o mesmo que dizer que se aspira à perpetuação do Um do mesmo, quer dizer, pensar o ciclo da repetição como uma unidade (repito o que me foi aplicado), mas a ingenuidade, neste ponto, é imperdoável, do mesmo jeito como é imperdoável a boa vontade. Não se trata de impor uma política da diferença, mas de segurar um lugar para aqueles que querem fazer da oportunidade da diferença uma prática.

Isto deveria ser algo que a criança experimente permanentemente, não só uma diferença engendrada no lugar que assignam as funções simbólicas, mas uma diferença que emane do mais próximo. Dobrando uma esquina, quando se cruza com outro diverso, não aspirará necessariamente ao Um, para isso terá contado com os recursos, que, talvez, surgiram a partir da proximidade com o diferente, com aquilo que resultou absolutamente alheio e carente de sentido e, justamente por isso, algo que produziu um saber fazer de uma maneira distinta ao modo da inércia estrutural da fusão.

O panorama da diferença está inclinado a mostrar isso que a clínica analítica nos ensina: quando na vida tropeçamos com algo impossível o transformamos em impotência. Forma neurótica de renegar os pontos de impasse inscritos na estrutura de uma prática. Ao transformar esses pontos e ao obscurecê-los, quer dizer, vesti-los com a queixa, o desassossego, a incompreensão, o sacrifício, se faz consistir ainda mais o ideal do Um da aspiração harmoniosa e carregar nas costas este ideal, adquire força a vitalidade que dá o desejo de atuar no lugar do educador. Também tem toda uma sintomatologia que tem se tornado *standard* do mal-estar presente nos agentes deste labor.

O ativismo desgastante é um dos nomes desse ideal. Pensar que tem de se fazer, literalmente, o dobro perante a diferença e, então, etc. etc. ... Isto deixa sem fôlego a quem imagina sequer a tarefa. Mas então, o que há que se fazer? Por que há que se fazer algo? Deixar fazer, isso sim é impensável no Um da educação. É, justamente, ao impensável que devemos dar lugar, como com a diferença, sem esquecer que o sentido joga sempre contra.

Deixar o outro, criança ou jovem, desdobrar suas possibilidades, seus alcances e seus limites, coloca a necessidade de se situar como aquele que orienta da boa maneira o que se mostra como um interesse decidido: abrir um caminho a isso, lhe fazendo um lugar (não necessariamente "atuando demasiado"), deixa o ato do lado do sujeito prestes à educação e não do lado do educador. Deixar-se ensinar na direção indicada é uma experiência inédita para o educador e, enquanto tal, só é transmissível em cada caso, por isso, a existência dos manuais, neste sentido, é inócua. Um educador pode encarnar o paradoxo de se erigir como um líder que segue a outro! Isto, no seu próprio processo educativo. Os educadores estão chamados a escrever estas experiências inigualáveis, não para eles serem imitados, mas para inspirar o desejo para que outros considerem a possibilidade como uma oportunidade. Faz pouco tempo, pude ver pela internet a imagem de um menino escrevendo concentrado, sentado sobre um armário em uma sala de aula (em uma província espanhola). O inverossímil e comovente desta imagem é que o menino estava cercado de muitas outras crianças, também voltados e concentrados nas suas próprias escritas. O educador, em um canto, dirigia sua mirada para a maioria sem nenhuma expressão especial. É, a meu ver, uma imagem que resulta inspiradora e que evoca o que aqui tratamos.

Por último, devemos dizer umas palavras sobre esta decisão de tomar a diferença como oportunidade. Como toda decisão, essa também implica em algo que se perde. Nisto é insubstituível o que acontece na esfera mais íntima de um ser. Uma oportunidade se aproveita ou não, por isso à oportunidade a pintam calva[2] (na verdade se pinta com um fio de cabelo só). Mas, então, tem de se ver isso, uma oportunidade. Desta feita, vale a pena pensar que do lado do educador se deve pensar em franquear certos umbrais nesta decisão. Não só é necessária coragem senão o mais importante: um desejo inspirador de perturbar da melhor maneira o que já tem se instalado como repetição. Nem a coagem, nem o desejo (em um sentido é o mesmo) se impõem como o Um ou se legislam. A

questão é fundamental: Unam-se aqueles para os quais pode se constituir como causa de experiência, de escrita, ensinar em e com a diferença. Aqueles que queiram praticar ficar do lado de Uma diferença como existência sem lhe dar o sentido que chama a uma essência, ao falso ser; aqueles que aceitam sua presença sem compreender seu sentido! Razão da prática, do intercâmbio, da investigação.

Para nos entendermos: a imagem da unidade e da uniformidade é o que primeiro se presta à imagem ideal da caridade. Isto se replica em todos ou em quase todos os âmbitos da vida que não impliquem numa solidão radical. É uma parte de axioma que se cristaliza no exercício de qualquer canto de poder, não importa quão grande ou pequeno ele seja. Seguimos Foucault ao pensar que quando tem um agente de discurso se mobiliza uma estrutura de poder. E não há relação possível ou laço social que não impliquem um discurso. É por isso que é impossível pensar (evitemos vestir este impossível de impotência) que existam formas universais de tratar a diferença. O que possível é tratar de exigir o desejo do educador que declare, na medida do possível, suas razões, seus achados, suas perguntas na prática com a diferença. Ainda que me pareça que isto vale para toda a prática pedagógica, aqui se situa como essencial. Isso que na Europa se concebe como "protocolos sob medida" (na França, atualmente, isto se divulga de modo recorrente favorecido pela declaração de uma cruzada pela inserção institucional do autismo, neste ano de 2012, declarado, justamente, Ano Internacional do Autismo) não é um privilégio que o primeiro mundo pode permitir-se (e mesmo sendo verdade não o que interessa). Pelo contrário, isto se refere ao que temos colocado como um ideal que movimenta o labor do educador e não o que detêm. Acontece que há a cara bondosa do ideal, a que motiva, a que entusiasma, mas tem a outra, aquela a qual temos aludido, a que se regozija na impotência estéril e espúria a partir do gozo que se soma como impotência.

Há esforços louváveis que contrariam isto e, nesse sentido, falamos de uma "inspiradora tensão" ao falar de uma inclusão (não de A inclusão. Cada ato inclusivo é Um e disto temos de nos dar conta, fazer um saber acumulado), suave forçamento na medida em que se trata de favorecer não gozar de ser o um, o único, a exceção. É nessa medida que a diferença se põe a trabalhar e, fica claro, que o consentimento do sujeito é fundamental. A inspiração do educador, de um lado, e o consentimento do estudante, de outro.

Se alguém toma a oportunidade de ocupar esse nobre lugar que carece, de algum modo, de um reconhecimento manifesto, é hora de fundar suas razões e fazer disso a causa de sua ação. Isto é o próprio de quem se reconhece atuando de acordo com seu desejo. Isto não é pouco e faz a diferença.

Tradução: Oscar Reymundo

Notas:

(1) Publicado na revista LETRAS nº 8 da ELP- Madri

(2) N. do T. "A la oportuidad la pintan calva", velho ditado espanhol que significa que não há que se perder a oportunidade porque uma vez que passa não tem mais retorno.

AUTISMO INFANTIL: ALTERAÇÕES NA FUNÇÃO DE CORPORIZAÇÃO E EFEITOS TERAPÊUTICOS NA CLÍNICA DAS PATOLOGIAS GRAVES DA SUBJETIVAÇÃO

Marita Manzotti, Eugenia Serrano, Daniela Teggi, Melina Caniggia, Virginia Voievdca
EOL-AMP

INTRODUÇÃO: O CONTEXTO

A articulação entre "corpo" e "psicologia" no enlaçamento com a vertente epocal proposta como eixo de trabalho para este *V Congresso* delimita um campo de pesquisa altamente fecundo. E isso não apenas conceitualmente, mas também em uma dimensão mais pragmática, na medida em que é na interseção entre corpo e época que se decide a maioria dos nossos problemas clínicos atuais.

No *Seminário 20*, Jacques Lacan define a cultura como um fato de discurso em íntima relação com o corpo. "A cultura – assinala – enquanto distinta da sociedade, isto não existe. A cultura é, justamente, aquilo nos que pega. Só a temos agora em nossas costas, como pulgas, porque não sabemos o que fazer com ela, senão catá-la". (1)

Alejandra Koreck. "Sem título". Colagem feita à mão.EOL- AMP

Entender a cultura – e as instituições onde ela se encarna – como um fato de discurso supõe, em relação à questão do gozo e do corpo, duas considerações fundamentais:

1. por um lado, que o discurso é um "aparato" por meio do qual o gozo se ordena, se regula; um "aparato" para dar sequência aos trâmites do gozo;

2. por outro, que é no discurso onde, no plano individual, se obtém esse "pouco de gozo". Cada um goza do discurso, cada um goza das instituições e nas instituições.

É assim que a psicanálise lacaniana localiza o discurso do mestre, justamente ao passo em que ele prescreve um modo de gozar específico válido também na dimensão individual. É isso que Lacan destaca em "O mito individual do neurótico". Nessa perspectiva, o modo de gozar está articulado ao funcionamento libidinal e à sua distribuição. (2)

Nesse sentido, é determinante reparar na influência que os saberes da ciência e da tecnologia no cruzamento com o discurso capitalista adquirem sobre os corpos das crianças contemporâneas. No decorrer dos últimos anos, essa influência assumiu modalidades particulares no caso da clínica das patologias graves da subjetivação.

No trabalho de pesquisa clínica que viemos sustentando em *Fazer Lugar – Fundação para Assistência, Pesquisa e Docência em Autismo e Psicose Infantil*, diante da presença destacada de fenômenos de desregulação corporal (3) na infância atual, pudemos verificar (4):

1. um aumento desmedido do diagnóstico de Transtorno Generalizado do Desenvolvimento (TGD) nos hospitais públicos e privados de nosso país (Argentina), a partir do primeiro ano de vida das crianças, através da aplicação de protocolos de avaliação;

2. a inclusão de neurologistas – os quais assumem um papel cada vez mais preponderante, substituindo até mesmo a figura do antigo médico pediatra – nas equipes de avaliação e detecção precoce tanto nos grandes hospitais pediátricos quando nas equipes do sistema privado de saúde. As intervenções desses profissionais nos últimos anos têm aumentado consideravelmente a derivação para tratamentos cognitivo-comportamentais e de aprendizagem neurolinguística;

3. no caso das patologias graves da subjetivação, ainda que se sustente não haver medicação específica, observamos um aumento do uso de psicofármacos em crianças a partir dos dois anos de idade (risperidona, quetiapina, valproato de sódio, clonazepam, etc.), com o objetivo de bloquear as interrupções motrizes. Nesse sentido, em relação à clínica do autismo, pudemos constatar um reforço da desimplicação subjetiva como efeito do consumo de medicamentos pelas crianças (5);

4. um incremento notável da extensão de atestados de incapacidade para crianças diagnosticadas precocemente com TGD. Isso de tal sorte que o autismo acaba por se transformar em um negócio muito rentável, fazendo proliferar em nossas cidades equipes de intervenção domiciliar, centros educativos e terapêuticos, postos de saúde para incluir as crianças diagnosticadas precocemente;

5. nessa profusão de diagnósticos rápidos e estandardizados constatamos uma alta porcentagem de erros que permitiram, orientados pela psicanálise, surgir efeitos terapêuticos inesperados, que trouxeram grande tranquilidade para as famílias e mudanças de posição das crianças;

6. a situação particular dos pais, os quais, tomados pela angústia própria do encontro com as dificuldades das crianças, vão sendo substituídos pelo saber científico inquestionável receitado por aqueles que sabem, pelos profissionais situados como "operadores" de um "programa". O subsequente efeito de adormecimento pode produzir alívio em muitos pais, mas também é certo que, em muitos outros, o pesadelo de se saber inoperante produz um despertar doloroso do qual não se pode esquivar.

No contexto de uma época tão particular e na esteira do Projeto UBACYT P017 – "Efeitos terapêuticos da intervenção psicanalítica em espaços institucionais" –, concluíamos um trabalho de pesquisa anterior (6) abrindo a seguinte interrogação: é possível postular que, nas crianças com patologias graves da subjetivação, os efeitos terapêuticos se articulam ao envolvimento do corpo? Se for assim, sua eficácia estaria concentrada em uma modificação na função de corporização alterada? (7)

Continuando com essa linha de investigação, este trabalho retomará o relato de um caso a fim de dar seguimento na observação das consequências da hipótese etiológica extraída e sustentada em nossa experiência clínica no "Dispositivo Suporte" (8)– dispositivo institucional de orientação lacaniana para assistência de crianças com patologias graves da subjetivação (autismo e psicose infantil) –, bem como nas considerações em torno do vínculo entre eficácia terapêutica e função de corporização.

Sustentamos nossa hipótese etiológica de que, no autismo, se percebe uma rejeição diante da afetação do trauma de lalíngua(9). Trata-se de uma insondável decisão do ser que terá consequências radicais em sua maneira de habitar o corpo, o mundo e a linguagem.

O CORPO DO AUTISTA E A FUNÇÃO DE CORPORIZAÇÃO

Em 1997, Emanuel (10), aos cinco anos, ingressou no Dispositivo Suporte com um diagnóstico de autismo kanneriano. Desde então, seu tratamento continua sem interrupções. No momento de sua entrada no Dispositivo, passa pelas salas caminhando e, quando quer algo, emite palavras ininteligíveis acompanhadas de gestos indicativos da ação que pretende do outro. Seus gestos indicam – ao modo de uma paródia da ação – aquilo que seu corpo não executa. O corpo resta fora da cena até que outro corpo em ato dê início à ação. Nunca falha nessa subtração do corpo como instrumento, tampouco dá margem para equívoco em sua retirada: ele jamais toma os objetos com as mãos e apenas produz um rodeio sumamente eficaz para que outro realize a ação que ele induz. Essa subtração se faz acompanhar por uma exigência ao outro, ou seja, que esse outro se submeta e cumpra a ação sem falhas. Há um uso do corpo com cálculo, não há evitação nem erro.

Quando a execução da ação indicada não dá certo, impõem-se os seguintes enunciados: "cale-se", "chore", "ria", "durma". Enquanto isso, o corpo entra em ação na forma de empurrões, gritos e pancadas para que o outro entre no lugar em que ele subtrai o corpo.

O que nos ensinam as manifestações mais assombrosas dos autistas, os usos insensatos que eles fazem de

seus corpos? Insensato, mas sem erro, tal qual se percebe na apresentação desse pequeno sujeito no começo de seu tratamento. Olhos que não veem, ouvidos que não ouvem, posições corporais inimagináveis, manobras inauditas com os objetos, vozes maquínicas, sonoridades únicas.

"A noção mesma do trauma – assinala M. Manzotti – implica que ele não é sem afeto. Ele remete a uma alteração que encontra sua inscrição no corpo como efeito de corporização, como afetação do corpo"(11).

A partir do *Seminário 20*, Lacan dará o nome de afeto para o efeito corporal do significante sobre o corpo, mas não em seu efeito de significado, senão em seus efeitos de gozo e, como tal, alterando a função do corpo do vivente.

Seguindo Lacan, Miller define a corporização, por um lado, como a incorporação do significante captado na medida em que ele afeta o corpo do ser falante e, por outro, como o significante que se torna corpo, fragmentando o gozo do corpo – na maneira do objeto parcial freudiano – e fazendo brotar o mais-de-gozar (12).

É assim que a rejeição da criança autista diante da afetação do trauma altera a função de corporização. Nessas crianças, o imaginário fica desarticulado e o simbólico não incide na extração esvaziada de gozo do corpo, particularizando-se uma perturbação do corpo que não faz sintoma, isto é, que não se corporiza.

Como já observamos no trabalho anterior, em seu último ensino, Lacan define o corpo como aquilo que serve de suporte ao gozo. "Não sabemos – destaca Lacan – o que é estar vivo, senão apenas isto, que um corpo, isso se goza. Isso se goza por corporizá-lo de maneira significante" (13).

Essa referência lacaniana foi retomada por Miller enquanto "efeitos de corporização" (14). Se rejeitar o trauma de lalíngua tem como correspondência uma alteração na função de corporização como já assinalamos, o corpo do autista se vê afetado na dimensão do ter um corpo.

Mesmo assim, Emanuel tinha encontrado uma maneira singular de habitar seu corpo, de se haver com ele e com o Outro. A hipótese que orientou a espera dava conta dessa particularíssima forma de apropriação – detalhe que foi nomeado pela equipe como "o imperativo categórico kantiano".

Depois de localizar essa posição, os terapeutas respondem à indicação dos imperativos produzindo um mal-entendido: choram de tanto rir, dormem rindo ou choram dormindo.

Diante dessa situação, produz-se um efeito de surpresa. Emanuel fica desconcertado e ri, sancionando assim um encontro tolerado. A partir desse momento, seu corpo começa a funcionar como uma ferramenta disponível para executar certas ações. Ele pega os objetos com as mãos, seu vocabulário fica mais amplo e ele começa a utilizar verbos no infinitivo. Progressivamente, tolera os mal-entendidos.

Essa disponibilidade do corpo se faz acompanhar por um interesse peculiar pelas máquinas, cujos sons e movimentos reproduz como irrupções sem sentido.

Manzotti assinala que o que então se produz "é um trabalho de afetação do gozo, que vai substituindo o gozo pleno por uma ordem pulsional" (15) cuja consequência se apresenta, no caso, na nova disponibilidade do corpo. Localizamos aqui a dimensão do encontro efetivamente ocorrido e um correlato de surpresa. São esses elementos que dão lugar a uma afetação de gozo e um consequente efeito de corporização.

Nesse meio tempo, Emanuel se interessa pelos ventiladores de teto, liga-os e desliga, bate os braços pulando e emitindo gritos agudos no momento em que começam a girar ou quando param. O trabalho com os ventiladores se estende por meses. Ele vai complexificando as ações de tal maneira que passa a incluir movimentos progressivamente e atira objetos com os quais procura acertar nos vão da hélice do ventilador. Apenas nessa situação suporta e aceita indicações, pedidos e ordens por parte dos terapeutas sem precipitar-se para tapar os ouvidos ou para fechar os olhos. Não ameaça bater ou mandar os terapeutas "para aquele lugar ou para a secretaria de cultura da nação" – medida habitual fora desse contexto.

Dessa vez a produção de Emanuel se textualizou no detalhe "o produtor da ausência de nexo". Há uma sequência lógica que ordena: arremessar um objeto que produz impacto na correia, cujo efeito é fazer balançar o suporte do ventilador. Emanuel espera que esse segundo efeito se produza e é aí que corpo e suporte operam em continuidade através do desenrolar de pulos, risadas, gritos e movimentos de balanço.

A espera antecipada consistiu em sancionar sua produção de ausência de conector com essa rotina que ele conseguiu instaurar: chega de produzir tanta anulação, ao mesmo tempo em que se ratifica sua eficácia para produzir o movimento.

Surpreende-se novamente e surpreende os terapeutas dirigindo-se ativamente à janela enquanto reproduz os sons dos ônibus e carros que passam. Enquanto olha para fora, agrega, pela primeira vez e sem deixar de pular desarticulada e continuamente, uma série de ordens dirigida ao semáforo, indicando qual sequência de cores deve

ser acendida e, em seguida, antecipando os carros que devem parar e aqueles que devem seguir conforme a cor do semáforo. Começa a fazer isso a partir da janela e com palavras a fim de ordenar o trânsito.

Pouco depois, Emanuel disporá de novas produções totalmente maquinizadas. Seu corpo se maquiniza. Ao viajar de carro, ele se balança violentamente de forma lateral, sacode os ombros sem ritmo, mas acompanha esses movimentos com uma emissão sonora rítmica: "que tuc tuc tuc", sem se dirigir a nenhuma das pessoas que o acompanham.

Passa muito tempo no computador e repete com uma mesma entonação as frases vindas dali. A localização do detalhe na "falta que agrega" possibilitou que novamente, através da surpresa, seu corpo detivesse a maquinização para operar sobre o outro – nesse caso, sobre as terapeutas que o esperavam como máquinas.

A partir desse ponto, haverá uma passagem do corpo automatizado para a produção gráfica. Emanuel começa a reproduzir no papel os indicadores luminosos do videocassete, procura escrever e ler números e marcas de produtos. O ordenamento das máquinas começará a funcionar como suporte. Essa produção gráfica se amplia em uma nova proliferação de desenhos em que sempre aparece algum tipo de ordenamento: aviões que fazem percursos, a vizinhança do garoto, o sistema solar.

Ao passo que Emanuel desdobra seu trabalho, as modificações ao nível da apropriação de seu corpo através das suas "invenções de corporização" (16) se fazem acompanhar de uma ampliação cada vez mais destacável de seu universo simbólico: arranjo de séries, diferenciação por tamanhos, desenvolvimento de uma memória nominal, extrema sensibilidade para as diferenças em suas produções gráficas em relação ao modelo copiado, aumento do vocabulário, etc.

No fim de 2008, ele conclui o secundário e prepara-se uma festa de graduação na Fundação que, segundo seu pedido, deve seguir o estilo "esporte elegante". Emanuel aparece na festa de terno com seu pai. A partir dessa época, começa a utilizar a linguagem para tentar circunscrever sensações corporais e afetos. A disponibilidade de seu corpo é notável: dança, toca guitarra com os outros, participa de brincadeiras, etc. A brusquidão no arranque é substituída por certos rodeios, sobretudo na hora de sair da instituição. Paralelamente, pela primeira vez, irrompe em seu discurso a questão da excitação sexual. Diz estar apaixonado por uma modelo e passa várias horas durante a noite vendo suas fotos na internet. Assinala o seguinte: "deito todas as noites apaixonado". Em relação ao laço com o outro, busca e se inclui em diversas cenas, mas sempre com a condição de manter uma certa distância do corpo do outro.

Nos últimos anos de trabalho, na chegada da adolescência, Emanuel adquiriu um certo interesse pela imagem. Preocupa-se por dissimular suas esquisitices diante do olhar dos outros arranjando pequenos artifícios – uso de fones de ouvido, celulares, relógios, objetos aos quais se agarra – ou ficando em casa dando mais atenção ao computador ou à música, procurando reproduzir de maneira idêntica as músicas de suas bandas preferidas.

Em seu último ensino, Lacan sustentará que cada sujeito inventa diferentes soluções diante da inexistência da relação sexual. Na aula de 19 de fevereiro de 1974 do Seminário 21 (17), assinala que já não se trata de descobrir no real, já que ali há um furo, pois, "para se dar conta [disso], é preciso inventá-lo: para ver onde está o furo, é preciso ver a borda do real". Essa referência nos permite pensar os modos pelos quais, com cada acontecimento de corpo, no encontro contingente com outro, esse sujeito foi armando algumas bordas e inventando seus "próprios gestos", sua própria maneira de manter-se no corpo. Ou seja, arranjos, pequenas montagens que permitiram, mesmo na loucura infantil, com que habitasse a vida com aquilo que não cessa de não se inscrever, em um trabalho incessante de produção.

Conclusão

É possível postular que, nas crianças com patologias graves da subjetivação, os efeitos terapêuticos se articulam na medida em que se coloca em jogo a função de corporização. É a partir desse efeito – que acontece no encontro com o desejo do analista – que o gozo se singulariza e é em parte extraído. Assim, há afetação e pequenos enlaces são produzidos entre significante, corpo e gozo, os quais habilitam novos modos de dar abrigo à vida.

Tradução: Diego Cervelin

Notas e Bibliografia:

(1) LACAN, J. *O Seminário. Livro 20 – mais ainda.* Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p. 73.

(2) MILLER, J.-A. "El ruiseñor de Lacan". In: *Conferencias Porteñas. Tomo II – Desde Lacan.* Buenos Aires: Paidós, 2010, p. 130-131. Também há uma versão deste texto – traduzido para português como "O rouxinol de Lacan" – disponível em: http://ea.eol.org.ar/03/pt/textos/txt/pdf/el_ruisenor.pdf

(3) BARRENA, L.; BONFIGLI, M.; CABRAL, A.; PIERUZZINI Y A.; VEGA OSTERTAG, A. "Las manifestaciones del cuerpo de los niños y la época. Estudio exploratorio en el ámbito educativo". Trata-se de pesquisa realizada no âmbito do Curso de Especialização em Psicanálise com Crianças e Adolescentes do Colégio de Psicólogos da Província de Buenos Aires, Distrito XI, Argentina, com orientação de MANZOTTI, M. Texto apresentado nas *XIX Jornadas de Investigación de la Facultad de Psicología de la Universidad de Buenos Aires*, realizadas em 2012: "Essa desregulação corporal está vinculada, no presente trabalho, à pouca incidência da articulação simbólica como elemento regulador e de contenção dos corpos. Isso de tal sorte que pais e professores se veem confrontados com crianças agitadas apelando cada vez com maior assiduidade para o freio medicamentoso".

(4) MANZOTTI, M. "Un nuevo tiempo. Infancia y locura". Texto apresentado nas *Jornadas do Centro de Investigación y Estudios Clínicos*, realizadas em Córdoba, em 2012.

(5) MANZOTTI, M.; VOIEVDCA, V.; SERRANO, E. "Autismo Infantil. Efectos terapéuticos en la clínica de las patologías graves de la subjetivación (con relación al uso de la medicación psicofarmacológica)". Texto apresentado nas *XIX Jornadas de Investigación de la Facultad de Psicología de la Universidad de Buenos Aires*, realizadas em 2012.

(6) MANZOTTI, M; TEGGI, D.; CANIGGIA, M. "Autismo Infantil. Efectos terapéuticos en la clínica con de las patologías graves de la subjetivación. (Con relación al cuerpo)". Texto apresentado nas *XVII Jornadas de Investigación de la Facultad de Psicología de la Universidad de Buenos*, em 2010. Publicado em RUBISTEIN, A. (Org.). *La terapéutica psicoanalítica. Efectos y terminaciones.* Buenos Aires: JCE Ediciones, 2012.

(7) MANZOTTI, M; TEGGI, D.; CANIGGIA, M. *Op. cit.*, p. 267

(8) Trata-se do "Dispositivo Suporte" de *Fazer Lugar – Fundação para Assistência, Pesquisa e Docência em Autismo e Psicose Infantil*.

(9) MANZOTTI, M. *et alii*. "Clínica del autismo infantil. El analista en la sorpresa". In: *Clínica del autismo infantil: el dispositivo soporte.* Buenos Aires: Grama, 2008, p. 30.

(10) Relato clínico construído a partir de caso apresentado em "Clínica del autismo infantil. El analista en la sorpresa" de MANZOTTI, M *et alii*. *Op. cit.*

(11) MANZOTTI, M *et alii*. *Op. cit*.

(12) MILLER, J.-A. *Op. cit*.

(13) LACAN, J. *Op. cit.*, p. 35

(14) MILLER, J.-A. "Biología lacaniana y acontecimiento del cuerpo". Buenos Aires: Diva, 2002, p. 99.

(15) MANZOTTI, M. *et alii*. "Clínica del autismo infantil. El analista en la sorpresa". In: *Clínica del autismo infantil: el dispositivo soporte.* Buenos Aires: Grama, 2008, p. 37.

(16) MILLER, J.-A. "Biología lacaniana y acontecimiento del cuerpo". Buenos Aires: Diva, 2002, p. 101.

(17) LACAN, J. *O Seminário. Livro 21 – Le non-dupes errent* [Inédito]

Observatório: Vamos para uma cultura toxicômana? (1)

Elvira Dianno
EOL-AMP

Acerca das consequências sanitárias da legislação do uso de substâncias

Natalia Monserrat. "a-mar no mar. (a) clarear". Fotografia experimental

1- Aspectos legais

Da compilação dos antecedentes e a atualidade do estatuto legal das drogas na Argentina, assim como da história da proibição do consumo de substâncias no Ocidente e no Oriente, pudemos extrair diferentes conclusões.

Enquanto que o consumo de vinho e plantas psicoativas – no marco regulatório dos ritos de iniciação e celebrações báquicas e dionisíacas – na origem de todas as culturas gerou controvérsias, mortes, perseguições, podemos rastrear – a partir das leis que oferece Platão para a regulação do consumo as perseguições romanas e os adoradores báquicos – algumas premissas que poderiam se extrair na origem das proibições que tragam luz sobre o estado atual do estatuto legal do consumo de drogas, desde o final do século XIX à atualidade.

Assim, na antiguidade e medievo, se perseguia:

-A estrangeiridade (dados de Escohotado e Sorman);

-O saber oculto (as bruxarias, o saber extático, o contato com o mais além, o poder de envenenamento);

-o excesso de gozo e todos os prazeres;

-a suposta criminalidade dos consumidores;

-drogas e autoerotismo.

Mas a comercialização – o excedente de lucro do produto – não será a razão da perseguição até das guerras do ópio (da Modernidade e do que irá dar na Hipermodernidade).

Nesse aspecto podemos localizar o que vai se configurando como uma nova ordem mundial por meio das guerras:

1. As guerras ópio, do Império Britânico contra o Império Chinês pelo controle da produção e comercialização onde, paradoxalmente,o Britânico ganha as guerras mas pede que a proibição continue o que garantia um preço elevado e uma demanda maior.

2. De 1900 em diante, as Convenções e tratados encobrem a construção de um controle imperialista sobre o objeto mais precioso do capitalismo, o que mais se adapta as condiciones de satisfação da pulsão: satisfação imediata, sem passar pelo Outro, que tampona todo o furo, e se converte em objeto perfeito.

A dupla condição do *Pharmakon* acompanhará toda a história. Remédio/veneno, divino/demoníaco, proibir para impulsionar o consumo e punir para submeter a cura que se sabe, desde tempos imemoriais,é impossível. Ambiguidade será o conceito que atravessa e enlaça toda a história da proibição das drogas.

Como isso se disfarça por trás da legislação que persegue os mesmos a quem manda consumir**?**

Tanto a defesa da proibição do ópio pelo Império Inglês, no tempo em que hegemonizavam seu comércio na China, como o enorme lucro das máfias dos gângsters durante a lei seca nos USA (1929-33), que se voltaram logo a comercialização primeiro de heroína e depois de cocaína, deixam claro que a proibição do consumo estava associada a manutenção de um preço alto no mercado, corolário que sabemos é o efeito de uma proibição: um impulso ao consumo.

Mas é só um ardil do mercado a proibição do consumo?

O que sanciona o Outro nesse gozo irrefreável que curto-circuita com os modos de gozar dos usos e costumes aceitáveis?

O que garante ou não um juiz que tem o direito de decidir se um sujeito prestou colaboração suficiente para a sua reabilitação e reintegração em uma família, um trabalho um estudo? Não só que não consuma essa substância punível por lei, mas que consuma a regulada pela indústria de psicofarmacologia e administrada pela saúde mental associada ao poder legal, por fim, a regulação de seus modos de gozar e se aproxime de uma família, um trabalho, um estudo. Um só modo de gozar. Algo de estar ameaçado a inserir-se no mercado de trabalho atual e suas leis subjacentes.

o Parlamento Britânico segundo a conveniência dos interesses comerciais que representava ora,elogiava ora condenava o comercio de ópio.

Da lei 23.737 (2) só ficou sobre o tapete os artigos (3) que falam de cultivo, venda, comercialização, ostentação, posse. Tudo isto pode nos interessar muito pouco, todavia advertimos que a chamada *war on drugs,* do infelizmente célebre Nixon, está orientada com estas legislações mais à *war against people*. Enquanto as drogas podem ser eliminadas ou confiscadas, os sujeitos são presos por vendê-las ou consumi-las. Em algum momento, podemos pensar se esta não é também uma tentativa de confiscá-los e eliminá-los. Guerra contra os pobres, diz Eric Laurent.

O excedente de cocaína e o crack, foi distribuído pela polícia em áreas de favela do Bronx, Los Angeles desde os anos 90. Manter altos níveis de consumo com preços e qualidades diferentes,um preço elevado nos setores mais avantajados e uma política de eliminação dos excluídos, localiza no mesmo nível uma população excedente do capitalismo que ameaça na borda os setores mais avantajados. Assim como as drogas foram utilizadas nas guerras de Laos e Vietnam, e nas guerras da atualidade, também se distribui o crack pelas mãos da polícia em Los Angeles e no Bronx. Cabe assinalar a alta disponibilidade da pasta de cocaina na grande Buenos Aires. Disso falam os que trabalham com essa população de adictos.

Mas também mantém no capitalismo que nem todos podem acessar aos objetos do mercado, semelhante ao igual para todos que não funciona sem a exclusão. Algo tem que faltar, a alguém tem que faltar.

Na legislação vigente na Argentina (4) não tão longe fica a categoria de drogadictos = delinquentes, e se trocou drogadicto = doentes. Doentes de um gozo insuportável para o Outro que quer se cure, limpe, desintoxique. Tudo isto antes de nenhum processo terapêutico. Casualidade das casualidades, os cabeças das Comunidades Terapêuticas que alojam pacientes judicializados mantém um Outro negócio: o da saúde e suas clínicas de internação e *detox,* e se opõem as modificações que possam terminar com a judicialização dos consumidores, tratando aos usuários de drogas como um objeto a mais da ciência e clientes da medicina privada.

Por um lado empurra para o consumo com a proibição – e a sustentação de seu alto preço no mercado ilegal – depois os pune e os envia para renunciar a isso. A voz do imperativo da lei diz: não consuma e no que proíbe, faça-o e agora pague pelo que você fez com a sua vida. *Adictum,* escravo, na Roma antiga assim se chamava ao que estando endividado pagava com sua liberdade a dívida. A inconfundível voz do Amo, o imperativo de gozo do Supereu, e na mesma letra que proíbe, prescreve, ordena, culpa e pune. Assim o mercado e o circuito da repetição seguem marchando.

Lacan na Direção da Cura diz (5), se referindo aos analistas que desejam o bem do paciente: “não é neces-

sário pertencer a nenhum regime político particular para que o que não está proibido se converta em obrigatório" (5). Ali também se referirá a figura obscena e feroz do Supereu. De onde uma lei pode ser a ferramenta eficaz da ditadura da ferocidade do Supereu.

2 - Aspectos legais e suas consequências sanitárias

Na situação atual sobre o tema das drogas na Argentina se encontra uma encruzilhada paradoxal. Enquanto uma importante Jurisprudência (Fallos Capalbo, Bazterrica e Arriola) tenta colocar freio na penalização do consumo de drogas – violação do Art. 19 da Constituição Nacional, que assegura os direitos individuais das pessoas – e apesar da Corte Suprema de Justiça da Nação em 2009 declarar a inconstitucionalidade da penalização da posse para consumo pessoal, cada cidadão que enfrente um Tribunal está submetido a interpretação idiossincrática do Juiz responsável por essa Jurisprudência em cada região do país, se vendo submetido à prisão ou processo. No país há numerosas falhas que contradizem esta posição, assim como presos por esta condição.

Marco Internacional

Segundo o exposto em nosso informe (7), podemos assinalar, também, que desde a Antiguidade se encontram leis para a regulação do consumo, em tempo de modernidade e hipermodernidade estas estão dirigidas a regular a comercialização, onde o excedente de lucro do produto será a razão da perseguição, desde as guerras do ópio até a atualidade.

Uma nova ordem mundial, configurada através das guerras, se verá refletida nos tratados internacionais. Desde 1900, as Convenções (C.U.E.) (8) encobrem a construção de um controle imperialista sobre o objeto mais precioso do capitalismo, o que mais se adapta as condições de satisfação da pulsão.

Tendo em conta que a pirâmide de leis contempla a subordinação hierárquica aos tratados internacionais que, claramente, não são geridos por organizações democráticas mas sim por organismos de controle imperialista e capitalista (FMI/ EUROZONA /G20/ G6, entre outros) – onde o não cumprimento dos ditos tratados trazem consequências econômicas (ver dividas externas na América Latina e Grécia) e/ou militares (ver guerras na África e Oriente Médio) – a adesão as C.U.E. de 1912 em adiante é a armadura jurídica que impede aos signatários modificar suas legislações nacionais.

Exceção feita ao Uruguai, Bolívia, Holanda, que implementaram modificações legais e políticas sanitárias não atendendo ao Departamento de Estado dos USA.

A isso se somam as vozes do movimento internacional que, sob o lema *#supportdontpunish,* acompanha a iniciativa que já vem se gestando em Conferências Internacionais sobre Políticas de Drogas da América Latina, que exigem mudanças nas legislações, enquanto a quantidade de mortos pelo narcotráfico multiplica grandemente o número de mortos pelo consumo de drogas no mundo, além do que os mortos são dos países produtores, localizados na América do Sul. Os lucros e as melhores drogas estão no Hemisfério Norte e os resíduos estão destinados ao Sul.

Situação política nacional

No que diz respeito a legislação – enquanto não se alcança a decisão Arriola – , como pensar uma reformulação geral da legislação tendo em conta as políticas internacionais? Tendo em conta que o estatuto da legislação argentina atual penaliza o consumo e ordena tratamentos compulsivos, se observa neste sentido um discurso de endurecimento da legislação em geral, que se reflete em propostas de baixar a idade de imputabilidade, endurecimento de penas por delitos menores e até leis de controle de alcoolemia com tolerância zero.

Estas medidas estão baseadas – e são aconselhadas – pelas equipes de autoridade de R. Giuliani em Nova York, que em 1994 desenvolveu um plano de "Prevenção e perseguição de determinadas contravenções graves ou delitos menores, como grafitar, pular catracas no metro ou beber álcool na via pública". Os críticos dizem que o fato de 87 % dos presos serem negros ou latino-americanos sugere que a polícia selecionava deliberadamente os cidadãos da minoria, o que os empurra permanentemente para a margem da sociedade. Mais uma vez, criminaliza a pobreza.

3 - Aspéctos sanitários

A nova Lei Nº 26.657, de Saúde Mental e Adicções, manda revisar as internações obrigatórias, e neste ponto contradiz os artigos 16, 17,18, 19, 20,21,22,35,36 (9) da lei 23.737 que estabelece, após a penalização do consumo, tratamentos em serviços avaliados pelas autoridades judiciais e sanitárias, tendo em conta além disso que o Art. 43 (9) garante o financiamento às províncias para oferecer tratamento gratuito e elas os encaminham para centros dirigidos por fundações e ONGs, gerando um importante negócio para as Comunidades Terapêuticas e centros ambulatoriais – muitos deles dotados de pessoal não qualificado – , onde a conivência com o sistema judicial e policial tem resultado na circulação de um negócio paralelo de tráfico de influências para cumprir penas em centros de reabilitação e não na cadeia.

Se soma a banalização da discussão midiática sobre a suposta orientação de Garantia da legislação Argentina – um exemplo – ao confundir que a noção de redução de dano, que é uma tendência mundial, empurre para o consumo, ou no sentido contrário da obrigatoriedade do tratamento dos usuários.

Enquanto a lei 23.737 penalizar o consumo, não serão sustentáveis, a partir das políticas sanitárias públicas, as terapias de redução de danos. Se encontram antecedentes importantes deste última nas clínicas de USA, em 1913, onde se forneciam drogas na assistência aos pacientes – o que logo foi encerrado pelos Federais – ; e em alguns países da Europa recentemente começaram a implementar de forma sustentável a partir da epidemia de HIV nos anos 80, com a distribuição de seringas descartáveis, habilitação de salas de consumo que asseguravam o controle epidemiológico e sanitário da população adicta.

Se a política legal e sanitária se encontra subordinada a ideologia de tolerância zero – com as consequências nefastas que sabemos que isso implica – , não há tratamento possível do que é impossível de reduzir a zero.

Este aspecto é o que assinalamos como preponderante investigar, assim como o estatuto das modalidades vigentes de abordagem das adicções no país, onde subsistem dispositivos monovalentes – só para adictos – criados nos anos 80 para dar cumprimentoa lei 23.737, junto a multiplicação de consultórios polivalentes que se incrementaram ainda mais com a Lei de Saúde Mental, que orienta e impulsiona a partir da Direção Nacional de Saúde Mental e Adicções a implementação de estratégias de redução de danos junto com a substituição progressiva das modalidades monovalentes.

Deve-se contemplar também o ápice e a prevalência das neurociências, as TCCs e a medicalização destes pacientes que encontram nestas abordagens só uma tentativa de substituição pura e simples de sua substância de gozo por drogas legalizadas de laboratório, passando de um mercado ao outro.

Então é na intersecção das leis e das abordagens terapêuticas vigentes, a luz das experiências da Europa, USA e América Latina que vêm se desenvolvendo, um movimento orientado a pensar o que fazer em um mundo com drogas, renunciando ao paradigma de impulsionar o consumo para depois penalizá-lo, e mais orientado pela redução de danos do que pela tolerância zero.

Neste caso, como assinala nossa colega Silvia Oris (11), integrante deste Observatório,"A penalização do consumo de drogas se inscreve no conceito de biopolítica", e complementa*"O poder se exerce não só pela ideología mas por meio de um controle dos corpos"*. Proibir drogas para que se consuma mais e mais – e neste plus de gozo, a mais valia, para gozar desses corpos vigiados e controlados, hora pelas telas, hora pela substância do narcotráfico ou dos laboratórios e da psiquiatria – , nos encontramos frente a uma operação de um amo feroz que distribue crack no Bronx paco em Buenos Aires como pós mágicos, eficazes para seleção natural das espécies. A leitura da intersecção sanitária e legal, a partir da psicanálise, não pode perder de vista esse detalhe.

Uma encruzilhada paradoxal

As diferentes modalidades de abordagem das adicções vigentes em nosso país são o resultado de políticas públicas baseadas na impossibilidade de mudar a lei número 23.737, que é a lei de entorpecentes vigente, a qual penaliza o consumidor. No ano de 2014 foi promulgada a lei número 26.657 de Saúde Mental e Adicções que estabelece o marco legal da redução de danos ao sustentar o clínico, e não o punitivo, com equipes interdisciplinares que decidem sobre a situação de cada paciente. A jurisprudência atual avaliza esta posição com algumas falhas.

Evidencia-se a encruzilhada paradoxal na interseção de leis, já que enquanto a lei continuar penalizando o consumo (Lei 23.737), não serão sustentáveis as terapias de redução de danos a partir das políticas sanitárias públicas (Lei 26.657).

Devemos estabelecer aqui uma poderosa razão para o ápice e a prevalência das neurociências, as TCCs e a

medicalização destes pacientes: a "previsibilidade" e "objetividade" que justificam em critérios estatisticos que a "reabilitação total" não foi adquirida.

Para concluir, destaquemos que com a intersecção sanitária e legal não se pode perder de vista que "O poder se exerce não só pela ideologia mas por meio de um controle dos corpos" (12) gozados, vigiados: por meio de telas, substâncias do narcotráfico, laboratórios, e inclusive com algumas contribuições da psiquiatria. E que, além disso, no zênite da civilização, o plus de gozar satisfaz sempre de um modo canalha o ideal do consumo – como ilustram as narcociências com o paco –, ao reintroduzir no circuito produtivo o desejo da cocaína, para vender aos indivíduos que caíram do mercado "resto e objeto real do consumo" (13).

Tradução: Jussara Jovita Souza da Rosa

Notas:

(1) Observatório: Vamos para uma cultura toxicômana? – EOL / FAPOL – Responsável: Ernesto Sinatra – Integrantes: Elvira Dianno (Santa Fé),Mariángeles Costa (La Plata), Silvia Ons, Nélida Ortega, Silvina Rago, Ana Simonetti (Córdoba) – Responsável informe: Elvira Dianno – Co-laboração na redação: Silvina Rago.

(2) Lei de entorpecentes vigente na Argentina que regula tanto o tráfico como o consumo de substâncias proibidas.

(3) Lei 23.737, art. ,5, 12 14

(4) Lei 23.737, art. 16-22 e 35-36

(5) Lacan parafraseia aqui Jardiel Doncella, escritor espanhol, 1901/52, "Ditadura é o sistema onde o que não é proibido é obrigatório".

(6) Lacan, J. *La dirección de la cura y los principios de su poder* en Escritos 2, S.XXI,Madrid, 1999, pág. 599.

(7) Observatório de Toxicomânias, EOL, Buenos Aires, 28/11/2014, p. 5.

(8) Convenção Única de Entorpecentes, ver neste informe, pp. 13-15.

(9) Ver Pág. 40 no Informe do Observatório EOL. Disponível em: http://www.fapol.org/download/OBS04_Informe_Observatorios-de-Toxicomanias.pdf

(10) Ibidem, p. 59.

(11) Ons, Silvia., "Penalización y Biopolítica", Bs. As., Agosto 2015, Inédito, Documento interno do Observatório.

(12) Ibidem.

(13) Sinatra, Ernesto "L@snuev@sadict@s: La implosión del género en la feminización del mundo", Tres Haches, Bs. As., 2013, Pág. 76.

Bibliografía:

Escohotado, Antonio, *Historia de las drogas*, Vol. I, II, III, Alianza Editorial, 1998, Madrid.
EscohotadoAntonio, *Orígenes de laprohibición de las drogas*, Alianza Editorial, 1994, Madrid.
Labrousse, Alain, *Geopolítica de las drogas*, Marea, 2011.
Labrousse, Alain, *Las drogas, las armas el dinero*, SXXI, 1993, México.
Laurent, Eric, *El objeto droga en la civilización*, Pharmakon número 12, 2011.
Laurent Eric, *Entrevista Pharmakon*, n. 13, 2013.
Laurent Eric, *Sujeto, Goce y Modernidad*, II, 1992.
Laurent, Eric *Entrevista Revista Ñ*, 2012.
http://www.revistaenie.clarin.com/ideas/Eric-Laurent-psicoanalisis_0_697730446.html
Miller, Jacques Alain, Una fantasía, *En Punto Cenit*, Diva, Bs. As., 2012.
Miller, Jacques Alain, LQ, *Las profecías de Lacan.*
Musto, David, *La enfermedad americana*, Editorial, Tercer Mundo, 1993, Bogotá.
Neuman, Elias., *La legalización de las drogas*, Editorial, Depalma, Buenos Aires, 1997.
Platón, *Las leyes*, Porrua, México ,1992.
Ruchansky, Emilio, *Un mundo con Drogas*, Debate, 2015, Bs. As.
Sinatra, Ernesto., La toxicomanía generalizada, en *¿Todo sobre las drogas?,* Gramma, Bs. As.,, 2010.
Sinatra, Ernesto "L@snuev@sadict@s ": *La implosión del género en la feminización del mundo*, TresHaches, Bs. As., 2013.
Sorman, Guy, *Esperando a los bárbaros: de inmigrantes y drogadictos*, Seix Barral, 1993, Madrid.
Terragni, Marco, *Estupefacientes nuevo régimen penal*, Rubinzal Culzoni, 1989, Santa Fe

Documentos e atas:

Atas reunião de Altos Mandos, Viena 2014, Ata reunião latino-americana, 2014.
Conferência de Shangai, 1909.
Convenção Internacional do Ópio, A Haia, 1912.
Convenção única de entorpecentes, CUE, documentos originais 1961 e emendas de 1971,1988.
Fallos CJN Corte de Justiça da Nação Bazterrica, Capalbo, Arriola, Montalvo.
Lei 20.771, lei penal de entorpecentes, Argentina, 1974.
Lei 23.737, lei penal de entorpecentes, Argentina, 1989.
Lei 26.052, lei de desfederalización, 2005.
Lei 26.657, lei de Salud Mental, 2010.
Projetos legislativos modificadores Lei 23.737 Carrió, Donda, Gil Laavedra, Guzmán.
SEDRONAR, 2009 em diante.

RUMO A UMA CULTURA TOXICÔMANA?

O DELÍRIO DA REGRA E A AÇÃO LACANIANA

Glória Maron e Lilany Pacheco
EBP- AMP

O TRATAMENTO LEGAL DISPENSADO ÀS DROGAS: DA GUERRA ÀS DROGAS AO IDEAL DA LIBERALIZAÇÃO

Gerardo Arenas. "Sem titulo".Fotografia. EOL- AMP

O consumo de drogas é muito antigo – há relatos do uso de álcool na Grécia, por exemplo, mas foi no final do século XIX que algumas dessas substâncias receberam a denominação "droga" e passaram a ser consideradas prejudiciais ao usuário e um problema para as sociedades. Também no século XIX terá início os movimentos contra a produção, o comércio e o uso de substâncias psicoativas. Nos Estados Unidos a causa levou até a formação de um partido político, o *Prohibition Party*, criado por volta de 1870. Após o final da II Guerra Mundial as opiniões se tornaram mais uniformes. Em reunião ocorrida em 1961 chegou-se ao primeiro consenso internacional em relação a substâncias psicoativas. O encontro – que contou com a presença de representantes de 73 países, dentre eles o Brasil, Japão, EUA, Alemanha, França e Inglaterra – ratificou o tratado que vigora até hoje. A Convenção Internacional Única sobre Entorpecentes classificou uma série de substâncias em quatro graus de periculosidade. Todas teriam sua produção, venda e consumo controlados. A esse primeiro tratado, marco inicial do combate às drogas, seguiram-se outros acordos internacionais promovidos pela Organização das Nações Unidas. O Brasil é signatário de todos. Mais recentemente, em 1998, o país passou a compartilhar das resoluções da ONU pela redução da demanda de drogas.

O tratamento legal (1) dispensado às drogas passou por diversas transformações em todo o mundo desde o surgimento das primeiras restrições ao seu consumo, fabricação e circulação. A despeito do consenso de que é preciso oferecer um tratamento legal ao problema das drogas, há muitas divergências sobre como abordar a questão, tanto no Brasil quanto nas demais nações. Em vigor no Brasil desde 2006 a terceira legislação sobre drogas considera crimes tanto a comercialização quanto o uso de substâncias psicoativas, embora em graus bem diferentes. Entram em cena neste contexto as discussões sobre descriminalizar e despenalizar. Descriminalizar é fazer com que a produção, consumo e comércio de drogas deixem de ser considerados crimes. Já o termo despenalizar tem sido usado no sentido de abrandar a punição que recai sobre quem pratica esses atos.

Tanto no Brasil quanto em outros países, a droga, especialmente a maconha, conquistou uma legião de usuários e defensores na década de 1960, como parte do movimento da chamada contracultura, que buscava contestar os princípios fundamentais e costumes sociais. Entre os universitários e intelectuais de esquerda, por exemplo, consumir drogas tinha significado difuso que poderia traduzir-se em uma oposição às práticas ou opiniões vigentes. Nos EUA, a oposição poderia ter como alvo a Guerra do Vietnã, por exemplo; no Brasil, a ditadura militar. Nos anos seguintes, ainda, alguns estudos passariam a defender o uso das substâncias psicoativas para uso terapêutico e o consequente abrandamento da legislação, mas essas pesquisas foram aos poucos cedendo espaço para outras, que reafirmaram a gravidade do uso das drogas.

Na década de 70 o uso de maconha esteve associado aos movimentos de contestação, um dos ícones da cultura hippie, uso incluído, portanto, numa perspectiva cultural. Percebe-se, entretanto, que hoje o uso de maconha não carrega mais a associação cultural que teve no passado, já não serve de símbolo para nada. A partir dos anos

80, verificou-se grande difusão de outros tipos de drogas dentre as quais figuram o ácido lisérgico (LSD), a cocaína, a heroína, o crack, o ecstasy, além das drogas antigas, constituindo um verdadeiro arsenal químico, oferecido todos os dias no "mercado" das drogas. "Mercado" é um termo adequado, se pensarmos que as drogas ganharam nos dias atuais um valor econômico importante dentro da lógica capitalista.

Os movimentos de liberalização do uso das drogas tiveram início na década de 70, frente a dificuldade em controlar o consumo. A Holanda foi o primeiro país a permitir o uso de uma delas, a maconha, em 1976: a autorização, porém, era restrita a alguns bares e maiores de 18 anos. Pouco a pouco, outros países aderiram ao movimento, iniciando um processo de abrandamento de punições. Assim, nos primeiros do século XXI, vários países da Europa ocidental já tinham uma postura mais flexível em relação às drogas.

Em outros países houve abrandamento das leis antidrogas. Alemanha, Espanha, Itália e Portugal, por exemplo. Eles passaram a enxergar cada vez mais o uso de drogas como um caso de saúde pública, e não de polícia. Atualmente, um cidadão italiano pode ter prisão revogada caso aceite se submeter a um programa de recuperação controlado pelo Ministério da Saúde. Portugal foi ainda mais longe e, descriminalizou o uso de substâncias psicoativas. Quem é apanhado fumando um cigarro de maconha, por exemplo, é encaminhado para tratamento médico e pode, no máximo, ter de pagar multa. Um ano mais tarde, foi a vez da Grã-Bretanha e da Austrália entrarem-no rol das nações dispostas a experimentar novas abordagens sobre o assunto. Os britânicos fizeram vários experimentos que culminaram numa lei sancionada em 2004. A droga foi, então, reclassificada pelos órgãos de saúde. Como consequência, a punição para usuários pegos em flagrante praticamente se extinguiu. Já o governo australiano autorizou a abertura de salas especiais para viciados em heroína, nas quais o usuário podia injetar a droga sob a supervisão médica. Espanha e Alemanha desenvolveram programas semelhantes.

Avaliações dos movimentos de liberalização mostram que na Holanda, a tolerância à maconha teve sucesso em tirar consumidores da clandestinidade, mas não surtiu o mesmo efeito sobre o tráfico. Metade dos crimes cometidos no país está ligado a entorpecente, e o número de presos triplicou nos últimos anos. Por outro lado, a maior cidade holandesa Amsterdã contava com 10.000 viciados em heroína em 1980, número que caiu para a metade com a liberdade para consumir maconha. Com mais de 1.500 bares vendendo livremente a erva há 25 anos, a Holanda tem números surpreendentes: apenas 5% da população fuma maconha, contra 9% nos Estados Unidos, onde há leis mais rigorosas. O que se vê, portanto, é que a abordagem mais tolerante tirou o usuário da marginalidade e deu a ela mais chances de se recuperar do vício e do crime, mas não conseguiu se afirmar como uma alternativa de efeitos inteiramente seguros.

No Brasil, consumir ou comercializar drogas, é crime. Porém a legislação atual prevê punições distintas a usuário e traficante. Ao primeiro, a lei imputa três tipos de pena: advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade (de 5 a 10 meses) e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. Já a quem produz ou comercializa drogas, a lei atribui pena de 5 a 15 anos de reclusão e pagamento de multa de 500 a 1.500 reais.

A lei 11.343 está em vigor desde 23 de agosto de 2006. Antes dela, o Brasil teve outras duas legislações sobre drogas. A primeira, de 1976, precisou ser revista no início dos anos 2000 – já que estava em desacordo com as práticas e concepções do século XXI. Assim, em 2002, promulgou-se a lei 10.409, que, no entanto, teve os artigos que definiam o que seria considerado crime, vetados, de modo que foi preciso elaborar a atual legislação.

O ideal da liberalização, a tolerância em relação às drogas e ao crime organizado perdeu sua aura de "modernidade". Por exemplo, a Holanda, um dos países mais liberais da Europa, já foi mais aberta no tocante ás drogas. Atualmente, os *coffee shops* locais não podem mais vender bebidas alcoólicas nem cogumelos alucinógenos, e uma lei que tramita no Parlamento pretende proibi-los de funcionar a menos de 200 metros das escolas. A tolerância em relação à maconha, iniciada nos anos 70, criou ao menos duas contradições. A primeira é que os bares podem vender até 5 gramas de maconha por consumidor, mas o plantio e importação da droga continuam proibidos. Ou seja, houve um incentivo ao narcotráfico. A segunda é que, Amsterdã, com seus *coffee shops*, passou a atrair "turistas da droga" dispostos a consumir de tudo, não apenas maconha. Isso fez proliferar o comércio clandestino. A população começou, então, a rever suas ideias e a se mostrar cada vez mais descontente com o atual tratamento dispensado a usuários e traficantes. Assim, também, na Suíça, que viu o bairro Langstrasse, em Zurique, que havia se tornado, sob o aval do governo, território livre para consumo de drogas, acabar sob o controle do crime organizado. Bem como Dinamarca e Grã-Bretanha, lugares, nos quais, a droga voltará a pertencer ao grupo dos entorpecentes sujeitos à repressão severa, inclusive para o usuário.

LAURENT (2011) comenta a recente votação da proposta de legalização da maconha na Califórnia. A proposta não passou, mas aqueles que quiserem fumar maconha legalmente podem alegar uma forte dor de cabeça e obter uma receita médica para uso legal da erva. Na Europa, as experiências são muito variadas a exemplo da Holanda, país no qual não houve legalização, mas liberalização do negócio que provoca hoje, uma reação da sociedade holandesa, uma virada coersitiva de direita, antevendo, talvez, que na Holanda não haverá legalização. Ficará, portanto, a possibilidade de se investigar, as consequências futuras da liberalização do negócio, sem legalização do uso. Vemos também a política de redução de danos nos países do norte europeu, nos quais, existe um dispositivo de salas de *shoot*, onde os dependentes de heroína podem injetar, para não se injetarem nas ruas ou nos banheiros públicos, reduzindo assim os riscos.

Em nosso vizinho país da América Latina, o Uruguai, realizou-se em 2011, a despenalização do consumo, sem a legalização da droga, e, recentemente, foi apresentado no Parlamento, um projeto de legalização do auto-plantio, abrindo, certamente, um campo de discussão fértil, sobre os efeitos que esta ação pode ter em relação ao narcotráfico.

Todos estes aspectos exibem de modo claro, as contradições intrínsecas ao tema da legalização, expondo seus paradoxos e seus contrastes e a impossibilidade de que as leis legislem sobre o gozo que os usuários obtêm com as drogas, lícitas ou ilícitas.

O tema da liberalização do uso de drogas é polêmico, espinhoso, difícil de ser abordado. Seria mais cômodo se pudéssemos não tocá-lo. Entretanto, dentro do contexto da avaliação no qual a sociedade contemporânea se encontra, começa-se a estabelecer que há um problema, que esse problema se coloca na sociedade e demanda-se aos políticos encontrar uma solução, e, consequentemente, a avaliação se torna o paradigma das políticas públicas em saúde mental para extrair uma medida calculável do "malviver" (MILLER et al, 2006). Tal perspectiva alerta-nos a nós psicanalistas, que não podemos mais adiar a discussão de temas dessa natureza.

As políticas públicas de atenção aos usuários de drogas

Éric Laurent, inspirando-se no informe da "Comissão Latino Americana sobre as drogas na democracia" (2) enfatiza que o momento atual no tocante ao problema das drogas, é um momento original no que concerne ao debate sobre as drogas, como uma questão pública, diante do fracasso dos ideais que orientaram até então as políticas sobre as drogas. Por um lado testemunhamos o fracasso do ideal repressor, a "guerra contra as drogas", deflagrado por Richard Nixon, nos Estados Unidos, nos anos 70. Fracassou também as esperanças liberais de que era possível confiar no mercado para regular o objeto droga como qualquer outro objeto, a exemplo das praças europeias para livre uso de drogas, também iniciadas nos anos 70.

É um dado inegável e acreditamos que seja consenso que o uso abusivo de substâncias psicoativas precisa ser tratado e que é preciso encontrar respostas clínicas efeitivas efetivas para essa questão. O uso de drogas preocupa e é preciso que ele seja abordado em seus vários aspectos, com uma amplitude tal que as discussões recubram desde os aspectos mais gerais sobre o tema, explicitados em todos os tratamentos possíveis que possam ser dados ao problema das drogas, até as singularidades de um sujeito e seu uso solitário e sua parceria com a sua droga de predileção.

SOARES (2011) estabelece um terreno ético que abriga a discussão sobre o uso de substâncias psicoativas. Trata-se do contexto ético que tem trazido à tona todas as discussões relativas ao uso do corpo próprio e do acento que se tem colocado na noção de liberdade do uso do corpo quando entram em cena temas tais como a eutanásia, o aborto, a engenharia genética e da tecnologia médica. Temas que têm exigido a revisão de conceitos como família, reprodução, raça, etnia, esfera de deliberação individual, intervenção tecnológica sobre o corpo, deliberação sobre gerações futuras, determinação e liberdade, fatalidade e escolha. Temas dos quais tem se ocupado o que Jacques Alain Miller denominou, já algum tempo, de "os comitês de ética".

Atentos aos perigos inerentes ao delírio da regra e, na direção de estabelecer uma interlocução com a cidade, os psicanalistas do Instituto de Psicanálise de Minas Gerais, afiliado aos Institutos do Campo Freudiano, realizaram, no dia 10 de setembro de 2011, a Sétima Conversação da Seção Clínica com o tema: "Uma política para álcool e drogas. Como podemos contribuir?" Essa conversação inaugurou um tempo de interlocução com os gestores públicos, pesquisadores e trabalhadores concernidos em torno da questão da política para álcool e drogas agentes dos serviços de atenção aos usuários de álcool e drogas e, dada a sua relevância, produziu-se uma

edição especial do *Almanaque on-line*(3), publicação digital do IPSMG, no qual a Conversação foi transcrita na íntegra para esse meio de propagação rápida que é a internet, com o intuito de que a preocupação que ocupa hoje, os trabalhadores em saúde mental, não perca o vigor, e, além disto, que a leitura sobre os pontos discutidos nesta conversação convoque tantos outros para que se sintam animados e responsabilizados por este debate. Como destacou KAUFMANNER (2011)

> "Os últimos acontecimentos mostram-nos que o barulho da segregação insiste e que os psicanalistas não devem acolher esse barulho apenas com seu silêncio. O momento solicita que falemos e nos posicionemos, e que nossa voz se reúna ao coro daqueles que também se posicionam contra o retorno de práticas que pareciam abandonadas, mas que reaparecem sob a maquiagem humanitária contemporânea da saúde e do progresso" (4)

Esta conversação realizada no Instituto de Psicanálise teve várias repercussões, dentre elas, a gestação de um Fórum (5) com o tema "*Drogas: para além da segregação*" que realizou-se em Belo Horizonte em Outubro de 2012, no seio das XVII Jornada da Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas Gerais, com a tarefa de participar do debate atual contribuindo para a construção de saídas em torno da questão da política para álcool e drogas e evidentemente, e dos impasses gerados para a prática da psicanálise neste contexto. Em entrevista a Fernanda Otoni de Barros-Brisset, coordenadora das XVII Jornada da Escola Brasileira de Psicanálise "A política da psicanálise na era do direito ao gozo", Éric Laurent esclarece a importância da contribuição da psicanálise neste contexto:

> "Na clinica psicanalítica, os psicanalistas têm a experiência de ver como os sujeitos, um por um, podem encontrar sua solução própria, para além dos grandes discursos identificatórios, do "*prêt à porter*" comum que cada um encontra na sociedade, nas identificações que lhes são transmitidas pela família, que lhe transmitiu o destino. Na experiência da cura, o sujeito procura uma solução viável ao exercício de seu direito ao gozo. É essa experiência que os psicanalistas podem transmitir a outras disciplinas, a outros discursos, para tentar flexibilizar as categorias comuns e torná-los aptos a acolher esses impasses do gozo que se manifestam numa dimensão totalmente inédita, no século XXI" (6)

Se por um lado a psicanálise de orientação lacaniana, esta que tem sua inspiração nos seminários e ensinamentos de Jacques Alain MILLER, trabalha na direção de ampliar o âmbito da prática clínica psicanalítica, por outro lado, percebe-se um fechamento para os praticantes da psicanálise no âmbito das políticas públicas, mais fortemente na França (7), mas com ecos fortes no Brasil, a exemplo do Ato Médico, um projeto de lei que submeteria a prática psicoterápica em geral à autorização da classe médica e tantos outros efeitos deste fechamento pelas políticas de qualidade implantada nos serviços de atenção à saúde em geral e, em especial, nos dispositivos designados a atenção da "saúde mental". Pressões desta natureza têm exigido que os psicanalistas promovam uma interlocução com diversos setores da sociedade civil para desfazer preconceitos em relação à prática psicanalítica e, ao mesmo tempo, transmitir seus princípios e sua ética aqueles que não teriam acesso a um psicanalista, se os psicanalistas não se dirigissem a eles.

Na tentativa de enfrentar o problema do uso e abuso de drogas, as instâncias sociais valem-se tanto de estratégias jurídico-legais, a exemplo do tratamento dispensado às drogas ilícitas, consubstanciadas em propostas de liberalização da droga e ou descriminalização do usuário, como já mencionado, quanto da perspectiva de políticas públicas na área da saúde, traduzidas na criação e na manutenção de centros de atendimento especializados no tratamento de usuários de drogas em geral.

Nesse contexto encontramos uma diversidade de discursos, como estratégias institucionais de tratamento do uso de drogas, implicando, necessariamente, a discussão de seus efeitos sobre os sujeitos, ou seja, a incidência desses vários discursos como modos de construção de subjetividade. O que se verifica, muitas vezes, nas várias abordagens ao problema das drogas é a generalização quanto à definição de droga, drogadicção ou toxicomania, causas do uso de drogas e a função que as drogas podem ter para cada um em sua singularidade, e, em especial, destaca-se a discussão dos resultados e a eficácia de tais estratégias como representações de "cura" passíveis de verificação.

É marcante, no contexto contemporâneo, o crescimento do número de centros de atenção à toxicomania e alcoolismo. O registro de organizações dessa natureza no Conselho Estadual de Entorpecentes (CONEN) quadruplicou a partir de 1999. No documento sobre a 'Normalização dos Serviços de Atenção a Transtornos por Uso e Abuso de Substâncias Psicoativas', o Ministério da Saúde (MS) destaca a «necessidade premente de que o Sistema Único de Saúde (SUS) possa responder a essa enorme demanda gerada pelo uso indevido de substâncias psicoativas», propõe a regulamentação desse campo clínico e, ainda, uma avaliação dos centros de atenção existentes. É importante ressaltar que o próprio documento do MS reconhece «a desatualização, seja do ponto de vista da informação, seja do ponto de vista de modelos de tratamento», evidenciando-se as recaídas e fracassos na condução do tratamento, tal como testemunham os profissionais de saúde mental que se dedicam à clínica com usuários de drogas em geral.

As várias estratégias utilizadas para enfrentar o problema das drogas se sustentam de vários discursos dentre os quais encontramos a religião, o discurso moral, os tratamentos medicamentosos nos quais nota-se a incidência do discurso da ciência, associações civis com fins de recuperação de toxicômanos e alcoolistas, como o AA, comunidades terapêuticas de diversas naturezas, e, também, a Psicanálise - dispositivo clínico criado por Freud a partir da premissa do inconsciente.

Outro elemento importante que deve ser pontuado refere-se ao fato de que as explicações historicamente construídas para o uso de drogas acumulam-se, ao invés de se sucederem, podendo ser reconhecidas até os dias de hoje nos vários discursos sobre o uso de drogas. Assim, encontramos explicações para o uso de álcool e drogas baseadas em uma "moralidade cristã", que toma o usuário como alguém que não se controla diante do produto. Nessa perspectiva, o uso excessivo de qualquer substância pode ser visto como um problema do "controle do impulso", no qual faltaria ao indivíduo, aparentemente, "força de vontade", sendo este indivíduo considerado como destituído de "fibra moral" para resistir ao clamor das drogas (Marlatt & Gordon, 1993). Nota-se, nessa explicação, que a ênfase do ato compulsivo é colocada na substância, atribuindo-se a ela um poder de atração e, conseqüentemente, centrando-se as tentativas de resolver a questão na necessidade de se eliminar o acesso do indivíduo ao produto, culminado em movimentos como a Lei Seca, que vigorou por algum tempo nos Estados Unidos.

Do mesmo modo, convivem no cotidiano da clínica com toxicômanos as noções de "doença" e de "dependência", colocando-se aqui a ênfase no indivíduo pensado apenas como um organismo no qual se realiza uma reação físico-química. Outra noção corrente é a do "hábito adquirido", onde a ênfase recai no ambiente, ao qual se atribuem as causas da drogadicção. Há ainda a sustentação de hipóteses etiológicas que remetem à interação de múltiplas causas, considerando aspectos biológicos, psicológicos e culturais como explicação para a drogadicção.

As imprecisões teóricas relativas ao uso de drogas, a multiplicidade de explicações causais, a diversidade de terapêuticas denunciam furos no conhecimento científico acumulado até os tempos atuais, justificando as saídas pragmáticas no tratamento do uso de drogas. O pragmatismo pode ser visto como um esforço para fornecer uma base mais eficaz para superar o uso de drogas, na medida em que a ciência não consegue explicações – nem tampouco respostas – para os casos individuais daqueles que procuram os tratamentos convencionais para resolverem suas questões com as drogas. O alcoolismo é o protótipo do tipo de problemas que têm encontrado soluções pragmáticas, e a organização Alcoólicos Anônimos é o principal exemplo disso, tal qual demonstrado na dissertação de Mestrado de PACHECO (1998).

Como destacou Laurent em "Qual a instituição que queremos?" os aspectos acima mencionados não podem ser descartados. É preciso aprender com cada uma dessas estratégias uma vez que podemos localizá-las, seja pela via do saber, pela via do objeto, pela via da nomeação, ou pela lógica da substituição. É do conhecimento de todos a relevância dos trabalhos prestados pelas instituições que acolhem usuários de drogas para tratamento. É preciso que o façamos, caso contrário restará ao sujeito apenas a sua toxicomania.

Como afirmou Laurent (1994), estamos na era das toxicomanias, estamos na era do consumo exacerbado, e a droga é mais um dos objetos de consumo disponíveis no mercado, tendo em vista que a ciência e a tecnologia avançam a cada dia povoando a civilização de objetos que se prestam a um consumo generalizado. Criou-se um contexto no qual os tóxicos são identificados com as leis do mercado, e o toxicômano, por sua vez, é um consumidor contumaz que, ao se entregar às estupefações provocadas pela droga, torna-se indiferente ao produto que consome. As toxicomanias, enquanto fenômeno contemporâneo devem ser consideradas por um novo ângulo - "um efeito exagerado, um consumo generalizado e a proliferação de um saber testemunhado pelas tecnologias".

Se, entretanto, o discurso da ciência avança de modo a suprir os anseios e a busca da felicidade do ser humano, em contrapartida, os avanços da ciência, em suas várias acepções não são suficientes para apontar saídas para os problemas que ela própria produz, já que a droga é um artefato construído graças ao saber testemunhado pelas tecnologias. Mais que isso, o uso de drogas, em sua acepção contemporânea, apresenta-se com uma envoltura social relativa a uma tentativa de ruptura com os modelos familiares, e de uma desvalorização da autoridade e das leis consideradas em seu estatuto de dispositivos simbólicos que geram os ideais identificatórios presentes na sociedade ocidental.

O DELÍRIO DA REGRA E A AÇÃO LACANIANA

3.1 "Os filhos do crack"

Como escreveu VIDIGAL (2017) (8), verificamos há anos os efeitos ineficazes _ catastróficos _ de intervenções que afetam os usuários de drogas, desconsideram sua condição de sujeitos e de cidadãos, inferindo uma indiferenciação entre o sujeito e o objeto-dejeto-droga". Em especial, a autora de dedica, em seu texto, a interrogar as consequências do ato jurídico acontecido em Belo Horizonte, em 2014, quando a 23ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude Cível lançou as recomedação 05 e 06/2014 às Maternidades públicas e às Unidades Básicas de Saúde para notificarem a Vara sobre "as gestantes ou mães" que "manifestem interesse em entregar os seus filhos para adoção". Além disso, os profissionais de saúde deveriam notificar sobre "mães usuárias de substâncias entorpecentes", nomeadas extra-oficialmente como "mães do crack" e os casos de "gestantes que recusam fazer o pré-natal"; as "situações de abandono de recém-nascido nos estabelecimentos de saúde, de negligência e maus–tratos ao nascituro ou ao recém-nascido".

Em 2016, a Vara Cível da Infância e da Juventude baixou a portaria N° 3/VCIJBH/2016 que dispõe sobre o encaminhamento ao Juizado de recém-nascidos e dos genitores em grave suspeita de situação de risco para oitiva e aplicação de medidas de proteção. Esta "situação" refere-se a casos em que a "família não apresenta ambiente que garanta o desenvolvimento integral, em especial em virtude da dependência química e/ou trajetória de rua dos genitores, sem condições imediatas de exercer a maternidade e a paternidade responsável" para decidir sobre "a aplicação de medidas protetivas, inclusive, se for o caso, a medida de acolhimento familiar ou institucional".

Ainda, com VIDIGAL (2017, op. cit), o movimento "De quem é este bebê?" (9), na prática mulheres, em sua maioria negras e pobres, "estão sendo retidas nas maternidades, sem justificativa médica e sem necessidade clínica. Seus bebês estão sendo abrigados sem o levantamento da família extensa e sem a criação de um fluxo de atendimento que vise a sua recuperação. São sumariamente separadas de seus filhos, sem a possibilidade do alojamento conjunto. Existem muitos relatos de mulheres que sequer são adictas mas que são denunciadas por não terem feito o pré-natal, estarem infectadas com sífilis, terem feito uso recreativo de alguma substância antes mesmo de saberem que estavam grávidas".

A Sétima Conversação Da Seção Clínica do Instituto de Psicanálise de Saúde Mental de Minas Gerais, intitulada "Uma política para álcool e drogas. Como podemos contribuir?" (10), visando discutir as políticas públicas em vigor no país na última década, a conversação contou com a presença da então Coordenadora de Saúde Mental da Prefeitura de Belo Horizonte, que esclareceu:

> "o crack, curiosamente, não é o principal anestésico adotado para tratar o mal-estar pela maioria dos jovens brasileiros. Ao contrário do que se afirma os índices de consumo de crack no Brasil não chegam a 1%. De acordo com o último levantamento realizado pelo CEBRID, 0,7% dos jovens fizeram uso desta droga uma única vez, ou seja, encontraram no crack, em algum momento de suas vidas, o lenitivo ou a distração que buscavam. E 0,2% estabeleceram com o mesmo uma relação de dependência. O número dos que usaram uma única vez, de acordo com o professor Elisaldo Carlini, um dos autores da pesquisa, permanece estável sete anos depois (0,7%). Ou seja, em 2011 o índice de consumo de crack entre jovens está longe de configurar uma epidemia. E, de acordo com o Prof. Carlini, foi insignificativo o número dos que usaram crack mais de 20 vezes, no último levantamento acerca do consumo de drogas psicotrópicas. Ainda de acordo com o CEBRID, as drogas mais utlizadas pelos jovens são o álcool, seguido pelo tabaco, depois os solventes, maconha, cocaína, crack,

> anfetamínicos, ansiolíticos, entre outros. Como se vê são as drogas lícitas os meios mais utilizados para afastar o mal-estar" (11)

Os dados do CEBRID coincidem com os levantados pela Equipe de Saúde da Família dos privados de liberdade. Dispositivo de cuidado criado pela Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, para atenção aos adolescentes infratores que leva a saúde ao encontro dos adolescentes, no tempo do cumprimento de uma medida. Entre os adolescentes privados de liberdade, o crack é utilizado por menos de 1%, sendo também bastante reduzido o número de ocorrência de crises de abstinência de drogas entre estes, fato que indica um modo de uso, da maioria destes adolescentes, que não se caracteriza como dependência.

Entre os meninos e meninas em situação de rua, público atendido pelo consultório de rua, dispositivo da rede de saúde mental criado para atender, prioritariamente, crianças e adolescentes em situação de rua e que façam uso de álcool e outras drogas, ou seja, vivendo numa dupla situação de vulnerabilidade, a droga utilizada não é o crack. O tóxico que os anestesiam é o mesmo de trinta anos atrás: thinner e loló.

Percebe-se, portanto, ainda com VIDIGAL 2017, que "a nomeação "filhos do crack" e "mães do crack" constituiriam uma nova categoria de crianças e de mães, ambos nomeados como o pior, como o crack, vidas das quais o Estado se sente no direito de dispor à revelia da Constituição." Sabemos, com Lacan, que a nomeação, essas que por sua face imaginária, decide a trama de muitas existências, ponto enfatizado em muitas discussões sobre os efeitos das nomeações nas clínicas das toxicomanias, desde os anos 80.

Mudanças de rumo nas políticas públicas e suas possíveis consequências, hoje.

No Brasil, experiências inovadoras no campo da saúde mental foram implementadas sob a égide do movimento da reforma psiquiátrica brasileira e em consonância com a orientação e diretrizes da Organização Mundial de Saúde (OMS). Desde 2001, a Política de Saúde Mental que vigorou no Brasil até dezembro de 2017, era regulamentada pela Lei 10 216. Na Política Nacional de Saúde Mental, inserem-se as diretrizes e princípios para a atenção psicossocial aos usuários de álcool e outras drogas, pautada no cuidado integral e intersetorial. Segundo essas diretrizes, a *Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas possui como estratégia principal que norteia o cuidado, o paradigma ético, clínico e político da Redução de Danos. A orientação do cuidado regido pela ética da redução de danos está em consonância com as recomendações internacionais para a prevenção e redução dos riscos sociais e agravos à saúde* (12).

Segundo Tinoco, "desde a década de 80, com o advento da epidemia da AIDS, as estratégias de redução de danos se constituem como uma política pragmática e efetiva adotada por diversos países. Vários estudos nacionais e internacionais vêm demonstrando a eficácia das estratégias de redução de danos no enfrentamento das vulnerabilidades clínicas e sociais atreladas ao uso de drogas" (13).

A partir de 14 de dezembro de 2017, um conjunto de portarias e atos do Ministério da Saúde, propõe alterações na Política de Saúde Mental apoiada na Lei 10216, incidindo consequentemente, na política de álcool e drogas. A Resolução de número 01 do CONAD publicada em 19 de dezembro de 2017 se ampara nas alterações da Política Nacional de Saúde Mental pactuada na Comissão Intergestora Tripartite – CIT, em 14 de dezembro de 2017. Essas mudanças colocam em relevo propostas que privilegiam a expansão e contratação de leitos psiquiátricos e as comunidades terapêuticas, sendo que essas até dezembro de 2017 não estavam submetidas à qualquer regulação do Ministério da Saúde nem recebiam recursos orçamentários desse órgão governamental. Destaca-se também que as comunidades terapêuticas por serem quase sempre de base religiosa, fazem prevalecer o isolamento social e regras como fundamento do tratamento para aqueles considerados dependentes de álcool e drogas. Esse modo de abordar a questão do uso de drogas lícitas e ilícitas se distancia da abordagem clínica que inclui na diversidade dos casos, a função particular que a droga tem para cada sujeito tanto quanto as soluções singulares que cada um terá que encontrar na redução ou interrupção do seu uso.

Sem nos estendermos no debate sobre a opção da internação e isolamento social dos drogaditos, sublinhamos por ora que no Brasil, há um reconhecimento por parte de diferentes segmentos da sociedade, desde profissionais da saúde, familiares e parte da opinião pública, que a internação não é a única estratégia de tratamento, embora esteja sempre em jogo para muitos a ilusão de que a internação seria um instrumento de readaptação para o sujeito

exilado do Outro social. No entanto, constata-se um elevado índice de retorno às drogas e às ruas após a internação (14).

Tinoco destaca ainda que "o Decreto do CONAD possui o caráter proibicionista, na medida em que se opõe às iniciativas de legalização das drogas. Tal fato pode recrudescer a tendência preconceituosa e marginalizante de nossa sociedade, que ainda criminaliza os usuários de drogas ilícitas (15).

Além do caráter proibicionista, o referido Decreto inclui a "*promoção da abstinência, apesar de citar as estratégias de redução de danos e riscos sociais e à saúde, nos dá a entender que há um desconhecimento quanto à concepção da redução de danos, que pode incluir a abstinência, caso seja esse o desejo do usuário. Entretanto, muitos usuários não conseguem ou não desejam a abstinência, para estes as estratégias psicossociais e de redução de danos são de suma importância para o cuidado"* (16).

Podemos verificar no campo da saúde mental e atenção à álcool e drogas, que a experiência das equipes de CAPS-ad e Consultório na Rua testemunham que é possível tratar sem segregar. No Rio de Janeiro, atualmente, 8000 usuários com problemas relacionados a drogas recorrem aos CAPS-AD, as UAA, os abrigos, ou são atendidos na Atenção Primária os nos Consultórios na rua (17).

Não devemos deixar de mencionar que a saúde mental, pautada em propostas transformadoras ou não, não deixa de ter uma relação com o discurso do mestre contemporâneo e seu ideal de saúde mental. Ao estar incluída nos objetivos governamentais, de certo modo, traduz um esforço de adaptar o homem ao mundo contemporâneo e reduzir ou eliminar o mal estar na civilização. Nessa direção, reconhecemos nesse campo multifacetado da saúde mental e da atenção aos chamados usuários de drogas, uma tensão permanente entre o universal e particular, entre o que é formulado para todos e as ações que buscam isolar o que há de particular a cada sujeito. A gestão de cuidados, não raro, aspira ao todo, arriscando transformar a oferta de cuidados em instrumentos de readaptação para o sujeito exilado do Outro social. No entanto, devemos admitir, que experiências e projetos implementados sob a égide da reforma psiquiátrica brasileira nas últimas duas décadas, abriram brechas para ações que procuraram trilhar e manejar princípios e categorias universais sem abrir mão de levar em consideração as particularidades do sujeito. Desse modo, podemos interpretar as recentes portarias e atos governamentais como um risco de retrocesso no que se refere à violação de direitos e recrudescimento de estratégias higienistas, moralistas e segregacionistas, no campo da saúde mental e atenção aos chamados usuários de álcool e drogas. Além disso, as recentes portarias governamentais podem estar dissociadas de políticas públicas voltadas para questões que repercutem na vida cotidiana de muitas cidades brasileiras, tais como: a desordem da saúde pública, a precariedade das relações de trabalho, a fragmentação dos laços sociais, a fragilidade dos abrigos, as mutações da estrutura familiar e uma rede escolar que não tem acompanhado as transformações na ordem simbólica. Essas medidas recentes, parecem mais comprometidas com o esforço de adaptar o sujeito ao mestre contemporâneo, tentando tratar o real sem lei pela via das regras, coerção e isolamento social.

Outro ponto a destacar é que, *o Decreto do CONAD ao se deter em resultados de "impacto" que sejam satisfatoriamente mensuráveis no cumprimento dos objetivos de proteção para o fomento e incentivo a programas de prevenção, parte de uma premissa baseada em evidências científicas que privilegiam as abordagens metodológicas quantitativas, que não são as mais adequadas para avaliar a qualidade dos dispositivos de atenção psicossocial ofertados à população usuária de álcool e outras drogas* (18).

Encontra-se em movimento entre os profissionais do campo de saúde mental, uma forte reação a essas alterações recentes procurando mobilizar e advertir os diferentes segmentos e órgãos da sociedade civil sobre os riscos implícitos nessas mudanças. Um primeiro efeito é que em 31 de janeiro de 2018, foi aprovado por unanimidade no Plenário da Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH) a recomendação número XX, de revogação da Resolução 32 e a Portaria 3588 de 2017 do Ministério da Saúde, que alterou a política de Saúde Mental e outras Drogas. A CNDH afirma a necessidade de amplo debate na sociedade brasileira e em outros conselhos antes de qualquer alteração. Não temos ainda base para calcular os efeitos dessa recomendação da CNDH mas demonstra que as portarias e decretos governamentais provocaram uma nova onda de mobilização política no campo da saúde mental.

Estamos num momento que convocam a debater a época em que vivemos, uma vez que várias ações que se resguardam sob o manto da ciência e seus procedimentos técnico-científicos, incidem em diferentes planos, seja na vida cotidiana de um sujeito ou de uma coletividade, a partir de uma série de imperativos, normas e recomendações sobre todos os aspectos da vida humana, e que imprimem uma normatização dos corpos em larga escala. São formas de tentar construir um homem sob medida e em conformação às exigências de uma sociedade sem dar

lugar ao sujeito e suas particularidades. Portanto, não se deve desconhecer que sob o significante "tratamento", "cuidado", podemos estar lidando com ações punitivas, pedagógicas, de readaptação social que desconsideram a dimensão pulsional do sujeito, amordaçando as soluções sinthomáticas singulares.

Ao analista cabe a defesa de uma prática que visa acolher e abordar justo o que no falante difere, excede e está desidentificado do Outro Social, sustentando uma posição ética que reafirma sua orientação pelo real do *sinthoma*.

Em que a psicanálise pode contribuir?

Em consonância com as advertências de Turato 2003, os psicanalistas têm tratado de verificar o esforço de Freud em delimitar epistemologicamente a psicanálise em relação a outros saberes, bem como identificar áreas de aplicação da Psicanálise.

Em um texto de 1913, "O interesse científico da psicanálise", Freud divide em dois grupos os saberes com os quais ele supõe que a psicanálise possa estar conectada: o campo da patologia no qual podemos vê-la aplicada à medicina, e à psiquiatria; e o campo das ciências não psicológicas, no qual pode-se situar a lingüística, filosofia, biologia, ontogênese, história da civilização, estética, sociologia, pedagogia.

Na conferência XXXIV, "Explicações, Aplicações e Orientações" Freud avança e individualiza campos para a aplicação da psicanálise dentre os quais situa as considerações sobre a infância, adolescência, educação, a violência, as toxicomanias, dentre tantas outras modalidades de apresentação do sofrimento psíquico tão familiares aos nossos dias. Temas com os quais os profissionais de diversos campos da *Psicologia da Saúde* estão confrontados em seu trabalho diário, diante dos quais é impossível não reconhecer a atualidade desta reflexão de Freud.

Chama atenção, entretanto, na Conferência XXXIV, das novas conferências introdutórias de Freud, um aspecto que me parece essencial para a avaliação das contribuições da Psicanálise à *Psicologia da Saúde* ao requerer a necessidade de se ampliar a noção de método analítico como método terapêutico, para a validação do método analítico como um método de investigação que pode se aplicar a diversas atividades não analíticas. Freud salienta que a psicanálise começou como uma terapia, mas não é por sua qualidade de terapia que ele gostaria de recomendá-la, mas sim, por seu conteúdo de verdade, pelos descobrimentos que ela propicia quanto ao que mais interessa ao homem, sobre seu ser, e pelas relações que se pode estabelecer com outras atividades, situando a terapia uma entre muitas atividades, embora seja a principal delas. Freud demonstra nesse texto reconhecer que "o valor terapêutico da psicanálise constitui uma espécie de credencial científica do novo campo de saber que poderá ser conectado utilmente com outros saberes".

É evidente, a psicanálise, sempre descrita como uma prática pouco comum e exigente passou a ter lugar em numerosas situações e outras maneiras de praticá-la, seja no contexto das instituições, seja face às demandas sociais contemporâneas diante das quais os psicanalistas que possuem inserção nas instituições públicas não podem se furtar. Seja nas pesquisas universitárias e em tantos outros procedimentos nos quais podemos verificar a expectativa de Freud de "dar à análise um objetivo social mais elevado que se encontre desvinculado das exigências sociais dominantes".

Como temos verificado na prática clínica contemporânea, as instabilidades produzidas pela economia globalizada nos grupos sociais, na empresa e na família fazem vacilar as identificações tendo como uma das consequências um chamado universal aos profissionais "psi", ao qual temos respondido com uma série de intervenções em vários setores da sociedade, oferecendo a psicanálise a muitos que não teriam acesso a ela não fosse o contexto institucional no qual estão inseridos. Assim, faz-se urgente a verificação da utilidade da psicanálise para a investigação de fenômenos que se apresentam a princípio com uma envoltura social. O mundo capitalista avançado, neoliberal, é comumente tomado como modo de vida unívoco. Nessa formatação, a toxicomania aparece, atualmente, como o grande inimigo e alvo de sucessivas políticas públicas que vão da liberalização do uso de drogas ao higienismo, sem nenhuma eficácia.

Freud (1930) já apontava a intoxicação como uma das saídas para o mal-estar, e, o que podemos apreender das relações com esse objeto na contemporaneidade poderíamos chamar de um "modo de funcionamento adicto", marcado por um "não posso me abster"e pela necessidade constante de "uma dose a mais" em relação a seu gozo, o que alguns autores do campo freudiano nomeiam, hoje, "toxicomania generalizada", tomando-a como paradigma dos modos de vida hipermodernos.

A "clínica do consumo", no campo freudiano, tem como correlato o desfalecimento do pai e o fortalecimento do super eu, impelindo ao mais gozar, ao mesmo tempo em que se verifica uma diminuição da culpa inscrevendo um deslocamento da angústia à depressão como modos de encontrar o sujeito às voltas da natureza paradoxal da satisfação pulsional e o "não há relação", tal qual postulou Lacan, em Televisão.

Lacan começa seu ensino privilegiando o imaginário, depois o simbólico, e por fim, promove um giro em seu último ensino em direção ao registro do real. Podemos supor que se antes procurou um elemento fixo e constante do sintoma na abordagem do objeto *a* e a significação a ele anexada no enquadre da fantasia, a ênfase é dada no final de seu ensino ao S1, significante primeiro que designa uma experiência de gozo fundadora do acontecimento de corpo, um corpo que se goza.

A afirmação de Lacan, Há o Um, independente da fala e da linguagem e seu efeito no corpo, o gozo, está em consonância com o que Freud havia constatado acerca da fixação. A raiz aditiva da pulsão se situa nesse Um sozinho. O gozo repetitivo que se diz da adição passando pelo viés do significante separado da significação, pode ser designado como um autogozo, em que a função do Outro do S1 é o próprio corpo. A insistência e reiteração do Um não se confundem com a repetição equivalente à insistência e retorno dos signos comandados pelo princípio do prazer. Portanto, não estamos no plano da repetição concebida como *automaton,* ou seja, o objeto perdido ativando permanentemente a simbolização da ausência pela via da permutação significante. A repetição do Um é correlata à repetição como *tiché,* o real inassimilável do trauma. Estamos às voltas com a "repetição do modo de gozo solidário de um real insano".

O conceito de fixação é relançado por referência ao acontecimento de corpo em lugar do trajeto da pulsão em torno do objeto perdido. A indexação do gozo do Um como acontecimento de corpo promove um novo estatuto do sintoma no qual prevalece então, a disjunção do significante e do significado, a disjunção do gozo e do Outro e o caráter contingente, aleatório e sem sentido do encontro do significante e o gozo.

Na atualidade constata-se que tudo pode transformar-se em objeto de gozo e a relação dos sujeitos com os objetos torna-se uma relação aditiva, como uma espécie de efeito colateral do funcionamento da pulsão e suas fixações. Em lugar da escolha de um objeto articulado ao quadro de realidade erótica representada pela fantasia e seu valor de linguagem, o que se destaca é a prevalência da oferta dos objetos prontos para gozar e o gozo autista, gozo do UM sozinho.

"A psicanálise muda. Não é um desejo, mas um fato". afirmou Miller (2014) ao privilegiar, naquele momento, o tema da imagem e das mutações do imaginário, tendo em vista a trilogia lacaniana, Simbólico, Real e Imaginário, acompanhadas, respectivamente da menção cronológica: «no século XXI», anunciando que estamos atentos às mudanças que testemunhamos no cotidiano da prática psicanalítica.

"(...) A substituição do inconsciente freudiano pelo falasser lacaniano, fixa um lampejo. Proponho tomá-la como índice do que muda na psicanálise no século XXI, quando ela deve levar em conta *outra* ordem simbólica e *outro* real diferentes daqueles sobre os quais ela se estabelecera" (Miller, op. Cit.)

Foi nesse contexto, que no Editorial de "*La Cause du Desir"* n.88 (Brousse, 2015), definiu as "adições", no espectro do campo das toxicomanias, como um campo político que deve ser estudado para colocar à prova, para além das drogas ilegais e à luz da orientação lacaniana, a generalização do termo adição, o enxame de objetos e as práticas concernentes a esse campo.

Se "o inconsciente é a política", talvez, essa seja a orientação que para os pasicanalistas no contexto do uso dos objetos que empurram para uma "cultura toxicômana", não apenas para dizer do que é "novo", mas para a construção de respostas para as possibilidades de se ligar o gozo autista do Um sozinho, se é possível que o façamos entrar, por assim dizer, no campo freudiano, encontrando a palavra agalmática que perfure sua consistência, lá onde todas as tentativas de tratamento desse gozo por outras vias, fracassam.

Notas:

(1) http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/drogas/index.html
(2) http://www.drogasedemocracia.org/Destaques.asp?IdRegistro=7
(3) http://www.institutopsicanalise-mg.com.br/psicanalise/almanaque/almanaque.htm
(4) http://www.institutopsicanalise-mg.com.br/psicanalise/almanaque/almanaque.htm
(5) http://jornadaebpmg.blogspot.com.br/2012/05/ddito-2.html
(6) http://jornadaebpmg.blogspot.com.br/2012/05/ddito-2.html

(7) Neste momento específico, tratou-se, na França, de um projeto de lei que visa impedir que os psicanalistas atendam aos casos de autismo, sob a alegação de que o método psicanalítico não é apropriado ao tratamento daqueles que supostamente são diagnosticados como tal. O debate sobre este tema pode ser acompanhado em http://www.lacanquotidien.fr/blog/

(8) Texto apresentado no Núcleo de Toxicomania do Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais. Belo Horizonte, abril de 2017 e publicado em http://almanaquepsicanalise.com.br/os-filhos-dos-toxicomanos/, recuperado em 11 de fevereiro de 2017.

(9) https://dequemeestebebe.wordpress.com/2017/08/29/propostas-aprovadas-na-14a-conferencia-municipal-de-saude-de-belo-horizonte/recuperado em 11 de fevereiro de 2017.

(10)http://almanaquepsicanalise.com.br/uma-politica-para-alcool-e-drogas-como-podemos-contribuir/, recuperado em 11 de fevereiro de 2018.

(11) http://almanaquepsicanalise.com.br/no-meio-de-todo-caminho-sempre-havera-uma-pedra/, recuperado em 11 de fevereiro de 2018.

(12) Martins Tinoco, Viviane - Doutora em Teoria Psicanalítica pela UFRJ. Coordenadora Adjunta do PROJAD-IPUB/UFRJ.

(13) _____idem

(14) Maron, G., Texto sobre "Internações Involuntárias", publicado no Boletim Um por Um, 2013

(15) Tinoco, V., op.cit.

(16) Tinoco, V., op.cit.

(17) Dados fornecidos pela Coordenação de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.

(18) Tinoco, V.,op.cit.

Bibliografia

Baudrillard, Jean., *A Sociedade de Consumo*. Elfos Editora, Rio de Janeiro, Lisboa: Edições 70, 1995.

Beneti, A., "O laço social intoxicado". In: *Correio* – Revista da Escola Brasileira de Psicanálise, nº 68. 2011, p.57.

Beneti, A., Todos adictos: a farmácia da vida cotidiana contemporânea. @DDito: Boletim da XVII Jornada da Escola Brasileira de Psicanálise de Minas Gerais. 2012. Disponível em: <http://jornadaebpmg.blogspot.com/ 2012_09_01_archive.html>. Acesso em 05 jul. 2015.

Boletim Do Cebrid, UFSP, São Paulo, 2006.

BRASIL. Código de Processo Penal. Coord. Maurício Antônio Ribeiro Lopes, 4ª ed. atual e ampliada. Revista dos Tribunais, São Paulo, 1999. (Legislação Brasileira).

do Saber)

École De La Cause Freudienne, La cause du désir. France, nº. 88, nov. 2015. Disponível em: Canguilhem, G., *Escritos sobre a medicina*. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 2005. (Fundamentos http://www.causefreudienne.net/la-cause-du-desir-n88/. Acesso em 07 jul. 2015.

Escohotado, A., *Historia elemental de las drogas*. Editora Anagrama, Barcelona, 1996. (Colección Argumentos).

Freda, H., "Da droga ao inconsciente". In: *Anais da IX Jornada do Centro Mineiro de Toxicomania: Subversão do sujeito na clínica das toxicomanias*, FHEMIG, Belo Horizonte, 1996.

Freda, H., Pontuação no seminário "O Outro que não existe e seus comitês de ética", de 02 de abril de 1997. Publicada em Miller, Jacques Alain *El partenaire-síntoma – Los cursos psicoanalíticos de Jacques-Alain Miller*, Paidós, Buenos Aires, 2008.

Freud, S., "O interesse científico da psicanálise" (1913). IN: *Edição standard das obras completas de Sigmund Freud*. Imago, Rio de Janeiro, 1988. (Edição *Standard* Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud).

Freud, S., Conferência XXXIV, Explicações, Aplicações e Orientações (1932-36), IN: *Edição standard das obras completas de Sigmund Freud*, Imago, Rio de Janeiro, 1988. (Edição *Standard* Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud).

Freud, S., "O Mal-estar na Civilização" (1938). IN: *Edição standard das obras completas de Sigmund Freud*, Imago, Rio de Janeiro, 1988. (Edição *Standard* Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 7).

Henschel, C., "Toxidade no Contemporâneo", (2011), In: *Correio* – Revista da Escola Brasileira de Psicanálise, nº 69. EBP, São Paulo, pp. 43-46.

Lacan, J., "Radiofonia*",* (1970), *Outros escritos*, Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro, 2003. pp. 403-447.

Lacan, J., Intervenção por ocasião da sessão de encerramento das "Jornadas de Cartéis" da EFP em 1975. Lettre de L'Ecole Freudienne de Paris, nº. 18

Lacan, J., *O Seminário, Livro 16,* "De um Outro ao outro" (1968-1969), Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro, 2008. (Coleção Campo Freudiano do Brasil)

Lacan, J., *O Seminário, Livro 21*,"Les non-dupes errent" (seminário inédito/mimeo)

Lacan, J., *O Seminário, Livro 23, O Sinthoma* (1975-1976), Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2005.

Laurent, E., O Tratamento das escolhas forçadas da pulsão. Entrevista com Eric Laurent concedida à coordenação da XVII Jornada EBP-MG, por ocasião do VIII Congresso da AMP - Buenos Aires, em 24 de abril de 2012. Disponível em http://jornadaebpmg.blogspot.com.br/2012/05/ddito-2.html?m=1

Laurent, E., "La ciencia es hoy el principio de la autoridad", (2011). Entrevista dada a Pablo de Chacón para a Revista de Cultura Ñ, em 13/12/2011. Buenos Aires: Clarín.com. Disponível em: http://www.revistaenie.clarin.com/ideas/psicologia/Entrevista_Eric_Laurent_0_608339382.html

Laurent, E., "A instituição, a regra e o particular". In: *Correio*, n. 15, out./nov. 1996. (Publicação da Escola Brasileira de Psicanálise / AMP).

Laurent, E., "Estado, Sociedade e Psicanálise". In: *Opção Lacaniana – Revista Brasileira Internacional de Psicanálise* n. 11. nov. 1994 (Publicação da Escola Brasileira de Psicanálise / AMP).

Laurent, E., "O delírio de normalidade" (2008). In: Vieira, M. A., e Mandil, R. (orgs.). *A clínica analítica hoje: o sintoma e o laço social*. IV Encontro Americano de Psicanálise Aplicada da Orientação Lacaniana, Grama Ediciones, Buenos Aires, 2009, pp. 23-33.

Laurent, E., "*O objeto* a *pivô da experiência analítica"*. In: *Opção Lacaniana – Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*. Eolia, São Paulo, nº 49, Agosto 2007.

Laurent, E., "Três observaciones sobre la toxicomanía". In: Sinatra, E. S. ; Sillitti, D. ; Tarrab, M. (comp.), *Sujeto, goce y modernidad: los fundamentos de la clínica*. Atuel - TyA, Buenos Aires, 1994 (II).

Laurent, E., Conferência. In: Sinatra, E.S., Sillitti, D., Tarrab, M. (comp.). *Del hacer al decir: la clínica de la toxicomanía y el alcoholismo*. Atuel - TyA, Buenos Aires, 1998 (IV).

Laurent, E., et al. "O lugar da Psicanálise nas Instituições" In: *Anais do Primeiro Congresso da Associação Mundial de Psicanálise*. EBP, 1998. (Relatório das Escolas - Ed.: Ana Lydia Santiago e Jésus Santiago).

Laurent, E., *Loucuras, sintomas e fantasias na vida cotidiana*. Scriptum Editora, Belo Horizonte, 2011.

Maleval, J. C., "Limites e perigos dos manuais diagnósticos e estatísticos de transtornos mentais (DSMs)" In *Revista de Psicologia Plural* nº. 31. Faculdade De Ciências Humanas, Sociais E Da Saúde Fumec Ano XIX jan./jun. – 2010.

Maron, G., "A dimensão aditiva do sintoma". *Opção Lacaniana on line* nova série. Ano 3, nº. 7, mar. 2012. Disponível em: <http://www.opcao-lacaniana.com.br/pdf/numero_7/A_dimensao_aditiva_sintoma.pdf>. Acesso em 05 jul. 2015.

Miller, J.-A., (2010-2011). "Curso de orientação lacaniana III, 13: L´être etl`Un". Inédito.

Miller, J.-A., *El ultimíssimo Lacan*, Paidós, Buenos Aires, 2014, pp.107-108.

Miller, J.-A., et all. Você quer mesmo ser avaliado? Entrevistas sobre uma máquina de impostura. Barueri, SP. 2006. (Série Lacaniana)

Miller, J.-A., "El Otro que no existe y sus comités de ética" - *Los cursos psicoanalíticos de Jacques-Alain Miller*. Aula de 02 de abril de 1997, Paidós, Buenos Aires, 2005b.

Miller, J.-A., "La pulsión es palabra", en El lenguage aparato del goce, Coleccion Diva, Buenos Aires, 2000.

Miller, J.-A., "O sintoma como aparelho". In: *O sintoma-charlatão*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1998.

Miller, J.-A., "Os objetos a na experiência analítica", *Opção Lacaniana – Revista Brasileira Internacional de Psicanálise* nº.46, p.32, Outubro de 2006.

Miller, J.-A., "Para una investigación sobre el goce autoerótico" In: Sinatra, E.S., Sillitti, D., Tarrab, M. (comp.), *Sujeto, Goce y Modernidad*, Ed. Atuel - TyA, Buenos Aires, 1993, página 18. (Também publicado em Analytica N°57, Navarin Editeur).

Miller, J.-A., "Peças Avulsas", In *Opção Lacaniana – Revista Brasileira Internacional de Psicanálise* nº.44, Novembro de 2005a.

Miller, J.-A., "São os acasos que nos fazem ir a torto e a direito". In: *Opção Lacaniana – Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*, nº 55. Edições Eolia, São Paulo, 2009, pp. 29-32.

Miller, J.-A., "Uma fantasia", In: *Opção Lacaniana – Revista Brasileira Internacional de Psicanálise* n.º 42. Eólia, São Paulo, pp 7-91, maio de 2005c.

Miller, J.-A., Curso da Orientação Lacaniana "Coisas de Fineza em Psicanálise". (mimeo para uso interno do Seminário de Orientação Lacaniana, Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas Gerais).

Miller, J.-A.,. e Laurent, E., "Seminário El Otro que no existe y sus Comité de ética". Clase Miércoles 2-4-97. (mimeo para uso interno do Seminário de Orientação Lacaniana, Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas Gerais).

Miller, J.-A., *Esforço de Poesia*, Lição 17 do Seminário de Orientação Lacaniana do dia 21 de maio de 2002 –, (mimeo para uso interno do Seminário de Orientação Lacaniana, Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas Gerais).

Miller, J.-A., Orientation Lacanienne III, 10: Tout le monde est fou. Paris, 2007-2008, lições XVI, XVII, XVIII. (mimeo para uso interno do Seminário de Orientação Lacaniana, Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas Gerais).

Miller, J.-A., O inconsciente e o corpo falante (2014) in *Silicet O corpo Falante*, 2016.

Naparstek, F. "Adicção", (2011), In: *Scilicet - A Ordem Simbólica no Século XXI*. Associação Mundial de Psicanálise e Scriptum Livros, Belo Horizonte, p. 20.

Nepomiachi, R. "Acerca de Três Proposições sobre a Toxicomania" In PHARMACON 4/5. TYA. s/ed, s/d.

Neto, S., Pesquisa realizada pelo Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Newton Paiva pela graduanda em Psicologia Simone Maria das Graças Neto, sob orientação de Lilany Vieira Pacheco. 1999/2000. (Anais de Iniciação Científica do Unicentro Newton Paiva).

Oliveira, J., (org.). Brasil: tóxicos. 3.ed, Saraiva, São Paulo, 1990. (Série legislação brasileira).

Organização Mundial De Saúde – Classificação dos transtornos mentais e de comportamento da CID 10 – descrições clínicas e diagnósticas. Tradução de Dorgival Caetano. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

Pacheco, L.V., "Não pense, acredite e faça": sobre as estratégias de construção da subjetividade nos Alcoólicos Anônimos. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte,1998 (Dissertação, Mestrado em Psicologia Social).

Pacheco, L.V., Análise dos Programas de Atenção à Toxicomania de Belo Horizonte Iniciação Científica Newton Paiva 1999/ organizado por Astréia Soares. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva, abr. 2001.

Pesquisa relatada por Bárbara M. Soares e Fabíola Rohden com o título *As Melhores Intenções*: análise dos programas de prevenção e recuperação da dependência química - Série Textos de Pesquisa - ISER - 12/1994.

Pontuação de Hugo Freda no seminário "*O Outro que não existe e seus comitês de ética*", de 02 de abril de 1997.

Santiago, Jésus. *A droga do toxicômano: uma parceria cínica na era da ciência*. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 2001 (Campo Freudiano do Brasil).

Sillitti, D., et alli. «φ°». In: Sinatra, E.S., Sillitti, D., Tarrab, M. (comp.). *Sujeto, goce y modernidad: los fundamentos de la clínica*. (Nova Série), Edciones Plural - TyA, Bolívia, 1998.

Sinatra, E. *¿Todo sobre las drogas?: La Toxicomanía generalizada.* Grama Ediciones, Buenos Aires 2010, pp. 17-92.

Sinatra, E. S., A identificaciones líquidas, adicciones sólidas. Virtualia, Buenos Aires, nº. 29, nov. 2014. Disponível em: <http://virtualia.eol.org.ar/029/template.asp?Consecuencias-de-la-ultima-ensenanza/A-identificaciones-liquidas-adicciones-solidas.html>. Acesso em: 25 mai. 2015.

Soares, B.M., e Rohden, F., *As Melhores Intenções*: análise dos programas de prevenção e recuperação da dependência química - Série Textos de Pesquisa - ISER - 12/1994.

Soares, L. E., Singularidade, lei e gozo – Conferência de Luiz Eduardo Soares no V ENAPOL. In *Correio* n.70. Revista da Escola Brasileira de Psicanálise, 2011.

Tarrab, M., Mais além do consumo: Parte I – a maldição do sexo e a época. Curinga, Belo Horizonte, nº. 20, pp. 55-69, nov. 2004.

Tarrab, M., "Encrucijadas Estructurales" En José Barrionuevo (Compilador). *Drogadicción. Teoría* y Clínica, Editorial Gabas, Buenos Aires, 1996, pp. 51-58.

Turato, E.R., *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa:* construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas, Vozes, Petrópolis, 2003.

Viganó, C., "A clínica de Jacques Lacan em um centro para toxicômanos e alcoólicos". In: *Saúde Mental: Psiquiatria e Psicanálise*, Belo Horizonte, 1997.

Zaloszych, A., "Há Um". In: *Opção Lacaniana – Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*, nº 50. (2007), pp.178-179.

Transexualismo e travestismo a partir da perspectiva da psicanálise (1)

Autores: Patricio Álvarez, Alejandra Antuña, Paula Husni, Esteban Klainer, Viviana Mozzi, Débora Nitzcaner
EOL-AMP

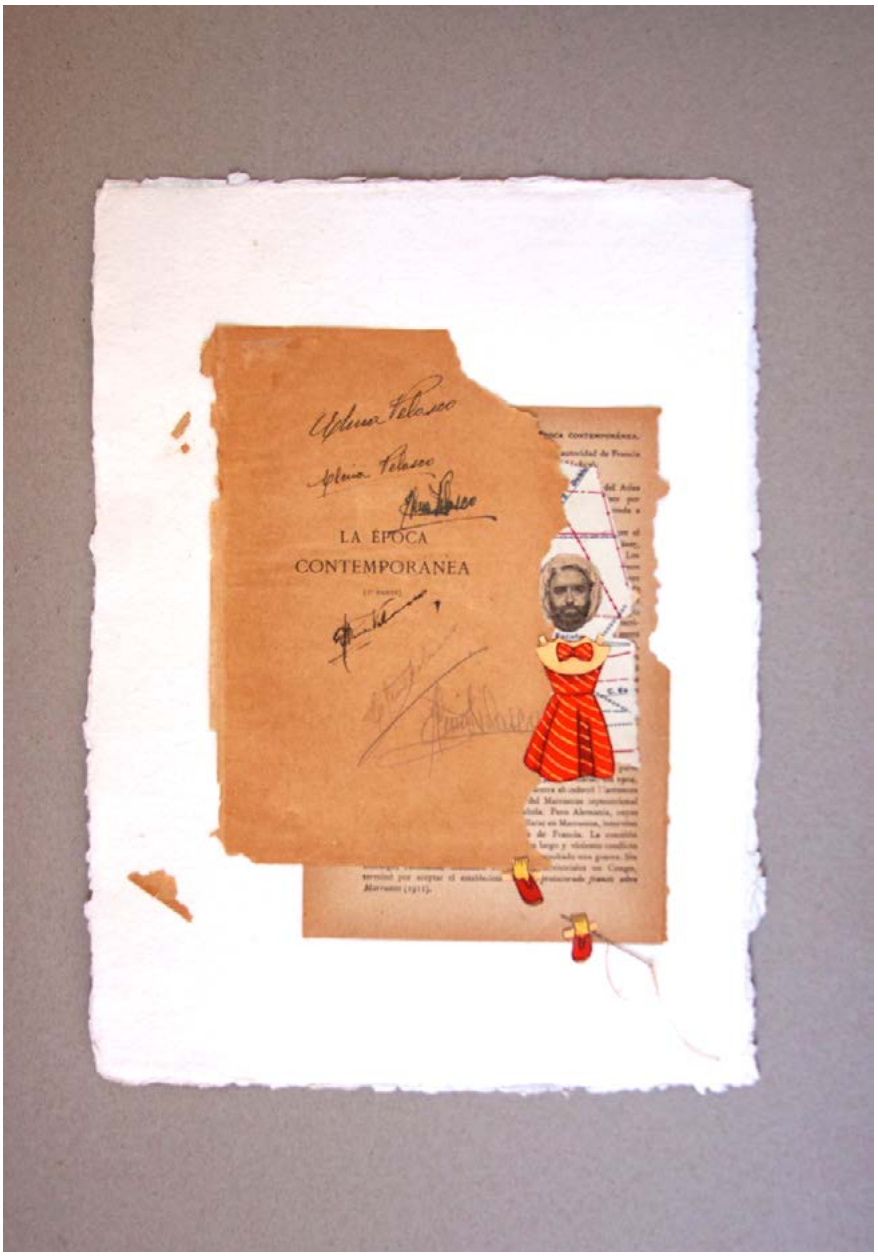
Observatório de Género e Biopolítica da Escola Una

Responsáveis: Patricio Álvarez, Alejandra Antuña, Paula Husni, Esteban Klainer, Viviana Mozzi, Débora Nitzcaner
EOL-AMP

História do gênero e do transgênero

O termo *gender* (gênero) surge em 1955 graças a John Money, psicólogo e médico neozelandês, emigrado dos EUA, especialista em sexologia e pesquisador da identidade sexual. Para ele, o termo "gênero" define o masculino e o feminino a partir do cultural, mais além das diferenças biológicas. Sua definição do rol de gênero é fenomenológica: é o que uma pessoa diz ou faz o que revela seu *status* como menina ou menino, mulher ou homem, e isso inclui os estereótipos de masculinidade e feminidade.

Posteriormente, Robert Stoller introduz a distinção sexo/gênero (*sex*/*gender*) buscando uma palavra que pudesse diagnosticar pessoas as quais, tendo um corpo de homem, sentiam-se mulher, introduzindo o conceito de "identidade de gênero". Em seu livro *Sexo e gênero*, de 1968, ele apresenta observações sobre casos de transexualismo, ou seja, sujeitos que, nascendo com os caracteres anatômicos de um sexo, manifestam o pertencimento ao sexo contrário. Daí a distinção entre "sexo", ligado a critérios biológicos, e "gênero", à convicção subjetiva de pertencimento. O gênero, então, pode ou não coincidir com o sexo biológico, como demonstram esses casos.



Alejandra Koreck. "Para Elena". Colagem feito à mão. Papel. EOL- AMP

Nos anos 70, o termo *gender* se estende nos textos do feminismo acadêmico anglo-saxão. Alcançada, nas sociedades ocidentais, a igualdade de homens e mulheres *de jure* (pela lei), a pesquisa feminista se adentra na análise das estruturas sociais. Como as desigualdades entre homens e mulheres não se podem explicar por uma mera diferença biológica, a pesquisa feminista recorre à oposição *sex*/*gender* como um instrumento de análise das relações entre os sexos, a fim de distinguir entre a biologia e o social. De uma maneira geral, pode-se dizer que esse termo, *gender*, será utilizado para tornar patente que os comportamentos, as atividades, os papéis e, em geral, o feminino e o masculino, são construções sociais/culturais (2).

A partir disso, podemos encontrar três posições: a primeira, sustenta que o gênero não pode ser pensado prescindindo da diferença sexual. A segunda, contrária à anterior, propõe o gênero como uma construção sociocultural independente da diferença sexual. O que ocorre é que, para o Ocidente judeu-cristão, a heterossexualidade é o princípio regulador da sexualidade, e isso conduz a pensar o gênero sobre uma base biológica. Os estudos etnográficos mostram uma multiplicidade de gêneros que não podem ser explicados por um modelo dualista. Esta multiplicidade e diversidade de gêneros leva a questionar a categoria mesma de gênero e abre a via da terceira posição. Trata-se da perspectiva desconstrutivista de Judith Butler, uma das referências teóricas do movimento *queer*.

Filósofa pós-estruturalista, Judith Butler dá um passo além na dicotomia que ainda se encontra nas origens das teorias de gênero. Uma de suas contribuições mais destacadas no campo do feminismo é sua teoria performativa do sexo e da sexualidade. O construcionismo social já situava o gênero como uma construção, i. e., os papéis de gênero ou as categorias feminino e masculino não são papéis naturais, mas sim construções sociais. Butler ultrapassa o gênero e afirma que o sexo e a sexualidade, longe de serem algo natural, são, como o gênero, algo construído. Chega a esta conclusão baseando-se nas teorias de Foucault, Freud e, sobretudo, de Lacan.

Critica o feminismo por naturalizar o sexo, por supô-lo como categoria biológica originária, pré-discursiva, quando ele também é produto de um dispositivo histórico- -cultural. O termo "dispositivo" é tomado de Michel Foucault em sua *História da sexualidade* (3) . Ali, ele afirma:

> O sexo, sem dúvida, não é senão um ponto ideal tornado necessário pelo dispositivo da sexualidade e seu funcionamento. [Para terminar concluindo uma política a respeito]: contra o dispositivo da sexualidade, o ponto de apoio do contra-ataque não deve ser o sexo-desejo, mas os corpos e os prazeres (4).

Então, para Butler, o sexo não pode ser pensado antes do gênero, mas é a partir do gênero que se pensa o sexo como natural. A identidade de gênero não é uma descrição da experiência,mas é um ideal regulatório e normativo, consiste em um conjunto de atos, gestos e desejos que dão a ideia de um núcleo interno, mas não é mais que um artifício e não tem estatuto ontológico, é somente uma ilusão discursiva para regular a sexualidade dentro do marco da heterossexualidade reprodutiva. O sujeito de Butler não é um indivíduo, mas uma estrutura linguística em formação.

Dado que a subjetividade não é um fato e já que o sujeito está sempre em um processo interminável de "devir", é possível repetir a sujeição em diferentes formas. Butler crê que a subjetividade é uma construção, e o fato de apegar-se a uma só identidade pode chegar a oprimir a identidade mesma, pelo que afirma sobre não ter necessidade de fixar uma identidade de uma vez por todas. A identidade de gênero se converte, assim, em um processo que nunca se resolve de maneira definitiva mais além de qualquer binarismo.

A perspectiva de Butler dá lugar a uma política que se desprende da *Teoria Queer*, a qual consiste em desnaturalizar os corpos e os sexos, e promover a paródia em relação às identidades de gênero, homem e mulher, para revelar o caráter artificial delas.

A *Teoria Queer*, movimento nascido nos EUA nos anos 60, parte do rechaço ao pensamento binário homem-mulher e questiona a identidade de gênero, propondo em seu lugar a ideia de transgênero, termo que acolhe uma multiplicidade de traços e modalidades as quais significam um rechaço ao ordenamento sexual estabelecido. Este último aponta a concepção de uma sociedade na qual seus membros se construam sem a dicotomia feminino-masculino. Acolhe gays, lésbicas, transexuais, travestis, andróginos, intersexo..., tudo aquilo que significa um rechaço aos ordenamentos sexuais estabelecidos.

Desse modo, se inicialmente a diferença sexo/gênero das teorias de gênero revolucionou as teorias biologistas, mesmo continuando com um binarismo, a teoria do transgênero multiplica a nomeação das identidades e as situa como não fixas.

Em relação a isso, Jacques-Alain Miller e Éric Laurent (5) tomam em consideração os postulados de Butler e as consequências de que ali se extraem. Mostram como esta crítica radical à noção de identidade reduz o processo de sexuação ao de identificação e como o que propõe Butler é ir mais além dela.

Por um lado, ao denunciar o caráter de artifício e de semblante de gênero, esta proposta é solidária com a afirmação lacaniana de que A mulher não existe, e isso conduz à lógica do um por um. Mas, por outro lado, a desconstrução dos semblantes supõe – diz Miller – uma versão do real, encontrado aqui no corpo e no gozo. Em

última instância, o ideal proposto é o de um sujeito desidentificado, definido unicamente pela sua prática de gozo, e como tal, a única nomeação válida será a proveniente do próprio sujeito e não a do campo do Outro (6).

O GÊNERO E O TRANSEXUALISMO A PARTIR DA PSICANÁLISE.

A formalização do transexualismo como entidade própria surge em 1950 com o Dr. Harry Benjamin, quem estabeleceu a diferença do transexual em relação ao travesti e ao homossexual. O transexual não obtém uma satisfação erótica do fato de se travestir e sempre se sente como alguém pertencente ao outro sexo. Rechaça seus órgãos genitais sem encontrar prazer neles, à diferença do travesti e do homossexual.

A partir da psicanálise, a conceitualização do gênero e, em particular, do transexualismo, pode se localizar a partir de três momentos: na obra de Freud, no primeiro ensino de Lacan, e em seu último ensino. Em Freud, a partir da lógica falo-castração. No primeiro Lacan, a partir do significante fálico e das identificações sexuais. No último Lacan, a partir da teoria da sexuação e dos nós.

Em 1916 (7), Freud insiste em recortar a noção "do sexual". A noção de sexualidade da época estava sujeita à genitalidade e à reprodução e Freud sustentava, já fazia uns quatro anos, que o sexual é um termo muito mais amplo. Colocar como sinônimos sexualidade e reprodução fecha o caminho para compreender a sexualidade em seus diversos modos de expressão. Em "A organização genital infantil" e "A dissolução do Complexo de Édipo" se lê o giro dado por Freud com relação à sexualidade, produzindo uma interpolação à teoria da sexualidade desenvolvida nos "Três ensaios..." e trabalhada em 1916.

A partir dos complexos de Édipo e de castração freudianos, não se vai tratar do primado genital como ficou proposto em 1916, mas sim o primado fálico permitirá fazer a equação simbólica menino = pênis = falo, para a mãe, sublinhando nessa equação que a mulher aparece em falta com relação ao homem, a partir do conceito de *Penisneid*, a inveja do pênis.

Aqui se propõe a lógica do ser e do ter e as complexidades das saídas femininas aos avatares dos complexos. Complexidades enquanto toda organização fica sob o primado do falo e da pregnância do órgão masculino.

Desse modo, a partir de 1923, Freud introduz, nos "Três ensaios", a sexualidade dos homens e das mulheres organizada ao redor do falo e da castração.

Há de se ter em conta que o falo – proposto nesses termos – não é o pênis na obra freudiana, senão a imagem pregnante da forma fálica, situado por Freud como símbolo da sociedade patriarcal, e presente em todas as culturas da antiguidade.

É assim que agrega aos desenvolvimentos libidinais o estado pré-genital no que não se pode falar ainda de masculino e feminino, mas de ativo-passivo; no estádio que segue, será genital masculino-castrado; e, por último, masculino-feminino, na eleição de objeto (8).

Os dois complexos, Édipo e castração, têm um conceito que os articula: o falo. A diferença sexual não se orienta pelo primado genital, mas pelo primado do falo, o qual remete à castração: uns têm, outros, não. O falo será o operador lógico da estrutura, deixando por fora a lógica do "desenvolvimento".

Um ano mais tarde, em "A dissolução do complexo de Édipo", Freud trabalha a articulação do complexo de castração e do complexo de Édipo em um menino e introduz algumas diferenças com relação às meninas.

Pode-se definir três grandes momentos na obra freudiana. Os desenvolvimentos em relação ao complexo de Édipo; o falo como operador estrutural que ordena as posições sexuadas e indicará, mais tarde, a dissimetria entre a posição masculina e a feminina; e, um terceiro momento, em que essa dissimetria se articula com o primeiro objeto de amor: a mãe.

Já nas teorias sexuais infantis, de 1905, Freud assinala o reconhecimento de um só órgão: desenvolvido no menino, e por se desenvolver, na menina. Teorias sexuais infantis que contrariam a percepção mesma e se colocam sobre um desconhecimento.

Depois, em "A organização genital infantil", retoma essa ignorância fundamental sobre o sexo feminino, já com o primado do falo, que articulará o complexo de Édipo com o de castração.

É no ano seguinte (9) quando as resoluções se apresentarão de modo diverso para os dois sexos: a ameaça de castração empurra o menino à saída do complexo de Édipo e permite à menina sua chegada. Na teorização que segue, cobra importância fundamental a fase pré-edípica da mulher com relação à mãe, a qual faz do complexo de Édipo uma formação secundária com relação a essa ligação pré-histórica. De fato, até sustenta que, nesse caso, já não será o Édipo

o núcleo das neuroses, mas é essa fase que deixa espaço para todas as fixações e pré-disposições posteriores.

Desse modo, nesses três momentos, Freud se detém na lógica do falo e da castração, e localiza distintos modos de passagem pelo Édipo e pela castração para o menino e para a menina.

Com relação ao transexualismo, se bem que Freud não o chamou assim por ser um termo posterior, já se ocupou do primeiro caso de transexualismo delirante que conhecemos, o do Presidente Schreber. De fato, a hipótese central da leitura do caso Schreber é a de sustentar a defesa contra a homossexualidade como a causa de sua psicose. Freud expõe que a fixação homossexual pertence ao estádio do narcisismo e, nessa medida, quando explode o conflito adulto, a libido faz uma regressão ao ponto de fixação narcisista, que é a pré-disposição patológica da paranoia, e, por essa razão, desencadeia-se a psicose. Desse modo, Freud propõe que o "fio vermelho", o qual atravessa os três tempos da psicose, é o do fracasso da defesa contra o desejo homossexual: o período prévio ao desencadeamento com a fantasia de que seria "bom ser uma mulher durante o coito"; logo após, no período psicótico, com o delírio de ser "uma puta" que os homens usariam e deixariam jogada; e o período de estabilização, com o delírio de ser "a mulher de Deus". Essa "mudança de mulher" que atravessa todo o delírio é a figuração do transexualismo delirante de Schreber.

Lacan retoma a conceitualização freudiana a partir do significante fálico e, mais adiante, da função fálica.

O primeiro ensino de Lacan dá ao gênero um lugar central a partir da localização de como se normatizam as identificações viris e femininas a partir da passagem pelo complexo de Édipo.

E dá também um lugar importante ao transexualismo, justamente porque dá conta do que falha quando o Édipo e suas consequências não se inscrevem no sujeito.

Lacan fala pela primeira vez sobre o transexualismo em 1957 no *Seminário 4*:

> Quem assiste a minha apresentação de pacientes poderá comprovar em um de nossos pacientes transexuais, que nos descreve o caráter verdadeiramente doloroso da difícil surpresa experimentada no dia que, pela primeira vez, viu sua irmã desnuda (10).

Como vemos, desde o início o transexualismo e a psicose têm alguma relação. Logo, em "De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose", define o chamado "gozo transexualista" do presidente Schreber, o qual consiste na prática de cultivar em seu corpo a voluptuosidade feminina:

> [...] Deus mesmo demanda encontrar a voluptuosidade com ele, e ameaça com a retirada de seus raios se ele se mostrar negligente no cultivo da voluptuosidade e não poder oferecer a Deus o demandado [...] (11).
>
> Desde então, escrevi em minha bandeira, com plena consciência, o cultivo da feminidade (12).

Esse gozo transexualista é a solução encontrada por Schreber em relação a sua posição sexuada, a de não dispor do significante fálico.

O conceito "significante falo", ou falo simbólico, é definido por Lacan como o significante do desejo, e condensa sua leitura sobre toda a teorização de Freud acerca da dialética falo-castração, como ponto de ancoragem do modo de identificação, o qual permite a um homem, ou a uma mulher, considerarem-se como tais. Este significante fundamental é produto da efetividade da metáfora paterna, a qual, por sua vez, é o resultado da efetuação dos três tempos de Édipo, ao cabo dos quais, o neurótico resolve o enigma, o "x" do desejo da mãe, com a solução do significante falo, significante que permite uma identificação simbólica diferente para o menino – ter o falo – e a menina – ser o falo –, saindo do Édipo com "os títulos no bolso".

Todavia, esta metáfora paterna e sua solução nos três tempos são possíveis sob a condição de que haja um tempo zero, o da *Bejahung* do Nome-do-Pai. Se não há inscrição do Nome-do-Pai, tampouco haverá possibilidade de inscrição do significante falo, pois este se inscreve se se inscrever o outro.

Lacan descreverá as funções do falo em seu texto "A significação do falo". O significante falo tem cinco funções que permitem a um sujeito instalar-se em uma posição inconsciente:

- dar uma significação da posição sexual como homem ou mulher;
- dar uma significação do que se é enquanto pai ou mãe;

- dar uma significação da função a cumprir frente ao *partenaire* sexual;
- dar uma significação do que se é enquanto vivo ou morto; e
- organizar as significações com uma referência sexual, significar o gozo falicamente.

Tanto a neurose como a psicose se confrontam, em certo momento da conjuntura dramática, com os significantes freudianos não inscritos na estrutura: feminidade, morte e procriação. Essa confrontação é o que inicia o desencadeamento neurótico ou psicótico: Lacan compara em *As psicoses* como Schreber se confronta com o significante não inscrito na procriação, enquanto Dora se confronta com o da feminidade, e nos outros casos se produz o desencadeamento antes dessa confrontação. A diferença é que, primeiro, essa confrontação inicial ao chamado vão feito ao Nome-do-Pai e a resposta antecipada do delírio, enquanto, na segunda maneira, dado que está inscrito o Nome-do-Pai, a identificação viril – i. e., a significação fálica – permite-lhe uma mediação para se formular a pergunta da estrutura da neurose.

Contudo, na psicose, essas cinco funções dão as significações fundamentais ao nível do ser: homem ou mulher etc., não se cumprem. Enquanto não houver inscrição do Nome-do-Pai, tampouco se inscreverá o significante fálico: há em seu lugar dois buracos foraclusivos, aos quais Lacan atribui os matemas de P_0 e Φ_0: um zero, um buraco, no lugar onde deveriam ter se inscrito esses significantes. O significante do Nome-do-Pai organiza as inscrições significantes, e o significante falo organiza as significações imaginárias, então a confrontação com os buracos P_0 e Φ_0 produz a catástrofe simbólica e imaginária do desencadeamento.

Nesse tempo de seu ensino, Lacan coloca o acento no simbólico e no imaginário, mas também a catástrofe se produz no real: o efeito de P_0 e Φ_0 é que o gozo fica deslocalizado, ao não contar nem com o Nome-do-Pai – o qual não somente organiza as inscrições significantes, mas também tem a função de assegurar uma perda de gozo estrutural – nem com o significante falo – o qual não somente organiza as significações, mas também o gozo no corpo. Não há perda de gozo nem deslocalização do gozo no corpo, com o qual se trata de um gozo a mais, um gozo que irrompe sem localização possível. A forma tomada por esse gozo que irrompe são os fenômenos elementares, e, por essa razão, Lacan deu a esses fenômenos o nome de significantes no real, os quais, quando irrompem, desarmam as construções simbólico-imaginárias.

Em conclusão: em seu primeiro ensino, o significante fálico é o articulador central da conceitualização da posição sexual para Lacan, e permite localizar a posição da psicanálise com relação às teorias de gênero. O significante fálico localiza a posição viril e feminina como resultado da saída dos tempos de Édipo, e também seus outros modos possíveis de saída. Mas também se localiza em relação a sua inscrição ou sua foraclusão, do lado da neurose ou da psicose.

No *Seminário 18* (13*)*, Lacan recomenda a leitura do livro *Sexo e gênero*, de Stoller, elogiando-o, por um lado, pelo boa observação clínica dos casos ali apresentados, incluindo neles as coordenadas familiares, e criticando, por outro lado, pela sua construção teórica inoperante ao não levar em consideração o conceito de "foraclusão lacaniana". Desse modo, localiza a hipótese de uma relação entre o transexualismo e a foraclusão. Esta hipótese foi utilizada – em alguns casos de modo extremo, como se houvesse uma equivalência entre transexualismo e psicose – por diversos autores. Traz, ademais, para reafirmar que a sexualidade não tem correlato biológico e critica a noção de identidade de gênero, pois não há nada na experiência humana que permita definir o que é do homem e da mulher, a única coisa que demonstra essa noção é que os seres humanos se dividem em homens e mulheres. "A identificação sexual não consiste em se crer homem ou mulher, mas em levar em consideração que há mulheres, para o homem, e que há homens, para as mulheres" (14). Não se trata, então, de dois sexos como entidades isoladas. Não se devém sexuado pela identificação ao significante homem ou ao significante mulher, mas por levar em conta a diferença sexual. Esta diferença, a partir da teorização de Freud, dirime-se em termos da lógica fálica (falo-castração) já que não há inscrição do genital feminino no inconsciente.

No primeiro capítulo do seminário seguinte, *...ou pior*, Lacan retorna ao tema do transexualismo falando do "erro" de que padece o sujeito transexual: ter um corpo equivocado que não coincide com o sexo ao qual tem convicção de pertencer. Mas, qual é o erro? É o "erro comum", dirá Lacan, que consiste em interpretar a pequena diferença anatômica com critérios fálicos. É assim como se distinguem os seres falantes a partir da mais tenra idade. Não são eles, os pequenos, quem se distinguem, mas "se" os distingue. Eles, por sua vez e princípio, rechaçam essa distinção no que se conheceu em certas psicanálises como as fases infantis, terá de ver logo se eles consentem ou não a se inscreverem na função fálica. O transexual rechaça os critérios fálicos a partir dos quais se o distinguiu na distribuição sexual e sua paixão é a loucura de querer se liberar desse erro comum, o qual faz

com que a pequena diferença comande a diferença sexuada tornando-a "natural". O problema é quando ele quer se fazer reconhecer como homem ou mulher, a única maneira que tem de fazê-lo é modificando sua anatomia. "Seu único erro – disse Lacan – é querer forçar, mediante a cirurgia, o discurso sexual que, enquanto impossível, é a passagem ao real" (15).

No mesmo ano de 1972, no escrito "O Aturdito", Lacan coloca o conceito "empuxe à mulher" para localizar uma série de fenômenos muito frequentes na psicose que não se reduzem à clínica da alucinação e do delírio, nem foram descritos pela psiquiatria clássica. Remete-se, com esse conceito, a Schreber, remarcando aquilo que antes havia chamado "gozo transexual", mas o localizando a partir das fórmulas da sexuação.

Este é o segundo passo importante de Lacan em referência às posições sexuadas: localizar a sexuação como uma eleição de gozo, e não como havia feito no primeiro ensino, como uma eleição significante. Desde as fórmulas da sexuação, a posição sexual do lado homem ou do lado mulher se elege no nível do gozo, em função de como se inscreve um ou outro com relação à função fálica.

As fórmulas da sexuação têm também uma raiz freudiana na medida em que Lacan propõe um só significante em relação ao qual se inscreve o falo, mas, nessa época, já não o chama significante, mas função fálica, e coloca que esta implica uma escritura. A função fálica implica uma escritura de gozo, e cada sexo se inscreve de modo distinto.

O lado homem se inscreve em função de duas fórmulas: do todo e da exceção. O lado feminino se inscreve em função de não fazer exceção ao falo e da lógica do não todo. Do lado feminino, Lacan situa na medida em que o gozo não pode se inscrever segundo um todo fálico como para o homem, não se pode situar um universal das mulheres. Por isso, cria sua conhecida fórmula: "*A* mulher não existe", para localizar que não há um universal ao nível do gozo feminino.

Em relação a isso, o conceito de "empuxe *À* mulher" toma importância por contradizê-lo, e por se relacionar ao "erro" no qual cai o transexual.

Lacan apresenta, em "O Aturdito", o conceito de empuxe *À* mulher no seguinte parágrafo:

> Poderia aqui, ao desenvolver a inscrição que fiz, mediante uma função hiperbólica, da psicose de Schreber, demonstrar nele o que tem de sardônico o empuxe-*À*-mulher que se especifica com o primeiro quantificador: havendo precisado bem que é pela irrupção de *Um pai* como sem razão, precipita-se aqui o efeito experimentado como forçamento [...] (16).

Quebremos esse difícil parágrafo: primeiro, Lacan nos reenvia a sua análise da psicose de Schreber no esquema I de "De uma questão preliminar...", com sua função hiperbólica dupla, que situava em P_0 e Φ_0. O encontro com P_0 produz a irrupção de *Um pai* real, i. e., introduz o desencadeamento, mas aqui o chama forçamento: é o forçamento, o empuxe, *À* mulher. O Pai, aqui, é o primeiro quantificador das fórmulas. Desse modo, a lógica de "O Aturdito" é análoga à da "De uma questão preliminar...": como na psicose não há inscrição do Pai, i. e., não se inscreve a exceção, o sujeito não pode se posicionar em relação ao falo, como castrado. Quer dizer, seu gozo não é fálico porque não passa pela castração. E se seu gozo não é fálico, o gozo na psicose é um gozo sem regulação, deslocalizado.

A isso, Lacan denomina empuxe À mulher: sem o quantificador da castração, o gozo não está castrado, infinitiza-se.

Desse modo, sem exceção, não há possibilidade de se inscrever como homem fazendo do gozo um gozo fálico. Mas tampouco é possível se inscrever do lado de uma mulher, porque não se pode inscrever o gozo dentro de um não-todo gozo fálico porque não está inscrito.

Portanto, se não há medida do lado homem e não há castração do lado mulher, o empuxe é *À* mulher, sem barra. Lacan insiste várias vezes dizendo que *A* mulher não existe, mas nesse caso utiliza pela única vez o artigo "A", para sublinhar que somente no caso da psicose *A* mulher existe, com suas consequências devastadoras.

Então, havendo a ausência desse primeiro quantificador, produzem-se dois efeitos:

- A infinitização do gozo: a ausência da exceção do pai implica uma não quantificação, uma não limitação do gozo, e, portanto, o gozo se torna infinito e deslocalizado.

- A mulher: como produto da não inscrição da exceção paterna, o que funciona como empuxe é a inscrição

da exceção pela via da realização de um absoluto: o efeito foraclusão psicótico é um empuxe a realizar a existência d'*A* mulher. É um empuxe, então, a inscrever que *A* mulher existe, no lado direito das fórmulas. Por isso Lacan o remete ao feminino, no ponto onde o gozo não é regulado pelo falo, e, enquanto tal, é ilimitado. Mas à diferença da posição feminina, a qual se localiza em um mais além do gozo fálico, o empuxe *À* mulher se localiza em uma ausência de gozo fálico. É um empuxe a inscrever uma outra exceção, que não é a paterna, mas sim a d'*A* mulher.

Em conclusão: no nível do último ensino de Lacan, a questão do gênero se inscreve em termos de gozo. E a questão do transexualismo se localiza em relação à foraclusão, por um lado, e ao empuxe *À* mulher, por outro.

Por último, no seu livro *Extrasexo: ensaios sobre o transexualismo*, Catherine Millot, psicanalista francesa contemporânea, define o transexual como:

> [...] uma pessoa que solicita a modificação de seu corpo a fim de conformá-lo às aparências do sexo oposto, invocando a convicção de que sua verdadeira identidade sexual é contrária ao seu sexo biológico (17).

E acrescenta:

> [...] O transexualismo é atualmente a conjunção de uma convicção que não deve nada a ninguém e é uma demanda que se dirige ao outro. Tal demanda é nova, já que supõe uma oferta que a suscita, o que faz a ciência, pois sem cirurgião nem endocrinologista, não há transexual (18).

Biopolítica e psicanálise: a feminização do mundo.

Levando em consideração esses desenvolvimentos, e na medida em que os distintos países avançam nas leis de identidade de gênero, podemos considerar o transexualismo como um sintoma da época, na medida em que interroga o gênero e também as estruturas subjetivas.

Em "O inconsciente é político", Miller assentou as bases do que logo se chamou a feminização do mundo, assinalando uma modificação-chave na civilização. O sistema político clássico, sustentado a partir da exceção paterna, localizava o líder como o que funda um todos iguais. A queda desse sistema é correlativa ao declínio do Pai, que já não funciona como garantidor da exceção. Sua consequência é a tendência à lógica do não-todo, a qual tem as características do múltiplo, do ilimitado, do contingente e do deslocalizado. Conhecemos bem os efeitos da desregulação do gozo nos sintomas contemporâneos, seja sob as formas do consumo, da violência, das passagens ao ato etc.

Na medida em que a lógica falo-castração não distribui uma medida unívoca, observamos a multiplicação das formas de gênero. Como dissemos antes, nos anos 60, os estudos de gênero se rebelaram contra a norma heterossexual, mas essa lógica reafirmava a medida fálica ao negá-la. A partir dos anos 90, os estudos trans-gênero afirmavam a multiplicação – até agora em cinquenta e dois gêneros, em uma série que cada vez agrega novas nomes – e a não identidade – no sentido de que se pode ser, por um tempo, de um gênero e, depois, de outro.

Dissemos antes que Lacan se refere à identidade sexual em dois momentos de seu ensino: em relação à identidade sexual, e em relação à sexuação. Justamente, por efeito da época, observamos que a posição sexual é afetada em dois níveis: no das identificações sexuais dadas pela norma do Ideal do eu edípico, e no da escritura da sexuação. Ocorre assim que os sujeitos devem encontra como podem, e mediante soluções não estandardizadas, seus modos de inscrição e de regulação do gozo.

Este modelo, chamado por Miller de feminização do mundo, está tomado pela lógica de "O Aturdito" sobre o empuxe *À* mulher. Como vimos, na medida em que o quantificador da exceção paterna não se inscreve do lado do homem, produz-se um forçamento a inscrever do lado direito uma outra exceção, a exceção d'*A* mulher com maiúscula.

Embora Lacan o aplique somente aos fenômenos foraclusivos, esse empuxe *À* mulher conflui em nossa época com a feminização do mundo, como desenvolveu Laurent em Buenos Aires (19).

Nossa investigação, então, utiliza esses dois conceitos para pensar modos de efetuação da sexualidade não contemplados na lógica fálica. Podemos situar assim a problemática do gênero em um alcance que vai da fe-

minização, em sentido amplo, ao empuxe *À* mulher, em sentido restrito. Isso também nos permite considerar o transexualismo não necessariamente do lado da psicose.

Casuística

A casuística com que concordamos é de vinte casos em distintos momentos da redesignação de sexo, mas nos centraremos nos catorze que receberam tratamento psicanalítico. (20)

Meninos

Dos três meninos observados, dois são meninos originalmente, e uma menina. Os três casos são diagnosticados como psicose. Uma delas começa o tratamento aos 3 anos, e os outros dois aos 8 anos. Dois dos casos apresentam o que François Ansermet chama uma "certeza precoce", i. e., a certeza inicial de ser do outro sexo. Um deles não apresenta tal certeza, mas o fato de se apresentar como de outro sexo lhe permite, em uma solução instável, construir um corpo. Nos três casos se verifica que a redesignação do sexo simbólico os pacifica durante um tempo. Também se constata o decisivo papel do desejo materno, e se observa a posição localizada por Lacan como o "objeto condensador do gozo no fantasma materno". Um deles, de fato, surpreende a convicção materna de defender sua posição como menina quando aparece com a nova certeza de ser "uma sereia". Por último, verifica-se, durante o transcurso do tratamento, que o se apresentar como do outro sexo lhes permite armar um corpo.

Casos que implicam uma redesignação simbólica do sexo

Examinamos seis casos. Em todos eles, a redesignação do sexo é ou simbólica, pela via da troca de nome e de sexo no DNI (carteira de identidade), ou também implica a hormonização, mas sem recorrer, ainda, à via cirúrgica. Cinco são adolescentes ou jovens (14 a 25 anos), um é adulto. Verifica-se a psicose em cinco dos seis casos, e um deles, o qual apresenta também um hermafroditismo congênito, ainda está em discussão. Dos cinco casos de psicose, três deles são psicoses extraordinárias e dois são ordinárias. Em dois dos casos se constata uma insensibilização genital que evidencia a não fetichização do órgão, dizendo um deles: "é como se tocassem meu joelho", o rechaço ao órgão está presente. Em todos eles o trabalho de análise produz uma pacificação, e agregar a redesignação simbólica de seu sexo colabora com tal pacificação, logrando uma certa estabilização em cinco dos seis casos: em um, trabalhar com o significante "ser uma mulher melhor" o pacifica, em outra, as vozes injuriantes cedem quando consegue escrever no documento seu novo nome, em outra, respeitar uma certeza que avança pela via do feminizar-se também o pacifica, em outra, conseguir a posição de "uma mulher distinta" em sua relação com um homem produz uma localização. No quinto caso de psicose, o que não consegue se estabilizar, a proibição familiar a essa solução produz um surto esquizofrênico. Por último, no caso que ainda está em discussão o diagnóstico, o trabalho em relação a sua paternidade lhe permite inscrever-se como homem.

Casos que implicam uma redesignação cirúrgica do sexo

Examinamos três casos que não somente fizeram a redesignação simbólica do sexo, mas que chegaram também à intervenção cirúrgica. Em todos diagnosticamos uma psicose, duas delas ordinárias, e uma extraordinária. Em um dos casos, quando se instala a certeza, tenta resistir indo à academia ou deixando a barba crescer, mas logo cede e começa a redesignação de sexo.

É interessante marcar que nos três casos se verifica uma descompensação posterior à intervenção cirúrgica, à diferença dos anteriores onde houve uma pacificação. Verifica-se também que, antes da intervenção, o rechaço ao órgão, apesar de ser sofrido e incômodo, produzia uma localização de gozo, o que, com a intervenção, deslocaliza-se. Dois deles conseguem, mediante a análise, um trabalho sobre o feminino que lhes permite uma pacificação: uma consegue a partir de um trabalho que consiste em transformar as mulheres, e outra mediante a diferenciação entre uma mulher e uma mulher *trans*, junto ao trabalho em relação ao semblante.

Travestismo

Examinamos dois casos de travestismo nos quais se constatam diferenças. Um deles mostra uma alucinação infantil que o localiza como psicótico e ele se verifica em análise, enquanto o outro pode se localizar como uma perversão. No caso da psicose, a intervenção do analista em seu trabalho sobre o feminino produz uma pacifi-

cação, a partir do trabalho de "vestir-se de mulher para ser uma mulher lésbica". No caso da perversão, verifica-se uma diminuição libidinal no ponto onde o sujeito não pode se sustentar no olhar do Outro, o que a análise tenta pacificar. Verificamos a perversão em certas consequências da redesignação da castração: à diferença dos casos anteriores, o órgão está sumamente fetichizado como condição de gozo, e pode se situar o gozo que produz a perplexidade do Outro.

Conclusões gerais

Até aqui podemos concluir aquilo que o rastreamento clínico nos permitiu constatar uma vez mais, que, ao nos dirigir aos sintomas contemporâneos, encontramos ali tipos de sintomas sob um comum *sinthomático*: o determinante que supõe o encontro de um real com lalíngua, enquanto condição de gozo e modo de habitar de um sujeito e suas identificações.

A partir dessa perspectiva, enumerar os casos não significa armar um universal, mas se trata de poder situar um gozo particularizado a partir do discurso da psicanálise. É sob a experiência da transferência por onde podemos verificar que esse gozo toma corpo, singulariza-se.

Dos catorze casos, doze foram observados como psicose, um como perversão e outro como um diagnóstico ainda em discussão.

- Dos catorze, os homens que se redesignaram como mulheres são dez, e as mulheres redesignadas como homens são quatro.
- Três são crianças, seis são adolescentes ou jovens e cinco adultos.
- Dos doze casos de psicose, seis podem ser considerados psicoses extraordinárias, e seis ordinárias.
- A redesignação do sexo simbólico teve uma função pacificadora para nove dos que não se operaram. Um deles, quando se proibiu essa solução, descompensou-se. Em oposição a isso, para os três que, sim, se operaram, a intervenção cirúrgica teve uma função descompensatória.
- Nos doze casos de psicose verificada, constata-se que a imagem do sexo funciona como um intento de solução, às vezes logrado, às vezes falho. Mas os doze casos apelam ao mesmo, seja como certeza, identificação ou assíntota: a imagem do sexo lhes permite fazer um corpo.

Na maioria dos casos, pode-se verificar a pregnância do discurso sobre o gênero, prévio ao encontro com um analista e, em particular – em quase todos eles – se apresenta a cirurgia como promessa de alívio ao sofrimento de quem diz pertencer a um sexo ao que seu corpo não corresponde. Mais além de se essa se realiza ou não, se no transcurso do tratamento ganha ou perde consistência, a "solução" cirúrgica, universal e *prêt-à- -porter*, está ali presente.

Se a "feminização" do mundo implica a multiplicação das identificações sexuadas, o transexual como sintoma da época nos mostra como ela está fortemente marcada pelo discurso da ciência: rechaço do significante ao tratar o órgão como real, rechaço da dimensão subjetiva e do singular do processo de sexuação para cada um.

Chegar a essas conclusões nos permite interrogar sobre a partida que joga o analista de orientação lacaniana. Com esse ensinamento clínico, podemos afirmar que é tarefa de um psicanalista colocar em questão essas soluções prometidas pela civilização e acompanhar cada sujeito, faça uso ou não dessas técnicas, a encontrar um tratamento do gozo que lhe seja suportável a partir de suas marcas singulares, sustentado em um laço subjetivo possível, tal como fica demonstrado em vários dos casos aqui apresentados.

Buenos Aires, março de 2016

Agradecemos aos colegas: Patricio Álvarez, Clarisse Boechat, Silvina Bragagnolo, Alejandra Breglia, Paola Cornu, Andrea Cucagna, Victoria de la Fuente, Alejandra Guerra, Paula Husni, Mariana Santoni, Noelia Trivisonno e Néstor Yelatti, pelas suas colaborações clínicas.

Tradução: Gustavo Ramos.

Notas:

(1)Segundo informe do Observatório de gênero e biopolítica da Escola Una - Responsáveis: Patricio Álvarez (EOL), Paola Cornu (NEL), Blanca Musachi (EBP)

(2)O que Simone de Beauvoir expressou em 1949 com a frase: "A mulher não nasce, se torna".Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/transl_es/plataforma/pagina/celter/art1gender.htm

(3)Foucault, M. *Historia de la sexualidad*.

(4)Ibidem, pp. 188-191.

(5)Miller, J.-A., *Piezas sueltas*.

(6)Éric Laurent adiciona que "[...] contrariamente aos outros militantes da reivindicação das comunidades de gozo, esta autora está a favor da psicanálise. Mas apela a uma psicanálise que apontaria a um ideal pré-edípico, perverso polimorfo nos termos de Freud." Laurent, E., "Um nuevo amor por el padre", *Trans*formaciones. *Ley, diversidad, sexuación*, p. 189

(7)Freud, S., "Conferencias de introducción al psicoanálisis."

(8)Freud, S., "La organización genital infantil."

(9)Freud, S., "El sepultamento del complejo de Edipo."

(10)Lacan, J., "El Seminario, libro 4. La relación de objeto", p. 272.

(11)Freud, S., "Puntualizaciones psicoanalíticas sobre un caso de paranoia descrito autobiográficamente", p. 29.

(12)Ibidem, p. 32.

(13)Lacan, J., *El Seminario, libro 18. De un discurso que no fuera del semblante.*

(14)Ibidem, p. 33.

(15)Lacan, J., *El Seminario, libro 19. ...o peor*, p. 17.

(16)Lacan, J., "El atolondradicho", p. 490.

(17)Millot, C., *Ensexo. Ensayos sobre el transexualismo*, p. 14.

(18)Ibidem.

(19)Laurent, E., "El orden simbólico em el siglo XXI. No es más lo que era. ¡Qué consecuencias para la cura?", p. 6.

(20) A resenha dos casos está no apéndice, página 23. Se, por razões de publicação na internet, decidirem não publicar, podem consultar pedindo os casos via e-mail.

Bibliografia:

AA. VV., *Colofón* n. 22, *Clínica de la sexuación y (no) clínica del género*, Boletín de la Federación Internacional de Bibliotecas del Campo Freudiano, novembro de 2002.

AA. VV., *Trans*formaciones. *Ley, diversidad, sexuación*, Torres, M., Schnitzer, G., Antuña, A., Peidro, S. (Comp.), Bs. As., Grama, 2013.

Álvarez Bayón, P., Antuña, A., Klainer,E., Husni, P., Mozzi, V., Nitzcaner, D., (2015) *Primer informe sobre la Ley de Identidad de Género en Argentina*, AMP/WAP

Asociación Mundial de Psicoanálisis [On line], 2005. Disponível em: http://www.wapol.org/es/articulos/Template.asp?intTipoPagina=4&intPublicacion=13&intEdicon=9&intIdiomaPublicacion=1&intArticulo=2753&intIdiomaArticulo=

Allouch, J., *La Sombra de tu perro. Discurso psicoanalítico. Discurso lesbiano*, Bs. As., El cuenco del plata, 2004.

Barros, M. *La condición femenina*, Bs. As., Grama, 2011.

Ansermet, F., "Identidad sexual", *Scilicet: El cuerpo hablante. Sobre el inconsciente en el siglo XXI*, Bs. As., Grama, 2015.

Antuña, A., "Transformaciones en el Otro social. Sexuación y filiación". In: *Virtualia*, Revista digital de la EOL [On line], julio 2014. Disponível em: http://virtualia.eol.org.ar/028/template.asp?Sexo-y-epoca/Transformaciones-en-el-Otro-social.html

Brodsky, G., "La clínica femenina", *Clínica de la sexuación*, NEL-Bogotá, Bogotá, 2004.

Butler, J., *Deshacer el género*, Bs. As., Paidós, 2010.

Butler, J., *El género en disputa*, Bs. As., Paidós, 2010.

Butler, J., *Cuerpos que importan. Sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"*, Bs. As., Paidós, 2005.

Butler, J., *Lenguaje, poder e identidad*, Madrid, Síntesis, 2004.

Fernández, J., *Cuerpos desobedientes. Travestismo e identidad de género*, Bs. As., Edhasa, 2004.

Freud, S., (1895). "Nuevas puntualizaciones sobre las neuropsicosis de defensa". *Obras completas*, tomo III, Buenos Aires, Amorrortu editores, 1986.

Freud, S., (1905). "Tres ensayos de teoría sexual". *Obras completas*, Vol. n. VII, Bs. As. Amorrortu editores, 1990.

Freud, S., (1908). "La moral sexual «cultural» y la nerviosidad moderna". *Obras completas*, Vol. n. IX, Bs. As., Amorrortu editores, 1989.

Freud, S., (1908). "Las fantasías histéricas y su relación con la bisexualidad". *Obras completas*, Vol. n. IX, Bs. As., Amorrortu editores, 1989.

Freud, S., (1910). "Sobre un tipo particular de elección de objeto en el hombre". *Obras completas*, Vol. n. XI, Buenos Aires: Amorrortu editores, 1988.

Freud, S., (1911 [1910]). "Puntualizaciones psicoanalíticas sobre un caso de paranoia descrito autobiográficamente". *Obras completas*, Vol. n. XII, Bs. As., Amorrortu editores, 1986.

Freud, S., (1912). “Sobre la más generalizada degradación de la vida erótica”. *Obras completas*, Vol. n. XI, Bs. As. Amorrortu editores, 1988.
Freud, S., (1918 [1917]). “El tabú de la virginidad”. *Obras completas*, Vol. n. XI, Bs. As., Amorrortu editores, 1988.
Freud, S., (1919). “«Pegan a un niño». Contribución al conocimiento de las génesis de Las perversiones sexuales”. *Obras completas*, Vol. n. XVII, Bs. As., Amorrortu editores, 1990.
Freud, S., (1920). “Sobre la psicogénesis de un caso de homosexualidad femenina”. *Obras completas*, Vol. n. XVIII, Bs. As., Amorrortu editores, 1990.
Freud, S., (1923). “La organización genital infantil”. *Obras completas*, Vol. n. XIX, Bs. As. Amorrortu editores, 1990.
Freud, S., (1924). “El problema económico del masoquismo”. *Obras completas,* Vol. n. XIX, Bs. As., Amorrortu editores, 1990.
Freud, S., (1924). “El sepultamiento del complejo de Edipo”. *Obras completas*, Vol. n. XIX, Bs. As., Amorrortu editores, 1990.
Freud, S., (1925). “Algunas consecuencias psíquicas de la diferencia anatómica entre los sexos”. *Obras completas*, Vol. n. XIX, Bs. As., Amorrortu editores, 1990.
Freud, S., (1927). “Fetichismo”. *Obras completas*, Vol. n. XXI, Bs. As., Amorrortu editores, 1990.
Freud, S., (1930 [1929]). “El malestar en la cultura”. *Obras completas*, Vol. n. XXI, Bs. As., Amorrortu editores, 1990.
Freud, S., (1933 [1932]). “Nuevas conferencias de introducción al psicoanálisis”. “33ª conferencia. La feminidad”. *Obras completas*, Vol. n. XXII, Bs. As., Amorrortu editores, 1998.
Foucault, M., *Historia de la sexualidad*, Madrid, Siglo veintiuno, 1977.
Godoy, C., (2008). “Psicosis y sexuación”, *Revista Ancla* n. 2, Bs. As., Grama, 2008.
Godoy, C., “Bisexualidad”. En *Scilicet: El orden simbólico en el siglo XXI*, Bs. As., Grama, 2012.
Helien, A., Piotto, A., *Cuerpos equivocados. Hacia la comprensión de la diversidad sexual*, Bs. As., Paidós, 2012.
Kraepelin, E., “Paranoia” (Lección 15). En *Introducción a la clínica psiquiátrica*, Madrid: Sánchez Calleja, 1905.
Lacan, J., (1951). “Intervención sobre la transferencia”, *Escritos 1*, Bs. As., Siglo veintiuno, 1985.
Lacan, J., (1953). “El mito individual del neurótico”, *Intervenciones y textos 1*, Bs. As., Manantial, 1985.
Lacan, J., (1953). “Función y campo de la palabra y del lenguaje en psicoanálisis”, *Escritos 1*, Bs. As., Siglo veintiuno, 1977.
Lacan, J., (1958) “De una cuestión preliminar a todo tratamiento posible de la psicosis”, *Escritos 2*, Bs. As., Siglo veintiuno, 1987.
Lacan, J., (1958) “La significación del falo”, *Escritos 2*, Bs. As., Siglo veintiuno, 1987.
Lacan, J., (1958) “Los complejos familiares en la formación del individuo”, *Otros escritos*, Bs. As., Paidós, 2002.
Lacan, J., (1955-1956). *El Seminario, libro 3. Las psicosis*. Bs. As., Paidós, 1991.
Lacan, J., (1956-1957). *El Seminario, libro 4. La relación de objeto*. Bs. As., Paidós, 2002.
Lacan, J., (1957-1958). *El Seminario, libro 5. Las formaciones del inconsciente,* Paidós, Bs. As., 2005.
Lacan, J., (1958). “La significación del falo”. En *Escritos s,* México: Siglo veintiuno, 2008, 653-662.
Lacan, J., (1960). “Ideas directivas para un congreso sobre la sexualidad femenina”, *Escritos 2*, México: Siglo veintiuno, 2008, 689-702.
Lacan, J., (1971). *El seminario, libro 18. De un discurso que no fuera del semblante*, Bs. As., Paidós, 2009.
Lacan, J., (1971-1972) *El Seminario, libro 19. ...o peor*, Bs. As., Paidós, 2012.
Lacan, J., (1972). “El atolondradicho”. En *Otros escritos*, Bs. As., Paidós, 2012.
Lacan, J., (1972-1973) *El Seminario, libro 20. Aun*, Bs. As., Paidós, 1982.
Lacan, J., (1974-1975). “El Seminario, libro 22. RSI”, inédito.
Lacan, J., (1975-1976). *El Seminario, libro 23. El sinthome.* Bs. As., Paidós, 2006.
Laurent, E., *Posiciones femeninas del ser*, Bs. As., Tres Haches, 1999.
Laurent, E., *Síntoma y nominación*, Bs. As., Colección Diva, 2002.
Laurent, E., *El goce sin rostro*, Bs. As.,Tres Haches, 2010.
Laurent, E. “El orden simbólico en el siglo XXI. No es más lo que era. ¡Qué consecuencias para la cura? En *El Caldero de la Escuela*, n. 17, Bs. As., Grama, 2012.

Laurent, E., “Un nuevo amor por el padre”, *Trans*formaciones*. Ley, diversidad, sexuación*, Bs. As., Grama, 2013.
Leguil, C., “Transgénero en el siglo XXI ¿Un requerimiento de marca significante o una negación a ser marcado?”. En *Revista Enlaces* n. 20, Bs. As., Grama, outubro 2014.
Mauas, L., “Los hijos del mercado”, *Revista Enlaces* N° 20, Bs. As., Grama, outubro 2014.
Miller, J.-A., “H2O”. En *Matemas 2*, Bs. As., Manantial, 1988.
Miller, J.-A., *Lógicas de la vida amorosa*, Bs. As., Manantial, 1991.
Miller, J.-A., (1989). *Los divinos detalles*, Bs. As., Paidós, 2010.
Miller, J.-A., (1991-1992) *De la naturaleza de los semblantes*, Bs. As., Paidós, 2001.
Miller, J.-A., (1997-1998). *El partenaire-síntoma*, Bs. As., Paidós, 2008.
Miller, J.-A. y otros, (1998). *Las psicosis ordinarias*, Bs. As., Paidós, 2003.
Miller, J.-A., “El inconsciente es político”, *RevistaLacaniana* N° 1, Bs. As., Altamira, 2003.
Miller, J.-A., (1998-1999) *La experiencia de lo real en la cura psicoanalítica*, Bs. As. Paidós, 2003.
Miller, J.-A., (2004-2005). *Piezas sueltas*, Bs. As., Paidós, 2013.
Millot, C., *Ensexo. Ensayo sobre el transexualismo*, Bs. As., Catálogos Editora, 1984.
Morel, G., *Ambigüedades sexuales. Sexuación y psicosis*, Bs. As., Manantial, 2002.
Mozzi, V. *La sospecha freudiana*, Bs. As., Tres Haches, 2012.
Ons, S., *Comunismo sexual*, Bs. As., Paidós, 2012.
Pérez Jiménez, J. C., *De lo trans. Identidades de género y psicoanálisis*, Bs. As., Grama, 2013.
Pineda, A., “Lo raro y lo recto. Las clasificaciones”, *Revista Enlaces* n. 20, Bs. As., Grama, octubre 2014.
Schejtman, F., (2007). “Síntoma y sinthome”, *Revista Ancla* n. 2, Bs. As., Grama, 2007.
Stoller, R., *Sex and gender*, New York: Science House, 1968.
Tendlarz, S., “Trans en Argentina. La ley de identidad de género”, Dossier sobre Sexualidades trans. En *Revista Enlaces* N° 20 [On line], octubre 2014. Disponível em: http://www.revistaenlaces.com.ar/2.0/archivos/lecturas/20/Silvia%20Tendlarz%20%20Trans%20en%20Argentina.%20La%20ley%20de%20identidad%20de%20genero.pdf
Tin, L.-G., *La invención de la cultura heterosexual*, Bs. As., El cuenco de plata, 2012.
Yelati, N., “Transexualismo”. En *Un real para el siglo XXI*, Bs. As., Grama, 2014.
Zupancic, A., Copec, J., Cevasco, R., *Ser-para-el-sexo*, Barcelona.

A violência e as mulheres na América Latina Violência de gênero: uma pesquisa psicanalítica

Observatório FAPOL 1

Jorge Chamorro
EOL-AMP

Ideologia ou lógica:

A lógica psicanalítica interroga as categorias gerais presentes na ideologia que subjaz à violência de gênero e que tem suas origens no movimento feminista. Contraponto entre uma lógica que tende à captação da singularidade e à ideologia que ao sustentar-se em categorias gerais, encobre toda singularidade.

A legislação orientada por esta ideologia arrasta as mesmas fragilidades, preconceitos e desconhecimentos. Acomoda a problemática no homem e converte a mulher em vítima natural de um delito provocado por ele.

Mónica Biaggio. "Aire". Aguada. EOL- AMP

A vítima: o preconceito constrói o juízo

Este lugar é ocupado pelas mulheres. É o resultado de diversos condicionamentos.

Se partirmos do pré-conceito: "há violência contra as mulheres", não há nenhuma dúvida que haverá. Recortando este fenômeno e destacando-o, este fato prevalecerá sobre outros. Além do mais se construímos dispositivos e leis que respondam ao mesmo, teremos construído um real que não estava na realidade.

A psicanálise interroga a vítima enquanto sujeito responsável.

Esta formulação se distancia totalmente daquela que diz: "algo terá feito".

Entende-se como sujeito responsável, a implicação subjetiva, de desejo e de gozo de cada um. As figuras do feminino deverão dar conta de sua articulação com a situação de vítima. Não há dúvida de que a mulher tenha sido vítima do discurso predominante dos homens. Hipócrates, Aristóteles, os homens de igreja, Schopenhauer entre outros.

A questão essencial é como sair deste lugar; seguramente não é pela porta de desconhecer as particularidades do feminino.

O vitimador: homem violento

É uma categoria que identifica o ser do homem e a violência, anulando as drásticas diferenças entre o ato e o ser. Passagem ao ato não define o ser, mas a ideologia os unifica e desta unificação emerge uma condena acéfala que não calcula circunstâncias, não distingue patologias. Por exemplo, psicoses paranoicas, sempre dispostas à violência de gênero e as outras.

As legislações e os dispositivos condenam o homem *a priori* como violento, o segregam e o excluem. A capacidade criativa destas categorias é uma verdadeira ameaça: "és violento". Sob esta categoria se encontra de

tudo, inclusive pais que pretendem exercer sua função. Quer dizer: "que se irritam".

No espaço do homem violento entra um homem impotente, um esquizofrênico que mata a cinco mulheres, um homem que empurra sua mulher, que fecha a porta com chave e não a deixa sair, um paranoico que supõe que sua mulher faz coisas às escondidas, mas também um sujeito em análise que interroga seu ato e se implica nele.

O ESPECIALISTA EM VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UM SUJEITO DO UNIVERSAL

É um sujeito envolvido nas ideologias mencionadas que conta com leis e dispositivos que o acompanham. Disposto a desconhecer particularidades, paira sobre homens muito diferentes, a categoria: "violento". Vitimador a partir da lei ou vítima dos dispositivos? Isto não é só um exercício de nominação. Traz consequências: proibição de contatar os filhos, distância com a mulher, ressarcimentos econômicos.

Ao mesmo tempo a categoria vítima, desresponsabiliza a mulher e a apresenta como a "reivindicadora", que é o nome do esmagamento do feminino.

A LÓGICA DO PSICANALISTA E SUAS CONSEQUÊNCIAS:

Escutar a cada sujeito sem preconceitos permitirá ao psicanalista:

-separar à mulher e o homem dos universais;

-separar o ato do ser;

-interrogar os sintomas que produzem os dispositivos de proteção à vítima;

-evitar o desencadeamento de protocolos que, sobre o fundo de denúncias, às vezes inconsistentes, avançam sobre a realidade dos fatos;

-trabalhar no levantamento da qualificação do ato violento como delito.

Trata-se de um preconceito que condena sem julgar, o qual é uma verdadeira exceção à ordem jurídica.

-revelar que por trás da problemática em questão, há uma condena e sanção que castiga à prostituição sob o amparo de proteção à vítima.

Concluímos que a lógica da psicanálise (com sua consequente ética e política) é fundamental para encarar o problema atual da violência de gênero.

Tradução: Maria Cristina Vignoli

Nota:

(1) Observatório: A violência e as mulheres na América Latina - Coordenador: Jorge Chamorro. Responsáveis: Marcelo Marotta, Daniel Millas - Estabelecimento do texto: Andrea Berger,Graciela Campanella – Colaboradores: Lucila Astorga, Mónica Biaggio, Cristina Lospennato, Maria Fernanda Mina, Diana Paulovsky, PatriciaSawicke, Walter Sierra, Beatriz Stillo, Claudia Zampaglione, Paula Szabo, Gabriela Triveño, Cecilia Varela

A VIOLÊNCIA E AS AS MULHERES NA AMÉRICA LATINA

OBSERVATÓRIO 1 DA FAPOL:

Integrantes: Beatriz García-Moreno NEL-Bogotá, María Cristina Giraldo NEL- Medellín, Susana Dicker NEL-Guatemala y Jimena Contreras NEL-Cochabamba.

A violência na atualidade tem uma inegável presença no cotidiano, e a praticada contra a mulher é talvez a que concentra maior atenção social. Provavelmente por isso se constituiu um Observatório para refletir e investigar o tema a partir de um olhar e uma escuta diferenciada, como nos possibilita a psicanálise lacaniana.

Mónica Biaggio. "Descansando na praia". EOL- AMP

De início concebemos como necessário começar o trabalho sem ter uma posição construída sobre a violência. Assim ao longo de dois anos de existência do Observatório temos entrado em contato com mulheres que sofreram algum tipo de violência – especialmente violência no contexto do conflito armado na Colômbia e Guatemala. A violência na vida íntima do casal – bem como com pessoas e instituições que trabalham com esta problemática. Temos nos aproximado para escutá-las, em alguns casos sobre suas vivências em outros sobre a experiência laboral.

A perspectiva social vitimiza as mulheres que passaram por experiências de violência, poderíamos inclusive dizer que na Colômbia se faz necessário adotar esta posição para poder receber o benefício que se oferece atualmente as vítimas do conflito armado. Da mesma maneira, as instituições que lutam contra a violência de gênero, partem da concepção de que a mulher que atendem é de fato uma vítima. Escutar as mulheres que passaram por experiências de violência nos permitiu ver que algumas delas não têm uma posição de vítima ainda que às vezes joguem com esse semblante para obter o benefício social que requerem.

Nas IX Jornadas da NEL em outubro de 2016, no espaço *Conversações: Violência, um nome para o mal estar atual,* foram apresentados textos produtos de trabalho realizado em cartéis, constituídos por membros da NEL, da EBP e outros interessados no tema. Os eixos temáticos que guiaram a investigação epistêmica se estamparam em quatro trabalhos:

- *Trauma e pulsão na violência e as mulheres,* María Cristina Giraldo;
- *Beleza, violências e paixões*. *O caso dos rostos profanados*, Beatriz García-Moreno;
- *Violência e mulher: como se articulam as paixões do Outro e as do parlêtre?,* Susana Dicker;
- *Violências e paixões nas relações de casal,* Jimena Contreras.

Como consequência deste trabalho, retomando as palavras de María Cristina Giraldo, podemos indicar que as perguntas sobre a mulher se reordenaram em relação ao núcleo epistêmico trauma e pulsão que atravessa toda a problemática da violência: vítima de fatos traumatizantes ou vítima do inconsciente? A pergunta foi mais além da vertente da mulher e o conflito armado na Colômbia, e o que se obtém com respeito à conexão com as organizações de vítimas, buscando saber sobre as invenções e a construção de soluções das mulheres em meio ao conflito e a experiência de violência sofrida. Beatriz García-Moreno põe ênfase na solidariedade e na capacidade destas mulheres para criar redes de apoio.

Por outro lado, a aproximação com as instituições deixou como saldo a abertura de espaços de trabalho com juízes de família, advogados, assistentes sociais, psicólogos que demandam nossa participação em conversações

coma equipe profissional. A experiência de María Cristina Giraldo em um centro de reclusão e tratamento para menores infratores situa esta prática como a possibilidade de orientar, a partir da psicanálise, processos que até agora só estavam inscritos nas formas protocolares da legislação colombiana, como também a de estudar casos extremos de violência contra a mulher. Em Cochabamba, em um espaço de discussão clínica com psicólogas que atendem às mulheres que sofrem violência vão se introduzindo elementos que permitem uma escuta sobre a violência diferente da perspectiva de gênero. Evidencia-se a frustração dos profissionais no trabalho que realizam, de um lado os ideais sociais se configuram em uma exigência institucional para o alcance de êxitos que se traduzam na diminuição da violência, de outro os profissionais em sua prática diária se encontram com aquilo que escapa a lógica do sentido comum e dos ideais sociais. E a experiência de Beatriz García-Moreno em uma instituição de promoção social na qual desenvolveu oficinas sobre temáticas de interesse das mulheres, lhe oportunizou a escuta e recebimento de pedido de atendimento em consultório.

Com base nestas experiências e percurso na investigação, se elegeu o gozo como tema central deste ano que começa, e que orientará a investigação epistêmica no Observatório. Estão se abrindo espaços de investigação, sobre o tema vinculado ao Observatório, em algumas sedes da NEL como Medellín, Bogotá, Guatemala e Cidade de México.

Tradução: Jussara Jovita Souza da Rosa

Condensado dos pontos principais apresentados pelos Observatórios da EBP, NEL e EOL

Ondina Machado
EBP - AMP

MónicaBiaggio. “Sem titulo”. Pastel. EOL- AMP

O trabalho de colegas da NEL constata a presença inegável da violência na vida cotidiana, ressaltando que a violência contra a mulher vem concentrando maior atenção social. Até então, esse Observatório deu especial atenção às mulheres que passam pela experiência de violência no contexto do conflito armado na Colômbia e Guatemala ou nas parcerias amorosas.

Observam que as instituições que trabalham com a questão tendem a vitimizar a mulher, reconhecendo, porém, ser esta a maneira pela qual, atualmente, é possível conseguir algum tipo de ajuda social para vítimas do conflito armado, especialmente na Colômbia. Em geral, as instituições partem do pressuposto que as mulheres estão em posição de vítimas quando se trata de violência. Esta observação é compartilhada pela experiência do Observatório sediado na EBP, como apresentado em relatórios anteriores. O movimento feminista e as instituições governamentais brasileiras, criadas para acolher estas mulheres, tendem a fazê-lo colocando-a na posição de vítima.

Como nos adverte o trabalho da EOL, trata-se de uma ideologia cuja origem está presente no movimento feminista e que sustenta a leitura da violência de gênero.

Porém, no caso brasileiro, percebe-se que já existem equipes atentas ao prejuízo desta abordagem que, ao vitimizar, apagam o sujeito e impedem que responsabilidades possam ser assumidas. Ponto também enfatizado pela EOL quando defende a abordagem psicanalítica como uma lógica que privilegia o singular em contraste com a ideologia de gênero que se sustenta em categorias gerais encobrindo, assim, a singularidade presente no ato.

A EOL acrescenta que identificar, genericamente, o ser do homem à violência faz com que se tome o ser por seu ato, sem que sejam distinguidas nuances, inclusive patológicas. Desta unificação ideológica pode resultar uma condenação acéfala que fixa o homem como violento *a priori*.

Os colegas da NEL reorientaram suas pesquisas para questionar se estas mulheres são vítimas de fatos traumatizantes ou vítimas do inconsciente. Neste sentido, o Observatório da EBP produziu estudos de casos que apontam para incidência de parcerias norteadas pela devastação feminina, sendo altamente prevalentes nos casos

de violência na relação amorosa. Como observam os colegas do Observatório da EOL, há uma questão própria ao feminino que não pode ser desconsiderada.

Um trabalho apresentado por uma das colegas do Observatório nas últimas Jornadas Clínicas da EBP-Rio, examinou a articulação da fantasia feminina em ser a única para um homem como um importante fator que impede algumas mulheres de romperem o laço que as une ao agressor.

Está claro, tanto para a o Observatório da NEL quanto para o da EBP, que a pesquisa somente avançará com um dedicado estudo sobre o gozo e suas formas de associação com a pulsão de morte, permitindo que a escuta não se feche na violência de gênero. A EOL propõe separar as categorias homem e mulher de suas singularidades para além dos gêneros, que o ato violento seja repensado sob o ponto de vista dos protocolos e legislações, separando ato e ser, assim como interrogar os dispositivos de proteção à vítima.

A NEL também traz uma observação que pode ser aproveitada por nossos observatórios no que diz respeito à promoção de soluções singulares, seja pela participação em equipes multidisciplinares ou obtidas através de redes de apoio solidário.

INFÂNCIAS: PARA ONDE O OBSERVATÓRIO SE DIRIGE

Tânia Abreu
EBP-AMP

O título de nosso trabalho faz referência a um profícuo debate que se deu na última reunião entre os observatórios das três Escolas EBP, NEL e EOL ocorrida por ocasião do VIII Enapol, em Buenos Aires. Estimulados por dificuldades relatadas pelos colegas da NEL, que derivaram suas pesquisas para a questão *Violências na Infância e na Adolescência* e que, nessa linha, obtiveram resultados interessantes - dentre os quais foi mencionado a medicalização na infância e na adolescência como um tipo de violência - dedicamo-nos a questionar qual tema nos permitiria uma maior abertura à pesquisa dos mal-estares da criança na atualidade. Surgiu então, como sugestão da atual Presidente da Fapol, Flory Kruger, o tema Infâncias, aceito pelas telas equipes das três Escolas. Naturalmente, estamos advertidos que o significante *Infâncias* é muito amplo, o que por um lado favorece a pesquisa do estado atual da infância na civilização, mas por outro, requer que adotemos cortes epistemológicos na vastidão de temas aí implicados. Aqui manteremos nossa atenção voltada para as questões implicadas na medicalização da infância, sobretudo a partir das intenções higienistas e de controle dos órgãos públicos, ocupados em atender aos interesses do mercado farmacológico. As implicações dessas ações no âmbito escolar terão ênfase e concluiremos com perspectivas de diálogos entre o discurso analítico e o Outro social.

Alejandra Koreck. "F98.8". Colagem feita à mão.EOL- AMP

As crianças sofrem, têm angústia, enlouquecem e podem falar de si e do que lhes acontece quando tem um espaço para isso. Com Freud (1930) aprendemos que o mal- estar é estrutural e parte fundante da cultura. A felicidade é episódica, enquanto que a infelicidade acomete o homem advinda de três direções: a relação com o outro, a insatisfação com o corpo e os problemas da natureza.

No cenário da infância isso não é diferente, ela é acometida por sofrimento, nesses campos e podemos tomar a afirmação de Freud (1930): "(...) todo homem tem de descobrir por si mesmo de que modo específico ele pode ser salvo", como uma chave clínica para a direção do tratamento, mas, igualmente, como orientação e princípio de trabalho para o Observatório. Assim, nossa aposta é no sentido de pensar a criança como sujeito de enunciação.

Trata-se de um princípio da psicanálise avesso à naturalização do avanço fenomenal do uso da ciência, da medicina e do medicamento - subproduto técnico -, como programa de Cruzada contra o já referido mal-estar na civilização. Entretanto, o que temos visto na atualidade é a criança silenciada, em nome de ideais coletivos, que visam o controle da infância, definido por Laurent (2013) como: "(...) um conjunto particular de procedimentos que advêm da etiquetagem patológica das crianças e adolescentes".

Inicialmente, o uso de medicamentos pelas crianças e adolescentes pode ter um efeito tranquilizador para os pais, fazendo com que as situações na escola e na família sejam momentaneamente apaziguadas. No entanto, esses efeitos não são duradouros, pelo contrário, podem ser devastadores porque, segundo a psicanálise, o que fica silenciado pela química retorna de modo violento no real.

Eric Laurent (2013), ao analisar o estado atual da infância demonstra e retoma a indicação de Lacan de que a criança encarna o lugar de objeto *a* liberado na cultura e oscila em duas posições diferentes. A saber, como objeto causa de desejo ou de objeto resto. Quando causa de desejo é em torno dela que o laço social se estabelece

as novas configurações familiares necessitam de um filho para serem consideradas famílias, o que tem levado o Direito dos países europeus a se reconfigurar para garantir que a criança possa contar com as obrigações dos pais - e quando objeto de gozo, encarna o lugar de objeto impossível de nomear e é vista como resto, um mero objeto. Nesta posição é então tomada como objeto de controle, tornando-se, ao mesmo tempo órgão de controle e vigilância de suas famílias pelo Estado. A escola configura-se como palco privilegiado para este controle, seja pelas tentativas de erradicação do fracasso escolar ou pela obediência cega a protocolos e diagnósticos ditados pelo DSM, cujos criadores atuam em nome da defesa dos interesses da indústria farmacêutica.

Podemos recorrer às ideias aportadas pelo sociólogo Stanislas Morel em seu livro *A medicalização do fracasso escolar*. O autor aponta que o fenômeno da medicalização do fracasso escolar é resultante de uma ação convergente daqueles instituídos em posições de poder para a definição de políticas de erradicação do fracasso escolar. Mas, a medicalização, no contexto escolar, é o produto de transformações globais, tais como a sanitarização da sociedade, individualização das políticas públicas e relativização dos fatores sociais. A análise de toda forma de medicalização supõe que seja examinado o mundo de pesquisa médica e dos profissionais da saúde, pois é nele que são realizados os diagnósticos e os tratamentos que alimentam o processo da medicalização. Morel ressalta que a crescente busca do recurso médico e psicológico para explicação do fracasso escolar interroga o universo dos especialistas da pedagogia e o lugar dos pais no domínio educativo assim como o "progresso" da ciência e das técnicas médicas. Mas, adianta que, se imputamos a medicalização apenas aos progressos da ciência ou ao imperialismo médico, permaneceremos numa interpretação reducionista. Os profissionais da saúde podem denunciar ou se abster de entrar na dinâmica animada pela medicalização.

Interessa-nos a distinção que promove entre a psicanálise e as neurociências cognitivas, ao referir-se a elas como duas principais referências médicas-psicológicas do fracasso escolar, embora conclua que nenhuma promove, propriamente falando, o tratamento do fracasso escolar. Suas palavras em relação à psicanálise situam-na como "contornando a demanda de resolução dos problemas escolares relacionando as dificuldades das crianças aos problemas psicoafetivos subjacentes. Ela não pretende atacar diretamente o fracasso escolar". Parece ser uma justa leitura, advinda da sociologia.

Sua leitura da prática da neurociência cognitiva é interpretada como uma pedagogia científica. Isto é, apoiada no aparato teórico das ciências cognitivas. Mas, nos adverte Morel, mais além da fascinação exercida pelas neurociências e da excitação provocada pelo pressentimento que o *graal* orgânico das dificuldades de aprendizagem está a ponto de ser descoberto, encontra-se uma transferência da legitimidade pedagógica. Tomamos de sua argumentação a respeito de tal abalo da credibilidade da pedagogia escolar, o ponto de nosso interesse, que relança o perigo do cientificismo atual tomado pelo discurso do mestre.

O sucesso das neurociências não procede apenas de sua aura científica. Resulta, igualmente, da aliança firmada com certos ramos de profissões médicas ou paramédicas em que o papel é de assegurar a passagem do laboratório à prática, convertendo a pesquisa em tratamentos potencialmente administráveis às crianças em dificuldades de aprendizagem.

Esses profissionais apropriam de parte do prestígio científico das neurociências e se impõem como os mais legítimos detentores dos discursos pedagógicos, concorrendo, desta forma, com os profissionais do ensino. É bastante eloquente a ilustração desse fato de apropriação da legitimidade pedagógica, elevando o saber da ciência como absoluto. Citamos a passagem colocada por Morel:

O doutor Ghislaine Wettstein- Badour, especializado em problemas de aprendizagens, lembra "a necessidade de levar os responsáveis das escolhas pedagógicas em matéria de aprendizagem da escrita a considerar e respeitar o modo de funcionamento que a natureza do cérebro nos impõe. Na época em que se torna possível, graças à imagem cerebral, constatar os efeitos de aprendizagem sobre a estruturação dos circuitos da linguagem oral e escrita, não é mais aceitável elaborar pedagogias sobre hipóteses que a ciência contemporânea contradiz e de ignorar a influência das escolhas pedagógicas sobre a construção de redes nas quais a qualidade condiciona as possibilidades ulteriores de acesso ao saber jogando, assim, um papel maior no desenvolvimento do pensamento conceitual.

Incrível explicitação do conluio da ciência, através de sua cara de ruína, o cientificismo, como desenvolveu Judith Miller (2104), ao nos lembrar que a ciência não faz laço social.

No que diz respeito à parceria entre escolas e DSM lembramos que as crianças pequenas já chegam aos consultórios dos analistas diagnosticadas e medicadas, tendo este diagnóstico sido sugerido, muitas vezes, empi-

ricamente, por profissionais da área da educação embasados em leituras advindas da internet, Outro da contemporaneidade. Em função da apresentação de distúrbios, os próprios educadores se lançam a dar os diagnósticos pela simples observação de comportamento. Pais e professores querem silenciar o que faz barulho nesses corpos que se apresentam etiquetados e reduzidos a uma classe, sem permitir nenhuma responsabilização por parte dos filhos, com o que lhes ocorre. Aliás, a medicação vem cumprir esse papel de velar a angústia, de desresponsabilizar.

A propósito desta realidade tomamos o livro de Gotzche (2016), para demonstrar que, por meio de análise de documentos voltados para os maiores laboratórios de diferentes países, que a indústria farmacêutica está a serviço do capital, do lucro, e por isso financia a publicidade, que em geral não apresenta os ensaios clínicos que demonstram os efeitos nocivos da medicação, as pesquisas, a produção e a regulamentação do uso de medicamentos, a tal ponto de ser comparado o esquema a um crime organizado, já que muitas pessoas adoecem e morrem em virtude de prescrição médica indevida e da comercialização medicamentosa. Segundo esta investigação, há milhares de mortes de pessoas saudáveis no mundo, em virtude do uso de medicação, o que indica que: "(...) os medicamentos prescritos são a terceira causa de morte no mundo, depois das doenças cardíacas e do câncer".

A criança não está fora desse cenário, o de uso de medicação indevida, demonstra vários casos de crianças em que o suicídio foi precipitado como efeito do uso de medicação indevida, especificamente do uso da pílula da felicidade. Assim, o autor desvela de maneira minuciosa a corrupção, o que está por trás da venda e prescrição medicamentosa, demonstra a submissão e financiamento do saber médico a indústria farmacêutica. Segundo Gotzche (2016) isso se torna ainda mais grave, no caso de medicamentos psicotrópicos e antipsicóticos, uma vez que são medicamentos que apresentam alto risco de morte, seja por suicídio, ganho de peso e diabetes.

Diante desse cenário em que a criança é tomada como mero objeto, que tem o seu sofrimento silenciado seja por meio de uso de medicação ou de medidas protocolares que não consideram sua singularidade, esse Observatório vai se ocupar daquilo que não funciona na sociedade em relação à criança, e que aparecem como mal-estar e se anunciam por meio de diferentes discursos no social, seja por meio do discurso do direito, da pedagogia e da ciência e como os diferentes saberes tentar nomear e dar conta dessa dimensão do real, por meio de normatização de condutas e de tratamento. O lugar do discurso psicanalítico é o de escutar e de ofertar a palavra à criança, aquela que sofre tanto para fazer vacilar as identificações, como para que o sujeito adote o próprio sintoma, se reconheça e produza um saber sobre ele, se responsabilizando pelo seu modo de ser e de estar inserido no laço social.

Nesse sentido, tal como se configurou na referida reunião em Buenos Aires, cabe-nos, como Observatórios orientados pela psicanálise lacaniana, nos "infiltrar", - significante advindo da EOL-, em brechas encontradas nos diversos poderes para "conversarmos", significante advindo da EBP. O objetivo comum é oferecer um contraponto ao que fora denominado pela NEL como "a violência da medicalização da infância". Eis então, nosso plano de trabalho.

Karynna Nóbrega
Maria de Fátima Sarmento
Maria Rita Guimarães
Mônica Bueno
Paula Borsoi
Tânia Abreu (Coordenadora)

Bibliografia:

Crianças falam! e têm o que dizer. Experiência do CIEN no Brasil/ Fernanda Otoni Brisset, Ana Lydia Santiago, Judith Miller, Editora Scriptum, Belo Horizonte, 2013.

Freud, S., "O mal-estar na civilização" (1930), *Obras completas*, Vol. XXI., Editora Imago, Rio de Janeiro, 1996.

Gotzche, P., *Medicamentos Mortais e Crime organizado: como a indústria farmacêutica corrompeu a assistência médica*, Editora Bookman, 2016.

Guimarães, M. R., "A Escuta forma parte da palavra" (2009), Texto publicado originalmente em *Terre Du CIEN – Journal du Centre Interdisciplinaire sur L'enfant.* Mars, 2009, p.31. Publicado e disponível em http://www.uaihost.com/ciendigital/n21/historia-do-cien-brasil.html

Laurent, E., "A Crise do controle da Infância", *Crianças falam! E têm o que dizer,* Editora Scriptum, Belo Horizonte, 2013, pp. 37-48

Miller, J., "Cientificismo, ruína da Ciência" *Um real para o século XXI, Silicet*, Editora Scriptum, Belo Horizonte, 2014. Éric Laurent e Guy Briole mencionaram este texto publicação e a (cf. LQ 756, 19 de dezembro de 2017 e LQ., 758, 07 de janeiro de 2018).

Morel, S., "La medicalization de l'échec scolaire", Paris, *La Dispute*, *col "L'enjeu scolaire",* 2014.

A PSICANÁLISE NA UNIVERSIDADE: PARA ALÉM DA CARNIÇA.

Claudia Henschel de Lima (1)
EBP-AMP

G. A. "Em tramado". Fotografia. EOL- AMP

Eu conheci a psicanálise em um ambiente adverso a democracia. Era o início dos anos de 1980, antes da abertura política do país, e a psicanálise era a coisa mais segura e regular no ensino da Universidade - em um ambiente em que desconhecíamos quem era professor e quem era interventor federal. Há 29 anos sou docente da área de psicanálise no ensino superior. Destes 29 anos, somente há oito anos ingressei na Universidade pública. Sou professora da Universidade Federal Fluminense, do campus de interiorização construído pelo governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que criou em dez anos, 14 novas universidades federais e 126 extensões universitárias para o interior do Brasil, aprofundando o processo de democratização do país pelo ensino público superior.

A partir dessa breve apresentação, início com a pergunta: qual é o espaço ocupado pela psicanálise no atual cenário de esvaziamento de recursos para as universidades brasileiras?

Para responder a pergunta que propus, acompanharei a referência bibliográfica de base para a composição desta plenária, acrescida de mais uma referência que, na verdade, para mim, dá o contexto preciso, para as demais. Assim, tentarei construir um ensaio de resposta, tomando como ponto de partida "Talvez em Vincennes" (2) e "Transferência para Saint Denis? Lacan a favor de Vincennes" (3).

Da primeira, ressaltarei a passagem em que Lacan afirma que a partir do *Département de Psychanalyse* na *Université de Paris VIII*, *não se trata somente de ajudar o analista com ciências propagadas* à *moda universitária, mas de que essas ciências encontrem em sua experiência uma oportunidade de se renovar*.Da segunda, destacarei o ponto em que Lacan ressalta a antipatia insuperável entre o discurso universitário e o discurso analítico. Essas duas referências estarão submetidas à lição *A impotência da verdade* (10 de junho de 1970) (4) – síntese de uma parte do artigo de opinião *L'emoi de mai et sa maimoire dansle sujet capitaliste*, redigido por Lacan à pedido do jornal Le Monde, sobre a reforma universitária empreendida por E. Faure, após o maio de 1968. O artigo deveria ser publicado na seção *Libres Opinions* de 3 de fevereiro de 1969. Sobre sua não publicação, Lacan (1969-1970/ 1992, p. 160) tem uma hipótese (5):

> Acontece que escrevi um pequeno artigo sobre a reforma universitária, que tinham me expressamente pedido para um jornal, o único a ter uma reputação de equilíbrio e honestidade, chamado *Le Monde*. Tinham insistido muito para que eu redigisse essa pequenina página a propósito da reorganização da psiquiatria, da reforma. Ora, apesar dessa insistência, é bastante assombroso que esse pequenino artigo, que publicarei um dia desses, não tenha saído lá. Nele, falo de *uma reforma no seu buraco*. Justamente, esse buraco turbilhonante, tratou-se manifestamente de com ele tomar um certo número de medidas concernente à Universidade. E, meu Deus, remetendo-nos corretamente aos termos de certos discursos fundamentais, pode-se ter certos escrúpulos, digamos, em agir pode-se olhar duas vezes antes de se precipitar a aproveitar as linhas que se abrem. Veicular a carniça naqueles

> corredores é uma responsabilidade. (6)

Cabe, aqui, isolar o diagnóstico de Lacan sobre o pós-maio de 68: particularmente crítico e duro. Lacan situa o cão como um dos representantes do objeto *a*. E seu latido, o equivalente ao sujeito dividido ($). A dureza desse diagnóstico reside no fato de que o cão é um animal doméstico, e que seu latido não é uma fala. Considerando a posição do cão como animal doméstico, Lacan localiza a *versão-cão* do discurso histérico de maio de 68: os revoltosos de maio de 68 ladravam ($) palavras de ordem, desconhecendo que o faziam como se fossem cães (*a*), porque eram atraídos por palavras-carniça (S1), apodrecidas, sem vida, produzindo um saber (S2) divorciado da verdade. Sendo assim, Lacan é bastante preciso. Os acontecimentos de maio de 1968 tiveram como efeito colateral o rebaixamento do significante-mestre ao nível da carniça.

Lacan (1969-1970/2009) localizará em sua análise da organização da reforma universitária no curso de medicina, no quadro dos acontecimentos de 1968, o efeito da ascensão do mercado no interior da Universidade. O autor chega mesmo a afirmar que a formação médica fora ultrapassada pela subversão do mercado:

> "Que não nos enganemos: nenhuma contestação aqui do lugar da medicina nos negócios. É a denúncia somente do crime em que ela se apaga como universidade. No nível da medicina e em outros meios, preservar os benefícios do saber é a definição ínfima que podemos dar à missão da Universidade. Ela implica a preempção da formação como efeito do saber sobre o valor em cujo lado está o mercado. Na medicina como em outras áreas, a Universidade certamente não deixa isso para trás. Mas ela foi ultrapassada pela subversão a partir do que denominamos: mercado." (8) (Tradução: Gustavo Ramos).

O rebaixamento do significante-mestre ao estatuto de carniça está intimamente articulado a ascensão do mercado sobre o saber. Lendo a expectativa de Lacan sobre as implicações do *Département de Psychanalyse* na *Université de Paris* VIII, em termos de renovação das ciências ensinadas na universidade, a partir dessa perspectiva em que denuncia a presença do mercado, eu me pergunto, então, se podemos manter essa expectativa quanto a tal renovação em um espaço contaminado estruturalmente por um campo de decisões de governamentalidade que, no Brasil, denominou-se como *Teto de gastos*. O Teto de gastos regula o Estado brasileiro produzindo o rebaixamento de suas ações e a abertura para o mercado.

No caso específico da Universidade brasileira, o *Teto de gastos* impõe um limite orçamentário constante, de 2017 até 2027, ameaçando a sobrevivência das universidades federais já neste ano. Só para problematizar um pouco mais, consideremos alguns dados referentes ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC).

O orçamento de custeio para 2018 não recompõe a inflação do período, além de desconsiderar a expansão do sistema de ensino superior para o interior do país. O MEC não disponibilizou os valores de limite orçamentário de investimento, o que afetará, por exemplo, a aquisição de livros, equipamentos de laboratórios, softwares e a continuidade das obras em andamento já contratadas, além do aprofundamento da democracia pela expansão das universidades iniciado a partir de 2003. Já no MCTI, do orçamento de 6 bilhões de reais, proposto para o início de 2017, restaram apenas 3.3 bilhões, após o corte de 44% imposto pelo *Teto de gastos*. E isso, em um contexto em que a comunidade científica aumenta. Esse corte tem impacto depreciativo, depressivo e negativo em toda a cadeia de produção de conhecimento: nas agências públicas de fomento, nos pesquisadores, na Universidade e nos estudantes de pós-graduação.

De posse desses dados alarmantes, a pergunta do início do texto ganha seu lugar:

Qual é o espaço ocupado pela psicanálise no atual cenário de esvaziamento de recursos para as universidades brasileiras?

Qual será o critério de distribuição de recursos para 20 PPGs brasileiros com Área de Concentração ou Linha de Pesquisa em psicanálise, além de quatro programas específicos em Psicanálise?

Os quadros abaixo oferecem a exata dimensão da pergunta que eu coloco.
Quadro 1. Programas de Pós-Graduação (PPGP) no Brasil

IES	**PROGRAMA**	ÁREA **DE CONCENTRAÇÃO**
UERJ	Psicanálise	Pesquisa e clínica na psicanálise
UFRJ	Teoria psicanalítica	Teoria psicanalítica
UVA	Psicanálise, saúde e sociedade	Psicanálise e saúde Psicanálise e sociedade
UFRGS	Psicanálise: Clínica e cultura	Psicanálise, Clínica e cultura

Quadro 2. Área **de Concentração/Linha de Pesquisa em psicanálise em PPGs brasileiros**

IES	**PROGRAMA**	ÁREAS **DE CONCENTRAÇÃO**	**LINHAS DE PESQUISA**
UFPA	Psicologia	Psicologia Clínica e Social	Psicanálise: teoria e crítica
UFC	Psicologia	Psicologia	Psicanálise, práticas clínicas e epistemologia das psicologias
UNIFOR	Psicologia	Estudos psicanalíticos	Sujeito, sofrimento psíquico e contemporaneidade
UNICAP	Psicologia Clínica	Psicologia Clínica	Psicopatologia fundamental e psicanálise
UFPB	Letras	Linguagens e Cultura	Sujeito, linguagem e subjetividade
UNB	Psicologia Clínica e Cultura	Psicologia Clínica e Cultura	Psicanálise, subjetivação e cultura
UFMG	Estudos Literários Psicologia Educação	Estudos psicanalíticos Educação	Literatura e psicanálise Conceitos fundamentais em psicanálise e investigações no campo clínico Psicologia, psicanálise e educação
UFRJ	Psicologia	Psicologia	Subjetividade, cultura e práticas clínicas
UFSJ	Psicologia	Psicologia	Conceitos fundamentais e clínica psicanalítica
PUC-RIO	Psicologia (Psicologia Clínica)	Psicologia Clínica	Psicanálise: clínica e cultura
USP	Psicologia Clínica Letras (Teoria Literária e literatura comparada)	Psicologia Clínica Teoria Literária e literatura comparada	Investigações em psicanálise Literatura e psicanálise
UFSCAR	Filosofia	Estrutura e Gênese do Conceito de subjetividade	A circunscrição conceitual da subjetividade na psicologia, na psicanálise e nas ciências cognitivas
UNICAMP	Linguística Linguística Aplicada	Funcionamento do discurso e do texto	Linguagem e psicanálise Subjetividade e identidade, desconstrução e psicanálise
UEM	Psicologia	Constituição do sujeito e historicidade	Psicanálise e civilização
PUC-PR	Filosofia	Filosofia	Filosofia da psicanálise
UFSC	Psicologia	Políticas sociais e constituição do sujeito	Psicanálise, sujeito e cultura

Esses dados se referem somente ao montante de Programas e linhas de pesquisa em psicanálise. Não fiz o levantamento dos demais programas de todas as áreas de conhecimento contempladas na Universidade pública.

As perguntas que propus mostram sua relevância em um momento em que testemunhamos o que Michel Foucault (1979) (9) denominou de princípio de governamentalidade da sociedade contemporânea e sua forma de subjetivação: o neoliberalismo e a livre concorrência. Então, diante disso, será que podemos reproduzir a declaração de Lacan sobre o possível papel da psicanálise no quadro das ciências?

Assim sendo, será que os programas de pós-graduação e linhas de pesquisa em psicanálise na universidade brasileira produzirão um posicionamento distinto da livre concorrência em ambiente de baixo recurso? Mais diretamente, nos posicionaremos nesse ambiente de escassez de recurso e rebaixamento da ação do Estado apostando na livre concorrência como solução em prol da luta pela sobrevivência?

O presente Colóquio de RUA está ocorrendo 1 ano e 2 semanas após o impeachment da Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff – um impeachment orientado pela expansão dos interesses neoliberais no país. Desde então, o que se testemunhou foi a aprovação de um conjunto de reformas neoliberais que privilegiam o mercado, na difícil equação mercado-Estado que o Ocidente conhece desde o século XVIII.

De fato, em um ano, reformas estruturais nos direitos sociais, na localização do sujeito nas relações trabalhistas, na concepção do que vem a ser a pesquisa e o ensino superior vem acontecendo em um quadro de adaptação apática, de indiferença nirvanesca. Para essa posição de animal adaptado, só a dureza crítica de Lacan no seminário 17 fornece a interpretação precisa para a posição o sujeito: ele ama a carne podre.

Sem tirar o mérito dos temas que citarei a seguir, não me é possível inflacionar a incompatibilidade entre discurso analítico e discurso universitário, por meio de mais uma exposição teórica sobre o ensino, sobre a transmissão na universidade a partir da psicanálise ou tentar defender um pacto em torno de convênios entre universidades de países diferentes. Estamos em um momento crítico, onde não há garantia quanto à nossa sobrevivência como pesquisadores, e nem quanto a possibilidade de pesquisadores de mestrado, doutorado e pós-doutorado prosseguirem suas atividades de pesquisa e transmissão. O contexto está totalmente orientado pela imposição neoliberal de um teto de gastos para o Estado brasileiro e pela produção de um esvaziamento da atividade científica do país.

Neste sentido, eu finalizo minha apresentação afirmando que, decididamente, a relevância da psicanálise, em tempos de neoliberalismo, é denunciar onde a carne podre se localiza para que não sejamos consumidos pela livre concorrência e para que se abra a brecha por onde possamos vislumbrar um outro posicionamento ético.

Nota e Bibliografia:

(1) Professora Adjunta. Departamento de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Administração Pública. Universidade Federal Fluminense. Volta Redonda.

(2) Lacan, J., "Talvez em Vincennes". In: Lacan, J., *Outros Escritos*, Zahar, Rio de Janeiro, 2001, pp.316-318.

(3) Lacan, J., "Transferência para Saint Denis? Lacan a favor de Vincennes". In: *Correio:* revista da Escola Brasileira de Psicanálise, número 65, abril de 2010, pp. 31-32.

(4) Lacan, J., *O Seminário. Livro* 17. *O Avesso da Psicanálise (1969-1970)*, Zahar, Rio de J aneiro,1992.

(5) O artigo fora confiado à M. Valas em manuscrito datilografado com anotações e correções à mão feitas pelo próprio Lacan. Há uma anotação em especial, que em homenagem à Lacan, obedeci ao longo deste trabalho: a escrita da expressão objeto *a,* mantendo o *a* em itálico. O artigo foi publicado no ano de 2009, por Patrick Valas no periódico *Figures de la psychanalyse* . Lacan, J., "Jacques Lacan et le moment 68. D'une réforme dans son trou". In: *Figures de la psychanalyse*,1, número 17, 2009, pp. 181-187. Disponível em: www.cairn.info/revue-figures-de-la-psy-2009-1-page-181.html.

(6) Lacan, J., *O Seminário. Livro 17. O Avesso da Psicanálise* (1969-1970). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, p.159.

(7) Lacan, J., "Jacques Lacan et le moment 68. D'une réforme dans son trou". In: *Figures de la psychanalyse*, 1, número 17, 2009, p. 184.

(8) "Que não nos enganemos: nenhuma contestação aqui do lugar da medicina nos negócios. É a denúncia somente do crime em que ela se apaga como universidade. No nível da medicina e em outros meios, preservar os benefícios do saber é a definição ínfima que podemos dar à missão da Universidade. Ela implica a preempção da formação como efeito do saber sobre o valor em cujo lado está o mercado. Na medicina como em outras áreas, a Universidade certamente não deixa isso para trás. Mas ela foi ultrapassada pela subversão a partir do que denominamos: mercado." Tradução: Gustavo Ramos

(9) Foucault, M., O Nascimento da Biopolítica, Martins Fontes, São Paulo, 2005.

Uma interpretação em forma de sonata*

Susana Strozzi
NEL-AMP

Advertência

A forma escolhida para esse texto insistiu, desde o começo, na referência musical – aquela em que, precisamente, não tenho nenhuma formação. Mesmo assim, a escritura se organiza com a insistência e algo se adianta a sua própria formulação. Será a Sonata do desejo, das vias insondáveis, daquilo que não se deixa capturar e que tampouco se pode trair... Considerando os quatro movimentos clássicos, percebo que, ao fim e ao cabo, é o primeiro que se constrói: o *Allegro*. É dele que saem a parte 1 da exposição (com os temas), a parte 2 do desenvolvimento e a parte 3 da recapitulação ou reexposição.

Então, abre-se, para o futuro, o *Andante*.

Amanda Dupont. "Sinfonia em Sol Maior.". Acrílico 100 x 120 cm - 2012.

Allegro

Parte 1: os temas

1975. Lacan. "Talvez em Vincennes"… Algo poderia acontecer… e reunir a possibilidade de que apoiasse aqueles ensinamentos caros a Freud para a formulação de *um* analista. Um ponto de apoio para esclarecer *não tanto para que [sua análise] serviu, mas de que se serviu* (1).

1979. "Lacan pour Vincennes". Há quatro discursos. Os quadrípodes que evocava em sua "Alocução sobre o ensino", estranhando (incomodado?) porque ninguém os retomou em um evento consagrado ao ensino (2). Servir-se deles, jogar com eles... e, sobretudo, escrevê-los no quadro... pondo o corpo.

A antipatia dos discursos, o universitário e o analítico... não pode ser *superada*, apenas *explorada*...talvez. Antipatia cuja definição convencional alude a uma variedade de sentimentos que inclui ódio, rancor, aborrecimento, repugnância, aversão, hostilidade, inimizade, má vontade, inveja e ressentimento. Não é pouco...

Parte 2: o desenvolvimento

2005 – 2010. Escrevo três textos cuja sucessão no tempo apresenta uma insistência: a intenção de elucidar uma experiência singular no âmbito universitário do país em que resido, meu país de adoção.

O primeiro expunha – descrevendo – o caráter de uma iniciativa pessoal no Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Central da Venezuela. Era uma manobra que tirava proveito da contingência da reformulação dos estudos de mestrado e doutorado sobre a base das chamadas "linhas de pesquisa" (3).

Em princípios de 2003, a reformulação aprovada foi colocada em prática, incluindo o programa de nome inquietante que havia sido proposto e diante do qual não haviam faltado reticências nem convites para modificações: uma linha de pesquisa chamada "Psicanálise e Ciências Sociais".

Um espaço preexistente acaba, assim, acomodando uma fórmula na qual o impossível da relação sexual estava escrito no próprio nome através do uso da conjunção aditiva. Era um recurso do qual se haviam servido, pelo menos durante os últimos cinquenta anos, os subterfúgios acadêmicos conhecidos sob as rubricas *interdisciplinar*, *multidisciplinar* e *transdisciplinar* (4).

Era uma fórmula que, anos atrás, eu havia denominado de *técnica do "e"* (5), sem saber – sem querer saber – aquilo que, tempos depois, leria na primeira proposição de "Talvez em Vincennes": não tanto para que sua análise serviu [a um analista], mas de que sua análise se serviu.

É necessário precisar que, de acordo com a modalidade predefinida academicamente, o ensino a ser ministrado nos seminários devia estar fundamentado na pesquisa. A proposta apresentada tinha como coluna vertebral um projeto – "Do mal-estar na cultura à cultura do mal-estar" – cujo objetivo era promover uma distinção entre as modalidades de laço social próprias da Modernidade e da Globalidade (6). Em conformidade com esse eixo é que se articulariam os anteprojetos individuais dos aspirantes, justamente quem deveria desenvolvê-lo durante vários semestres para, então, culminar no trabalho final (7).

O percurso cumprido até a época do primeiro texto dava conta do movimento de inserção institucional e dos dispositivos utilizados: o Seminário e os "tutorials". Duas práticas da palavra que permitiram um ganho secundário de trabalho com o saber referencial e tanto uma elaboração quanto uma produção acadêmicas que serviram para sustentar, bem como para validar o espaço (8).

No entanto, o relato era interpelado, no fim, com uma pergunta: *uma prática analítica?* O inconsciente intérprete introduzia com ela uma instância do tempo, escavando o intervalo onde se produz a mudança própria do instante do olhar (9). Porque a intuição através da qual o sujeito objetiva algo mais do que os dados factuais, tempo objetivado em seu sentido, pode se reduzir ao instante do olhar. "Mas esse olhar, em seu instante, pode incluir todo o tempo necessário para compreender" (10).

Foram quatro os anos requeridos, aqueles que transcorreram até a escritura do segundo texto, destinado ao Encontro Americano de 2009. Modulação do tempo que introduz "a forma que, no segundo momento, cristaliza-se como hipótese autêntica, pois vem a visar à verdadeira incógnita do problema, qual seja, o atributo ignorado pelo próprio sujeito" (11). De fato, o segundo texto retoma certa referência à experiência e, mesmo que faça isso, no começo, em relação a uma elaboração sobre o Discurso Universitário e sua articulação com o Discurso do Mestre contemporâneo, inexoravelmente, nele, retorna a pergunta pela prática sustentada. A resposta já se encontrava, porém, no título, escolhido de antemão pelo retorno do momento de compreender: "O recurso do enclave".

Foi então que se abriu, definitivamente, a via que levou o sujeito à urgência por concluir. Dizendo com Lacan:

> O próprio retorno do movimento de compreender [...] prossegue no sujeito como uma reflexão, na qual essa instância ressurge para ele sob o modo subjetivo de um *tempo de demora* em relação aos outros nesse mesmo movimento, e se apresenta logicamente como a urgência do *momento de concluir* (12).

Assim, aquilo que estava respondido pelo título precipitou em cascata uma escritura que alinhavava a evidência do que realmente se tratou no movimento inicial e no esforço relançado durante esses anos, em cada semestre e com cada novo Seminário: a construção de um *enclave* para trabalhar como analisante, tal como Lacan marcou ao fazer a distinção entre ensino e saber, quando sublinha que, havendo um que ensine, ele sempre estará no matema $ (13).

Mas por que um *enclave* – que era aquilo que, em seu momento, Lacan chamou de "Escola" – em sua dimensão de refúgio diante do mal-estar na cultura (14)?

Porque foi a maneira inventada pelo sujeito para construir (-se) um refúgio a fim de preservar precisamente a possibilidade de continuar seu trabalho como analisante nas difíceis condições institucionais que se configuraram, local e regionalmente, depois da dissolução da ECFC e durante a década que viu nascer a NEL. Trata-se de uma invenção que permitiu ao sujeito tornar a conjugar os tempos do exílio e da migração, optando por uma reamarração de sua análise fora do marco do local e do regional, bem como pela consequente participação nas iniciativas e atividades tanto da AMP quanto da NEL. Congressos, Encontros Americanos e Jornadas cujos temas contribuíram para modular a proposição dos seminários e pontuar percursos na pesquisa.

Abriu-se, assim, um novo tempo no trabalho de transferência e na transferência de trabalho, articulados a partir e através do enclave. Um novo tempo que possibilitou que algo pudesse ser colhido um ano depois.

O terceiro texto (15) comporta, efetivamente, algo de um nascimento que se intuía próximo – aquele das primeiras teses doutorais, os primeiros "doutores" produzidos – e que traria, juntamente com o deslocamento da angústia e do questionamento íntimo, a surpresa por advertir que, no longo percurso, o nome escolhido para a

linha de pesquisa tinha mudado de sentido. Ele tinha deixado de ser um enigma, "mesmo que demonstre que o depois se fazia de antecâmara para que o antes pudesse tomar seu lugar [*mêmes'il demontre que l'après fais ait anti chambre, pour que l'avant pût prendre rang*]" (16).

Como Borges, "depois refleti que todas as coisas nos acontecem precisamente, precisamente agora" (17). Porque algo mais se amarrou na relação com a questão do enclave. Algo que dizia respeito à Escola e que mostraria – por retroação – a lógica dos passos que tinham me levado até aquele ponto: uma intervenção e divulgação decididas pela unificação da Sede, que me introduziram, a partir de 2008, em todos os esforços de recomposição e de construção institucional então iniciados. Era um caminho que, em 2014, em Paris, teve um marco importante com a decisão que sancionou a transformação da Comissão dos Seis, da qual participava, em Conselho Associativo da Sede.

Nessa hora – a partir do hoje –, é que podem ser recolhidos os efeitos que validam a produção do significante *enclave* como uma interpretação. Assim, é a partir do hoje que podem ser localizados os momentos de mudança na posição do sujeito em sua prática docente, ressoando sobre aqueles que poderiam ser chamados de copartícipes da experiência: os estudantes, os orientandos...

É precisamente na dimensão dos *"tutorials"* – nome dado no começo, seguindo a forma naquilo que, em Oxford, serve para evocar o Discurso Universitário – em que se produziram os deslocamentos mais visíveis. Tratava-se de um uso da transferência lido nas retificações que levariam cada um, já nas formulações iniciais de seus anteprojetos (18), ao encontro com os vestígios de seu desejo na produção de um objeto – um tema próprio – para fazer uso dele ou para consentir com aquilo a que o trabalho lhes permitia ter acesso. Sigo aprendendo com esses movimentos e com suas modulações, aportados pelo trabalho de tutoria, que permite capturar, em cada caso, o deslocamento da posição de sujeito cartesiano ao $ (e as suas consequências).

Parte 3: reexposição

Trata-se, agora, de ir do movimento que faz percurso até que se detenha no detalhe, naquilo de que estão feitos os cortes, os pequenos pedaços de ensino(s) disponíveis tanto para o uso quanto para a conversação.

O *talvez* que assomou em Vincennes, na sobriedade da coreografia com que Lacan articula *ensino*, *formação* e *análise*, chega a mostrar – no um por um – que a antipatia dos discursos, o analítico e o universitário, pode ser, sem dúvida, explorada. Mas isso pela boa maneira, ou seja, resultando ser, para as próprias ciências envolvidas, oportunidade de renovação, mesmo que do modo modesto que essa experiência singular e seus produtos acadêmicos – teses, doutores, publicações – revelam. Outra maneira de conjugar o fazer (-se) digno evocado por M. Bassols em sua conferência sobre a transferência hoje.

Os quatro discursos, porém, reaparecem em outra tonalidade: em um deslocamento de uso que acompanha, sem dúvida, aquele do sujeito. Ou seja, do uso temerário em sua própria tese de doutorado (1989), bem como do jogo com os quadrípodes em sua prematura abordagem dos populismos – com resultados aceitáveis, em todo caso – até o deslocamento atual em direção aos nós (19). Mesmo que o singular sempre tenha estado presente no jogo, com os quadrípodes escritos no quadro, seguindo as modulações de um estilo pessoal de pôr o corpo, uma maneira de ensinar aquilo que não se ensina (20).

Andante

Dizia, no começo, que esse texto poderia ser uma sonata do desejo. O incapturável adquire forma e, dela, emerge com seu nome: *enclave*.

Com sua interrogação, abre-se o segundo movimento ainda por escrever, o qual, para ser fiel à forma, deverá ser executado passo a passo. Porque ele aponta, mesmo assim, para a Escola. Para a Escola-Una ou simplesmente para a *Escola*, no sentido que M. Bassols nos fez recordar em sua videoconferência de 11 de março para a NEL. O quinto conceito que amarra *de outra maneira* o ternário clássico freudiano – teoria, análise e supervisão –, fazendo da formação uma amarração de suas três respectivas transmutações: o saber na episteme, o sintoma na clínica e o desejo na política (21). O quinto conceito que, enquanto permite sustentar o sintagma "Não há formação sem ensino", implica que ele se faz através da Escola como experiência subjetiva (22). A interrogação é, então, um tema político. Ela concerne a um tempo político, aquele do *Campo Freudiano, Ano Zero*, anunciado por Miller no registro do *engagement* enraizado no sinthoma.

Outra vez como Borges, "deixo aos vários futuros (não a todos) meu jardim de veredas que se bifurcam" (23).

** O texto foi lido na mesa redonda: Ensinamentos de psicanálise na Universidade, no Colóquio RUA da FAPOL, realizado no marco do VIII ENAPOL.*

Barcelona, agosto / setembro de 2017

Tradução: Diego Cervelin

Bibliografia:

(1) Lacan, J., "Talvez em Vincennes…", *Outros escritos,* Rio de Janeiro, Zahar, 2003, p. 316.

(2) Lacan, J., "Alocução sobre o ensino", *Op. cit.*, p. 303.

(3) O Doutorado em Ciências Sociais foi criado em 1978 na Universidade Central por iniciativa da famosa socióloga venezuelana Jeanette Abouhamad de Hobaica, discípula de P. H. Chombart de Lauwe e interessada por suas pesquisas em etnologia urbana. O projeto de reforma baseado nas "linhas de pesquisa" mais pretendia abrir os temas que propiciar uma discussão epistemológica e/ou metodológica, reduzida às alternativas "quantitativo/qualitativo".

(4) A primeira é própria do complementarismo positivista; a segunda se localiza na perspectiva da dialética como lógica da superação; a terceira é característica da confusão de saberes que reinou no fim do século e de milênio.

(5)Strozzi, Susana. "Psicoanálisis y sexualidad. Reflexiones preliminares sobre una cuestión epistemológica". In: *Entredichos 6*, Escuela del Campo Freudiano de Caracas, 1990, pp. 11-14.

(6) O significante "globalidade" foi tomado como uma apropriação para nomear o discurso que Lacan chamou de *capitalista*; como tal, ele foi consecutivamente utilizado e transmitido tanto em intervenções quanto em publicações. O nome do projeto "Do mal-estar na cultura à cultura do mal-estar" me ocorreu em 1991, durante uma breve temporada sabática em Paris. Uma tarde, em Saint Germain-en-Laye, eu falava de Freud, de Lacan, dos quatro discursos (com os quais havia começado a brincar em minha tese de doutorado)... e a fórmula apareceu. Contudo, eu pesquisava como professora e me localizava academicamente – não sem dificuldades, as quais já tinha aprendido a variar – no campo da História das ideias. Assim, quase no final da década, durante uma estadia na Duke University, comecei a escrever um texto com esse nome, enquanto me iniciava na confrontação com os acólitos da pós-modernidade e da globalização, os brilhantes – e arrogantes – autores da nova épica de fins do milênio, aquela dos estudos "pós": M. Hardt, W. Mignolo... de quem aprendi, sem dúvida. Enquanto isso, remontava um caminho próprio, seguindo Freud... com Lacan e Miller.

(7) Com o nome "anteprojeto" (no qual não deixa de ressoar a lógica evolutiva e acumulativa que rege os procedimentos vigentes no âmbito universitário) se designa o tema – não a pergunta – sobre o qual o aspirante pensa trabalhar. Trata-se de um requisito de admissão.

(8) Em forma de publicações e de participação em congressos e jornadas tanto nacionais quanto internacionais.

(9)Cf. Lacan, J., "O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada", *Escritos.* Rio de Janeiro, Zahar, 1998, p. 205.

(10) Ibidem, p. 205.

(11) Ibidem, p. 205.

(12) Ibidem, p. 206.

(13) Lacan, J., "Alocução sobre o ensino", *Outros escritos,* Rio de Janeiro, Zahar, 2003, p. 305.

(14) Lacan, J., "Ato de Fundação", *Op. cit.*, p. 244. MILLER, Jacques-Alain.Aula de 12 de novembro de 2008.

(15) Lacan, J., "A terceira", *Opção Lacaniana. Revista Brasileira Internacional de Psicanálise 62,* São Paulo, Eolia, dez. 2011, pp. 11-36.

(16)Cf. Nota introdutória de Lacan, J., "O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada", *Escritos.*Rio de Janeiro, Zahar, 1998, p. 197.

(17) Borges, Jorge Luis. "O jardim de veredas que se bifurcam", *Ficções.*3 ed. Trad. Carlos Nejar. São Paulo, Globo, 2001, p. 102.

(18) Elas constituíam, em sua maioria, uma subjetivação apenas esboçada conforme os enunciados do saber genérico das ciências sociais em sua versão contemporânea.

(19) O nome do novo projeto anuncia justamente isso: "Psicanálise e Ciências Sociais: continuidade e ruptura ou da interdisciplinar ao nó". Em relação ao significante "prematuro", ele remete à primeira metade do percurso e aos seus produtos, quando os populismos eram vistos apenas como um fenômeno latino-americano, enquanto que, na Europa, o discurso contemporâneo e sua denúncia apareciam somente sob o semblante da asfixia burocrática e da regulação. A crise de 2008 acabou com essa ilusão.

(20) Que aí se trata de uma maneira singular de pôr o corpo, pode-se verificar muito recentemente: durante o mês de junho, os acontecimentos em Caracas e no interior da Venezuela, que impediam meu deslocamento até a Universidade, fizeram com que eu utilizasse o recurso do Skype para dar meu seminário. Para além dos inconvenientes técnicos (próprios da situação do país), o resultado foi experimentado por mim como negativo. Negativo no sentido de que nada *acontecia* [*pasaba*].

(21) Bassols, Miquel. "Videoconferência realizada para a Nova Escola Lacaniana em 11 de março de 2017".

(22) Tal qual M. Bassols recordou, na intervenção já citada, ao retomar *O banquete dos analistas*, de Jacques-Alain Miller.

(23) Borges, Jorge Luis. *Op. cit.*, pp. 109-110.

O ENSINO DA PSICANÁLISE NA UNIVERSIDADE

Nieves Soria
EOL-AMP

> "Como fazer para ensinar aquilo que não se ensina? Eis ai por onde Freud caminhou" (1)

Xóchitl Enríquez. "Sem titulo". Óleo sobre tela. Analista associada à NEL – Cidade do México.

O ensino da Psicanálise na Universidade é polêmico em vários aspectos. Em primeiro lugar é posto em questão por vários discursos, particularmente a psicologia cognitiva, que em nome de sua suposta cientificidade questiona a presença de um discurso pretensamente anacrônico – e inclusive, segundo afirmam, demonstrado errôneo – no claustro universitário.

Em segundo lugar é posto em questão por alguns colegas em nome da autonomia da formação analítica no que diz respeito a qualquer trajetória universitária, assim como da degradação do discurso analítico que viria como resultado de sua passagem pelo discurso universitário. Trata-se neste caso de uma posição antiuniversitária que nem Freud nem Lacan- ambos tendo relações tanto com o discurso universitário em seu método de investigação como com a instituição universitária de distintas maneiras – sustentaram.

Em terceiro lugar é posto em questão pelos analistas que não só temos que lidar com os riscos que implica o ensino na Universidade, mas que encontramos em nossa prática ensinante ocasião de reinterrogar permanentemente os fundamentos de nossa prática analítica, de realizar investigações que pretendam aportar alguma luz em certos pontos de obscuridade de nossa doutrina, assim como de encarnar de vez em quando uma enunciação que desperta um desejo em algum daqueles sujeitos divididos pelo discurso universitário que se encontram conosco nas aulas.

Quais são os efeitos desta pratica ensinante em nossa própria formação, em nossa prática analítica, na relação entre a Escola e a Universidade, na formação analítica de jovens colegas, na relação com outros discursos? Abre-se assim um leque que justifica a utilização do plural naquilo que nos interroga os ensinamentos da Psicanálise na Universidade, ensinamentos que ocorrem numa dialética entre encontro e método cujo ponto de partida é uma impossibilidade que habita o discurso enquanto tal por estrutura – um dos três impossíveis freudianos – assim como a Psicanálise na singularidade de um discurso que, enquanto tal, como assinalava Lacan, "não ensina nada". (2)

Com efeito, Lacan indicava em "Lacan por Vincennes" que um primeiro passo ao ensino da Psicanálise é a demonstração de sua impossibilidade, assinalando neste ponto a importância da matemização da Psicanálise um dos nós de articulação entre o discurso analítico e o discurso universitário.

Meu encontro com a Psicanálise ocorreu através de um colega ensinante na universidade, a qual cheguei levada por uma pergunta que logo se desdobrou em minha primeira análise. E foi mais tarde a transferência de trabalho com alguns colegas o que me levou novamente a Universidade desta vez em posição ensinante. Este movimento foi crucial em minha formação, particularmente quanto à abertura do horizonte de elucidação tanto de minha experiência de analisante como de minha pratica analítica, ali onde se tratava de "reassegurar o que sustenta sua própria analise -quer dizer- a saber: não tanto para o que sua análise serviu, mas de que sua análise se serviu". (3)

Com efeito, a impossível tarefa de tornar ensinável este discurso tão singular que me habita, me confrontou inumeráveis vezes com aquilo que não se sustenta nas tentativas de transmissão, ensinando-me a circunscrever a

cada vez o que não sei sobre a experiência que me causa.

Considero que é este ponto de impossível mesmo o que obriga o analista em posição de ensinante a retornar uma vez ou outra aos textos, tentar novas linhas de leitura para elucidar os fundamentos da prática, bordejando sempre o furo do impossível de ensinar.

O IMPOSSÍVEL DE ENSINAR

Em "Lacan por Vincennes!" este indica que o discurso analítico "exclui a dominação, dito de outro modo, não ensina nada. Não tem nada de universal, dito o qual, não é matéria de ensino". Sem dúvida, sua posição diante desta impossibilidade está longe de implicar um retrocesso já que não lhe impede de avançar: "é o que se demonstra no primeiro passo até o ensino". Em um movimento dialético que o caracteriza, Lacan passa da impossibilidade do ensino ao ensino da impossibilidade. É neste ponto que a referência ao matema se torna crucial: "Fica demonstrado (...)de onde minha redução da psicanálise a teoria dos conjuntos".

Sem dúvida o movimento dialético não se detém ali, já que Lacan propõe que este confronto com sua impossibilidade dará lugar a uma renovação de seu ensino: "se constata que ao confrontar-se com sua impossibilidade o ensino se renova". Trata-se então de uma localização do furo do impossível que dará lugar a uma tarefa de articulação ou trançado do possível em torno esse furo. O ensino fundamental da impossibilidade que habita o discurso analítico estará então no centro do que a psicanálise pode ensinar na Universidade.

Esta impossibilidade se encontra ligada ao mais singular da experiência, ali onde a mesma se orienta pelo real. Em torno deste ponto de impossível se tecerão distintas tramas de saber, saber ensinável matemizavel e, portanto transmissível, articulado com as categorias logicas do universal e do particular que fazem o marco de saber no qual se ordena o não sabido, instância de enodamento entre Psicanálise e ciência razão pelo que a experiência analítica não soçobra na obscuridade absoluta de uma experiência inefável, ao recortar um lugar que faça "sombra ao aprisionamento do sentido", (4) sombra que não se produz senão como efeito de alguma luz.

DISCURSOS

Lacan concebe seus discursos como rotações de quartos de volta a partir do discurso do mestre, discurso no qual se desdobra a estrutura da linguagem com seus efeitos de divisão e condensação de gozo em um objeto *a*. Em *O avesso da psicanálise* Lacan homologa o inconsciente como saber com o discurso do mestre, propondo o discurso analítico como seu avesso, indicando desse modo a intima articulação entre discursos que em algum sentido se opõem.

Mesmo assim, como Schejtman e outros colegas assinalam em, "Psicanálise e Universidade", cabe destacar um ponto de confluência singular entre discurso analítico e discurso universitário, enquanto este último produz justamente um sujeito dividido, *partenaire* do psicanalista. Por outro lado, neste texto se enfatiza também a concepção lacaniana do discurso analítico mais do que como um discurso estável, como um princípio de rotação fazendo referência a proposta lacaniana de *Mais ainda: "*Há emergência do discurso analítico cada vez que se franqueia a passagem de um discurso a outro". (5)

Em 1978, ao referir-se presença da psicanálise na universidade, Lacan partia da existência dos quatro discursos, definindo o ensino com relação ao domínio e a referência ao universal, propondo o discurso analítico como uma exceção, enquanto não ensina nada, situando assim uma antipatia entre o discurso analítico e o universitário. Esta antipatia não é, sem dúvida, para ele, uma razão de retirar a Psicanálise da Universidade, trata-se mais de explorá-la como renovadora do ensino.

Lacan liga intimamente o discurso universitário ao discurso da ciência já que nele o saber está em posição de domínio. E é justamente a referência ao discurso da ciência, particularmente o matema, que Lacan privilegiará na hora de fazer um balanço da experiência da Psicanálise em Vincennes. Ali propõe que as matemáticas servem para regularizar o objeto "regularizar o que se lhe propõe como afim" (6). Anos antes em "Talvez em Vincennes...," Lacan esperava da presença na Universidade não "somente de ajudar o analista com ciências difundidas sobre o modo universitário, mas também que estas ciências encontrem em sua experiência a ocasião de renovar-se". Tratava-se ali de uma aposta na interação entre discursos, que se renovariam mutuamente uns aos outros".

Com efeito, a conceitualização lacaniana da teoria analítica se nutre constantemente de ciências difundidas sob o modo universitário; tais como a linguística, a matemática, a antropologia estrutural, a filosofia, etc., sendo

inabordável sem o estudo das mesmas. A ambição lacaniana consistia em propor também um aporte da Psicanálise a estas ciências.

Com respeito à interação entre Psicanálise e linguística partia de *lalangue* como suporte do inconsciente, propondo a partir da Psicanálise considerar a ligação entre a linguagem e a vida na articulação do simbólico com os outros registros, situando a convergência entre a disciplina linguística da gramática e o uso analítico do equívoco na redução do sintoma, aspirando a uma linguística mais verdadeira. Enquanto tomaria *lalangue* mais seriamente.

Em relação à matemática sublinhava, por um lado, a importância da logica como ciência do real que permite o acesso ao modo do impossível, fundamental no discurso analítico; por outro, o recurso da topologia ("todas as formas onde o espaço faz falta ou acúmulo") para abastecer o analista de um apoio que não seja metafórico para sustentar a metonímia, indicando ali a possibilidade de uma orientação para o analista que só se autoriza de seu extravio.

Finalmente proporá como resultado da interação entre Psicanálise e filosofia o que passa a chamar de "anti-filosofia", indicando um caminho de investigação do que o discurso universitário deve a sua suposição educativa, pondo em questão a realização de uma história das ideias apontando a dar-lhe mais valor em sua raiz indestrutível, que define como seu sonho eterno, chegando ao ponto no qual a psicanálise propõe um despertar particular, não subsumível na lógica universitária**.**

Universidade e Escola

Freud não opunha a Psicanálise a Universidade, a ponto de propor a existência de associações psicanalíticas como uma consequência da exclusão da Psicanálise da Universidade:

> É indubitável que a incorporação da Psicanálise ao ensino universitário significaria uma satisfação moral para todo psicanalista, porém, não é menos evidente que este possa de sua parte, prescindir da universidade sem menosprezo algum para a sua formação. Com efeito, a orientação teórica que lhe é imprescindível ele a obtém mediante o estudo da bibliografia respectiva e, mais concretamente nas sessões cientificas das associações psicanalíticas, assim como o contato pessoa com os membros mais antigos e experimentados destas. Quanto a sua experiência pratica, além de adquiri-la em sua própria analise, poderá alcança-la mediante tratamentos efetuados sob a supervisão e orientação de analistas mais reconhecidos. Ditas associações devem a sua existência, precisamente, a exclusão da qual a psicanálise foi objeto pela universidade. É evidente, pois, que continuarão cumprindo uma função útil enquanto se mantenha dita exclusão (7).

Lacan, logo após a sua exclusão da IPA, recorre ao antigo conceito de Escola para propor um modo inédito de laço entre analistas, centrado na relação com o saber, como assinala Miller (8). A particularidade desta relação com o saber consiste em que se sustente da transferência, uma vez que na antiguidade grega e romana as escolas se constituíam em torno do ensino de um mestre, particular relação com o saber que já estava presente na leitura lacaniana de Freud. É o ensino do mestre que se autoriza de si mesmo e da transferência que desperta nos outros que faz Escola, e encontramos esta transferência central no ensino de Miller nas Escolas de orientação lacaniana. Nesta perspectiva, a renovação do ensino provém fundamentalmente do mestre, encontrando-se o peso do *magister dixit* nas produções as quais dá lugar.

Por outro lado, com sua proposta do dispositivo do Passe Lacan propunha avançar o saber da Psicanálise através do ensino dos AEs e da elaboração da doutrina por parte dos cartéis do Passe, que se deixariam ensinar pelos mesmos. Assim, o dispositivo daria lugar a uma renovação do ensino que abriria outras vias de produção do saber mais além do *mainstream.* Se isso ocorre efetivamente é um ponto a interrogar acerca do ensino nas Escolas.

A Universidade é uma instituição que surge na idade média, dando lugar a um modo específico de laço com o saber que desemboca na obtenção de um título. Como assinala Miller, seu surgimento é muito anterior ao da ciência moderna, e inclusive a instituição universitária se opôs durante muito tempo ao saber que produziam os

fundadores da mesma, tais como Descartes e Galilleu. A burocracia universitária baseada na repetição incorre assim numa demora na incorporação de saberes que renovariam o ensino.

Neste ponto me parece fundamental distinguir a universidade do discurso universitário – questão assinalada por Schejtman e outros -, uma vez que sua concepção do mesmo, tanto no *seminário 17*como em *Radiofonia*, Lacan o liga intimamente com o discurso científico, propondo certo diálogo entre o mesmo e o discurso analítico, questão que atravessa todos os últimos anos de seu ensino. Não é da Universidade, mas do discurso universitário enquanto inclui a referência à ciência – que pode produzir-se em outros lugares que a Universidade, por exemplo, na Escola – que pode esperar-se certa renovação do ensino, questão na qual se baseiam os textos de Lacan propostos para o trabalho de hoje.

Saberes

Lacan propunha que o analista seja ao menos dois, o que produz efeitos, e o que esses efeitos teoriza (9). Estas duas dimensões do analista estão em relação com duas dimensões do saber: a primeira com o saber suposto, a segunda com o saber exposto. O saber suposto é correlativo da definição lacaniana do inconsciente como sujeito suposto saber e se refere ao estatuto transferencial do saber que se joga na experiência analítica. Lacan o desdobra em seu algoritmo da transferência (10) que toma sua estrutura do discurso do mestre. É enquanto o psicanalista encarna o significante da transferência para um significante qualquer que sua intervenção tem efeitos. Com sua presença encarna o saber não sabido no que consiste o inconsciente e é neste campo opaco, singular, e não ensinável enquanto tal, que opera.

A teorização dos efeitos de tal operação se torna então indispensável para tornar transmissível a opacidade desta experiência, requerendo para isso um método. Ali é onde se torna necessário o discurso universitário e, sua aspiração de transmissão de uma argumentação fundamentada e sua referência à linguagem científica. No movimento até a Escola, por exemplo, temos assistido a conversações que, sob o título de "disciplina do comentário", se estruturavam segundo o modelo universitário da *disputatio* que consistia em um certame dialético conduzido por um ou vários mestres onde se desdobrava uma questão – *quaestio* -em relação com a qual cada um dos participantes sustentava diversos argumentos. Este modelo também se utiliza atualmente em algumas atividades do Instituto Oscar Masotta.

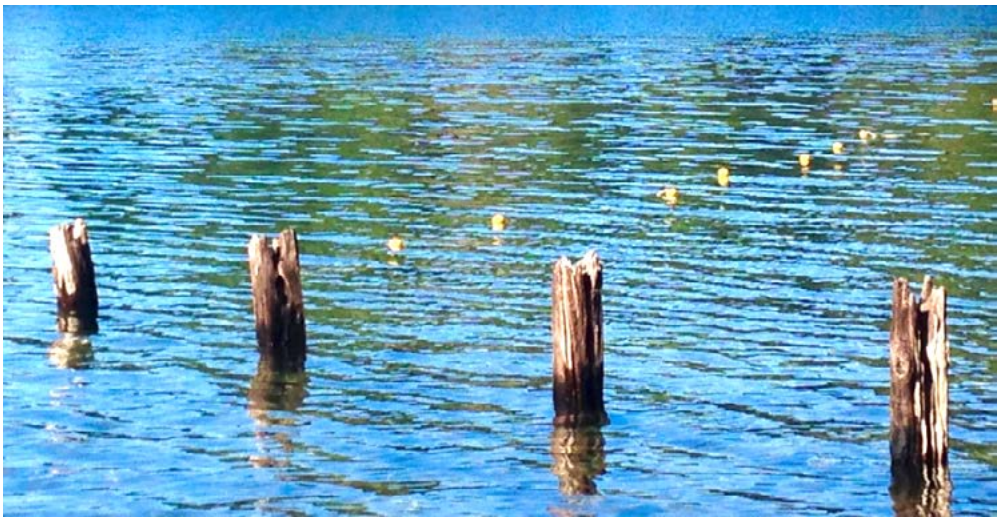
É este o exercício que buscamos realizar de modo firme com os analistas na universidade. "Lugar de encontros, de disputas, de contradições, de consolidação e de revisão doutrinaria, de religião e de lógica, de pró e de antiaristotélicos, de saber e de verdade, etc., porém, sobre tudo, onde sempre reinou certa liberdade dialética na relação com o saber, e onde não só a *lectio* quase sempre foi possível, mas também a *disputatio*..." (11) buscando, guiados por Lacan, uma renovação de nosso ensino.

Tradução: Lenita Bentes

Bibliografia:
(1) Lacan, J. "Lacan por Vincennes!" *Lacaniana*, n 11 Grama, Buenos Aires, 2011
(2) Idem.
(3) Idem.
(4) Lacan, J. "Quizás en Vincennes ...," Otros escritos, Paidós, Buenos Aires, 2012
(5) Lacan, J, El seminário. Libro 20:"Aun", Paidós, Barcelona, 1985. p.25.
(6) Idem
(7) Freud, S. "Debeen señarse el psicoanálisis em la universidad?" Obras Completas. Vol. XVI. Amorrortu. Buenos Aires, 1986.
(8) Miller, J, A. "El concepto de escuela". Conferencia publicada enwww.wapol.org/es.
(9) Lacan, J. Seminario 22. RSI. Inédito. 10/12/1974.
(10) Lacan, J. "Proposición del 9 de octubre sobre el psicoanalista de la escuela", en Otros escritos. Paidós, Buenos Aires, 2012.
(11)Schejman, F. et al, "Psicoanalisis y universidad", El murciélago, nueva época, n 8, abril/julio 1998, Fundación Descartes, pp. 2-25.

Um novo vetor para a formação do analista

Gerardo Arenas
EOL-AMP



G.A. "1, 2, 3, 4". Fotografia. EOL- AM P

Chama a atenção a insistência com que se diz que a formação do analista se assenta em um tripé constituído pela sua própria análise, a supervisão de seus tratamentos e a orientação teórica que outros colegas lhe oferecem em pessoa ou através de suas publicações. É verdade que Freud falou desses três pilares, mas ele não afirmou que fossem os únicos, uma vez que no mesmo contexto ele incluiu o mais obvio, isto é, que um analista se forma praticando.(1) De fato, no geral a prática da análise causa em cada analista os efeitos de formação mais abundantes, variados, cotidianos e inesquecíveis. Por outro lado, como poderia um analista supervisionar seus próprios casos se não tiver nenhum? Que teoria deveria orientar suas curas se ele não as dirige? Então, chega de falar do tripé! Para a formação de um analista faz falta é um *tetrapé* que inclui a própria prática e esta é um pilar não menos importante que cada um dos outros três. Colocar deste jeito permite captar a lógica que define a necessidade desses quatro apoios na medida em que só o conjunto que todos eles formam inclui as duas variantes do laço analista-analisante e as duas do laço analista-analista.

Por outro lado permite corrigir um erro de Freud. De fato, se de um lado ele acertou ao dizer que o analista pode "prescindir da universidade sem menosprezar a formação que esta oferece", ele se enganou ao acreditar que as associações de analistas tem a mera função de remediar "a exclusão da qual a psicanálise tem sido objeto pela universidade" e só seriam úteis "enquanto se mantenha a dita exclusão". (2)Para além do contundente fato de que tais associações cresceram e se multiplicaram, até, em lugares (como na Argentina) onde a psicanálise chegou a ocupar boa parte dos cursos de psicologia incluídas nas diversas universidades nacionais, a afirmação freudiana é um erro devido a que as sociedades psicanalíticas tem funções específicas irredutíveis às do ensino universitário (ainda quando elas não estão à altura dessas funções), (3)e na forma chamada Escola se ocupam de sustentar, em quanto tal, o discurso analítico (4) cuja estrutura não é a do discurso universitário. (5)

Em definitivo, o *tetrapé* da formação do analista está constituído pela sua análise, sua prática, a supervisão da mesma. Que nome dará a esta quarta coluna? Talvez devamos batizá-la como orientação discursiva, entendendo que a Escola (não como instituição, mas como laço) é responsável de oferecê-la. Então, esta é a novidade que a Iniciativa Universitária de Formação e Investigação (IUFI) introduz a partir da cartelização de seus participantes, no mundo universitário, onde suas consequências não demoraram em se fazer sentir. O primeiro levantamento realizado pela IUFI a instâncias da FAPOL mostrou, dentre outras coisas, que os docentes, mestrandos e doutorandos universitários, apesar de terem uma sólida e às vezes consolidada transferência com a psicanálise lacaniana, não são membros de nenhuma Escola e unicamente eles tem acesso efetivo e pleno a três dos quatro pilares da formação: suas próprias análises, a prática que desenvolvem e a supervisão das curas que dirigem. Mas a quarta coluna, que corresponde ao laço do praticante com a comunidade analítica, vê-se reduzida ao extremo e está obrigada a passar pelo seu(s) analista(s) e seu(s) supervisor(es) -duas funções que, em algumas ocasiões, uma mesma pessoa condensa - o qual impõe a esse laço a necessidade de atravessar um gargalo de garrafa que sem dificuldade se desloca para uma estrutura de tipo arborescente, com as consequências feudais (e no geral,

contrárias ao discurso analítico) que isso implica.(6)

No breve tempo de existência da IUFI temos constatado vários dos seus efeitos - dependentes acima de tudo, da ponte que criou com as Escolas através do cartel - sobre uma quarta coluna. A multiplicação e circulação das transferências é apenas a cara visível dos mesmos, a "desarborização" do fluxo transferencial é o seu resultado mais imediato e a criação e/ou consolidação do laço de cada universitário com a Escola é a estrutura íntima do fenômeno mencionado. Isto faz da IUFI um novo vetor para a formação do analista que, por sua vez, reverbera nos outros três apoios do *tetrapé*: a retomada ou a iniciação de análises dos analistas, as renovadas demandas de supervisão e, até, certos efeitos constatáveis na prática, que assim o testemunham.

Tradução: Oscar Reymundo

Bibliografia:

(1) S. Freud, "¿Debe enseñarse el psicoanálisis em la universidad?", Obras completas, Buenos Aires, Amorrortu, 1992, t. XVII, p. 169: "Quanto a sua experiência prática, poderá obtê-la mediante tratamentos realizados […]". – O grifo é nosso.

(2) *Ibídem*.

(3) Cf. J. Lacan, "Situación del psicoanálisis y formación del psicoanalista en 1956", Escritos, Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 2009, pp. 431-460; "El psicoanálisis y su enseñanza", ibíd., pp. 411-430.

(4) Cf. J. Lacan, "Situación del psicoanálisis y formación del psicoanalista en 1956", Escritos, Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 2009, pp. 431-460; "El psicoanálisis y su enseñanza", ibíd., pp. 411-430.

(5) J. Lacan, El seminario, libro 17, El reverso del psicoanálisis, Buenos Aires, Paidós, 2008.

(6) Cf. J.-A. Miller, Un esfuerzo de poesía, Buenos Aires, Paidós, 2016, pp. 161-164; G. Arenas, Sobre la tumba de Freud, Buenos Aires, Grama, 2015, pp. 9-55.

COMENTÁRIO DOS ESCRITOS E OUTROS ESCRITOS DE LACAN

Lacan XXI
REVISTA FAPOL ONLINE

Para uma ética. Observação sobre o informe de Daniel Lagache

Marcelo Marotta
EOL-AMP

"Se anuncia uma ética, convertida ao silêncio, pela avenida não do espanto, senão do desejo: e a questão é saber como a via da conversa da psicanálise conduz a ela".

Luis Darío Salamone."Sem Título". Fotografia. "EOL- AMP

O parágrafo pertence ao último ponto intitulado "Para uma ética" do escrito de Lacan "Observação sobre o informe de Daniel Lagache: Psicanálise e estrutura da personalidade", editado na Páscoa de 1960.

Localizemos rapidamente o contexto do que Lacan vem defendendo e que o conduz a tratar o tema da ética. Ao alcançar sua apresentação do modelo ótico, critica o conceito que Michael Balint tem do final de análise onde o sujeito acredita intercambiar seu eu com o do analista. Opondo-se a essa ideia, Lacan volta a trazer a atenção sobre o desejo e especificamente sobre o objeto *a*.

Chegar ao que chama o "término verdadeiro da análise", não só implica a redução dos ideais da pessoa senão que "é como objeto *a* do desejo, como o tenha sido para o Outro em sua construção do vivo, como o *wanted* ou o *unwanted* de sua vinda ao mundo, como o sujeito está convocado a renascer para saber se quer o que deseja" (1).

Deste modo o sujeito deve pagar com sua pessoa para poder resgatar seu desejo e é neste campo onde a análise requer uma revisão da ética.

Apenas uns meses antes, em julho de 1960, ditando seu Seminário "A Ética da Psicanálise" Lacan esclarece que essa revisão da ética, a que nos conduz a psicanálise, tem como padrão de medida "a relação da ação com o desejo que a habita". (2)

Se a ética consiste em um juízo sobre nossa ação, a ética da psicanálise aporta essa relação com o desejo como medida de nossa ação.

Para uma ética

Para concluir seu escrito, Lacan se introduz no tema apelando à estrutura do Supereu.

Segundo Freud, essa instância moral implica uma economia que produz um desgarre no sujeito: quanto mais sacrifícios lhe fazem, mais exigente se torna. Não é percorrendo essa via que devemos traçar "as metas morais da psicanálise" (frase com que J.-A. Miller intitulou a aula XXIII do Seminário 7).

Em sua obra de 1924 "O problema econômico do masoquismo", Freud sustenta que "o imperativo categórico de Kant é a herança direta do Complexo de Édipo". Seguramente por esta razão, Lacan faz sua referência a Kant no item final do Escrito que citamos. Mas surpreendentemente não passa a desenvolver o tema do imperativo categórico que se encontra no primeiro capítulo de "A Crítica da razão prática" senão que, enfocando a encruzilhada da razão prática, se refere ao que propõe Kant na "Conclusão" de seu ensaio: "as duas instâncias nas quais o sujeito pode ver figurada a heteronomia de seu ser" que enchem seu ânimo de admiração e respeito: "a

estrada estrelada sobre mim" e "a lei moral dentro de mim".

Lacan ressalta a mudança das condições de possibilidade desta contemplação. Enquanto o "céu ou à estrada estrelada" nos faz pensar que o homem de hoje, puxado por seus progressos, pode fazer valer sua presença e seu saber sobre esses espaços infinitos que "empalideceram atrás das letras minúsculas" possibilitando, deste modo, que seu silêncio já não tenha nada de aterrador.

Ao mesmo tempo, e em um sentido irrisório, o homem de hoje também converte esses espaços em uma lixeira que recebe os restos do que ele mesmo produz.

Para abordar o parágrafo seguinte, no qual Lacan defende, que o mesmo que acontece com a lei moral, pode vir em nossa ajuda algumas das questões que esclarece J.-A. Miller em seu artigo "Sobre Kant com Sade". (3)

A intenção kantiana é conceber um sistema de moralidade pura, sem referência à experiência relacionada aos objetos.

Como na própria experiência as coisas mudam, uma moralidade fundada sobre a relação do sujeito com os objetos do mundo, não poderia alcançar a universalidade. É por isso que para formular uma ética "*a priori*", independente da experiência, devemos abandonar as relações com os objetos, apresentando-a sem referência aos bens e ao prazer.

A formulação do imperativo categórico kantiano implica um desaparecimento de toda referência a um objeto bem como faz surgir uma universalidade. Só devemos escutar "a voz da consciência" e logo atuar de maneira tal que a regra de sua ação possa ser tomada como máxima de cada um.

Lacan o diz assim: "Fixemos o paradoxo de que seja no momento em que esse sujeito não tem já frente a ele nenhum objeto quando encontra uma lei, a qual não tem outro fenômeno senão algo significante já que se obtém de uma voz na consciência"... (4)

Se a ética kantiana se apresentava sem objeto, desde Lacan há um objeto, o objeto *a*, a voz: "o Supereu em seu íntimo imperativo é efetivamente 'a voz da consciência', quer dizer, uma voz em primeiro lugar, e bem vocal..." (5), assim o apresenta em um parágrafo antes da citação que motiva nosso trabalho.

Chegamos assim ao parágrafo que anunciamos ao início, onde constatamos finalmente que a ética que se anuncia é a que pode sustentar a psicanálise na medida em que só com ele podemos reconhecer a natureza do desejo que se encontra no núcleo da experiência da ação humana.

Para aprofundar o conteúdo do parágrafo podemos recordar que Lacan considera que essa ética se expressa na seguinte pergunta: "Você tem atuado em conformidade com o desejo que o habita? Esta é a pergunta que não é fácil sustentar. Pretendo – afirma Lacan – que nunca tenha sido formulada em outra parte com esta pureza e que só pode sê-lo no contexto analítico". (6)

O desejo, que de algum modo se pode ligar ao silêncio por estar articulado, mas não ser articulável, é o que reivindica Lacan no nosso parágrafo de referência. Uns meses depois irá propor que "da única coisa da que se pode ser culpado, ao menos na perspectiva analítica, é de haver cedido em seu desejo". (7)

Pode acontecer que o sujeito ceda em seu desejo traindo-se a si mesmo ou tolerando que alguém tenha traído sua expectativa, desse modo renuncia a sua perspectiva impulsionado pela ideia do bem, um dos segredos políticos do moralista.

Pelo contrário, Lacan propõe que o único bem é o que serve para pagar o preço do desejo. No Escrito, enquanto trabalha o modelo ótico em seu intento de responder ao artigo de Lagache, o pagamento era com a pessoa, uns meses depois, no caso do Seminário da Ética, onde trabalha o gozo ligado à Coisa, o pagamento é abordado de outro modo: "Sublimem tudo que quiserem, há que pagá-lo com algo. Esse algo se chama gozo. Essa operação mística paga com uma libra de carne. Isto é o objeto, o bem, que se paga pela satisfação do desejo". (8)

Perspectiva do conceito

Ao seguirmos a perspectiva do conceito de ética no ensino de Lacan, constatamos que "o bem", como termo, adquire outro sentido quando se vincula à ética do bem-dizer que é o que Lacan pode extrair de sua prática e com a qual responde à pergunta kantiana sobre: Que devo fazer? Trata-se de uma ética relativa ao discurso analítico. Assim quando Lacan em "Televisão", se refere ao dever do bem dizer ou de orientar-se no inconsciente, na estrutura, J.-A.Miller acrescenta que "não há ética mais que do Bem-dizer".

Ao final do item sete do primeiro capítulo da "Crítica da razão prática" Kant eleva o comentário da fórmula

do imperativo categórico da seguinte maneira:

> "No entanto, para considerar dada esta lei sem dar margem a más interpretações, é preciso observar sem dúvida que não é empírica, senão o único fato da razão pura, a qual desta sorte se anuncia como originariamente legislativa (*sic volo, sic iubeo)*" (9).

Estas últimas quatro palavras que aparecem entre parênteses, não tem nenhuma referência e sua tradução é "assim o quero, assim o ordeno".

Jacques-Alain Miller nos adverte que provém do escritor satírico romano, Juvenal, quem em sua sátira VI dedica-se a demonstrar que não é conveniente que um homem se case com uma mulher. "É a sátira por excelência da ética do solteiro" (10), quer dizer do homem que não se vincula com o Outro, entendido como o Outro sexo.

As palavras "assim o quero, assim o ordeno"aparecem quando comenta os prejuízos que uma mulher casada pode ocasionar a um homem. Miller resume uma cena na qual uma esposa se dirige ao marido para que este ordene a crucificação de um escravo. O marido pede provas e apela à reflexão, sustenta seus argumentos como faria Kant; recordando que há que realizar um juízo razoável, tal como disse no texto antes de esses parênteses finais. Mas se considerarmos o que cita entre parênteses (assim o quero, assim o ordeno) é evidente que finalmente Kant se reconhece na palavra da mulher. "Reconhece a voz do dever tirânico na voz da mulher".

Sem dúvida esta vinculação de Kant com Juvenal pode conduzir a questões ligadas ao Supereu feminino. Recordemos também que Lacan começa a ditar seu *Seminário Mais, Ainda* fazendo uma referência a "A Ética da psicanálise", de maneira tal que quiçá agora possamos dedicar-nos a este tema a partir das distintas derivações que possam surgir ao considerar o gozo feminino.

Mas estas questões só ficarão sugeridas, já que pelas variedades que impõem seu desenvolvimento, merecem ser abordadas em outro trabalho.

Tradução: Maria Cristina Vignoli

Bibliografia:

(1) Lacan,J., Observación sobre el informe de Daniel Lagache: "Psicoanálisis y estructura de la personalidad" *Escritos 2*. Siglo XXI editores, Bs. As. 1987, p. 662.

(2) Lacan, J.: "Las paradojas de la ética", capítulo XXIV, *El Seminario, Libro 7, La ética del psicoanálisis*, Paidós. Bs.As,1990, p.372

(3) Miller J.-A., "Sobre Kant con Sade", Rio de Janeiro, 1985, *Elucidación de Lacan*, Charlas brasileñas, EOL, Paidós, 1998, pp. 233 a 235

(4) Lacan, J., "Kant con Sade", setiembre 1962, *Escritos 2*, Siglo XXI, 1995, Bs.As.p.746

(5) Lacan,J., Idem nota 1, p.663

(6) Lacan, J., Ibíd., nota 1 p.373

(7) Lacan,J., Ibid., p.379

(8) Lacan,J., Ibid, p.383

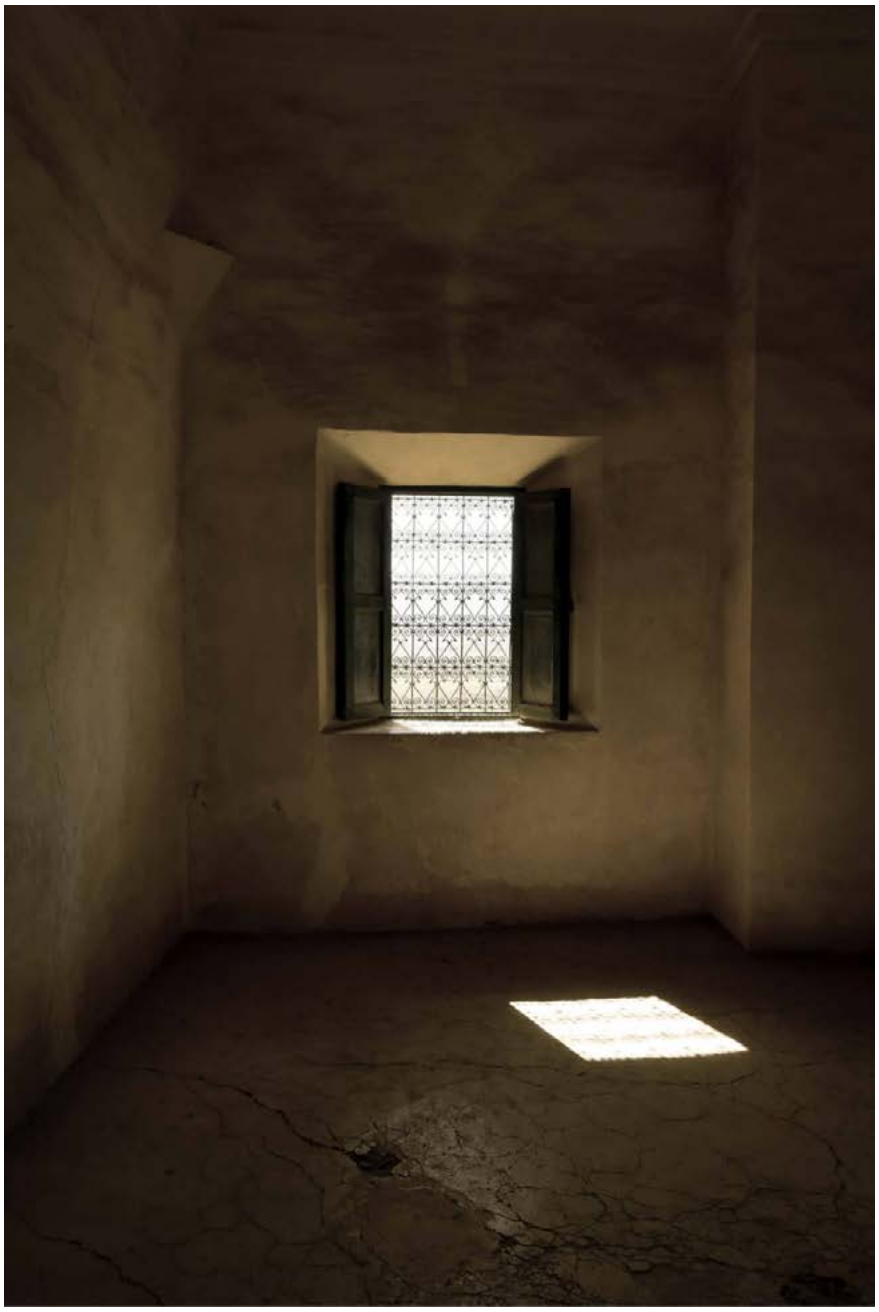
(9) Kant,I., "Ley fundamental de la razón práctica pura. Apartado 7 del capitulo 1, *Crítica de la razón práctica*, Libera los libros (version virtual)

(10) Miller, J.-A., *Increíble exaltación*, Lakant, Escuela Lacaniana de Psicoanálisis del Campo Freudiano, Barcelona, 2000.

Comentário sobre uma citação da Proposição de 9 de outubro/67

Gloria María González
NEL-AMP

> A passagem de psicanalisante a psicanalista tem uma porta cuja dobradiça é o resto que constitui a divisão entre eles, porque essa divisão não é outra senão a do sujeito, da qual esse resto é a causa. Nessa reviravolta em que o sujeito vê soçobrar a segurança que extraía da fantasia em que se constituiu, para cada um, sua janela para o real, o que se percebe é que a apreensão do desejo não é outra senão a de um desser. (1)



Marcelo Veras. "Janela do Marrocos". Fotografia. EBP- AMP

Esta citação nos apresenta a imagem da passagem de um estatuto ao outro, passagem que nos diz respeito por implicar nossa formação. Da posição de demanda como analisante, até autorizar-se a operar como um analista e fazer a oferta de uma escuta singular, habitado pelo desejo de encontrar a diferença mais substancial daquele que vem inicialmente demandando um saber.

Entre esses dois lugares – uma porta – a qual é possível atravessar quando se consegue mover a dobradiça que a segura, se o objeto se desprende resto que é causa da divisão subjetiva. A passagem implica tanto o encontro com *isso* que se é na fantasia e que garante um ser, quanto poder dar-se conta da função de tampão do objeto, deixá-lo cair e com sua queda o Outro perca sua consistência. Como consequência, um duplo movimento: o abandono do amor ao saber colocado no Outro e a aceitação da impotência do simbólico para nomear plenamente o real.

O enquadre da fantasia torna-se obsoleto, pois, ainda que talvez algo dele permaneça, a certeza sobre o ser e sobre a realidade psíquica que acompanhava o sujeito, se desvanece, então, *des-ser* (deixar de ser aquilo que se foi), destituição subjetiva (queda das identificações, abandono do ideal, renuncia à completude), momento de solidão.

A passagem também pode ser pensada em termos do Outro ao Um, como encontro com o autoerotismo do

gozo, com o Um que rege a existência e que não faz laço social. Aquilo que entrava na conta do pai afiançado na ficção e na história familiar, poderá ser colocado agora na conta do gozo como tal, não-todo limitado pelo falo, Um impossível de negativizar. Passagem da ficção à *fixão;*

Tempo no qual é preciso a invenção de um Outro, diferente daquele da ficção fantasmática, necessidade lógica para não cair no cinismo ao qual este encontro pode conduzir, necessidade à qual Lacan respondeu com sua oferta de uma Escola, um espaço no qual a causa de cada um pode colocar-se a serviço da transferência de trabalho, antes do final de uma análise, mas de forma privilegiada quando já se concluiu o trabalho de transferência e o analista pode ser também Analista da Escola e interpretá-la.

Atravessar a fantasia é necessário, não suficiente, não basta saber "sou isso". No Passe do *parlêtre* – posterior a esta Proposição – dado que o gozo não muda, tenta-se demonstrar que é possível, com isso mesmo que era motivo de mortificação, viver de outra maneira e extrair uma satisfação. No texto de Leonardo Gorostiza, "*Una demostración encarnada*" (2) encontramos a seguinte afirmação esclarecedora: Não há oposição excludente entre o 'passe da fantasia' e o 'passe do sinthome'. Estou mais inclinado a afirmar que a travessia da fantasia (que implica a construção do seu axioma) é uma condição necessária para a identificação ao sinthome.

A identificação ao *sinthome*, como modo de fazer a cada vez com o próprio real, não é somente índice do pragmatismo de Lacan ao final do seu ensino, nem é da mesma ordem da identificação ao analista proposta pela IPA, que seria mais uma forma de alienação. A proposta de Lacan é libertária, é uma proposta de separação dos lastros do discurso do Outro, um convite a fazer uso desse pequeno espaço de liberdade no qual cada um de nós pode dizer basta a um programa de gozo que nos acorrenta, para se permitir inventar novas formas de fazer com esses pedacinhos de real que extraímos na análise, fazer do *sicut palea*, um agalma, uma causa do desejo.

A proposição de 67 nos coloca na via de pensar esses momentos cruciais da análise e com isso nos convida a estarmos atentos à nossa formação e a participar ativamente em pró da existência da Escola, comunidade na qual a singularidade possa ser reconhecida, respeitada e se coloque a trabalho.

Tradução: Paola Salinas

Nota e Bibliografia:

(1) Lacan, J., Outros escritos, p. 259

(2)N. do T: Gorostiza, L. Una demostración encarnada. Lacaniana, n 22. Buenos Aires, abril de 2017, pg. 81.

DESEJO E SATISFAÇÃO

Maria do Rosário Collier do Rêgo Barros
EBP - AMP

Ao incondicionado da demanda, o desejo vem substituir a condição "absoluta": condição que deslinda, com efeito, o que a prova de amor tem de rebelde à satisfação de uma necessidade. O desejo não é, portanto, nem o apetite de satisfação, nem a demanda de amor, mas a diferença que resulta da subtração do primeiro à segunda, o próprio fenômeno de sua fenda (spaltung)". - "A significação do falo" pg. 698.

Adolfo Ruiz Londoño. "Rastros". Fotografia. NEL-AMP

Em 1958, em seu escrito "A significação do falo", Lacan situa o desejo na fenda que se produz a partir da subtração do apetite de satisfação à demanda de amor. O apetite de satisfação está referido a um objeto específico, inscrito na ordem da necessidade. A demanda de amor é incondicional, pois ela anula a especificidade do objeto em jogo no registro da necessidade, dirigindo-se a presença-ausência do Outro. A demanda de amor exige uma submissão ao Outro, a seus significantes através dos quais ele pode dar o que não tem. Ela conduz ao processo de simbolização do objeto ao estabelecer um corte com o objeto da necessidade, presente na ordem do instinto. O desejo surge a partir dessa fenda; ele é essa fenda, mas não sem o retorno da particularidade do objeto abolida na demanda de amor. Nesse retorno, o objeto em jogo no desejo vai trazer a marca dessa fenda. Dessa forma, ele introduz no processo de simbolização, a falta no objeto. A particularidade anulada na demanda de amor reaparece pela via do desejo, como condição "absoluta".

Lacan insiste em que é necessário que a particularidade abolida reapareça para-além da demanda. E, com isso, ele indica a presença de um resíduo inevitável, que insiste e que tem a função de indicar não só a dimensão da "pura perda" presente nessa operação, mas de um gozo que não se pode anular. Não há simbolização absoluta e o desejo está em conexão com a presença desse resto, que é ao mesmo tempo resíduo e rebento. Em 1958, Lacan aponta para esse resíduo como o testemunho de que o significante produz não só uma perda, algo impossível de recuperar, mas também um gozo, que tem seus rebentos que vão aparecer tanto no circuito pulsional, como no desejo. Tanto em um como no outro está presente a fenda, a falha, a hiância, que nenhum objeto poderá saturar, que nenhuma satisfação poderá anular. Daí a indestrutibilidade do desejo e a impossibilidade de anular todo gozo, sem o qual a existência seria vã.

Será somente no final de seu ensino que Lacan irá esclarecer tratar-se do resíduo do gozo, produzido pelo impacto do significante sobre o corpo, marcas indeléveis, que a simbolização não pode eliminar. O que o leva a afirmar que o prévio é o gozo e não o Outro, exigindo, portanto, uma releitura das suas elaborações prévias.

Ao pensar a dimensão do resíduo como o objeto em jogo no desejo, através do qual se insere a condição absoluta, Lacan nos leva a considerar o objeto não como aquele que o desejo busca sem nunca alcançar, mas aquele que oferece uma satisfação em conexão com uma falta que não pode ser saturada; isso vai constatar a dimensão de causa de desejo desse objeto. O desejo resulta da impossibilidade da demanda eliminar a particularidade, que vai retornar no objeto que não é complementar, mas suplementar à falta. A demanda anula, como diz Lacan, mas não elimina.

Interessou-me voltar a essas indicações de Lacan para pensa-las à luz do que ele desenvolveu ao longo de seu ensino e que nos permite resgatar a dimensão do desejo não só como obstáculo à satisfação (desejo insatisfeito, impossível e prevenido), que tem como ponto de apoio a fantasia, atrelada ao gozo que alimenta a impotência, mas como uma nova articulação do desejo à satisfação que é instrumentada pelo sinthoma, dando lugar assim a um desejo advertido, advertido da não relação sexual. Em seu Prefácio à edição inglesa do Seminário XI, Lacan indica um reviramento possível na relação de cada um com as marcas que alimentaram sua "verdade mentirosa", que abre assim a uma nova satisfação.

Advertidos por essas orientações que podemos extrair do ensino de Lacan, podemos ficar atentos para não sucumbir aos imperativos de gozo de nossa época, que tentam fazer um curto circuito na dimensão do desejo, fazendo acreditar que tudo é possível e que o variável do objeto da pulsão pode alimentar sem limite a indiferença em relação ao objeto, eliminando as coordenadas inconscientes onde se apoia a escolha.

Nessa conjuntura tenta-se desconhecer que o variável do objeto da pulsão tem seu fundamento em uma perda inaugural em relação à qual os objetos substitutos trazem a marca do falo como significante da falta e se regem assim por coordenadas inconscientes que vão estar em jogo nas escolhas.

A tentativa de eliminar as coordenadas inconscientes implicadas na escolha, minimizando a dimensão do desejo, tem efeitos no fenômeno observado hoje como indiferença em relação ao objeto tanto na vida sexual como em outras situações nas quais esteja implicada uma escolha.

Será preciso considerar a diferença entre o variável e o indiferente do objeto para não cair nas armadilhas do mercado de consumo que visa tornar seus usuários dóceis às suas ofertas. E também não confundir a indiferença com a ambivalência, essa última podendo ser tratada pela via do sinthoma e da articulação que ele permite fazer entre semblante e real.

Quando Lacan introduz a escrita do Sinthoma ele acrescenta algo na relação sintoma e fantasia. Ao colocar o objeto no que faz o entrelaçamento dos três registros simbólico, imaginário e real ele nos oferece elementos novos para se pensar uma articulação entre gozo e desejo, que não fique escrava da impotência da fantasia. No lugar em que o objeto vem se situar, ele cumpre a função de manter aberto o furo presente em cada um dos registros simbólico, imaginário e real, por onde os diferentes elementos podem se articular e se vivificar em manejos sempre singulares. Lacan abre assim um caminho para irmos da condição absoluta do desejo apoiada na fantasia à modalidade singular de uma escolha que se orienta pelo sinthoma.